

# O QUE É SER ADULTO?

A SOCIOLOGIA DA ADULTEZ



Filomena Sousa

2010  
Porto, Memória Imaterial

## Resumo

Com o propósito de promover a construção da Sociologia da Aduldez em Portugal desenvolveu-se a investigação «O que é “ser adulto”? Práticas e representações sociais». Estudo realizado em colaboração com o Institut National d'Études Démographiques (INED), em Paris.

Considerar a vida adulta enquanto categoria social, objecto da Sociologia da Aduldez, é entender que esta fase de vida implica problemas e características próprias que devem ser objecto de atenção, de estudo e de intervenção política e social. É supor que “ser adulto” não é um estágio estanque, mas algo que experimenta a mudança de acordo com o contexto histórico e social em que se enquadra.

No trabalho empírico da presente pesquisa adoptaram-se os procedimentos do método quantitativo. Realizou-se um inquérito por questionário com entrevistas pessoais. A recolha efectuou-se em 2006 e inquiriram-se 1571 indivíduos com idades entre os 25 e 54 anos e a residir em Portugal Continental.

O objectivo central desta investigação foi perceber se existe um modelo de aduldez que referencia todos os indivíduos ou, dependendo das exigências culturais e socioeconómicas, se existem múltiplas representações e formas de “ser adulto”.

Palavras-chave: aduldez; Sociologia da Aduldez; adulto padrão, adulto inacabado; adulto híbrido.

## Summary

To promote the construction of the Sociology of Adulthood in Portugal, it was developed a research about «What is to “be adult”? Practices and social representations». This study was done in collaboration with the Institut National d'Études Démographiques (INED), in Paris.

To consider adult life as a social category, matter of Sociology of Adulthood, is to understand that this stage of life has its problems and specific features that must be studied and subject to social policies. It is a way to admit that "being adult" it is not a static stage but a period of changes according to historical and social context.

In the empirical work of this research, it was adopted processes of quantitative method. It was done a survey by questionnaire with personal interviews. This work tookplace in 2006 and 1571 individuals were surveyed, people aged between 25 and 54 years old and resident in mainland Portugal.

The main objective of this research was to understand if there is a reference model of adulthood for all individuals or, depending on the socioeconomic and cultural requirements, if there are multiple forms and representations of "being adult".

Keywords: adulthood, Sociology of Adulthood, adult standard, adult unfinished, adult hybrid.

## Agradecimentos

A minha primeira expressão de agradecimento vai para o Professor Doutor Mário Leston Bandeira, orientador desta dissertação. Agradeço especialmente o facto de ter apoiado a minha proposta de trabalhar a Sociologia da Aduldez. As suas palavras de encorajamento, a sua compreensão e exigência foram fundamentais. Várias sugestões de correcções beneficiaram em muito o meu trabalho. Admiro a sua notável carreira, a sua dedicação aos alunos, ao ensino, à Demografia e à investigação científica. Foi um privilégio tê-lo como orientador.

À Professora Doutora Paula Vicente que tão prontamente aceitou ser co-orientadora deste trabalho. Quando resolvi realizar um inquérito nacional foi muito importante contar com a sua disponibilidade e o seu acompanhamento. Na fase da análise dos dados, os seus conselhos foram preciosos e muito me ajudaram nesta laboriosa tarefa.

A todos os que no Institut National d'Études Démographiques (INED), em Paris, me acolheram com tanta simpatia, à Sophie Lam e aos meus colegas Rocio Peinador, Anne Genereux e Martin Clement. A todos os Professores e Investigadores que acompanharam e apoiaram o meu trabalho, devendo destacar Jacques Véron, Michel Bozon e Eva Lelièvre. A François de Singly que, não sendo do INED, não deixou de dispensar algum do seu tempo ao estudo social da aduldez. À Cristina Couto pelas traduções e pela amizade e a Carminda Couto por me ter recebido em Paris.

Ao Professor Machado Pais e a todo o seu trabalho que, mais uma vez, foi fonte inesgotável de inspiração. A sua obra promove o pensamento e a criatividade científica e em mim despoletou a pergunta de partida para esta dissertação: «O que é “ser adulto”?» Se não fosse lê-lo, não teria iniciado esta aventura.

À Professora Helena Marchand, precursora da Psicologia do Adulto em Portugal. Uma referência incontornável, também ela responsável por me ter lançado no estudo social da vida adulta.

Agradecimentos são também devidos aos mais de trinta entrevistadores que estiveram envolvidos na pesquisa que apoia esta dissertação e aos inquiridos que participaram neste estudo.

À Maria de Lurdes Sousa que comigo coordenou o trabalho dos entrevistadores e mais tarde esteve envolvida no árduo trabalho de revisão de texto, agradeço a sua dedicação e profissionalismo.

Agradeço às Autarquias que apoiaram a pesquisa: Matosinhos; Alijó; Idanha-a-Nova; Oeiras; Mértola e Lagos. Ao Instituto Português da Juventude. À Fundação Calouste Gulbenkian que financiou os dois primeiros anos da investigação e à Fundação para a Ciência e Tecnologia que financiou os dois últimos anos.

A todos os meus amigos de Sobral de Monte Agraço, destacando a Joana Carneira e o Simão Leandro. À Rosário Rosa, a Alexandra Araújo, ao Paulo Silva, a Ana Silva e à Margarida Andrês que nunca pouparam as palavras de encorajamento.

À minha família e especialmente ao José Barbieri que faz tudo parecer fácil. À sua alegria de viver e ao seu carinho. Às mil discussões e conversas que temos sobre sociologia, adulez, arte, contos, histórias, matéria negra, universos, cinema, memória, ser, querer e tantas, tantas outras coisas.

## ÍNDICE

|                                                                                  |             |
|----------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| <b>RESUMO.....</b>                                                               | <b>I</b>    |
| <b>AGRADECIMENTOS .....</b>                                                      | <b>III</b>  |
| <b>ÍNDICE DE FIGURAS .....</b>                                                   | <b>VIII</b> |
| <b>ÍNDICE DE QUADROS.....</b>                                                    | <b>X</b>    |
| <br>                                                                             |             |
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                          | <b>1</b>    |
| <b>O que é “ser adulto”? A pertinência sociológica da questão .....</b>          | <b>1</b>    |
| <br>                                                                             |             |
| <b>CAPÍTULO 1. AS IDADES DA VIDA.....</b>                                        | <b>7</b>    |
| <br>                                                                             |             |
| <b>1.1. A perspectiva sociológica das gerações .....</b>                         | <b>8</b>    |
| <b>1.2. Os efeitos de idade, de geração e de período.....</b>                    | <b>18</b>   |
| <b>1.3. O ciclo de vida.....</b>                                                 | <b>22</b>   |
| 1.3.1. O ciclo de vida e a dimensão demográfica .....                            | 25          |
| 1.3.1.1. O aumento da esperança de vida – as novas idades da vida.....           | 27          |
| 1.3.1.2. A baixa da fecundidade .....                                            | 31          |
| 1.3.1.3. O envelhecimento da população.....                                      | 36          |
| 1.3.1.4. As relações intergeracionais.....                                       | 40          |
| 1.3.2. O ciclo de vida e a dimensão psicológica .....                            | 49          |
| 1.3.2.1. A cognição – declínio, estabilidade e plasticidade mental .....         | 49          |
| 1.3.2.2. As teorias do desenvolvimento da identidade e do Eu.....                | 61          |
| <b>1.4. A Sociologia e as Idades da Vida.....</b>                                | <b>70</b>   |
| 1.4.1. A Sociologia da Infância.....                                             | 73          |
| 1.4.2. A Sociologia da Juventude.....                                            | 79          |
| 1.4.2.1. A transição para a vida adulta .....                                    | 85          |
| 1.4.3. A Sociologia da Velhice .....                                             | 94          |
| <br>                                                                             |             |
| <b>CAPÍTULO 2. A SOCIOLOGIA DA ADULTEZ.....</b>                                  | <b>103</b>  |
| <br>                                                                             |             |
| <b>2.1. A adultez, da <i>modernidade</i> à <i>modernidade avançada</i> .....</b> | <b>105</b>  |
| 2.1.1. A adultez e a “incerteza” da modernidade avançada .....                   | 110         |
| 2.1.2. A adultez, a escolha e os estilos de vida .....                           | 112         |
| 2.1.3. A adultez e a reconstrução na autobiografia .....                         | 115         |
| 2.1.4. O adulto <i>individualizado</i> .....                                     | 118         |
| 2.1.5. A adultez, as novas temporalidades e os novos espaços.....                | 120         |
| 2.1.6. A <i>imaturidade</i> ao longo da vida .....                               | 123         |
| 2.1.7. A adultez na <i>sociedade do feminino</i> .....                           | 124         |

|                                                                                                 |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>2.2. A adulez, uma categoria social.....</b>                                                 | <b>126</b> |
| 2.2.1. Do <i>adulto padrão</i> ao <i>adulto inacabado</i> .....                                 | 128        |
| 2.2.2. Entre o <i>adulto inacabado</i> e o <i>adulto padrão</i> : o <i>adulto híbrido</i> ..... | 131        |
| 2.2.3. A representação da adulez, entre o positivo e o negativo .....                           | 132        |
| <b>2.3. A adulez, hipóteses e dimensões de análise.....</b>                                     | <b>137</b> |
| 2.3.1. A adulez e a conjugalidade .....                                                         | 138        |
| 2.3.2. A adulez e o trabalho.....                                                               | 145        |
| 2.3.3. A adulez e a aprendizagem .....                                                          | 155        |
| 2.3.4. A adulez e o lazer .....                                                                 | 164        |
| <br>                                                                                            |            |
| <b>CAPÍTULO 3. MÉTODO E TÉCNICA DE INVESTIGAÇÃO .....</b>                                       | <b>169</b> |
| <br>                                                                                            |            |
| <b>3.1. Instrumento de recolha de informação.....</b>                                           | <b>170</b> |
| 3.1.1. Questionário das práticas e representações sociais.....                                  | 170        |
| 3.1.2. A <i>matriz biográfica</i> .....                                                         | 171        |
| <b>3.2. Selecção da amostra.....</b>                                                            | <b>175</b> |
| 3.2.1. População alvo .....                                                                     | 175        |
| 3.2.2. Técnica amostral .....                                                                   | 175        |
| <b>3.3. Caracterização da amostra.....</b>                                                      | <b>190</b> |
| <b>3.4. Análise dos dados.....</b>                                                              | <b>195</b> |
| 3.4.1. Considerações – a análise da matriz biográfica.....                                      | 195        |
| <br>                                                                                            |            |
| <b>CAPÍTULO 4. AS PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS – A ADULTEZ..</b>                           | <b>199</b> |
| <br>                                                                                            |            |
| <b>4.1. As práticas e percursos biográficos na adulez.....</b>                                  | <b>200</b> |
| 4.1.1. O modelo tradicional .....                                                               | 204        |
| 4.1.2. O modelo alternativo .....                                                               | 205        |
| 4.1.3. O modelo da diversidade .....                                                            | 206        |
| 4.1.4. Os modelos de entrada na adulez – caracterização sociodemográfica .....                  | 211        |
| 4.1.5. As segundas e mais experiências na vida activa, conjugal e residencial. ....             | 217        |
| <b>4.2. A Adulez – o trabalho, a aprendizagem e o lazer .....</b>                               | <b>218</b> |
| 4.2.1. A adulez e a instrumentalização do trabalho .....                                        | 219        |
| 4.2.2. O adulto da mobilidade profissional involuntária .....                                   | 222        |
| 4.2.3. A adulez e a aprendizagem ao longo da vida.....                                          | 228        |
| 4.2.4. A adulez e o lazer .....                                                                 | 235        |

|                                                                                          |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>4.3. O Adulto – a família, a conjugalidade, a parentalidade e a sexualidade .....</b> | <b>240</b> |
| 4.3.1 A adulez e a família de origem .....                                               | 240        |
| 4.3.2. A adulez e a conjugalidade .....                                                  | 251        |
| 4.3.3. A adulez e o divórcio.....                                                        | 256        |
| 4.3.4. A adulez e a parentalidade .....                                                  | 261        |
| 4.3.5. A adulez e a sexualidade.....                                                     | 265        |
| <b>4.4. As representações: o adulto padrão, o adulto inacabado e o adulto híbrido...</b> | <b>270</b> |
| <b>4.5. A fase da vida a que se pensa pertencer.....</b>                                 | <b>280</b> |
| <b>4.6. A associação de sentimentos e comportamentos à adulez.....</b>                   | <b>283</b> |
| <br>                                                                                     |            |
| <b>CONCLUSÃO .....</b>                                                                   | <b>288</b> |
| <br>                                                                                     |            |
| <b>BIBLIOGRAFIA .....</b>                                                                | <b>300</b> |
| <br>                                                                                     |            |
| <b>ANEXOS .....</b>                                                                      | <b>323</b> |



ÍNDICE DE FIGURAS

|                                                                                                                                   |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1. Ilustração exemplo da <i>espiral da vida</i> .....                                                                      | 24  |
| Figura 2. Índice de envelhecimento, 1981, 1991, 2001, 2006 e estimativa 2050, Portugal .....                                      | 37  |
| Figura 3. O modelo de transição para a vida adulta (Galland, 1984) .....                                                          | 86  |
| Figura 4. O modelo tradicional de entrada na vida adulta .....                                                                    | 87  |
| Figura 5. O novo modelo de transição para a vida adulta .....                                                                     | 88  |
| Figura 6. Modelos coexistentes da vida adulta durante os últimos 30 anos. ....                                                    | 129 |
| Figura 7. <i>Matriz biográfica</i> – exemplo de preenchimento .....                                                               | 174 |
| Figura 8. Estratos segundo a região/local de residência .....                                                                     | 176 |
| Figura 9. Distribuição da amostra por grupos etários .....                                                                        | 192 |
| Figura 10. Distribuição da amostra por sexo .....                                                                                 | 192 |
| Figura 11. Distribuição da amostra por escolaridade .....                                                                         | 193 |
| Figura 12. Distribuição da amostra por território urbano e rural .....                                                            | 193 |
| Figura 13. Distribuição da amostra por CAE Actual .....                                                                           | 194 |
| Figura 14. Distribuição da amostra por situação conjugal .....                                                                    | 194 |
| Figura 15. Vivência da 1ª. conjugalidade, 1ª. residência própria e 1º. emprego por etapas de vida .....                           | 201 |
| Figura 16. Entrada nas três dimensões (vida activa, conjugalidade e residência própria) por etapas da vida .....                  | 201 |
| Figura 17. Entrada nas três dimensões – vida activa, conjugalidade e residência própria por etapas e gerações (% acumulada) ..... | 202 |
| Figura 18. Modelos de entrada – vida activa, conjugalidade e residência própria – até aos 25 anos .....                           | 204 |
| Figura 19. Modelos de entrada – vida activa, conjugalidade e residência própria – até aos 30 anos .....                           | 204 |
| Figura 20. Modelo tradicional de entrada na vida activa, conjugalidade e residência própria por etapas e gerações .....           | 205 |
| Figura 21. Modelo alternativo – entrada apenas na vida activa – por etapas e gerações .....                                       | 206 |
| Figura 22. Modelos de entrada com “outras sequências completas e incompletas” – até aos 25 anos .....                             | 209 |
| Figura 23. Modelos de entrada com “outras sequências completas e incompletas” – até aos 30 anos .....                             | 209 |
| Figura 24. Modelo da diversidade – “outras sequências completas” por etapas e gerações .....                                      | 210 |
| Figura 25. Modelo da diversidade – “outras sequências incompletas” por etapas e gerações .....                                    | 211 |
| Figura 26. A importância do “trabalho estável”, da “situação financeira” e de “planear o futuro” para se “ser adulto” .....       | 218 |
| Figura 27. A importância do “ter um salário” e da “estabilidade no trabalho” para se “ser adulto” .....                           | 220 |
| Figura 28. Número de experiências profissionais por etapas de vida .....                                                          | 222 |
| Figura 29. A importância de “terminar estudos e começar a trabalhar” para se “ser adulto” .....                                   | 228 |
| Figura 30. 1ª. experiência profissional e obtenção do actual nível de escolaridade por etapas de vida .....                       | 229 |
| Figura 31. Idade (média) em que obteve o actual nível de escolaridade – etapa até 25 anos .....                                   | 229 |
| Figura 32. Idade (média) da 1ª. experiência profissional – etapa até 25 anos .....                                                | 230 |
| Figura 33. A importância de “continuar a estudar” para se “ser adulto” .....                                                      | 231 |
| Figura 34. Nº de vezes por ano (média) em que frequenta cursos de formação profissional .....                                     | 231 |
| Figura 35. Frequência de cursos de formação profissional por importância de “continuar a estudar” para se “ser adulto” .....      | 232 |
| Figura 36. A importância de “continuar a estudar” para se “ser adulto” por variáveis sociodemográficas .....                      | 233 |
| Figura 37. Frequência por ano de acções de formação por variáveis sociodemográficas .....                                         | 234 |
| Figura 38. A importância das “actividades de lazer” e do “sair com amigos” para se “ser adulto” .....                             | 235 |
| Figura 39. Média de vezes por semana que sai em actividades de lazer .....                                                        | 235 |
| Figura 40. A importância de “praticar desporto” para se “ser adulto” .....                                                        | 237 |
| Figura 41. Nº de vezes por semana (média) em que pratica actividades de desporto .....                                            | 237 |
| Figura 42. Frequência da prática de desporto por importância de “praticar desporto” para se “ser adulto” .....                    | 238 |
| Figura 43. A importância de “estar com a família” para se “ser adulto” .....                                                      | 240 |
| Figura 44. A importância da “independência residencial e financeira” para se “ser adulto” .....                                   | 242 |
| Figura 45. Primeira vez que sai de casa da família de origem por gerações e etapas de vida (% acumulada) .....                    | 243 |
| Figura 46. Com quem reside actualmente .....                                                                                      | 243 |
| Figura 47. Distribuição dos inquiridos que residem actualmente com a família de origem por sexo .....                             | 244 |
| Figura 48. Distribuição dos inquiridos que residem actualmente com a família de origem por idades .....                           | 244 |
| Figura 49. Distribuição dos inquiridos que residem actualmente com a família de origem por situação conjugal .....                | 245 |

## O QUE É “SER ADULTO”? – PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

|                                                                                                                                                                             |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <i>Figura 50.</i> Com quem foi residir quando saiu de casa da família de origem .....                                                                                       | 245 |
| <i>Figura 51.</i> Aquisição da primeira residência própria por gerações e etapas de vida (% acumulada).....                                                                 | 246 |
| <i>Figura 52.</i> Número de concelhos onde residiu por etapas de vida.....                                                                                                  | 247 |
| <i>Figura 53.</i> Modo como obteve 1º. emprego até aos 20 anos .....                                                                                                        | 249 |
| <i>Figura 54.</i> Modo como obteve 2º. emprego até aos 25 anos .....                                                                                                        | 249 |
| <i>Figura 55.</i> A importância de “viver em conjugalidade para se “ser adulto” .....                                                                                       | 251 |
| <i>Figura 56.</i> A importância de “estar casado” para se “ser adulto” .....                                                                                                | 251 |
| <i>Figura 57.</i> Primeira relação conjugal por gerações e etapas da vida (% acumulada).....                                                                                | 252 |
| <i>Figura 58.</i> Idade (em média) da primeira relação conjugal por sexo e gerações .....                                                                                   | 253 |
| <i>Figura 59.</i> Tipologia da 1ª. conjugalidade até aos 25 anos e entre os 25 e os 30 anos por gerações.....                                                               | 254 |
| <i>Figura 60.</i> Inquiridos que terminaram a 1ª. relação conjugal até aos 35 anos por gerações .....                                                                       | 256 |
| <i>Figura 61.</i> Inquiridos que terminaram a 1ª. relação conjugal e iniciaram 2ª. Relação por gerações e fases da vida (% acumulada).257                                   | 257 |
| <i>Figura 62.</i> Distribuição dos inquiridos que viveram uma 2ª relação até aos 35 anos por tipo de conjugalidade .....                                                    | 257 |
| <i>Figura 63.</i> Distribuição dos inquiridos que viveram uma 2ª relação até aos 35 por escolaridade .....                                                                  | 258 |
| <i>Figura 64.</i> Distribuição dos inquiridos que viveram uma 2ª relação até aos 35 por actividade profissional .....                                                       | 258 |
| <i>Figura 65.</i> Número de relações conjugais por etapas de vida (entre os que já viveram em conjugalidade) .....                                                          | 259 |
| <i>Figura 66.</i> A importância de “ter filhos” para se “ser adulto” .....                                                                                                  | 261 |
| <i>Figura 67.</i> Nascimento do 1º. filho por gerações e etapas de vida (% acumulada) .....                                                                                 | 262 |
| <i>Figura 68.</i> Número de filhos até aos 25 anos por gerações .....                                                                                                       | 262 |
| <i>Figura 69.</i> Número de filhos até aos 30 anos por gerações .....                                                                                                       | 263 |
| <i>Figura 70.</i> A importância de “ter uma vida sexual activa” para se “ser adulto” .....                                                                                  | 265 |
| <i>Figura 71.</i> Distribuição dos inquiridos segundo o número de vezes por semana que tem relações sexuais .....                                                           | 265 |
| <i>Figura 72.</i> Distribuição dos inquiridos segundo o número de vezes por semana que tem relações sexuais/ importância de “ter vida sexual activa” para “ser adulto”..... | 266 |
| <i>Figura 73.</i> Distribuição dos inquiridos segundo a frequência de relações sexuais por situação conjugal .....                                                          | 267 |
| <i>Figura 74.</i> Importância média das dimensões de adultez por grupo adulto padrão, inacabado e híbrido .....                                                             | 275 |
| <i>Figura 75.</i> Distribuição dos inquiridos por grupo – adulto padrão, inacabado e híbrido .....                                                                          | 276 |
| <i>Figura 76.</i> Distribuição dos inquiridos por idade e por grupos: adulto padrão, inacabado e híbrido .....                                                              | 277 |
| <i>Figura 77.</i> Distribuição dos inquiridos por escolaridade e por grupos: adulto padrão, inacabado e híbrido .....                                                       | 277 |
| <i>Figura 78.</i> Distribuição dos inquiridos por território e por grupos: adulto padrão, inacabado e híbrido .....                                                         | 277 |
| <i>Figura 79.</i> Distribuição dos inquiridos por situação conjugal e por grupos: adulto padrão, inacabado e híbrido .....                                                  | 278 |
| <i>Figura 80.</i> Distribuição dos inquiridos por sexo e por grupos: adulto padrão, inacabado e híbrido .....                                                               | 278 |
| <i>Figura 81.</i> Distribuição dos inquiridos por fases da vida .....                                                                                                       | 281 |
| <i>Figura 82.</i> Distribuição dos inquiridos por grupo etário segundo a fase de vida escolhida .....                                                                       | 282 |
| <i>Figura 83.</i> Palavras associadas à vida adulta (considerando os adultos que o inquirido conhece).....                                                                  | 283 |
| <i>Figura 84.</i> Média das Componentes de comportamentos e sentimentos identificados com a adultez por grupos de representações                                            | 286 |

ÍNDICE DE QUADROS

|                                                                                                                                                |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1. Evolução da esperança de vida à nascença, por sexo, Portugal 1920-2005 .....                                                         | 30  |
| Quadro 2. Principais indicadores da fecundidade – Portugal, 1981, 1991 e 2000-2007.....                                                        | 33  |
| Quadro 3. Modelo de desenvolvimento do indivíduo de Erikson .....                                                                              | 63  |
| Quadro 4. Modelo de diferenciação do desenvolvimento do Eu de Loevinger .....                                                                  | 65  |
| Quadro 5. Modelos emergentes da vida adulta desde 1945 .....                                                                                   | 130 |
| Quadro 6. Principais indicadores da nupcialidade – Portugal, 1981,1991 e 2000-2007.....                                                        | 139 |
| Quadro 7. Indicador conjuntural de divorcialidade, Portugal, 1981,1991 e 2000-2003.....                                                        | 142 |
| Quadro 8. Taxa de desemprego (%) – Portugal, 3ºs trimestres de 1998 a 2008.....                                                                | 147 |
| Quadro 9. Proporção da população activa por nível de escolaridade mais elevado completo (%) – Portugal, 2007.....                              | 150 |
| Quadro 10. Taxa de desemprego (%) entre diplomados do ensino superior – Portugal, 3ºs trimestres de 1998 a 2008.....                           | 157 |
| Quadro 11. População residente com 15 ou + anos que participou em actividades de aprend. não-formal (%) por nível de escolaridade (2003) ..... | 160 |
| Quadro 12. Idas a espectáculos ao vivo, segundo idade (%) – 1999.....                                                                          | 166 |
| Quadro 13. População com idades entre os 25 e os 54 anos por regiões (%).....                                                                  | 177 |
| Quadro 14. Distribuição proporcional da amostra por regiões .....                                                                              | 178 |
| Quadro 15. Distribuição amostral prevista.....                                                                                                 | 179 |
| Quadro 16. Critérios de selecção dos concelhos – Matosinhos e Oeiras/Cascais .....                                                             | 181 |
| Quadro 17. Critérios de selecção dos concelhos – Idanha-a-Nova e Mértola .....                                                                 | 184 |
| Quadro 18. Critérios de selecção dos concelhos – Alijó e Lagos/Portimão .....                                                                  | 186 |
| Quadro 19. Distribuição da amostra pelas regiões .....                                                                                         | 190 |
| Quadro 20. Distribuição da amostra segundo grupo etário, escolaridade e sexo nas regiões Litoral Norte e Litoral Centro Norte... 190           | 190 |
| Quadro 21. Distribuição da amostra segundo grupo etário, escolaridade e sexo nas regiões Litoral Centro Sul .....                              | 191 |
| Quadro 22. Distribuição da amostra segundo grupo etário, escolaridade e sexo nas regiões Litoral Sul.....                                      | 191 |
| Quadro 23. Distribuição da amostra segundo grupo etário, escolaridade e sexo nas regiões Interior Norte.....                                   | 191 |
| Quadro 24. Distribuição da amostra segundo grupo etário, escolaridade e sexo nas regiões Interior Centro.....                                  | 191 |
| Quadro 25. Distribuição da amostra segundo grupo etário, escolaridade e sexo nas regiões Interior Sul.....                                     | 192 |
| Quadro 26. Subamostras para análise dos percursos de vida .....                                                                                | 197 |
| Quadro 27. Modelo da Diversidade – Outras sequências completas e incompletas até 25 anos.....                                                  | 207 |
| Quadro 28. Modelo da Diversidade – Outras sequências completas e incompletas até aos 30 anos .....                                             | 208 |
| Quadro 29. Componentes da representação sobre do que é importante para se “ser adulto” .....                                                   | 273 |
| Quadro 30. Componentes dos tipos de comportamentos e sentimentos identificados com a adultez.....                                              | 285 |
| Quadro 31. Características dos grupos adulto padrão, adulto inacabado e adulto híbrido .....                                                   | 290 |

## Introdução

### O que é “ser adulto”? A pertinência sociológica da questão

Um primeiro facto a constatar em relação ao estudo social das idades da vida é a inexistência de uma estrutura teórica organizada sobre a vida adulta. Se é com alguma facilidade que se encontra uma extensa bibliografia sobre o tema da infância, da adolescência, da juventude e da velhice, o mesmo não se passa em relação à idade adulta.

A bibliografia encontrada remete, na área da Educação, para a problemática da formação de adultos, para as questões dos currículos e dos métodos pedagógicos. No âmbito da Psicologia, o estudo do adulto surge em trabalhos sobre a cognição, a identidade e o desenvolvimento humano. São, contudo, raros os casos em que se define de modo pormenorizado o conceito de adulto.

Boutinet equaciona, no final dos anos 90<sup>1</sup>, os motivos pelos quais tão poucos investigadores trabalham o conceito de adulto. Para o autor isso acontece porque, quer ao nível da academia quer ao nível do senso comum, falar sobre esta fase da vida é tido como “algo banal”. A vida adulta é «deixada aparentemente nas suas antigas certezas como uma idade sem problemas, uma vez definida como idade de referência» (Boutinet, 2000, p. 11). Com esta afirmação Boutinet provoca o leitor para algumas interrogações: para além da aparência, a vida adulta pode ser outra coisa que não uma idade de referência? A que “antigas certezas” se está a referir Boutinet? Esta fase da vida é problemática e complexa?

---

<sup>1</sup> Na presente pesquisa, excepto indicação contrária, todas as referências a décadas dizem respeito a períodos do século XX.

Para Boutinet (2000) o estudo do adulto encontra-se marginalizado porque envolve um “incómodo” exercício de desconstrução, isto é, exige que se conceba a vida adulta fora da sua “normalidade”. A nível social implica o questionamento sobre o que é regular, imposto e proporcionado ao adulto. A nível individual envolve o confronto com o que se pensa, projecta e faz em relação a esta fase da vida. Por outro lado, porque são usualmente os adultos que “nomeiam” e “enunciam o mundo”, talvez os mesmos tenham dificuldade em se “retratarem”. Será que os adultos não conseguem distanciar-se e observar da sua própria realidade?

Tem-se desenvolvido um extenso e importante trabalho sobre a transição dos jovens para a vida adulta mas, não será relevante tentar saber o que significa “ser adulto” para que se compreendam melhor esses processos de transição? Como se pode entender a transição para algo que ainda não foi estudado? Nos dias de hoje, sabe-se que muita coisa mudou em relação à vida adulta, mas não se compreende bem em que sentido. É possível que o “receio” ou alguma “recusa em ser adulto” resultem deste desconhecimento?

Ao contrário do que acontece com as outras fases da vida, em Portugal e noutros países, não é generalizado o uso de um termo que designe a condição de adulto ou a etapa da vida correspondente à idade adulta. Como traduzir para português o termo inglês *adulthood*? Porque é que não se usa regularmente uma terminologia para este efeito?

Na presente pesquisa, utilizar um termo para definir o estatuto de adulto tornou-se uma necessidade incontornável. Este facto pode parecer insignificante uma vez que nos estudos sociais usa-se habitualmente as expressões “idade adulta” ou “vida adulta” para designar essa fase da vida. Por comparação imagine-se, no entanto, como seria estranho uma investigação onde os termos juventude, infância e velhice fossem recorrentemente substituídos pelas expressões “idade/vida jovem”, “idade/vida infantil” ou “idade/vida idosa”. A própria colagem dos termos “vida” e “idade” a estas fases é discutível na medida em que, para além da natureza biológica ou da idade cronológica, a definição das etapas da vida está dependente de escolhas individuais e de condicionantes culturais, históricas e socioeconómicas.

Utilizar um termo para definir a vida adulta permite uma abordagem mais directa ao objecto de estudo e impõe-se perante a construção de uma perspectiva sociológica sobre esta fase da vida. O termo escolhido foi *adulter*. Já referido pontualmente na investigação desenvolvida pela Psicologia, este termo permite distinguir semanticamente esta fase de outras fases da vida e dos próprios sujeitos que a integram (os adultos). Independentemente de ser ou não o melhor termo, entre outras propostas como *adultícia*, *adultado*, *adultidade*, *adulterescência*, *andragogia*, *maturescência*, *antropolescência* (Boutinet, 2000; Silva, 2003), *adulter* surgiu como o termo mais apropriado e o menos subjectivo.

Sobre a construção de um campo específico da Sociologia para o estudo da *adulter*, pode enunciar-se a seguinte questão: o adulto não é estudado em áreas consolidadas como a Sociologia da Família, a Sociologia do Trabalho, a Sociologia da Educação ou do Lazer? Este raciocínio é legítimo, todavia não inviabiliza a tese que defende a construção da Sociologia da *Adulter*. Tome-se como exemplo o reconhecimento da Sociologia da Juventude ou da Velhice, também nestas disciplinas se estuda o modo como os jovens ou os idosos vivem e são entendidos, por exemplo, na família, no trabalho e no lazer. Tal facto não invalida, porém, a existência de campos da Sociologia que se dediquem exclusivamente a estas fases da vida.

Não existe incompatibilidade ou sobreposição nos interesses das áreas enunciadas e a Sociologia da *Adulter*. Cada disciplina tem especificidades e objectos de pesquisa próprios. Conquanto o adulto integre a população estudada pela Sociologia da Família ou do Trabalho, e a família e o trabalho sejam, por sua vez, dimensões do estudo da Sociologia da *Adulter*, a perspectiva com que se avança para cada uma das investigações é diferente. As questões que se colocam são diversas e os resultados, para além de complementares, distintos.

Avançar sobre o estudo social da *adulter* é assim o principal objectivo desta investigação. Para justificar a pertinência desse estudo defende-se, no primeiro capítulo desta tese, que à imagem do que acontece com as outras fases da vida, a *adulter* enquadra-se na problemática geral das gerações, das idades e do ciclo de vida.

No ponto 1.1. do capítulo 1, a partir da perspectiva sociológica desenvolvida por Mannheim (1986)<sup>2</sup>, destaca-se o modo como a questão das gerações, de uma perspectiva macro e historicista da evolução e do destino humano, passa a ser abordada como uma das principais formas de compreender o processo de mudança social. O estudo das gerações diversifica-se pelos campos da Etnografia, da Demografia, da Psicologia e da Sociologia e, a partir da segunda metade do século XX, valoriza-se o estudo social das idades da vida (primeiro da juventude, depois da infância e da velhice e só recentemente da adultez).

O que distingue e o que aproxima os conceitos de geração, idade e período de vida é desenvolvido no ponto 1.2. do capítulo 1. Destaca-se o contributo de Attias-Donfut (1988) para as formulações apresentadas e evidencia-se o facto destes elementos se influenciarem entre si e estarem sob a influência de factores como o género e a classe social.

No ponto 1.3. do capítulo 1 enuncia-se a definição de ciclo de vida. A partir da perspectiva demográfica e dos contributos de Roussel e Girard (1982) são enunciadas as mudanças que permitem entender o ciclo de vida como um processo complexo e não linear, nomeadamente o aumento da esperança de vida, o envelhecimento demográfico e a redução do número de filhos nas sociedades ocidentais (ponto 1.3.1.). Em particular, o aumento da probabilidade de se chegar a uma idade avançada permite imaginar o desenvolvimento de um ciclo de vida cada vez mais longo e diversificado, inclusive na adultez.

É também o crescente interesse científico sobre o ciclo completo da existência humana que lança a Psicologia como ciência precursora no estudo das idades da vida. Neste sentido, as questões da Psicologia do Adulto são abordadas enquanto contextualização teórica e introdução ao estudo social da adultez. Em retrospectiva, são apresentadas as perspectivas *psicométrica*, *piagetiana*, *neo-piagetiana*, os *estádios* de Erikson, as teorias da *life-span* de Baltes e dos *percursos de vida* de Levinson (ponto 1.3.2. do capítulo 1).

---

<sup>2</sup> Obra original alemã de 1929, *Ideologie und Utopie*, Bona.

Actualmente as idades enquadram-se em parâmetros que as potenciam enquanto objectos de investigação social, por esse motivo no ponto 1.4. do capítulo 1 descreve-se a evolução dos construtos teóricos e das pesquisas empíricas realizadas no âmbito da Sociologia da Infância, da Sociologia da Juventude e da Sociologia da Velhice.

No seguimento da contextualização teórica, no capítulo 2, expõe-se a tese que defende a construção da Sociologia da Aduldez. No ponto 2.1. apresentam-se os factores que projectam a atenção na aduldez e são produto do desenvolvimento de uma sociedade assente num novo paradigma social, a dita *modernidade avançada*. No ponto 2.2. desenvolve-se a construção teórica que permite considerar a vida adulta enquanto categoria social e objecto da Sociologia da Aduldez. Neste ponto defende-se que a aduldez implica especificidades, problemas e características próprias que devem ser objecto de atenção, de estudo e de intervenção política e social. Defende-se que “ser adulto” não é um estágio estanque, mas algo que experimenta a mudança de acordo com o contexto histórico e social em que se enquadra.

No ponto 2.3. do capítulo 2, parte-se de mudanças demográficas e sociais – os novos sistemas familiares e conjugais, as novas características do mercado de trabalho, o desaparecimento do emprego “para toda a vida” e o incremento do consumo, da informação, do lazer e do hedonismo – para definir a aduldez não só como uma fase de autonomia e oportunidades mas também de complexidade e incerteza. Salienta-se neste ponto a importância da análise e compreensão da diversidade dos modelos que representam a vida adulta.

No capítulo 3 são apresentados os procedimentos técnicos e metodológicos que foram utilizados na pesquisa empírica e serviram à realização do inquérito «O que é ser adulto? As práticas e representações sociais dos portugueses». Pesquisa esta que, em 2006, traduziu-se na aplicação de um questionário a uma amostra de 1571 portugueses com idades entre os 25 e os 54 anos.

É também no capítulo 3 que se enunciam os princípios da *matriz biográfica*, o instrumento utilizado para recolher os dados das trajectórias de vida. A particularidade da matriz biográfica, desenvolvida nos anos 90 pelo Groupe de Réflexion sur l’Approche Biographique do Institut National d’Études Démographiques (INED), reside



no seu carácter multidimensional. Este instrumento permite analisar as interacções entre os diferentes domínios da vida e facilita a apreensão dos processos de mobilidade (espacial e profissional) e da evolução da estrutura familiar. Permite ainda estudar as semelhanças e diferenças geracionais, neste caso identificadas entre os inquiridos nascidos de 1952 a 1961, de 1962 a 1971 e de 1972 a 1981.

A análise e resultados do estudo das representações, práticas e percursos biográficos são apresentados no capítulo 4. No ponto 4.1. analisam-se as primeiras experiências profissionais, conjugais e a constituição de agregado familiar próprio. As dimensões do eixo público da adulez (o percurso profissional e as questões da aprendizagem ao longo da vida e das actividades de lazer) são aprofundadas no ponto 4.2. Os resultados das dimensões família, conjugalidade, parentalidade<sup>3</sup> e sexualidade são apresentados no ponto 4.3.

A terminar, ainda no capítulo 4, descreve-se o que os indivíduos consideram importante para se “ser adulto”, a fase da vida a que pensam pertencer e o tipo de comportamentos e sentimentos que associam à vida adulta (ponto 4.4.).

Consubstanciada na contextualização teórica, na tese que defende a construção da Sociologia da Adulez, no trabalho de campo e na análise dos resultados, a presente pesquisa pretende: (a) saber se existe a representação de um “adulto-modelo” que referencia os indivíduos; (b) entender se, na prática, existe um “modo de ser adulto”; ou então (c) verificar se existe uma multiplicidade de modelos que se modificam de acordo com condicionantes culturais e socioeconómicas; (d) perceber se entre a diversidade existem, contudo, modelos predominantes e ainda (e) verificar se há coincidência entre as práticas e as representações sociais sobre o que é “ser adulto”.

---

<sup>3</sup> Parentalidade – entendida como estado de ser pai e mãe e um conjunto de competências da família de origem em relação a seus filhos.

## Capítulo 1. As idades da vida

Conceber a adulez enquanto objecto de estudo sociológico é pressupor que as diferentes idades são vivenciadas por actores com características, trajectórias e referências próprias, por indivíduos contemporâneos de uma determinada conjuntura histórica, cultural e socioeconómica. O estudo da vida adulta enquadra-se assim na problemática global das gerações e das idades da vida.

A análise da questão das idades desenvolveu-se de uma perspectiva estruturalista para uma perspectiva interaccionista: passou de uma dimensão macro que pretendia determinar a localização das gerações no tempo (medir a evolução dos acontecimentos históricos segundo a sucessão contínua das gerações) para uma dimensão mais específica associada ao estudo das diferentes idades da vida (a infância, a adolescência, a juventude, a adulez e a velhice). O interesse passa ainda a incidir sobre a problemática das relações inter e intrageracionais.

Foi entre as últimas décadas do século XIX e o início do século XX que a questão das gerações foi objecto de análises profundas. Nessa época, autores como Mentré, Ortega y Gasset, Dilthey e sobretudo Mannheim contribuíram de forma ímpar para o desenvolvimento desta temática. Nas décadas de 30 e 40 a questão das gerações caiu no esquecimento e só foi recuperada a partir dos anos 50 em investigações etnográficas e em estudos sobre a juventude (Parsons, 1949; Eisenstadt, 1956; Winnicott, 1969, Paulme, 1971; Balandier, 1974)<sup>4</sup>.

Actualmente, as diversas idades da vida são tidas como construções sociais e distintas categorias de tipo geracional, mas ao longo do tempo várias foram as questões formuladas sobre o problema das gerações e das idades: o que define uma geração? Qual o papel das gerações no processo histórico e na evolução social? Em quantas

---

<sup>4</sup> No âmbito da etnografia alguns destes estudos vieram retomar a produção de conhecimento iniciada nos anos 20 por Lowie (1920), Mead (1928) e Radcliffe-Brown (1929) (Attias-Donfut, 1988).

gerações e idades se divide a vida? Qual a diferença entre a noção de geração e de idade? Como se definem os limites de idade, como se transita de uma idade para outra? Quando se pode dizer que uma geração termina e outra começa? O que marca a relação entre indivíduos de diferentes gerações, a ruptura, tensões ou a solidariedade? (Roussel & Girard, 1982; Mannheim, 1986; Attias-Donfut, 1988).

### 1.1. A perspectiva sociológica das gerações

No final do século XIX o interesse sobre a questão das gerações centrava-se nas reflexões historicistas sobre a evolução das ideias e dos contextos políticos. Associada à análise da “marcha do tempo e da história”, a noção de geração era metodologicamente útil como medida, permitia compreender e explicar a sequência de determinados acontecimentos no tempo (Attias-Donfut, 1988).

Mannheim, no final dos anos 20, analisando a continuidade da investigação sobre o problema das gerações, enumerou as contribuições de duas perspectivas: a) a doutrina *Positivista* francesa que, numa perspectiva quantitativa, reduziu o problema das gerações à procura de ciclos históricos e b) a doutrina *Romântico-histórica* alemã que, numa perspectiva qualitativa, proclamou a existência de um tempo interior nas gerações, tempo esse apreendido como o “espírito da época” (Mannheim, 1986)<sup>5</sup>.

Numa perspectiva unilinear do progresso, a proposta dos positivistas era a de mensurar a “estrutura do destino humano”. As gerações eram definidas como intervalos regulares e sucessivos que, tal como uma unidade de medida, permitiam descobrir o tempo médio que demorava a substituição, na vida pública, da geração mais velha pela geração mais nova.

---

<sup>5</sup> Obra original alemã de 1929, *Ideologie und Utopie*, Bona.

Como exemplo da perspectiva Positivista, Mannheim refere a teoria de Comte (1908) onde se defende que o ritmo do progresso pode ser medido através do ritmo da renovação das gerações: se o período de duração normal de vida aumentasse, a influência restritiva e conservadora da geração mais velha faria com que o tempo do progresso fosse travado; se a duração de vida dessa geração fosse reduzida, essa influência diminuía e o tempo de progresso seria acelerado (Mannheim, 1986).

A este respeito questiona-se sobre o que Comte diria hoje confrontado com o aumento da esperança de vida e o envelhecimento da população. À luz da teoria de Comte, actualmente o progresso estaria travado pois a influência da geração mais velha faz-se sentir durante muitos mais anos. A conjectura definida por Comte é ainda discutível pelo facto de não pressupor qualquer restrição da duração da vida activa, como acontece com a reforma e a institucionalização das actividades produtivas.

Comte, tal como outros autores positivistas (Cournot, Dromel e Mentré), definiu ainda um número médio de anos necessários para que uma geração pudesse elaborar e realizar as suas concepções (período que associou a limites orgânicos e biológicos). Para estes autores, em média, o período de renovação de uma geração era de 30 anos e uma geração contribuía para o aceleração do progresso intelectual através da capacidade criativa e executiva dos indivíduos que tinham idades entre os 30 e os 60 anos (Mannheim, 1986)<sup>6</sup>. Também a este nível a abordagem dos positivistas é discutível, principalmente a questão da inflexibilidade dos limites de entrada e saída da vida pública e a exclusão da influência das gerações mais novas nos processos de mudança.

Para os positivistas a sucessão de gerações é contínua tal como a “história do espírito humano” e as etapas da vida são idênticas aos estados do progresso social – a infância corresponde ao Feudalismo; a adolescência à Revolução e a maturidade ao Positivismo (Attias-Donfut, 1988).

---

<sup>6</sup> De forma idêntica Mentré (1920) teorizou sobre a coexistência de três gerações onde apenas os indivíduos da geração com idades entre os 30 aos 60 anos eram considerados “contemporâneos”. Também Ortega y Gasset (1981) (original de 1923) situa a existência histórica do homem entre os 30 e os 60 anos, no entanto, divide esta fase em duas: a idade da criação e inovação (dos 30 aos 45 anos) e a idade do predomínio e de comando (dos 45 aos 60 anos).

Mannheim (1986) considerou restrita a contribuição de Comte e de outros positivistas para uma acepção mais abrangente da problemática das gerações. Este autor refere que os positivistas apenas se preocuparam em encontrar “uma lei geral para exprimir o ritmo do desenvolvimento histórico, baseado na lei biológica da duração limitada de vida do homem e da sobreposição das gerações novas e velhas” (p. 118).

Os trabalhos dos positivistas Cournot (1973) e Mantré (1920) são, contudo, avaliados por Mannheim como inovadores – Cournot porque afirmou que as gerações não se posicionavam em compartimentos genealógicamente separados e Mantré porque definiu as noções de *geração social* e *geração histórica*. Cournot (1973)<sup>7</sup> afirmava que as gerações influenciavam-se mutuamente e a possibilidade de se conhecer, de forma exacta, os ritmos da história a partir da observação das gerações era questionável. Este autor colocou a hipótese de ser a observação dos factos e das mudanças históricas que permitia compreender a renovação gradual das ideias e das gerações, e não o contrário; Mantré (1920) introduziu uma nova categoria na caracterização das gerações, a noção de *geração social*, um estado de alma colectivo que encarna no grupo humano. Definiu ainda a *geração histórica* (espiritual), o conjunto de homens que, em períodos históricos mais efervescentes e de criação, são os guias, os heróis ou os profetas de uma geração<sup>8</sup>.

Estes eram os indícios de uma nova concepção de geração, uma noção que ganhou relevo na formulação Romântico-histórica alemã e que referencia a questão das gerações na problemática dos movimentos intelectuais, num “tempo interior” que apenas é experimentado em termos qualitativos e num “processo intuitivo de reordenamento” dos acontecimentos (Mannheim, 1986, p.123).

Sobre a formulação Romântico-histórica alemã, Mannheim (1986) refere a obra de Dilthey (1947)<sup>9</sup>, um dos primeiros teóricos alemães a distanciar-se da noção de geração biológica e a enunciar como fundamentos da geração a partilha de vivências e de valores. Para Dilthey (1947) interessava considerar não apenas a sucessão das gerações

<sup>7</sup> Obra original francesa de 1872, *Considérations sur la marche des idées et des événements dans les temps modernes*, Paris.

<sup>8</sup> Para Attias-Donfut (1988), precursora da Sociologia das Gerações, a noção de geração presta-se a múltiplas ideologias, cosmopolitas e democráticas ou, pelo contrário, elitistas e nacionalistas. Attias-Donfut considera Mantré um defensor do nacionalismo, da concepção de sociedade-nação e da xenofobia.

<sup>9</sup> Obra original alemã de 1924, *Die geistige Welt. Einleitung in die Philosophie des Lebens*, Estugarda, (colectânea de textos originais do autor 1864-1911).

numa perspectiva cronológica mas também a sua co-existência: os indivíduos, independentemente da idade, são *contemporâneos* por estarem sobre as mesmas influências dominantes, as mesmas circunstâncias sociais, políticas e, em particular, intelectuais.

A definição de Dilthey aproxima-se da distinção que Ortega y Gasset (1981)<sup>10</sup> faz entre os *contemporâneos* – pessoas que coexistem na sociedade mas pertencem a gerações diferentes – e os *coetâneos* – pessoas que pertencem à mesma classe de idades, nasceram num mesmo período de anos, pertencem à mesma geração e à mesma comunidade espacial. Complexificando esta formulação, Mannheim (1986) refere a teoria da “não contemporaneidade do contemporâneo” do historiador de arte Pinder (1946)<sup>11</sup>. Para Pinder, as pessoas, tendo ou não a mesma idade, vivem diferentemente o mesmo tempo. Considerando os que têm a mesma idade, estes partilham um tempo que é “seu” e diferente dos que têm outras idades. O “volume temporal” (...) é sempre experimentado por várias gerações de diferentes estados de desenvolvimento” (Mannheim, 1986, p. 125) e cada geração constrói uma *enteléquia* própria o que lhe permite adquirir unidade qualitativa. A enteléquia é o “objectivo profundo”, o modo pelo qual a geração expressa a sua forma de viver (Pinder, 1946)<sup>12</sup>.

Para Pinder (1946) as enteléquias determinantes nascem de “misteriosos” processos da natureza, das fricções e das influências que se verificam entre os diferentes objectivos de cada geração. Mannheim (1986) discorda desta tese, considera que deste modo as gerações seriam apenas “produto do acaso”. O autor não entende como é que o “espírito da época” pode surgir de uma relação directa entre o espiritual e o vital sem que sejam ponderados os factores sociológicos e históricos dessa mesma época. Para o autor é essencial contemplar a análise das relações sociais na problemática das gerações:

“A história intelectual e cultural é seguramente determinada, entre outras coisas, pelas relações sociais em que os homens originalmente se confrontam uns com os outros, por grupos em que encontram estímulo mútuo, onde a luta concreta produz enteléquias (...)” (Mannheim, 1986, p.127).

<sup>10</sup> Obra original espanhola de 1923, *El tema de nuestro tempo*, Madrid.

<sup>11</sup> Obra original alemã de 1926, *Generation in der Kunstgeschichte Europas*, Berlim.

<sup>12</sup> Heidegger (1993) (original de 1927) refere-se ao conceito de enteléquia através da expressão “espírito da época” (*Zeitgeist*) e Ortega y Gasset (1981) (original de 1923) denomina-o de “drama vital” – a mentalidade de uma época que é recriada, actualizada e transformada pelas novas gerações.

Mannheim elogiou os contributos da formulação Romântico-histórica que, em relação à perspectiva Positivista, permitiram uma aproximação qualitativa à questão das gerações. Considerou, no entanto, esses contributos prejudiciais ao espírito científico, ao não ponderarem sobre os acontecimentos sociais, eram “meros revivalismos” das especulações que tinham predominado no Renascimento e apenas debatiam questões filosóficas (Mannheim, 1986).

### **As Gerações, a herança cultural e a mudança social**

É no âmbito da construção da Sociologia do Conhecimento que Mannheim (1986) defende o estudo das gerações como uma das principais formas de compreender o processo de mudança social. Afastando-se da definição de geração enquanto intervalo regular assente no ritmo biológico da existência humana, este autor considera que o factor geração afecta o processo social e por isso defende a existência de uma forte componente sociológica na questão das gerações.

Mannheim, utilizando uma sucessão de conceitos, elabora uma definição complexa de geração: defende que de uma *geração como potencial* (com uma *localização* precisa na estrutura social) pode surgir uma *geração efectiva*, composta por *unidades de geração* que, por sua vez, contemplam *grupos concretos*.

O autor começa por distinguir o conceito de *geração* do conceito de *grupo concreto*. Um *grupo concreto* consiste na “união de vários indivíduos através de laços naturalmente desenvolvidos ou conscientemente desejados” (Mannheim, 1986, p.132). Num grupo concreto os indivíduos juntam-se por um objectivo específico e cada membro tem conhecimento dos outros membros que compõem o grupo (uma associação constituída deliberadamente através de estatutos escritos e dotada de mecanismos que permitem a sua dissolução é exemplo de um grupo concreto). Os membros de uma geração, ligados por laços específicos, não constituem um grupo concreto porque não se unem deliberadamente nem têm um objectivo específico, não têm conhecimento de todos os elementos que a compõem e não se regem por mecanismos legais pré-definidos.

Para que se compreenda a natureza da geração enquanto fenómeno social, Mannheim compara-a com a posição de classe: “a posição de classe pode definir-se como a ‘posição’ comum (*Lagerung*) que um certo indivíduo ocupa por destino na estrutura económica e de poder de uma determinada sociedade” (Mannheim, 1986, p.133). Esta posição não se confunde com um grupo concreto pois não advém de um acto consciente de vontade – mesmo que se possa abandonar determinado estrato social, existe sempre uma localização de classe objectiva quer o indivíduo a reconheça ou não. Também a questão das gerações é um fenómeno de *localização*. A existência de uma “localização de geração” advém do facto dos indivíduos experimentarem os mesmos acontecimentos segundo uma consciência semelhantemente “estratificada” pela idade. O “fenómeno social da geração” representa uma identidade de posição (de *localização*) que compreende “grupos de idades” imersos num mesmo processo social:

“Não é difícil ver como a mera contemporaneidade cronológica não pode por si produzir uma posição comum de geração. Ninguém por exemplo, afirmaria que há comunhão de posição entre os jovens da China e da Alemanha em 1800. Só quando os contemporâneos se encontram em posição de definitivamente participarem como grupo integrado em certas experiências comuns é que podemos correctamente falar de comunhão e localização de uma geração.” (Mannheim, 1986, p.145).

A concepção de localização de geração, essencial na tese de Mannheim, não vai contudo caracterizar o fenómeno da geração na sua totalidade. O autor refere que a localização “potencia” a geração, mas o que define uma *geração efectiva* (a geração que actua como força transformadora da sociedade) são os laços concretos que impulsionam a mudança, os laços que surgem pelo facto dos membros de uma geração terem sido expostos aos mesmos “sintomas sociais e intelectuais de um processo de dinâmica de desestabilização” (Mannheim, 1986, p.153).

Dentro de uma geração efectiva, Mannheim definiu ainda a existência de diferentes *unidades de geração*. Os laços que existem entre os membros de uma unidade de geração são mais concretos que os laços detectados entre indivíduos de uma mesma geração efectiva. Nas unidades de geração os indivíduos, para além de participarem num mesmo modelo de acontecimentos, têm uma mesma identidade de resposta. Diferentes unidades de geração respondem de forma antagónica aos mesmos



acontecimentos e podem, por exemplo, definir-se unidades de geração mais conservadoras ou mais liberais.

As unidades de geração têm, por sua vez, no seu núcleo, um grupo concreto – escolas de pensamento, minorias activas ou comunidades militantes que conseguem encontrar um modo de expressão das orientações e concepções que foram desenvolvidas pela unidade de geração (Mannheim, 1986).

Para Mannheim esta clarificação sociológica das definições de localização de geração, de geração efectiva e de unidade de geração é fundamental para que não se confundam fenómenos biológicos com fenómenos sociais. O autor assume que os dados biológicos são a base da questão das gerações (o surgimento de “uma nova vida”, a substituição de uma geração por outra), mas o que lhe interessa analisar é a forma como estes dados “se reflectem no meio das forças sociais e culturais”, saber como transitam, de uma geração para outra, os modelos de experiência e de pensamento (Mannheim, 1986, p.163).

O processo histórico e cultural é então descrito por Mannheim (1986) como um movimento contínuo no qual os antigos participantes são substituídos por novos participantes. Cada geração apenas integra uma secção temporal desse processo e por isso é necessário transmitir a herança cultural acumulada às gerações mais novas. Segundo o autor, existe um permanente “contacto fresco” com a herança cultural, uma “relação de distância alterada do objecto e uma nova aproximação na assimilação, no uso e no desenvolvimento do material oferecido” (p. 137).

O aparecimento contínuo de novos participantes no processo cultural faz com que a mudança esteja nas mãos de indivíduos com novas atitudes, facto que pode resultar na perda de alguns objectos culturais mas permite a “reavaliação do nosso inventário e ensina-nos a esquecer o que já não é útil e a ambicionar aquilo que ainda tem de ser conquistado” (Mannheim, 1986, p. 140).

Reflectindo sobre os aspectos da vida social que resultam da existência das gerações, Mannheim (1986) refere que o surgimento de novos participantes no processo cultural compensa a “natureza restrita da consciência individual” e a tendência para se

perpetuarem modelos. Se na idade adulta e nas idades avançadas o acumular de experiências permite assimilar cada nova experiência à luz das vivências passadas, na juventude a falta de experiência facilita a adaptação a um mundo em mudança e permite tirar maior partido do “poder modelador” das novas situações.

“ O ‘estar em dia’ da juventude consiste assim no seu estar mais próximo dos problemas ‘presentes’ (em resultado do seu ‘contacto potencialmente fresco’ (...)), e no facto de estarem dramaticamente conscientes de tomarem parte num processo de desestabilização” (Mannheim, 1986, p.149).

Através de modelos conscientemente reconhecidos ou modelos inconscientemente “implícitos”, as experiências passadas são, no entanto, continuamente incorporadas no presente. Os modelos só são alterados, por uma selecção consciente e reflexiva, quando o tradicional e os campos da experiência deixam de ser suficientes para responder à mudança histórica e social (Mannheim, 1986). As gerações encontram-se assim em interacção, influenciam-se mutuamente, existindo um cruzamento constante entre os modelos de orientação dos mais velhos, da geração intermédia e dos mais novos.

Segundo Mannheim (1986) a relação entre os mais velhos e os mais novos depende do dinamismo da sociedade. Condições estáticas não promovem mudanças significativas entre gerações; o forte dinamismo social provoca interferências entre os sistemas de reorientação dos mais velhos e dos mais novos; uma evolução contínua (que não seja estática nem radicalmente oposta) tem por consequência o aparecimento de uma nova geração que tanto incorpora aspectos da herança cultural como veicula a mudança.

A partir destas concepções, Mannheim mostra que o factor geração é parte integrante e integrada do processo social, indica que: a) a aceleração das transformações sociais aumenta a probabilidade de uma geração potencial se transformar numa geração efectiva; b) a interacção e acção de cada geração com as gerações precedentes potencia tensões e mudança social e c) a relação dos mais novos com a cultura acumulada envolve novas apropriações e a construção de novos modelos que, por sua vez, potenciam transformações sociais também nas outras gerações (Mannheim, 1986).

Considerando a perspectiva de Mannheim, que associa a mudança social à evolução intelectual e cultural da sociedade, é possível dar como exemplo desta concepção de geração efectiva o grupo de portugueses a que se denominou de “geração de 70” – intelectuais do século XIX, dos quais se destacam Antero de Quental, Eça de Queiroz e Oliveira Martins. Estes, enquanto jovens, primeiro no movimento académico de Coimbra e mais tarde nas conferências do Casino de Lisboa, distanciaram-se da geração anterior e dos valores sociais dominantes. Ao criticarem o movimento romântico da época e os ultra românticos, do "bom senso e do bom gosto", introduziram no país o “realismo” e revolucionaram diversas dimensões da cultura, da política e da literatura portuguesa.

É também possível questionar a importância da geração mais jovem e a sua crescente escolarização noutras transformações da realidade portuguesa. Pais (1998a) evidencia, em relação a este assunto, as transformações sociais relacionadas com a Revolução do 25 de Abril de 1974:

“Em que medida as transformações que deram lugar à revolução do 25 de Abril, ou que com ela ocorreram, não terão correspondência com um cenário propício ao protagonismo dos jovens portugueses, num sentido próximo ao de geração efectiva? Isto é, em que medida a revolução de 25 de Abril não terá tido marcas especificamente juvenis, a seu montante e jusante? A seu montante, por intermédio dos movimentos estudantis no refluxo de Maio de 68, e dos movimentos contra a Guerra Colonial; a seu jusante, porque a revolução de Abril liberalizou a sociedade portuguesa, distendendo-a dos seus constrangimentos políticos mais marcantes ou repressores. O móbil das gerações efectivas – as novas oportunidades de acesso à cultura, segundo Mannheim –, encontramos-lo também na sociedade portuguesa do pós 25 de Abril, com a crescente escolarização (massificação escolar) da população juvenil portuguesa” (Pais, 1998a, p.25).

Concluindo, a noção de geração que está subjacente à presente pesquisa baseia-se na definição de Mannheim: a geração é um conjunto de pessoas nascidas no mesmo período de tempo, que passaram pelos mesmos acontecimentos sociais durante a sua formação e crescimento, que partilham as mesmas experiências históricas e desenvolveram uma consciência comum.

Para Attias-Donfut (1988) a construção da consciência de geração pressupõe ter consciência das outras gerações. “É numa relação de reciprocidade que se opera a

diferenciação geracional de onde emerge uma consciência específica” (p.189). A identificação e definição de uma geração implicam assim oposição e diferenciação em relação às outras gerações. Attias-Donfut (1988) considera que é a necessidade dos jovens e dos adultos se apropriarem da sua própria temporalidade que os leva à consciência recíproca das suas diferenças de geração. Os elementos essenciais para a percepção da própria temporalidade são, para a autora, os conflitos intergeracionais, as rupturas, as “crises” ou os períodos de transição – a entrada na vida activa, a partida dos filhos ou a passagem à reforma. Situações que provocam uma nova percepção do tempo, novas coordenadas, nova consciência de geração e novas relações intergeracionais.

Na presente pesquisa, considera-se ainda que cada momento histórico, sendo simultâneo a diversas gerações, não afecta igualmente todos os indivíduos (mesmo que pertençam ao mesmo grupo de idade). Segmentos de uma geração (unidades de geração) podem seguir caminhos opostos, dar diferentes respostas a uma mesma questão e fazer escolhas políticas e ideologicamente diferentes. Parte-se também do pressuposto que as gerações se influenciam mutuamente e os seus modelos de orientação encontram-se em constante relação (Mannheim, 1986).

## 1.2. Os efeitos de idade, de geração e de período

Depois da obra de Mannheim (1986) a questão das gerações só volta a ressurgir nos anos 50 em perspectivas teóricas menos globalizantes, deixa de se enquadrar numa perspectiva macro da evolução ou do destino humano e passa a diversificar-se pelos âmbitos da Etnografia, da Demografia, da Psicologia e da Sociologia (Attias-Donfut, 1988).

Em diversas pesquisas as noções de geração e de idade aparecem subordinadas a duas abordagens distintas: a) a que evidencia o grupo de pessoas que pertencem a uma mesma geração e b) a que salienta o intervalo de tempo em que se pertence à mesma idade (a fase ou o período de vida). Da evolução deste debate resultou um modelo de análise assente em três elementos base: a pertença a uma idade, a uma geração e a um período (Attias-Donfut, 1988).

Num primeiro momento, importa distinguir cada um destes elementos, assim: a) numa aproximação demográfica e estatística, o termo geração define-se pelo conjunto de indivíduos nascidos na mesma data ou num mesmo intervalo de tempo; b) numa perspectiva etnológica ou genealógica, as gerações são expressas em termos de categorias de idades e correspondem ao intervalo de tempo que separa cada grau de filiação – existe a geração de pais e dos seus filhos (a primeira, a segunda e a terceira geração) e c) na perspectiva sociológica, a noção de geração, sob a ascendência das reflexões de Mannheim, implica a noção de período – um conjunto de indivíduos que vivem experiências comuns, partilham a mesma forma de ver o mundo e referenciam-se num mesmo período histórico e social.

A perspectiva etnológica centrou-se na questão dos laços filiais e na classificação das posições dos indivíduos no seio familiar e na organização social<sup>13</sup>. Os estudos realizados neste âmbito versavam sobre etapas de vida claramente demarcadas entre a infância, a vida adulta e a velhice. As transições eram, sem ambiguidade, codificadas

---

<sup>13</sup> As sociedades africanas organizadas em sistemas de idades são o protótipo dessa perspectiva.

por rituais bem definidos no tempo (Mead, 1928; Radcliffe-Brown, 1929; Lowie, 1920; Paulme, 1971; Balandier, 1974). Esta ligação estreita entre geração e filiação é, no entanto, rompida por Eisenstadt (1956), este autor defendia que o sistema de classes de idades, tendo funções análogas, não se resumia ao sistema de parentalidade e de filiação. As regras da parentalidade não eram suficientes para entender as mudanças registadas entre gerações ao nível das atitudes, das representações e dos valores, não justificavam, por exemplo, as diferentes reacções face à guerra.

A perspectiva sociológica, numa abordagem mais complexa e menos quantificável, vai, como foi referido anteriormente, defender a noção de geração para além das categorias de idade. O conceito de geração passa a implicar um conjunto de indivíduos que se situam num mesmo período social e desenvolvem em comum um “sentimento”, uma “consciência” de geração.

Cada um dos elementos definidos terá, ainda, efeitos diferentes: a) o efeito de idade é o modo como as atitudes, valores e comportamentos evoluem com a idade dos indivíduos; b) o efeito geracional tem a ver com os valores e características que uma geração demográfica transporta e que lhe confere identidade social e cultural e c) o efeito de período é a influência de certo contexto ou período sobre quem o viveu (Pais, 1988a).

Diferenciadas estas noções evidencia-se, num segundo momento, o facto de nenhuma delas existir em estado “puro”. Os fenómenos sociais são influenciados pela relação que se estabelece entre os três efeitos enunciados. A utilização da variável idade nos estudos de ciências sociais implica que, em função da história social (efeito de período), se combine as diferenças de idade e as diferentes trajectórias de cada geração (Attias-Donfut, 1988).

É nesta direcção que Pais (1998a) avança quando, num estudo sobre as gerações e os valores da sociedade portuguesa, questiona sobre o que mais influenciou as agitações académicas dos anos 60 e 70, refere que existe a tendência para se atribuir à idade uma função explicativa que ela nem sempre tem:

“Os efeitos de idade apenas artificialmente se podem isolar dos efeitos de período e dos efeitos de geração – tomada esta num sentido sociológico. Por exemplo, os inquiridos que frequentaram a universidade no período conturbado das agitações académicas dos anos 60 e 70 revelam posições e atitudes que devem ser atribuídas à sua geração ou ao período em que sucederam esses acontecimentos? Quais os mecanismos de interdependência entre efeitos de idade, de período e de geração?” (Pais, 1998a, p.26).

Sobre a dificuldade de se distinguirem estes fenómenos, Pais refere que aquilo que por vezes se considera efeito de geração ou idade pode ser consequência do efeito de período:

“É provável que algumas atitudes reveladas pelos nossos inquiridos dos 35 aos 44 anos, ou dos 45 aos 54 anos de idade, estejam marcadas pelo idealismo que caracterizava a chamada «geração de 60», integrada por jovens que, mais de perto, viveram a oposição ao regime salazarista e colonialista; mas também é provável que algumas dessas atitudes sejam efeito de um período, por exemplo, o período marcado pela revolução de Abril” (Pais, 1998a, p.26).

Para Attias-Donfut (1988), mesmo que a separação entre estes três efeitos aconteça através de procedimentos muito sofisticados, o que interessa é conjugá-los num mesmo modelo de análise (modelo a três tempos). Esta autora conclui que a ponderação sobre os efeitos de idade e geração permite uma abordagem temporal dos fenómenos analisados e a noção de período possibilita o enquadramento conjuntural que define a especificidade da geração.

Paralela à discussão sobre o modelo de análise defendido por Attias-Donfut está a questão dos efeitos de idade ou de geração estarem sob a influência de outros efeitos ou co-existirem com outros efeitos. Riley et al. (1972) e, mais tarde, Hagestad e Neugarten (1984) atribuíram a dados de etnia, do género e da classe social efeitos susceptíveis de mudar o modo como as fases da vida se desenrolam. Pais (1998a) refere, por exemplo, a influência do efeito classe social na adesão dos jovens aos movimentos ecológicos:

“São os mais escolarizados, de meio urbano e de classes médias, os jovens mais propensos a manifestarem preocupações ambientalistas. Noutros universos de valores, os efeitos de idade e de geração deixam-se atravessar por efeitos de sexo (género), status, situação perante o trabalho, etc.” (Pais, 1998a, p.27).

Conforme as condições sociais vigentes, uma geração é ou torna-se aquilo que o jogo de poder permite e, “no interior de cada grupo geracional ou de idade, constroem-

se representações, identidades e situações sociais que se confrontam com outros grupos ou categorias sociais” (Motta, 2004, p. 353). As gerações e as idades são, deste modo, categorias estruturais que devem ser consideradas na análise das relações sociais, mas estas não se diluem ou sobrepõem a outros factores de estratificação como é o caso das categorias do género e da classe social (Sarmiento, 2005).



### 1.3. O ciclo de vida

A noção de *ciclo de vida* é herdeira da perspectiva historicista que defende a sucessão das gerações e das idades numa reintegração cíclica. O modelo do ciclo de vida estrutura-se segundo quatro premissas: a) as sociedades dividem-se em classes de idades; b) a cada idade está subjacente um sistema de papéis específico; c) existe uma sucessão contínua das idades e d) em cada idade regista-se um processo de envelhecimento. Segundo esta perspectiva, o estudo do ciclo de vida visa estabelecer tipologias não só sobre as etapas cronológicas da vida (a infância, a adolescência, a juventude, a adultez e a velhice), mas também sobre a sucessão de acontecimentos que caracterizam os diversos domínios de vida (domínio profissional, familiar, residencial, financeiro e outros) (Pitrou, 1982; Fresel-Lozey, 1983; Attias-Donfut, 1988).

“ [A] noção de ciclo de vida leva a pensar que a nossa existência se organiza ao longo de um tempo e num certo número de etapas, fases pré-determinadas, cronologicamente ordenadas que se articulam através de “idades-limite”, transições socialmente codificadas por ritos de passagem e actos públicos” (Fresel-Lozey, 1983, p. 57).

Actualmente o desafio está em repensar a definição de ciclo de vida, a sequência de etapas bem limitadas e a definição precisa do estatuto, dos papéis e das representações associadas a cada idade (Attias-Donfut, 1988). De um ciclo concebido como único ou pré-definido passa-se a entender a vida como um processo interactivo sujeito à mudança e a diversas experiências sociais.

As mudanças socioeconómicas e as novas condições da vida familiar fazem com que o tempo que medeia entre o fim dos estudos, o exercício de uma profissão, a independência em relação à família de origem e a constituição de um agregado familiar próprio não seja linear nem instantâneo (assunto desenvolvido no ponto 1.4.2.1 deste capítulo). As relações amorosas são marcadas por diferentes formas de conjugalidade e os itinerários da vida activa complexificam-se sendo marcados por formas atípicas de trabalho, pelo desemprego e pelo emprego precário.

A possibilidade de se definirem as “idades da vida” exclusivamente pela sua homogeneidade interna ou a associação a papéis específicos é colocada em causa. Se há cerca de trinta anos poderia ser óbvia a identificação do adulto a um itinerário concebido como unívoco e linear – o adulto que trabalhava, o chefe de família, casado e com filhos –, actualmente, registam-se desconexões nos itinerários. Facto que implica assumir a presença do risco, da complexidade e da mudança nos percursos de vida.

O desafio está na forma como o indivíduo gere as contradições e potencia aquilo com que se depara quotidianamente. O *status* torna-se incerto e ao nível dos percursos de vida surgem situações ambíguas e difíceis de classificar. Perante as perguntas: Quem és? O que fazes? Nem sempre existem respostas únicas ou simples. Por vezes, nos vários domínios da vida, o indivíduo desempenha diversas funções, papéis que se cruzam e se tornam indefiníveis através de uma só palavra (Pitrou, 1982; Attias-Donfut, 1988).

As normas tornam-se flexíveis e relativizam-se os limites formais entre os diversos períodos da vida, desvaloriza-se a perspectiva que entende a vida como um circuito fechado que evolui em graus sucessivos até meio e depois, inevitavelmente, declina. Substituí-se essa abordagem pela perspectiva que defende novos princípios do desenvolvimento humano – a teoria da *life-span*.

Segundo a teoria da *life-span*, o desenvolvimento do indivíduo e dos acontecimentos dá-se ao longo de todas as fases da vida. O desenvolvimento humano não é apenas influenciado pela questão biológica, mas também pelas questões psicológicas e sociais. Cada indivíduo tem o seu ritmo e processo de desenvolvimento (Lemme, 1995). Mais que um ciclo predefinido, a vida desenrola-se numa espiral onde os percursos sustentam avanços e recuos.

A imagem do movimento espiral da vida situa o indivíduo em situações idênticas, mas diversas, das experienciadas anteriormente – por exemplo, voltar a estudar, um segundo casamento ou a mudança de emprego. O indivíduo, voluntariamente ou pressionado, define, para si próprio, segundas oportunidades e não ocupa ou desempenha, por tempo indefinido, um único lugar ou papel social (vide figura 1). A noção do ciclo de vida é assim substituída pela noção de percursos de vida flexíveis



estratégias, a valorização da autonomia e a diversidade de comportamentos não desvirtuam a predominância de certos ciclos.

Esta é também a perspectiva da presente pesquisa: devido à lógica discordante de certos calendários, uma visão unificadora e simplista do ciclo de vida é desajustada, porém, sem se deixar de contemplar a diversidade, é possível e interessa compreender as regularidades que se registam nos percursos de vida dos indivíduos e, neste caso particular, dos adultos (Pitrou, 1982; Hibert, 1983).

### **1.3.1. O ciclo de vida e a dimensão demográfica**

Considerar a perspectiva demográfica no estudo da adultez é assumir que o comportamento e perspectivas sobre as idades e o ciclo da vida diferem de acordo com a caracterização dos fenómenos demográficos. São várias as mudanças demográficas que levaram os investigadores sociais a prestarem atenção ao estudo do ciclo da vida, particularmente o aumento da esperança de vida e a redução do número de filhos nas sociedades ocidentais. As práticas e significados das idades da vida diferem numa sociedade jovem (de elevado índice de fecundidade) e numa sociedade envelhecida, tal como diferem numa sociedade onde a esperança de vida é curta ou longa.

A abordagem demográfica da questão das idades permite ainda sustentar o debate acerca da complexidade dos percursos de vida: o facto do “horizonte da morte” se afastar e da eventualidade de uma gravidez indesejada desaparecer torna os ciclos de vida mais libertos de constrangimentos sociais. Face a diversas transformações sociais, os ciclos de vida prestam-se, agora, a novos comportamentos na gestão do capital-tempo (Thierry, 2002).

São, por sua vez, as transformações sociais, nomeadamente a possibilidade de se programar um projecto de vida autónomo do grupo social e o aumento das aspirações

individuais, que promoveram mudanças consideráveis ao nível dos regimes demográficos. A prioridade que recai sobre a acção individual e a sua relação com os fenómenos demográficos foi sublinhada por Notestein (1945). Este autor defendeu que o regime estacionário de crescimento demográfico – que resultou da passagem de um estado de elevado crescimento demográfico para o duplo controle da mortalidade e da fecundidade (*Teoria da Transição Demográfica*) – não se justifica apenas pela modernização industrial e urbana ou por factores meramente economicistas, provém de uma nova atitude das famílias, o controle racional dos nascimentos a fim de “promover a saúde, a educação e o bem-estar material do indivíduo criança» (Notestein, 1945, p. 41).

Em Portugal, o cenário referente à matriz demográfica moderna é uma construção demorada. Até à década de 60 foram os valores tradicionais ligados a um modo de vida rural que se evidenciaram, só após a revolução de 1974 houve alterações significativas enunciando-se comportamentos característicos de correntes laicas e de um modelo social urbano (Bandeira, 2004). A partir dessa altura, os valores que favorecem a autonomia individual na esfera política, ética e moral ganham maior expressão no quotidiano dos indivíduos – fomentam-se novos modelos matrimoniais e novos núcleos familiares; regista-se o aumento do divórcio e das uniões informais; a mulher emancipa-se em relação à esfera doméstica; aumenta a possibilidade do controle da natalidade através dos métodos contraceptivos e sobrevalorizam-se os aspectos sexuais das relações íntimas (Bandeira, 1996a, 2004). A biografia padrão dos indivíduos muda e, conseqüentemente, muda o modo como até aqui se definiram e limitaram as etapas sequenciais da vida.

Na perspectiva de Roussel e Girard (1982), o modo como determinada sociedade entende e divide a existência humana em idades da vida depende de dois factores fundamentais: em termos quantitativos, da duração média dessa existência e, em termos qualitativos, da evolução dos acontecimentos que caracterizam essa existência. É a partir deste enunciado que os autores entendem o aumento da esperança de vida e as transformações sociais como uma dupla mutação que, na modernidade, alterou as noções do tempo e a definição das fases da vida, abordagem que se desenvolve de seguida.

### 1.3.1.1. O aumento da esperança de vida – as novas idades da vida

Para Roussel e Girard (1982) o aumento da esperança de vida não se traduz apenas no estirar de cada idade, ele vai, entre outros factores, contribuir para: a) uma nova redistribuição das idades; b) a multiplicação das etapas do percurso de vida; c) a transformação das relações intergeracionais e d) a alteração dos mecanismos de reprodução social.

Atendendo aos indicadores da fecundidade e da mortalidade e ao que regula em termos económicos e culturais esses indicadores, Roussel e Girard (1982) descrevem três enunciados do tempo que correspondem a três diferentes noções das idades da vida e a três diferentes regimes demográficos – o antigo regime demográfico, a transição demográfica e o regime demográfico moderno. A cada fase definida os autores atribuem características sociais diferentes, novos valores e novas formas de apreender e conduzir a existência humana.

Segundo Roussel e Girard (1982), actualmente, o tempo é vivido de um modo particularmente diferente daquele que se vivia há dois séculos, mas essa mudança deu-se de forma progressiva – um período transitório permitiu fazer a ponte entre as sociedades tradicionais e as sociedades modernas.

Num primeiro momento, no sistema demográfico antigo, precedente à “revolução demográfica” (até ao final do século XVIII), Roussel e Girard (1982) defendem a existência de um tempo de “história imóvel” – onde a morte era imprevisível e elevada, tal como a fecundidade. O tempo de vida era breve e aleatório, podia-se morrer em qualquer idade, à nascença, aos 10 anos, aos 20 anos, aos 40 ou aos 60 anos. Por outro lado, a fecundidade não era controlada, tinham-se os filhos que “Deus quisesse”. Um grande número de crianças nasciam, mas muitas não viviam mais de algumas horas ou poucos dias, muitos não chegavam a adultos e poucos atingiam uma idade avançada. A sociedade tradicional, rural na sua maioria, lutava pela sobrevivência, vivia-se um destino imponderável e nascer, crescer e reproduzir-se representava um risco permanente (Girard, 1983).

No sistema anteriormente descrito, os indivíduos não investiam a longo prazo nem manifestavam interesses de promoção individual, perante um destino incerto que podia acabar no dia seguinte, o objectivo era salvaguardar o património familiar. Neste regime, cada idade tinha os seus privilégios e interdições. O projecto de cada geração era o de repetir a geração precedente, o tempo social era tido como circular e imóvel. Para além de alguns imprevistos como as guerras, as fomes ou as epidemias, o quadro temporal seguia o calendário anual, o ritmo das festas e dos trabalhos sazonais (Roussel & Girard, 1982).

Num momento posterior (durante o século XIX), a que Roussel e Girard (1982) chamam de “tempo gerido”, registam-se mudanças no quadro da mortalidade e da fecundidade: por um lado, a morte é prorrogada para a velhice, por outro lado, inicia-se o controlo da fecundidade e fixa-se o número de filhos a ter. Com o aumento da esperança de vida o ser humano tem diante de si uma “existência completa” – uma infância, uma juventude, uma maturidade e uma velhice. A um “tempo imóvel” e fixo sucede-se um “tempo apropriado” no qual se gerem aspirações e estratégias individuais. O indivíduo tem um novo tempo social e pode investir não só para proveito da sua linhagem mas também para o seu próprio benefício. O recuo da morte permite ao homem projectar uma carreira ao longo de várias etapas da vida, projectar o futuro dos seus filhos e, entre outras coisas, percepcionar o prolongamento do período de instrução como um investimento rentável (Roussel, 1983).

Sobretudo a partir da segunda metade do século XX, Roussel e Girard (1982) concluem, em relação a um terceiro momento de mudança, que a percepção do tempo social volta a alterar-se: a duração da vida torna a aumentar, confirma-se a atitude de gestão racional do capital-tempo, desvaloriza-se tanto o passado como o futuro e exalta-se a gratificação do presente. Este novo momento, definido pelos autores como a “recusa do tempo”, está imerso no desenvolvimento das novas tecnologias e em novos valores educacionais. Os modos de vida evoluem ao ritmo das novas invenções tecnológicas. Deixa de haver rupturas radicais entre as idades da vida e a juventude é percepcionada como uma idade de referência (Girard, 1983).

Em relação aos três tipos de tempo conceptualizados, Roussel e Girard (1982) referem que estes não são estanques, parte das representações estão ainda relacionadas com um “tempo circular”, “imóvel” (procura-se “gerir a vida a longo prazo”), mas existe um novo modelo dominante, as gerações mais novas privilegiam o presente imediato ou próximo (Roussel & Girard, 1982).

Para os autores é ainda evidente a substituição de um número reduzido de idades – a infância dependente, a maturidade autónoma e a velhice breve – pela promoção de novas etapas de vida, pelo menos seis etapas – a infância, a adolescência, a juventude, a maturidade e, com o envelhecimento da população, o idoso e o “idoso idoso”. Para Roussel e Girard (1982), a multiplicidade das idades advém do facto de, na maior parte dos países europeus, em dois séculos, a esperança de vida à nascença quase ter dobrado dos 40 anos para os 75 anos. No fim do século XVIII entrava-se na idade idosa entre os 40 e os 45 anos e um homem, aos 15 anos, podia esperar viver mais 30 anos. Hoje, nessa idade, espera viver mais 60 anos.

Em Portugal, os valores da evolução da esperança de vida à nascença mostram que em 2006 os portugueses aumentaram em mais de 100% os anos referentes à esperança de vida registada em 1920 (INE, 2008a, 2008b)<sup>14</sup>. Perspectiva-se, para a actualidade, um percurso de vida com o dobro da duração – a esperança de vida era de 35,8 anos para os homens e de 40 anos para as mulheres em 1920<sup>15</sup>, passou-se para 70,3 anos para os homens e 77,5 anos para as mulheres em 1991; em 2001 atingia-se os 73,4 anos para o homem e os 80,4 anos para a mulher e em 2006 os 75,2 anos para os homens e 81,8 anos para as mulheres (vide quadro 1). Estima-se para 2050 que os homens possam viver até aos 79 anos e as mulheres até aos 84,7 anos<sup>16</sup> (Carrilho & Gonçalves, 2004).

---

<sup>14</sup> INE – Instituto Nacional de Estatística (2008a) Séries cronológicas – População e Condições Sociais – Demografia 1920-2002; Estatísticas demográficas 2006 (2008b)

<sup>15</sup> De referir que os baixos valores registados em 1920 são influenciados pela elevada mortalidade registada em 1918 e 1919 e provocada pelas ondas epidémicas da gripe pneumónica.

<sup>16</sup> Estes valores não traduzem um prolongamento da longevidade da espécie humana, ou seja, o número médio de anos que uma pessoa que chegue aos 90 anos ainda pode viver não se alterou de forma significativa – após a II Grande Guerra era de cerca de 3 anos, hoje é de 3 anos e meio. O que se verificou foi uma baixa da mortalidade em todas as idades, o que fez com que a possibilidade de se chegar a essa idade triplicasse (de 4% para 12%) (Dittgen, 2002).



**Quadro 1. Evolução da esperança de vida à nascença, por sexo, Portugal 1920-2005**

| Anos | Mulheres | Homens |
|------|----------|--------|
| 1920 | 40       | 35,8   |
| 1930 | 49,2     | 44,8   |
| 1940 | 52,8     | 48,6   |
| 1950 | 60,5     | 55,5   |
| 1960 | 66,4     | 60,7   |
| 1970 | 70,8     | 64,2   |
| 1980 | 76,7     | 69,1   |
| 1990 | 77,3     | 70,2   |
| 1991 | 77,5     | 70,3   |
| 2000 | 79,4     | 72,4   |
| 2001 | 80,4     | 73,4   |
| 2002 | 80,6     | 73,7   |
| 2003 | 80,6     | 74,0   |
| 2004 | 81,0     | 74,5   |
| 2005 | 81,4     | 74,9   |
| 2006 | 81,8     | 75,2   |

Fonte: INE , 2008a – Séries cronológicas – População e Condições Sociais – Demografia 1920-2002  
Eurostat, 2008; Estatísticas Demográficas (INE, 2008b)

Quanto à esperança de vida aos 65 anos, também ela tem aumentado: em 1981 situava-se nos 13,3 anos para os homens e nos 16,2 anos para as mulheres, em 2006 situou-se nos 16,3 anos para os homens e nos 19,8 anos para as mulheres (INE, 2008b).

Com base nestes dados é possível supor que o adulto tenha, nos dias de hoje, diferentes expectativas e outra visão do seu futuro e dos seus percursos. Vive-se numa sociedade que garante melhores condições de vida no que diz respeito aos cuidados de saúde e higiene, o que dá ao adulto a possibilidade de viver mais anos e remeter a ideia de morte para mais tarde.

Com o aumento da esperança de vida, a adultez corresponde a uma etapa que pode prolongar-se por cerca de quarenta anos. Considerando, como exercício teórico, que seria possível delimitar as subfases da vida de acordo com idades precisas, parte-se da

hipótese que também a adultez se divide em várias idades<sup>17</sup>: (a) inicia-se com a categoria de “jovem adulto” – entre os 25 e os 34 anos – prolonga-se (b) pelo “adulto jovem” – dos 35 aos 44 anos; (c) pelo “adulto de meia-idade” – dos 45 aos 54 anos e (d) pelo o “adulto maturo” – dos 55 aos 64 anos, termina com a entrada na fase do “idoso jovem” aos 65 anos.

Concluindo, o aumento da duração de vida veio multiplicar os diferentes momentos da existência humana e, com o desenvolvimento económico e social, novas etapas de vida vão sendo institucionalizadas e ganham direitos específicos (Girard, 1983). O prolongamento da duração da vida modificou a dinâmica e a significação social e individual das idades. As hipóteses de chegar a uma idade avançada não cessam de aumentar. Mesmo existindo desigualdades ao nível do sexo e da condição social (as mulheres vivem mais tempo que os homens e a duração de vida cresce dos operários para os quadros), o aumento da esperança de vida democratiza-se e é o horizonte temporal de cada um que se transforma (Véron, 2006).

#### **1.3.1.2. A baixa da fecundidade**

O controlo e o adiamento da fecundidade (ter menos filhos e tê-los mais tarde) perspectivam um novo entendimento sobre as idades e o ciclo de vida. Mais uma vez a prioridade recai sobre as decisões individuais, particularmente a mulher apropria-se do “seu tempo de vida” e ganha autonomia para organizar os seus percursos. O calendário dos nascimentos passa a ser uma escolha da mulher ou do casal e os objectivos ou investimentos a realizar na esfera escolar e profissional são ponderados nos planos de procriação. O “momento de ter filhos” e a “quantidade de filhos a ter” deixam de estar sob a prescrição social de etapas rígidas, muda também a “idade ideal” para se ser mãe ou pai (Singly, 2001; Almeida et al., 2002; Bozon, 2002a; Torres, 2004b).

---

<sup>17</sup> O adulto constrói-se nestas subfases, não se dilui nelas.

Segundo Bandeira (2004), o declínio da natalidade em Portugal foi fortemente condicionado pelas oscilações da nupcialidade e pelas condições de acesso ao casamento desenvolvendo-se em três fases diferentes: a) queda entre 1927 e 1941 (em todas as idades) devido às restrições matrimoniais – ao elevado celibato e ao casamento tardio – que implicavam forte controle sexual; b) ligeira subida entre 1941 e 1962 (nas idades mais jovens) com a “abertura do mercado matrimonial” e a “liberalização do casamento” que vieram diminuir a eficácia do sistema auto-regulador na travagem do crescimento e c) a partir de 1960, a descida contínua da natalidade com “o reconhecimento do direito universal à associação matrimonial (...) [que] ao tornar caducas as formas de controle da natalidade pelo casamento, força a adopção de novas formas de controle, agora dentro do casamento” (Bandeira, 2004, p. 93)<sup>18</sup>.

Considerando os principais indicadores conjunturais da fecundidade em Portugal, entre 1981 e 2001 registaram-se mudanças significativas: o indicador conjuntural de fecundidade – que traduz o número médio de crianças nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos) – atingiu, em 1981, o limiar crítico dos 2,1 filhos por mulher, valor abaixo do qual deixa de estar assegurada a substituição das gerações, ou seja, não existe a garantia de cada mulher gerar uma futura mãe<sup>19</sup>. Na década de 90 este indicador desce para 1,4, recupera em 2000 para 1,6 e volta a descer em 2001 para 1,4. Em 2007 regista o valor mais baixo de sempre – 1,33. Entre 1981 e 2001, o número de nados-vivos por cada 1000 mulheres com idades de procriar (15-49 anos) diminuiu de 63,7 para 43,2 e em 2007 situou-se nos 39,4. Para além de se ter menos filhos, a idade média das mulheres no nascimento do primeiro filho aumenta – em Portugal, em 1981 era de 23,6 anos, em 2001 atinge os 26,8 e situou-se nos 28,2 anos em 2007 (vide quadro 2). (Bandeira, 1993; Rosa, 1996; INE, 2008b, 2008c; Barreto & Preto, 1996).

---

<sup>18</sup> Em Portugal, o declínio estrutural da natalidade registado principalmente a partir dos anos 60 para além de tardio em relação à generalidade dos países da Europa, foi muito mais desfasado do início da queda da mortalidade que se situa, pelo menos, no séc. XVIII (Bandeira, 2004).

<sup>19</sup> O indicador conjuntural de fecundidade era, em 1960, de 3,15 (o segundo mais elevado da Europa a seguir à Irlanda) e é, actualmente, um dos mais baixos do mundo.

Quadro 2. Principais indicadores da fecundidade – Portugal, 1981, 1991 e 2000-2007.

| Anos | Indicador conjuntural de fecundidade | Idade média da mulher ao nascimento 1º filho | Taxa de fecundidade (%) por classes etárias da mãe (15-49 anos) |              |              |             |       |       |       |
|------|--------------------------------------|----------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|--------------|--------------|-------------|-------|-------|-------|
|      |                                      |                                              | 15 -19                                                          | 20-24        | 25-29        | 30-34       | 35-39 | 40-44 | 45-49 |
| 1981 | <b>2,1</b>                           | <b>23,6</b>                                  | 39,8                                                            | <b>135,6</b> | 128          | 75,2        | 35,6  | 13,2  | 1,8   |
| 1991 | <b>1,42</b>                          | <b>24,9</b>                                  | 23,6                                                            | 85,9         | <b>110,3</b> | 65,5        | 24,3  | 5,9   | 0,5   |
| 2000 | 1,6                                  | 26,5                                         | 22,0                                                            | 63,0         | <b>100,7</b> | 84,5        | 34,3  | 6,6   | 0,5   |
| 2001 | <b>1,46</b>                          | <b>26,8</b>                                  | 20,9                                                            | 56,7         | <b>92,7</b>  | 80,9        | 33,8  | 6,6   | 0,4   |
| 2002 | 1,47                                 | 27                                           | 21,3                                                            | 54,6         | <b>93,1</b>  | 83,4        | 35,1  | 6,8   | 0,5   |
| 2003 | 1,44                                 | 27,4                                         | 20,1                                                            | 51,2         | <b>89,7</b>  | 84,6        | 35,7  | 7,1   | 0,4   |
| 2004 | 1,4                                  | 27,5                                         | 19,6                                                            | 48,2         | <b>85,3</b>  | 83,6        | 36,1  | 7,3   | 0,5   |
| 2005 | 1,41                                 | 27,8                                         | 19,0                                                            | 47,6         | 84,3         | <b>85,3</b> | 37,6  | 7,4   | 0,4   |
| 2006 | 1,36                                 | 28,1                                         | 17                                                              | 45,5         | 79,6         | <b>83,8</b> | 38,4  | 7,7   | 0,4   |
| 2007 | <b>1,33</b>                          | <b>28,2</b>                                  | 16,9                                                            | 44,1         | 76,1         | <b>82,6</b> | 39,7  | 7,4   | 0,3   |

Fonte: Cálculos de Costa (2004) apresentados no II Congresso de Demografia com base no INE, Estatísticas Demográficas 1981-2001, Recenseamento Geral da População 1981,1991,2001 e Estimativas Intercensitárias da População Residente 1992-2000. INE (2001b,2008b, 2008c) – Estatísticas Demográficas 2000, 2006, 2007.

A fecundidade desce essencialmente nos grupos etários mais jovens – nas mulheres com idades entre os 20 e os 24 anos. Por seu turno, regista-se um ligeiro aumento da fecundidade nas mulheres que têm entre 30 e 34 anos e nas que têm entre 35 e 39 anos. De 2005 a 2007 a taxa de fecundidade nas mulheres que têm entre 30 e 34 apresenta os valores mais elevados entre todos os grupos de idades (vide quadro 2).

As mulheres encontram-se, actualmente, “numa situação de dessincronização relativamente ao *calendário familiar tradicional* e numa sincronização ante o seu próprio *relógio familiar*” (Costa, 2004, p.13). Substitui-se o calendário que indicava à mulher o momento socialmente correcto para casar, engravidar e desempenhar o papel esperado de mãe e de dona de casa por um relógio individual onde a mulher programa o momento que lhe será mais oportuno para viver a maternidade.

Com o aumento do investimento escolar e da actividade feminina, o “momento favorável” para ter a *criança desejada*, fruto de uma gravidez planeada, é o momento que não perturba o percurso escolar da mulher, que não prejudica os seus planos profissionais e que coincide com um período de relativo conforto financeiro do casal. Leridon (1995) refere-se, justamente, a este conceito de *criança desejada* – a criança

que se afasta da categoria da *criança não programada*. É o filho que é desejado para satisfazer uma dimensão afectiva, social ou psicológica da mulher ou do casal<sup>20</sup>.

A diminuição da taxa de fecundidade advém quer de estratégias individuais conscientes quer de decisões socialmente influenciadas. O “momento certo” para se ter filhos depende de decisões individuais quando se pondera o grau de envolvimento do casal e a qualidade da relação; quando se faz um balanço sobre nível de satisfação de cada um dos cônjuges em relação à sua vida pessoal e profissional. Neste caso, pondera-se sobre o facto do nascimento de uma criança poder provocar insatisfação conjugal, aumentar os conflitos e a sobrecarga de trabalho, nomeadamente para a mulher. O nascimento de um filho é programado conforme o balanço que se faz da relação e das prioridades individuais. Caso “ainda não seja o momento certo”, é adiada essa decisão.

O facto do acesso a diferentes métodos contraceptivos colocar a procriação à margem da sexualidade contemporânea é outro factor que influi na diminuição da fecundidade. Os momentos em que se pratica a sexualidade reprodutiva e aqueles em que se pratica uma sexualidade não reprodutiva tendem a separar-se. A actividade sexual encontra-se, actualmente, autonomizada da conjugalidade e da procriação sendo valorizada em si mesma (Bozon, 2002b). A sobrevalorização dos aspectos sexuais tem a ver com o aumento da importância atribuída, quer pelo homem quer pela mulher, ao papel da cumplicidade sexual na construção de uma relação (uma relação organizada através não só da partilha, da comunicação e da igualdade de direitos e deveres dos dois cônjuges mas também do erotismo, do prazer e da satisfação sexual). Por outro lado, a sexualidade pode ainda desvincular-se de relações duradouras prevalecendo a sua dimensão hedónica associada ao lazer e ao prazer imediato das relações esporádicas (Pais, 1998a; Giddens, 2001; Almeida et al., 2002; Bozon, 2002b).

Para além das estratégias individuais e da dissociação da sexualidade da procriação existem ainda factores sociais, externos ao indivíduo, que contribuem para a diminuição da taxa da fecundidade: as pressões socioeconómicas exercidas sobre o adulto para que

---

<sup>20</sup> Segundo Leridon (1995) mesmo os nascimentos “não programados são programados”, eles advêm, muitas vezes, de uma decisão prévia da mulher ou do casal de ter o filho de forma imprevista. A própria imprevisibilidade da gravidez é assim calculada e manipulada.

este corresponda a um perfil concorrencial e consumista; as deficitárias e dispendiosas redes de guarda formal ou informal das crianças (ainda mais caras com a difusão de actividades extracurriculares artísticas e desportivas) e os custos que se mantêm ou aumentam com o crescimento dos filhos (Guerreiro, 1998; Almeida et al., 2002; Aboim & Wall, 2002).

Na dita sociedade de consumo, os projectos de mobilidade social da família contemporânea passam muitas vezes pela escolarização dos filhos. Sem qualquer função produtiva ou, pelo menos a médio prazo, qualquer “rentabilidade” do ponto de vista estritamente económico, os filhos implicam, para muitas famílias, sacrifícios e um investimento acima das suas capacidades financeiras (Leridon, 1995; Pais, 2001; Almeida et al., 2002; Cunha, 2007). Um exemplo desse esforço é o recorrente pedido de empréstimo para assegurar o aumento dos recursos escolares da geração mais nova. No máximo, espera-se que o retorno desse “investimento” aconteça anos mais tarde caso os progenitores necessitem de apoio na sua velhice.

A partir dos anos 80, difundido no contexto do marketing e publicidade (pelas agências Millward Brown e Mccann Ericksons), o conceito de *casais dinkis* – “double income no kids” remete para uma tendência diferente da anteriormente descrita, mas também em crescendo: a formação de casais com idades entre 25 e 35 anos, pertencentes à classe média, média/alta ou alta, com trabalho e salário certo que desvalorizam a parentalidade não devido a “sacrifícios” económicos, mas por não estarem dispostos a trocar a sua liberdade pelos constrangimentos que advêm do nascimento de um filho. Estes casais dão particular importância ao hedonismo na vida adulta e são descritos como profissionais ambiciosos com situações económicas confortáveis que empregam os seus rendimentos em viagens, actividades de lazer e em hábitos de consumo descartáveis<sup>21</sup>. Para além do conceito ser proveniente de estratégias de mercado, na presente pesquisa parte-se da hipótese que este estilo de vida ajusta-se a percursos biográficos de alguns “jovens adultos” e “adultos jovens” (mesmo dos que não usufruem de uma situação económica favorável e ganham apenas o suficiente para financiar certos hábitos de consumo).

---

<sup>21</sup> Daí o interesse do marketing em definir, conceptualizar e divulgar o estilo de vida destes indivíduos identificando-os como um novo *target* publicitário para marcas como a Nokia, Sony, Nike, Ikea entre outras.

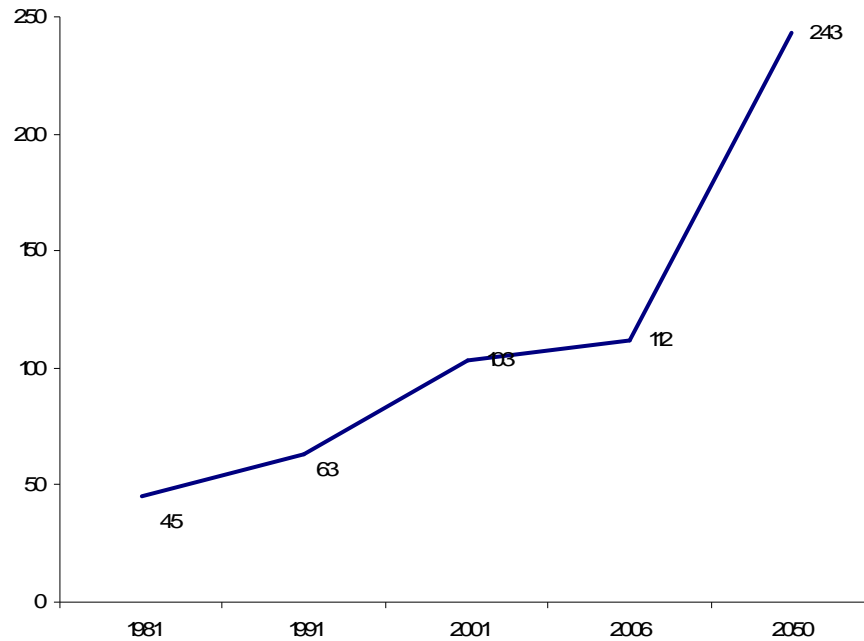
A queda da fecundidade não pode assim ser interpretada como efeito de uma única causa, ela advém da conjugação de múltiplos factores. Admite-se porém que a contraceção ou, tal como afirmou Ariès (1979), a passagem de um regime de fecundidade “livre” para um regime de fecundidade controlada foi o que a tornou possível. Uma nova atitude dos indivíduos face à vida e à morte, um “gosto pela vida” e uma nova “estrutura mental” que entende o corpo “como objecto de conhecimento positivo e de intervenção racional” (Ariès, 1979, p.372).

A alteração dos calendários, das idades de procriação e da relação dos indivíduos face ao ciclo de vida dito “tradicional” faz-se sentir de forma cada vez mais intensa e é apoiada por processos científicos cada vez mais eficazes (propensão que aumenta conforme aumentam os capitais escolares e profissionais dos progenitores) (Costa, 2004).

### **1.3.1.3. O envelhecimento da população**

O significado das idades da vida é também influenciado pelo fenómeno do envelhecimento da população, particularmente pelo aumento global da proporção de pessoas idosas e pelo aumento dos “mais velhos” – aqueles que têm mais de 75 anos. O fenómeno do envelhecimento da população desloca o debate sobre as idades para a questão dos idosos e das relações intergeracionais, particularmente para a problemática do contrato social que liga as diferentes gerações e é posto à prova pelas mudanças demográficas (Walker, 1996; Véron, 2006).

Atendendo ao índice de envelhecimento da população portuguesa, os Censos mostram que em 1981 existiam 45 indivíduos com mais de 65 anos por cada 100 jovens com menos de 15 anos, em 1991 o valor sobe para 63 e em 2001 é de 103. Em 2006 o índice é de 112 e estima-se que em 2050 se atinjam os 243 idosos por cada 100 jovens (vide figura 2).



Fonte: INE: Censos 1981, 1991, 2001. INE, Estatísticas Demográficas 2006 (INE, 2008a): Índice de Envelhecimento da população, Estimativas 2050 (INE, 2008a).

**Figura 2. Índice de envelhecimento, 1981, 1991, 2001, 2006 e estimativa 2050, Portugal**

A proporção dos jovens (com menos de 15 anos) na composição etária da população situou-se, em 1981, nos 25,5%, em 1991 desce para 20%, em 2001 para 15,9% e em 2006 para 15,5%. Estima-se que em 2050 se situe nos 13%. A proporção da população idosa com 65 ou mais anos aumentou – de uma importância relativa de 11,4% em 1981 para 13,6% em 1991 e para 16,5% em 2001, o valor subiu para 17,3% em 2006. Estima-se que chegue aos 32% em 2050. Em relação à população activa, dos 15 aos 64 anos, prevê-se que a actual proporção de 67,3% da população desça, em 2050, para 55% (Carrilho & Gonçalves, 2004; INE, 2008a).



O índice de dependência dos idosos, ou seja, o número dos residentes com 65 ou mais anos por cada 100 indivíduos com idade activa (dos 15 aos 64 anos) sobe de 18,2% em 1981, para 21% em 1991 e para 24% em 2001. Estima-se que a proporção de 26% registada em 2006 suba para 34% em 2025 e para 58% em 2050. Entre 1991 e 2020 estima-se, ainda, que a taxa média de crescimento anual da população idosa com mais de 85 anos seja de 3,4% (Carrilho & Gonçalves, 2004; INE, 2008a)

A expansão do dito “continente cinzento” dá-se assim pelo aumento do número de indivíduos na idade dos ditos “jovens idosos” – a partir dos 65 anos (indivíduos ainda autónomos, disponíveis para o lazer e para actividades produtivas) – e na idade dos “velhos idosos” – com mais de 75 anos (indivíduos que, na maior parte, estão sujeitos a situações de dependência e necessitam de serviços e ajudas especiais) (Roussel & Girard, 1982).

O conceito de “jovem idoso”, para além de referenciar os indivíduos que têm entre 65 e 75 anos e se encontram na reforma, não se ajusta apenas a uma idade precisa, este conceito corresponde a características sociais, ao bem-estar físico e psicológico que definem o indivíduo como capaz e útil à sociedade. O “jovem idoso” é o indivíduo que, para além de mais velho, está sensibilizado para a prática de um estilo de vida saudável, fazer dietas, fazer exercício físico e manter-se activo.

O surgimento da categoria “jovem idoso” ocorre em simultâneo com o aumento da distância que separa a idade cronológica da idade funcional, fenómeno detectável já na fase da vida adulta quando o indivíduo não se comporta de acordo com o estereótipo definido para a sua idade, isto no sentido em que a sua performance física e intelectual é maior do que a esperada. Este fenómeno é denominado de “youth creep” (juvenilização), ou seja, a idade funcional dos indivíduos torna-se mais jovem que a idade cronológica: as pessoas com 65 anos comportam-se de acordo com uma conduta típica das pessoas de 50 anos, quem tem 50 anos comporta-se como se tivesse 40, e assim sucessivamente até aos 35 ou 30 anos – mais activos, mais saudáveis e com uma aparência mais cuidada e jovem (Lemme, 1995).

De acordo com Pestana e Gageiro (2004), considerando particularmente o panorama europeu, ser-se “jovem idoso” é, no entanto, algo determinado pelas condições sociais e ambientais dos indivíduos:

“ (...) O estado de saúde dos cidadãos tem melhorado na UE e constitui um factor relevante na capacidade produtiva da sociedade, sendo fortemente determinado pelas condições socioeconómicas (nível de instrução, emprego, rendimento, riqueza), e estilos de vida, bem como pelas condições ambientais (alimentação, recursos hídricos e habitacionais, saneamento básico, poluição atmosférica, tráfego congestionado, ruído)” (Pestana e Gageiro, 2004, p3).

A existência efectiva destes “jovens idosos” depende ainda das representações sociais vinculadas ao envelhecimento. Em Portugal, o envelhecimento demográfico é entendido sobretudo como um fenómeno que compromete o dinamismo do mercado de trabalho; um fenómeno que promove a dúvida sobre a sustentabilidade do sistema de segurança social vigente e a viabilidade de se pagarem as pensões do crescente número de reformados (principalmente quando diminui o número de população activa contribuinte e aumenta o número de população idosa beneficiária) (Rebelo & Penalva, 2004).

O aumento da duração da vida e o envelhecimento da população mais idosa constitui um desafio individual e colectivo no qual se relaciona a quantidade com a qualidade de anos vividos. Quando a maioria das pessoas com idades mais avançadas se encontram dependentes de cuidados especiais de saúde, questiona-se se a maximização da duração de vida deve ser um objectivo social. O que representam os encargos dessa dependência para a sociedade? De que modo estas questões se repercutem nas relações intergeracionais? Quem se deve ocupar de quem? Quem deve pagar por quem? (Véron, 2006).

#### 1.3.1.4. As relações intergeracionais

Ao estudo das idades está subjacente a análise das relações de conflito ou de cooperação que as gerações experimentam nos diferentes domínios da vida social. As relações intergeracionais têm um carácter “qualitativo” envolvendo elementos afectivos, simbólicos e de valor mas são também caracterizadas pelo peso que cada geração tem na população: “o chamado ‘equilíbrio entre gerações’ é, em primeiro lugar, um facto morfológico, um facto que se mede em termos de composição da pirâmide das idades e do peso respectivo de cada classe de idade dentro da população de um país” (Forquin, 2003, p. 12).

A caracterização das relações geracionais apresenta diferentes contornos: a) no interior da família nuclear<sup>22</sup> – as relações, para além de sustentarem certos conflitos, baseiam-se na negociação, na afectividade e na solidariedade intergeracional, comportamentos que se insurgem sobre a concorrência e as dificuldades socioeconómicas, nomeadamente as dificuldades sentidas pelas gerações mais novas; b) ao nível da família alargada<sup>23</sup> – a existência, em simultâneo, da institucionalização da velhice e da manutenção de redes de solidariedade familiar e c) a nível macro, relações onde a competição se instala e as relações de solidariedade são menos frequentes (Roussel & Girard, 1982, Véron, 2006). Estas perspectivas, desenvolvidas a seguir, coexistem e influenciam-se mutuamente.

#### Relações intergeracionais – família nuclear e família alargada

Nas relações intergeracionais da actual família nuclear, a dita família “aberta”, as dinâmicas autoritárias, características da estrutura hierárquica das famílias tradicionais, vão sendo substituídas por trocas afectivas enaltecendo-se um modelo de relação democrático mais flexível (Pais, 1998a). As estratégias de controlo dos pais não se situam nem no autoritarismo rigoroso nem na demissão das responsabilidades educativas ilustrada muitas vezes, no final dos anos 60, por uma atitude *lassair-faire* caótica, vazia de referências ou de orientações (Cicchelli, 2001; Roussel, 2001; Singly,

<sup>22</sup> Homem, mulher ou casal com filhos biológicos ou adoptados.

<sup>23</sup> Relação com outros parentes que não os da família nuclear, considerando particularmente os avós.

2001). Defende-se um ambiente de pacificação e as mudanças verificadas no sistema familiar transformam a família «num laboratório de inovação social, nomeadamente no campo das relações intergeracionais» (Pais, 1998a, p. 50).

“Com efeito, nunca como hoje as relações intergeracionais terão sido tão pacíficas (...). A existência de conflitos entre pais e filhos é de natureza mais esporádica do que permanente (...). As situações geradoras de conflitos são pontuais e, na maioria dos casos, parecem ser relativamente ultrapassáveis ou, pelo menos, tacitamente geridas.” (Pais, 1998a, p.40).

A nova *família relacional* é composta por indivíduos que valorizam a qualidade das suas relações e a construção da intimidade no seu universo privado. As relações tendem a ser fundadas em processos de renegociação e nos valores de igualdade e confiança recíproca (Pais, 1998a; Cicchelli, 2001; Galland, 2001; Singly, 2001; Ramos, 2002).

Continuando os filhos a ambicionar o reconhecimento, e os pais o respeito, diminuem, porém, as punições corporais, a violência verbal, o ambiente de conflito, e o ressentimento ou a “dramatização familiar” (o que não significa o seu total desaparecimento). A relação familiar tem por base uma atitude de negociação e diálogo que torna os conflitos mais abertos. O jovem, em vez de reivindicar, expõe os seus pontos de vista e os pais, em vez de “obrigarem”, explicam a necessidade de se cumprirem determinadas tarefas ou comportamentos. As punições são cada vez mais simbólicas – o corte da mesada, as repreensões orais, as quebras de comunicação ou determinadas proibições (Pais, 1998a)<sup>24</sup>.

O aumento das relações de tipo negocial tem ainda a ver com o facto de, entre gerações, a estrutura de valores tornar-se cada vez mais fluida. No estudo sobre as gerações e os valores da sociedade portuguesa<sup>25</sup>, Pais (1998a) conclui que as gerações mais novas constituem-se como «um importante quadro de referência para as gerações mais velhas, possibilitando uma certa horizontalidade intergeracional de valores» (p.40).

---

<sup>24</sup> As relações intergeracionais enquadram-se, desta forma, no que Giddens (2001) refere como sendo a potencial emergência da *democratização emocional* no domínio das relações de parentalidade, de amizade e das relações amorosas e sexuais. Essa *democracia emocional* remete para o conceito de *relação pura* (possível entre iguais e organizada através da comunicação) que promete «um elevado nível de reconstrução ética e cívica no seu todo». Trata-se do tipo de democracia que induz «os indivíduos a sentirem-se confortáveis em relação às suas emoções» sendo capazes de «simpatizar com as emoções dos outros» (Giddens, 2001, p.183).

<sup>25</sup> Onde se assume que os valores traduzem preferências opinativas subjectivamente interiorizadas que nem sempre coincidem com as práticas (Pais, 1998a).

Aumenta a diversidade dos modos de vida e diluiu-se a possibilidade de se definirem valores exclusivos de uma única geração. Em relação à situação da sociedade portuguesa, a diferença de valores entre gerações detecta-se particularmente entre os mais jovens e os mais idosos. Entre jovens, jovens adultos e adultos a descontinuidade de valores é menor (Pais, 1998a).

“De uma geração a outra há saberes e posições que se herdam e transmitem, garantindo uma certa continuidade geracional. Mas há também lugar para a transformação dos valores, sem que estes tenham de estar necessariamente polarizados em torno de distintas gerações” (Pais, 1998a, p.30).

Conforme os resultados do estudo anteriormente referido, na sociedade contemporânea portuguesa, são raros os registos de continuidade identitária entre gerações mais novas e mais velhas através da prevalência das tradições, dos costumes e de valores conservadores – a cultura que Mead (1971) definiu como *pós-figurativa*, aquela onde não se imagina um futuro para as próximas gerações diferente do passado das gerações mais velhas. Existe, isso sim, uma cultura que apela às descontinuidades intergeracionais sem que se registem rupturas radicais – uma *cultura configurativa* (Mead, 1971).

Detecta-se, ainda, que os jovens adquirem autoridade enquanto agentes socializadores sem que os adultos ofereçam resistência às mudanças que estes promovem – desenvolve-se uma *cultura pré-figurativa* (Mead, 1971). Dá-se um processo de *juvenilização* do adulto, valoriza-se a experimentação e o hedonismo, aspectos até então particularmente associados às culturas juvenis (Pais, 1998a).

Os papéis de pais e filhos, não sendo “nem opcionais, nem contratuais ou intercambiáveis (...)” (Forquin, 2003, p.14), permitem alterações nos processos de socialização e alguns chegam mesmo a inverter-se. A exemplo destas novas trocas intergeracionais, o desenvolvimento da sociedade de comunicação faz do adolescente um “pequeno adulto” que assimila facilmente novos sistemas de codificação informática e diferentes operações informacionais, ou seja, o adolescente ultrapassa o adulto na sua capacidade de adaptação às novas tecnologias da comunicação (Pais, 1998a). Por vezes, o jovem «accede mais precocemente a uma certa forma de maturidade» ajudando, depois, o adulto a iniciar-se em matérias que desconhece (Boutinet, 2000, p.56).

Também o prolongamento dos estudos permite aos jovens a aquisição de conhecimentos especializados e, nesta situação, «os jovens mostram-se em melhores condições do que os adultos para protagonizar novos valores, o que modifica, também, as bases tradicionais da autoridade familiar» (Pais, 1998a, p. 41). Por outro lado, a escola, ao mediar a entrada no mercado de trabalho, liberta o jovem dos mecanismos de reprodução social próprios do modelo da família tradicional e as expectativas de mobilidade ascendente aumentam. Segundo Pais (1998a), a grande maioria dos portugueses “reconhece possuir um *status* social mais elevado do que o da família de origem: 77,4% dos portugueses pensam que a sua situação social é muito melhor (33,7%) ou um pouco melhor (43,7%) que a de origem” (p. 42).

Considerando a família alargada, Pais (1998a) refere que não existem mudanças radicais nos três conjuntos de expectativas e obrigações que usualmente regulam o “contrato entre gerações”:

“ (...) A nível da reprodução bio-social e da socialização (uma primeira geração ajuda uma segunda a produzir uma terceira); ao nível da sucessão e transmissões patrimoniais (a segunda geração obtém recursos para criar a terceira); e, finalmente, ao nível da solidariedade na velhice (a primeira geração, chegada à velhice, é assistida pelos seus descendentes)” (Pais, 1998a, p.38).

Pais (1998a) apurou que, na sociedade portuguesa, cerca de 70% da população considera que os pais devem ajudar financeiramente os seus filhos a construir um futuro melhor e 80% considera que, quando chega a velhice, os filhos devem cuidar dos pais. Aparentemente, se “as *opiniões* ou *intenções* correspondem a *acções*” (p. 38), intensifica-se aquilo a que se denomina de *altruísmo familiar*, ou seja, *redes de microsolidariedades* que se verificam quer no sentido descendente como ascendente entre pais e filhos. Para Pais, à crise do *welfare state* sucede-se um regime de *welfare family*, isto é, verifica-se a degradação do Estado-Providência e das ajudas e transferências públicas ao mesmo tempo que cresce a importância das transferências privadas, nomeadamente o apoio afectivo e material dado pelas famílias aos jovens, aos adultos e aos idosos.

É pertinente, contudo, debater sobre até que ponto as práticas e as solidariedades intergeracionais correspondem às intenções manifestadas. Será que, entre gerações, o enfraquecimento dos limites das idades, a promoção dos afectos, o aumento da negociação nas relações familiares e a maior proximidade de valores correspondem a uma coexistência social pacífica?

Ao nível micro é possível verificar que, na família e na escola, continuam a existir situações de conflito que passam pela desautorização do adulto, pela desmotivação dos mais novos e por situações de dependência prolongada em relação à família de origem. Como será desenvolvido no ponto 1.4.2.1 deste capítulo<sup>26</sup>, viver em família exige permanentes ajustes e o apoio familiar, para além de muito valorizado, não deve dificultar a percepção de autonomia ao nível quer da esfera pessoal quer da esfera profissional e social (Singly, 2001).

Em relação à família alargada, Lenoir (1979) considera que as alterações ocorridas nos mecanismos de reprodução social e no acesso ao património (que em vez da herança passa a referenciar-se no trabalho assalariado e na situação profissional) produzem mudanças nas relações familiares e promovem a institucionalização dos cuidados prestados aos idosos. A partir dos anos 60, aumenta a intervenção de instituições e de pessoal especializado no cuidado dos idosos<sup>27</sup>. Esta intervenção beneficia as famílias quando separadas geograficamente dos mais velhos, quando têm dificuldades em conciliar as obrigações profissionais com as exigências familiares ou quando os idosos têm graves problemas físicos ou mentais (Day, 1990). Por outro lado, esta mudança leva a que a relação com as pessoas de idade, que seguia uma lógica “privada”, passe a reger-se por uma ideologia pública que, por vezes, isola os mais velhos ou afasta a família dos idosos (Lenoir, 1979).

---

<sup>26</sup> Ponto sobre a temática da Sociologia da Juventude.

<sup>27</sup> Assunto também abordado no ponto 1.4.3 deste capítulo, onde se desenvolve a temática da Sociologia da Velhice.

### **Relações intergeracionais a nível macro – o conflito social**

Ao nível macro, a segregação entre idades advém da aceleração dos conhecimentos, da competição no mercado de trabalho e, face à raridade e precariedade de emprego, da concorrência ao nível das ajudas sociais (Fresel-Lozey, 1983). O novo calendário demográfico implica modificações profundas na estrutura familiar. Com o aumento da esperança de vida, a “família horizontal” substitui a “família vertical” pondo em contacto quatro ou mais gerações<sup>28</sup> – estas, mais do que se substituírem, sucedem-se e sujeitam-se a concorrer entre si. (Girard, 1983; Attias-Donfut, 1988; Pais, 1998a; Motta, 2004).

Segundo Roussel e Girard (1982) a transformação dos mecanismos de reprodução social é mais uma das consequências da alteração dos “tempos” e da passagem de um regime demográfico tradicional para uma nova matriz demográfica. No sistema antigo, os filhos sucediam a seus pais. Ocupavam, após a sua morte, o lugar deixado por eles – “a lei de sucessão dos indivíduos assegurava a ‘homeostasia da sociedade’, as gerações tinham papéis distintos mas uma ‘solidariedade natural’ unificava-as” (p. 17). A família enquanto unidade produtiva era o contexto onde se decidia o destino dos indivíduos. Os estatutos ocupacionais eram transmitidos de geração para geração. Actualmente, este mecanismo é impossível: os pais vivem mais tempo e os filhos iniciam a adultez sem que tenha vagado o lugar ocupado pela geração anterior. As gerações coexistem e concorrem entre si. Um dos aspectos mais importantes das relações intergeracionais passou a ser a capacidade das sociedades gerirem, de maneira equitativa, a presença das diferentes gerações no mercado de trabalho (Véron, 2006).

Os valores e políticas protagonizadas pela sociedade na sua globalidade tornaram-se fundamentais: para além da solidariedade intergeracional no seio familiar há uma “nova pobreza” que se desenvolve e afecta jovens e idosos inactivos, com ela aumentam também as solicitações de ajudas sociais ao Estado e à sociedade civil (Pais, 1998a). Véron (2006) defende que a família não pode ser o espaço exclusivo da solidariedade, a dinâmica das idades e das relações intergeracionais tem de ser

---

<sup>28</sup> O contacto multigeracional é ainda reforçado pelo aumento do divórcio e das separações, pela pluralização dos modos de vida e dos modelos familiares.



considerada segundo o sistema de valores global. Para este autor, é urgente a discriminação positiva sobre tudo o que promove o contacto e a troca entre os mais jovens e os mais velhos – “terá de ser assim até ao dia em que a sociedade seja verdadeiramente intergeracional” (2006, p.26). Mesmo que a fecundidade e as migrações internacionais aumentem, o envelhecimento demográfico vai continuar e os países têm de se adaptar às profundas mudanças da estrutura de idades das suas populações.

Para Moscovici (1979) a inovação gravita em torno da criação de conflitos. As minorias, sujeitas às exigências de um grupo dominante e a modelos genéricos, desenvolvem a ideia de “conflito estruturante” que instiga a mudança e a inovação. Muitas vezes o conflito entre gerações, nomeadamente entre pais e filhos, foi considerado inevitável – o conflito é uma das formas de confrontar o projecto do outro com o projecto do próprio. Nesta perspectiva, as relações intergeracionais implicam sempre assimetrias de poder e de autoridade (Jansen, 1977; Moscovici, 1979; Pais, 1998a).

Actualmente, é a repartição dos benefícios ou as penalizações sociais e fiscais que parecem estar em causa quando se enuncia um cenário de conflito complexo. Os novos contextos demográficos já enumerados – a baixa fecundidade, o aumento da esperança de vida e o envelhecimento da população – potenciam novas recomposições relacionais. Ao prever-se que, nas próximas décadas, o processo de envelhecimento demográfico agrave os desequilíbrios existentes entre contribuintes e beneficiários, aumenta a possibilidade de marginalização social da população idosa ou de um conflito entre as gerações activas e as gerações inactivas, entre jovens e idosos (Rosa, 1996; Pais, 1998a).

Neste conflito, o adulto (por encontrar-se numa posição única em relação à sua família – “é filho e pai ao mesmo tempo”) deve assumir o papel de mediador. Uma tarefa complicada na medida em que também ele está sujeito à concorrência e às adversidades do mercado de trabalho. O adulto está na dita “geração sanduíche” que acumula papéis e tem de estar atenta tanto à educação, crescimento e necessidades dos seus filhos como aos cuidados que os seus pais requerem devido ao envelhecimento (Schaie & Willis, 2002). Tal como salienta Mannheim (1986), no processo cultural as

relações de interacção, o contacto dos mais velhos e mais novos, passa pelo grupo intermediário dos adultos que, não eliminando as diferenças entre gerações, pode diminuir as suas consequências. Os adultos mantêm vestígios da herança cultural acumulada pelos mais velhos e concomitantemente absorvem os novos valores da juventude. Conforme sugere Pais (1998a), promovem uma estrutura de valores mais plástica<sup>29</sup>.

Inegável é, no entanto, o facto de se continuar a viver numa sociedade escalonada pela aritmética das idades. Se por um lado deixa de haver limites rígidos a pontuarem os ciclos de vida (Girard, 1983), por outro lado, continua a definir-se as idades segundo funções precisas – “existem idades para tudo”, para estar na escola, para ter determinadas responsabilidades, para usufruir de certos direitos, para ser activo e para ser inactivo. A tentação de manter a especificação das necessidades e dos interesses segundo os limites das idades é grande. As alterações dos tempos biológicos e dos calendários demográficos e sociais não resultaram na destruição de todas as barreiras codificadas para as idades. Na maior parte das vezes, as idades continuam a ser escalonadas segundo ritmos exteriores e razões economicistas, ignorando-se as vontades pessoais (Pitrou, 1982; Girard, 1983).

Para Girard (1983) uma sociedade só é harmoniosa quando cada idade desempenha um papel próprio mas simbiótico com os papéis das outras idades, com igual localização espacial ou temporal. Guillemard (1985) defende a teoria da *despecialização das idades*: para cada grupo de idades (jovens, adultos e idosos) é necessário procurar um melhor equilíbrio entre os diversos tempos e actividades. O lazer e a formação não podem estar apenas associados à juventude, o trabalho à idade adulta e a improdutividade ou as actividades sociais aos idosos. Estas funções devem ser distribuídas de forma equitativa pelos três grupos de idades.

---

<sup>29</sup> Em relação à estrutura de valores que caracteriza a sociedade portuguesa, Pais (1998a) refere que entre as gerações mais velhas encontram-se valores mais orientados para um “colectivismo social”, onde as aspirações individuais se subordinam a causas colectivas. Nas gerações mais novas e mais instruídas domina o “individualismo societal”, onde se subordinam as causas colectivas às aspirações individuais, à realização pessoal, ao direito e à iniciativa privada. “Estes dois ideários cruzam-se no universo de valores dos portugueses” (Pais, 1998a, p. 51).

Guillemard (1985) defende ainda que no percurso de vida não se devia valorizar a existência de uma única carreira profissional, mas a construção de duas ou três carreiras sucessivas e intercaladas por períodos de inactividade. Nas diferentes idades, anos sabáticos, reformas temporárias e a alternância entre tempos de actividade e tempos sociais<sup>30</sup> promoveriam novos interesses e estratégias de reconversão profissional.

Aparentemente utópica, a teoria da despecialização das idades apresenta-se como essencial para o não agravamento da segregação entre gerações. Impondo-se contra a designação de uma única função para cada fase da vida, esta teoria, por um lado, defende a revalorização social e económica das idades avançadas, considerando que os idosos não são meros espectadores-usufruários das outras idades. Por outro lado, realça quer o valor dos percursos profissionais e de aprendizagem dos jovens quer o valor dos tempos de formação dos adultos.

Para ser colocada em prática, a teoria da despecialização implica a progressiva reconversão das actividades profissionais, avaliações realistas sobre as capacidades dos indivíduos e a revisão das leis laborais. Várias são, no entanto, as manifestações de discriminação que se verificam em relação ao potencial de produtividade e participação social da juventude e dos idosos. Em Portugal, a população com mais de 65 anos encontra-se sujeita a um fraco reconhecimento da sua utilidade social. Perante a discriminação pelas idades, os jovens, por sua vez, sentem-se pressionados a dedicarem-se totalmente à carreira profissional confrontando-se com a elevada competitividade e o pedido paradoxal de especialização, polivalência e flexibilidade no trabalho. Devido a estes factores os jovens dão prioridade ao seu percurso profissional (adiam o momento de constituição de agregado familiar próprio) e sujeitam-se, cada vez mais, a situações de precariedade contratual.

É perante este cenário que faz sentido falar na urgente revisão do “pacto de solidariedade entre gerações” e em novas medidas de protecção social para cada fase da vida.

---

<sup>30</sup> Actividades de voluntariado ou associativismo.

### 1.3.2. O ciclo de vida e a dimensão psicológica

O crescente interesse científico sobre o ciclo completo da existência humana e as teorias que consideram a vida num contínuo lançam a Psicologia como ciência precursora no estudo das idades da vida. De seguida, em retrospectiva, enunciam-se as teorias que, no âmbito desta disciplina, maior impacto tiveram na análise dos ciclos de vida. São apresentadas as perspectivas *psicométrica*, *piagetiana*, *neo-piagetiana*, os *estádios* de Erikson, a teoria da *life-span* de Baltes e dos *percursos de vida* de Levinson. Referir-se-ão as principais temáticas abordadas nestas teorias, nomeadamente as questões da cognição e da identidade.

Afastando-se de qualquer postura determinista que dicotomize indivíduo versus colectivo ou psicológico versus sociológico, o objectivo do presente capítulo é cruzar a Sociologia e a Psicologia, de modo a complementar conhecimentos e reconhecer o que de social existe na abordagem que a Psicologia faz sobre a questão das idades.

#### 1.3.2.1. A cognição – declínio, estabilidade e plasticidade mental

Até 1960 a reflexão da Psicologia sobre o desenvolvimento humano centrou-se maioritariamente na infância e na adolescência. As ideias vigentes eram as de que o desenvolvimento só teria lugar até à adolescência e que a fase adulta seria caracterizada por um sucessivo e inevitável declínio intelectual. Imperava uma visão negativa do envelhecimento: a passagem do tempo condenava impreterivelmente o indivíduo à deterioração tanto física como mental.

Entre 1920 e 1950 os estudos efectuados no âmbito da *perspectiva psicométrica* contribuíram de modo primordial para a divulgação da visão estereotipada do adulto em declínio intelectual. Esta perspectiva (com origem no século XIX) propôs-se estudar a inteligência e o modo como esta se relaciona com a idade. Através de testes padronizados de inteligência (que não contemplavam os processos de construção dos

produtos intelectuais) concluiu que o desempenho dos mais jovens era superior ao dos adultos. A partir da idade adulta entrar-se-ia num processo de contínuas perdas intelectuais<sup>31</sup>.

A partir dos anos 60 uma nova concepção de inteligência, associada à *estabilidade* e à *plasticidade mental*, surge imbuída de um visível “optimismo pedagógico” em relação à idade adulta. Dá-se fundamento científico à ideia de que o ser humano pode aperfeiçoar-se e aprender em qualquer idade. O avanço da idade deixa, doravante, de ser sinónimo de deterioração das aptidões, capacidades e interesses criativos e intelectuais (Anastasi, 1964; Telford & Sawrey, 1974). Considera-se que a inteligência e a personalidade permanecem relativamente estáveis durante a idade adulta: as capacidades intelectuais correspondem às acções realizadas e envelhecer não implica o declínio das faculdades ou da utilidade social (Lehman, 1953; Schaie & Willis, 2002).

A partir do questionamento da relação entre declínio mental e avanço da idade, esta percepção desenvolveu estudos no âmbito das capacidades de aprendizagem e do desenvolvimento intelectual. Para além de terem chegado a resultados diferentes dos estudos psicométricos quanto ao início, natureza e processo das perdas intelectuais, estas pesquisas estabeleceram também «relações multidireccionais entre idade e inteligência, com algumas funções cognitivas a aumentar com a idade, outras a diminuir, e outras a permanecer estáveis» (Chapell, 1996, p. 234).

### **Piaget e o pensamento formal**

Precursora dos estudos que se enquadram no modelo da estabilidade mental, a teoria de Piaget sobre a cognição e os processos envolvidos na construção dos produtos intelectuais durante o ciclo de vida é uma referência incontornável. A perspectiva piagetiana defende que o indivíduo assume um papel activo na construção do conhecimento e que existe um progresso psicológico ao longo do seu desenvolvimento. A cognição e a afectividade tendem a estabilizar-se – «para os indivíduos saudáveis, o final do crescimento não indica, de modo algum, o início da decadência, mas um progresso psicológico em nada contraditório com o equilíbrio interno» (Piaget, 1964, p.10).

---

<sup>31</sup> Segundo Wechsler (1958) o declínio iniciava por volta dos trinta anos de idade.

Segundo a teoria do *raciocínio operatório* de Piaget e Inhelder (1971), ao nível do intelecto existem *estruturas universais* dotadas de diferentes graus de abstracção do pensamento que se associam a determinadas idades e fases da vida. À medida que se dá o crescimento físico, o indivíduo ultrapassa cada uma das estruturas lógicas e verifica-se o desenvolvimento da inteligência. O aumento da cognição é, deste modo, um processo que implica a passagem por vários *estádios de desenvolvimento* intelectual.

Os estádios de desenvolvimento intelectual são estruturas de conjunto sequenciais e integrativas que têm um nível de preparação (de génese) e uma forma de equilíbrio final (de consecução). Permitem a explicação das principais reacções particulares do indivíduo, sucedem-se numa ordem constante e são integrativas na medida em que cada novo estágio resulta do estágio precedente e prepara o estágio seguinte, ou seja, integra as operações e reconstrói-as no sistema mais equilibrado, móvel e abrangente. Deste modo, «o estágio de actividades sensório-motoras prepara o das primeiras funções semióticas que, por sua vez, se transforma em operações concretas, e depois em operações formais» (Marchand, 2005, p. 13).

Devido a diferentes experiências culturais, sociais e educativas nem todas as pessoas acedem a cada estágio na mesma idade, no entanto, o processo de desenvolvimento da inteligência tem o seu início na infância. Piaget considera que até aos 7 anos de idade as crianças estão no *estádio sensorial-motor primitivo*: apenas dominam o conhecimento básico e aprendem o que é mais simples. Entre os 7 e os 11 anos integram o *estádio das operações concretas* do pensamento: usam algumas operações da lógica das classes e das relações para executar juízos mentais de rotina, adquirem a habilidade de transformar as informações e a capacidade de, por exemplo, juntar dois números para formar outro.

A partir dos 11/12 anos o indivíduo alcança o *estádio das operações formais*. Nesta nova estruturação operatória os raciocínios são hipotético-dedutivos e surge, pela primeira vez, a combinatória. A lógica das preposições e da combinatória das operações formais possibilitam o aparecimento do espírito experimental, ou seja, é neste estágio que surge o pensamento de âmbito científico.

As operações formais manifestam um equilíbrio completo na idade da adolescência, por volta dos 14/15 anos<sup>32</sup>. Esta forma geral de equilíbrio deve «ser concebida como terminal, no sentido de que não se modificará mais durante o resto da existência mesmo se integrada em sistemas mais latos (lógicas polivalentes)» (Inhelder & Piaget, 1955, p. 294), atingindo-se, deste modo, a finalização do desenvolvimento operatório da inteligência.

Uma vez que as operações formais atingem o equilíbrio na adolescência<sup>33</sup> depreende-se que a cognição do adulto terá as mesmas características que a cognição do adolescente em termos de alcance intelectual – ambos apresentam a capacidade de realizar operações formais, de entender a interdependência entre papéis e a coexistência de realidades conflituosas; ambos são dotados de mecanismos mentais que lhes permitem fazer contínuas integrações e superações cognitivas. O adulto surge assim associado ao pensamento formal que, nas palavras do autor, «constitui a essência da lógica dos adultos cultivados assim como a base das formas elementares do pensamento científico» (Piaget, 1972, p.6).

A apresentação do adulto segundo um modelo intelectual “estacionário” é reforçada na *teoria da aprendizagem* de Piaget. Segundo esta, embora a maioria dos adultos ultrapassem o *estádio concreto*, são em número diminuto os indivíduos que dominam a utilização sistemática do conjunto das *operações formais*. A maioria dos adultos situar-se-ia entre o *estádio concreto* e o das *operações formais* (Piaget, 1972). Embora Piaget tenha defendido a universalidade do pensamento formal o próprio autor vai, nos anos 70, salientar que as aptidões e especializações profissionais condicionam de certo modo a construção das estruturas preparatórias formais.

A conclusão de que alguns adultos apresentavam um desenvolvimento cognitivo idêntico ao dos adolescentes ou ao dos jovens incentivou – no campo dos estudos que analisaram a relação entre a idade e o declínio mental – o aparecimento da chamada *hipótese da regressão*. As investigações que analisaram o desempenho de idosos na resolução de tarefas piagetianas do operatório concreto e formal, ao notarem a ausência

---

<sup>32</sup> Na década de 70 Piaget altera os limites cronológicos do pensamento formal dos 14/15 anos para os 15/20 anos.

<sup>33</sup> Ou na juventude, caso se considere o intervalo 15/20 anos como o referido na nota anterior.

de domínio sobre as operações formais por parte dos mesmos, avançaram com a explicação de que o indivíduo perderia as capacidades mentais em sentido inverso à sua aquisição: primeiro deixaria de conseguir resolver tarefas do estágio das operações formais e em seguida as tarefas do estágio das operações concretas. A causa de tal regressão seria a deterioração neurológica associada, na altura, ao processo de envelhecimento.

A posterior generalização de que o pensamento formal não é universal contribuiu para desacreditar esta hipótese: os idosos que não resolviam tarefas do estágio do pensamento formal não o faziam por terem perdido capacidades, mas por nunca terem atingido este nível de pensamento.

### **A plasticidade da inteligência**

Os modelos de inteligência de Horn e Cattell, de Baltes e as pesquisas de Schaie, por conceberem a inteligência segundo várias dimensões, também contribuíram de modo fundamental para uma nova concepção da inteligência ao longo do ciclo de vida.

Para Horn e Cattell (1967) existem dois tipos de inteligência: (a) a *inteligência fluida* que decorre maioritariamente das características biológicas de cada indivíduo – que se traduz, por exemplo, na atenção, na memória, nas capacidades de raciocínio, de tomada rápida de decisões, de manutenção de conhecimentos e de velocidade de apreensão e (b) a *inteligência cristalizada* – o conjunto de capacidades adquiridas através da aprendizagem e da socialização: a exemplo, a comunicação, o vocabulário, a cultura e a experiência.

Segundo os autores, a inteligência apresenta diferentes desenvolvimentos ao longo da vida. De carácter imanente ao indivíduo, a inteligência *fluida* atinge o seu auge aos vinte anos, idade a partir da qual começa a decair à medida que se desenrola o processo de envelhecimento e se dá a deterioração fisiológica; por sua vez, a inteligência *cristalizada*, decorrente da experiência, mantém-se estável com a idade podendo mesmo aumentar ao longo da vida.



Para Baltes e Schaie (1976) também a inteligência é composta por duas dimensões: uma dimensão orgânica, alicerçada em características biológicas, que é responsável pelo processamento básico e universal da informação como pelas diferenças individuais de cada um – a chamada *dimensão mecânica* (hardware) –, e uma *dimensão pragmática* (software) constituída pelo conhecimento adquirido através do contacto com a realidade exterior ao indivíduo (as experiências vividas que determinam as diferenças individuais).

Os estudos levados a cabo por este investigador não só argumentam que a dimensão pragmática pode expandir-se ao longo da vida (sendo, por exemplo, a sabedoria uma evidência do desenvolvimento desta dimensão) como concluem que o declínio que possa acontecer na dimensão mecânica, para além de tardio (sucendo a partir dos 60 anos), não é universal, ou seja, nem todos os indivíduos perdem capacidades intelectuais com o avanço da idade. Segundo este autor, o declínio intelectual é menos inevitável do que pensavam Horn e Cattell (1967), pois decorre da plasticidade da inteligência de cada um e difere entre indivíduos segundo as diferentes dimensões e direcções dos processos de desenvolvimento.

Partindo da mesma posição científica de Baltes sobre o declínio mental, Schaie e Strother (1968) defendem o seu aparecimento tardio no ciclo de vida, referem que este surge de modo ligeiro a partir dos 60 anos e de modo mais evidente a partir dos 75 anos. Schaie e Strother sustentam que a inteligência mantém-se normalmente constante ao longo da vida havendo ganhos intelectuais até aos 40 anos – idade a partir da qual se inicia a fase da estabilidade da inteligência (com duração até cerca dos 60 anos). Segundo os autores, uma significativa melhoria do estilo de vida (da alimentação, saúde e educação) contribuiu não só para manter a estabilidade da inteligência como também para fomentar o aumento das realizações intelectuais de geração para geração.

Os estudos desenvolvidos por esta equipa expandiram a investigação sobre a precocidade do declínio intelectual ao assinalarem a influência positiva que alguns aspectos do factor social e da personalidade podem ter na redução do mesmo. O autoconceito, a motivação e a flexibilidade cognitiva e comportamental, o investimento na educação, uma boa situação socioeconómica, o elevado *status* profissional, ambientes estimulantes e satisfatórios ao nível profissional, familiar, cultural e lúdico

podem contribuir de modo fundamental para manter a energia e as competências psicológicas durante as idades mais avançadas.

O declínio mental deixa de ser explicado exclusivamente através do factor biológico e neurológico para ser também relacionado com factores profissionais, educacionais e sociais. No seguimento desta perspectiva, foram desenvolvidos, a partir dos anos 70, vários estudos junto de adultos, e principalmente junto de idosos, com o propósito de determinar procedimentos que potenciasssem a activação cognitiva, que estimulassem, portanto, a inteligência.

De tais investigações resultaram as seguintes ilações: (a) a regressão intelectual não é irreversível, resulta mais do desuso das capacidades do que de uma irrecuperável deterioração fisiológica (reflecte mais diferenças ao nível da performance do que diferenças ao nível das competências de cada indivíduo); (b) o declínio mental pode ser prevenido através de intervenções que treinem e estimulem a mente, aumentando desse modo o desempenho intelectual dos adultos e idosos; (c) a plasticidade é uma qualidade intrínseca à inteligência.

Provou-se que fornecendo expedientes de orientação e utilizando métodos de aprendizagem que valorizassem as experiências passadas era possível compensar as ligeiras perdas registadas ao nível das capacidades de memória e da velocidade de resposta. Estas capacidades eram substituídas, por exemplo, pela menor probabilidade de errar uma resposta (Simões, 1979; Baltes et al, 1998; Schaie & Willis, 2002). Também no domínio das prestações científicas, artísticas, sociais, religiosas ou políticas dos indivíduos de idades mais avançadas verificou-se que, embora estas diminuíssem em termos de quantidade, raramente diminuían em termos de qualidade sendo, por vezes, a criatividade ou originalidade compensada pela profundidade ou pormenorização do estudo ou da acção (Jacques, 1965; Bromley, 1969).

Em síntese, pode concluir-se que embora exista um envelhecimento cognitivo que se manifesta em idades avançadas (a partir dos 70/80 anos de idade, caso não exista patologia), este não afecta de igual modo todas as capacidades intelectuais e todas as pessoas (os indivíduos que exercem actividade intelectual intensa podem não perder aptidões ao longo da vida), não se podendo, portanto, afirmar que exista uma

correspondência exacta entre envelhecimento e declínio intelectual. Ao manter-se intelectualmente activo o indivíduo regista progressos nas suas capacidades de aprendizagem e de desenvolvimento mental durante todo o ciclo de vida.

### **Os Neopiagetianos e o *pensamento pós-formal***

As teorias de Piaget sobre o desenvolvimento desencadearam, durante os anos 70 e 80 do século XX, o aparecimento de um conjunto de novas conceptualizações sobre a cognição do adulto e dos indivíduos de idades mais avançadas.

Embora aceitem a concepção do pensamento formal e a utilização do mesmo em determinadas ocasiões da vida adulta, vários autores contestam, no entanto, que o nível das operações formais seja suficiente para caracterizar o pensamento do adulto (Riegel, 1973; Labouvie-Vief, 1980; Kitchener & King, 1981; Kramer, 1983; Arlin, 1984). Colocando em causa a noção de equilíbrio final postulada por Inhelder e Piaget (1955), a maioria das conceptualizações do *pensamento pós-formal* apresenta o nível formal como uma fase precedente da forma terminal da cognição do adulto e não como a forma final do seu desenvolvimento. Estes autores consideram que os raciocínios experimentais, as relações causais ou o desenvolvimento do pensamento predicativo só representam uma parte das operações que o adulto tem de efectuar no quotidiano e que estes são insuficientes para resolver todas as situações complexas do dia a dia. Postulam, assim, a existência de um outro estágio de desenvolvimento que conduz a um nível de pensamento mais integrado, capaz de compreender a natureza relativista do conhecimento e as contradições e tensões enquanto elementos integrantes da realidade (Kramer, 1983; Labouvie-Vief, 1992).

De entre as conceptualizações que se propõem reorganizar as operações cognitivas numa estrutura superior à das operações formais, destacam-se as teorias de influência *dialéctica, relativista, reflexiva e transparadigmática*.

**O pensamento pós-formal – o pensamento dialéctico e relativista**

De acordo com o *modelo dialéctico e relativista* as características mais evidentes do pensamento do adulto são a aceitação da contradição enquanto parte da realidade, a integração da mesma em sistemas mais abrangentes e a compreensão da natureza relativista do conhecimento. Subjacente a ambos os modelos está também a ideia de que «o pensamento do adulto se torna, progressivamente, menos puramente objectivo, impessoal e racional, passando a ser mais subjectivo, interpessoal e, eventualmente, menos racional» (Marchand, 2005, p. 134).

Riegel (1973) foi um dos primeiros autores a advogar a existência de mais um estágio de desenvolvimento intelectual ao longo do ciclo de vida – o *estádio das operações dialécticas*. Este tipo de operações seria o responsável pela dimensão criativa do indivíduo, pela integração das contradições em sistemas mais latos e pela noção de que existe interacção entre os acontecimentos e interdependência entre as diferentes variáveis dos problemas.

Segundo o autor, o desenvolvimento intelectual resulta de quatro dimensões: (a) da dimensão interna e biológica (as interacções dialécticas internas do indivíduo); (b) da dimensão individual e psicológica (as acções concretas do “indivíduo individual” num mundo social concreto); (c) da dimensão cultural e sociológica (as interacções dialécticas externas entre indivíduos) e (d) da dimensão do ambiente físico exterior ao indivíduo (Riegel, 1973).

A psicologia dialéctica tem assim em conta os desenvolvimentos individuais e culturais a longo prazo e as mudanças situacionais a curto-termo. O indivíduo, ao aceitar a contradição, está a resolver conflitos e essa resolução vai inevitavelmente operar uma mudança. À medida que o indivíduo integra a mudança (sistemática ao longo de todo o ciclo de vida), opera-se o seu desenvolvimento cognitivo, ou seja, é da interacção dialéctica entre equilíbrio e desequilíbrio que resulta o contínuo progresso individual. Para Riegel (1973), enquanto houver mudança haverá desenvolvimento e, conseqüentemente, uma maior coerência de pensamento e unidade de vários tipos de conhecimento (sobretudo na meia-idade, mas também nas idades mais avançadas).

O auto-confronto com o mundo exterior será assim uma característica prioritária do desenvolvimento da adulez (Mezirow et al., 1990; Schaie & Willis, 2002; Marchand, 2004) – é a partir de um questionamento contínuo que o adulto vai gerir oposições, contradicções e novos dilemas e, conseqüentemente, produzir novas teses e novos conhecimentos. A formulação de Arlin (1984) de que o estágio pós-formal manifesta-se na capacidade do adulto em reconhecer desafios e elaborar questões sobre a vida e a realidade, ilustra a importância do cruzamento das dimensões interna e psicológica com a dimensão sociológica no desenvolvimento do indivíduo.

Nas palavras de Riegel, «a ênfase no desenvolvimento individual e nas mudanças sociais conduz-nos da abordagem tradicional centrada na criança para a abordagem no adulto, ou seja para o desenvolvimento do ciclo de vida» (Riegel, 1976, p. 696).

Também o modelo relativista atribui uma importância decisiva à interação do adulto com o mundo exterior: de acordo com vários autores «a concepção relativista do conhecimento desenvolve-se durante a adolescência e o período de jovem adulto, graças à crescente expansão do espaço social que confronta os sujeitos: (a) com diferentes pontos de vista e com diferentes valores (Kramer, 1989); (b) com a assunção de papéis, por vezes, dificilmente conciliáveis (Sinnott, 1984); e (c) com a escolha de um rumo, de entre múltiplas possibilidades (Labouvie-Vief, 1980; Kramer; 1983)» (Marchand, 2005, p. 123).

O pensamento pós-formal manifesta-se, de acordo com o modelo relativista, quando o indivíduo deixa de assumir os factos sob uma perspectiva dicotómica (definindo-os como maus ou bons, verdadeiros ou falsos) e consegue integrar diferentes visões sobre os mesmos sem se sentir obrigado a assumir uma única hipótese como verdadeira. Ao longo da vida o indivíduo consciencializar-se-á da imprevisibilidade dos acontecimentos e do carácter subjectivo e arbitrário do conhecimento (Kramer, 1983, 1990).

Os estudos efectuados no âmbito deste modelo, embora não defendam que o pensamento relativista deriva necessariamente do pensamento formal, consideram (tal como o modelo dialéctico) que durante a adulez e as idades mais avançadas existe um desenvolvimento da cognição. Concluem que os adultos mais velhos manifestam níveis

de pensamento relativista mais elevados que os jovens adultos e que estes, por sua vez, apresentam um maior grau de relativismo comparativamente aos adolescentes (Kramer, 1983; Kramer & Woodruff, 1986).

É também característica do pensamento relativista a aceitação da existência de sistemas de conhecimento incompatíveis (uma vez que o sentido dos mesmos deriva de contextos e de pontos de vista isolados) (Kramer, 1983,1989). Na visão relativista do mundo, o conhecimento está em permanente mudança por depender do contexto em que é apreendido e do ponto de vista de cada indivíduo. Como existe uma grande diversidade de perspectivas pessoais e de contextos, a contradição vai, inevitavelmente, fazer parte tanto da realidade como do próprio conhecimento – daí que possam existir várias formas de conhecimento que podem ser incompatíveis entre si.

A contradição inerente ao conhecimento tem, no entanto, que ser integrada em sistemas globalizantes. Se tal não suceder, o pensamento relativista pode assumir formas radicais e conduzir o indivíduo ao imobilismo (tudo será encarado como imprevisível, relativo e incerto tornando-se difícil ao indivíduo tomar decisões) (Kitchener & King, 1981; Kramer, 1990).

### **O pensamento pós-formal – o *juízo reflexivo e transparadigmático***

É no enquadramento do pensamento relativista que se situam os estudos efectuados sobre a *reflexividade* do adulto. Dentro desta área destacaram-se as investigações da equipa de Kitchener sobre o chamado *juízo reflexivo* (1981, 1989, 1990a, 1990b, 1993, 1996). De acordo com a autora, o juízo reflexivo desenvolve-se ao longo do ciclo de vida, mas a reflexividade só se verifica no último nível da *escala de juízo reflexivo*: normalmente quanto maior for a idade e o nível de aprendizagem maior será o juízo reflexivo (Kitchener & King, 1990b).

O juízo reflexivo consiste no tipo de raciocínio que procura soluções e propõe alternativas para os dilemas que podem ter mais do que uma resolução (Kitchener, et al., 1993). Os diversos estádios de reflexividade ao longo da vida vão influenciar progressivamente a maneira como o indivíduo compreende e resolve os problemas. De

início o conhecimento é tido como absoluto e vai, de modo gradual, ser encarado como cada vez mais relativo e circunscrito, até ser considerado passível de uma constante reavaliação (Kitchener & King, 1990a). De um total objectivismo passa-se assim a um relativismo cada vez mais crítico e apto a integrar a contradição e a solucionar problemas ambíguos.

Os mesmos estudos concluem, no entanto, que poucas são as pessoas que atingem o nível mais elevado do pensamento reflexivo. A explicação do reduzido número de adultos a fazer juízos reflexivos deve-se ao facto de a *operação reflexiva* implicar, na maioria das vezes, o abandono de crenças prévias – um processo que pode ser lento e provocar “instabilidade e sofrimento” no indivíduo. A maioria dos adultos aceita acriticamente teorias e dogmas e escusa-se à reflexão sobre as várias abordagens que um mesmo fenómeno pode ter. Optam, em situações de incerteza, pelas respostas que lhes pareçam mais lineares e preferem que lhes digam “quando”, “como” e “o que devem fazer”, desresponsabilizando-se, de certa forma, das suas próprias decisões e acções (Marchand, 2004).

Para Commons e Richards (1982, 1984a, 1984b), o pensamento pós-formal expressa-se na capacidade de coordenar e avaliar sistemas lógicos complexos. Segundo os autores, após o nível das operações formais atingir-se-iam os seguintes quatro estádios lógicos: (a) o *estádio sistemático* – no qual o indivíduo está consciente da interligação de todos os elementos que compõem uma situação e encara-a como um sistema; (b) o *estádio metassistemático* (o indivíduo compara sistemas); (c) o *estádio paradigmático* (os sistemas são agrupados em paradigmas); e (d) o *estádio transparadigmático* (os paradigmas são relacionados atingindo-se desse modo um conhecimento mais integrado). O processo cognitivo descrito por Commons e a sua equipa teria o seu desenvolvimento ao longo da idade adulta.

Concluindo, apesar de todas as investigações efectuadas no sentido de comprovar a existência de uma estrutura mais integrativa que o nível das operações formais não se chegaram, contudo, a resultados conclusivos sobre a sua existência. Os diversos estádios apresentados como subjacentes ao pensamento pós-formal podem ser apenas evoluções paralelas ao pensamento formal. Até à data não se conseguiu clarificar «que as operações formais sejam insuficientes para coordenar as diferentes referências, nem

que a eventual coordenação de vários tipos de referência represente um desenvolvimento estrutural além das operações formais.» (Marchand, 2005, p. 128).

O movimento *pós-formal*, apesar de não provar a existência de mais um estágio de desenvolvimento intelectual do indivíduo, veio contribuir para a consolidação do estudo da adultez e para a sua ampliação ao apontar a necessidade de nele se relacionarem novas dimensões como, por exemplo, a experiência, o social, a criatividade e a reflexividade.

### 1.3.2.2. As teorias do desenvolvimento da identidade e do Eu

Outras teorias da Psicologia que foram fundamentais para o desenvolvimento do estudo das idades da vida e vieram salientar a necessidade de enquadrar o indivíduo num dado contexto social, cultural, económico e histórico, foram as teorias dedicadas ao *desenvolvimento da identidade e do Eu*.

Dando mais uma vez especial ênfase à ideia de que o desenvolvimento humano acontece ao longo de toda a vida, Erikson (1976), Loevinger e Blasi (1976) apontam para uma divisão do percurso de vida em fases precisas e predefinidas (à partida de maior maturidade que as precedentes) segundo as quais o adulto e as idades mais avançadas representam períodos de activo desenvolvimento no que respeita à integridade do Eu.

#### **Erick Erikson – os dilemas da adultez**

Grande parte da discussão sobre o desenvolvimento ao longo do ciclo de vida é dominada pela teoria de Erick Erikson (1959, 1976, 1980) continuando, ainda hoje, a sua terminologia a ser amplamente adoptada e muitas vezes referenciada.

Ao situar o início dos dilemas da vida adulta na fase em que se estreitam as relações entre o indivíduo e a sociedade, Erikson evidencia que a construção da *identidade*



apresenta um desenvolvimento gradual ao longo da vida que resulta da interação dos instintos individuais com as particularidades socioculturais. Cada nova exigência social vai desencadear uma *crise* no indivíduo que terá que ser resolvida e, à medida que o adulto resolve cada um dos *dilemas* impostos, atinge o estágio seguinte de desenvolvimento da sua identidade.

Para desenvolver uma identidade estável e completa, o indivíduo deverá, durante o seu percurso de vida, transpor com sucesso oito etapas ou dilemas, de carácter universal e que cada pessoa experienciará de diferente modo. A sequência de dilemas é vivida consoante a maturação biológica, o contexto social e os papéis desempenhados ao longo da vida. A diferenciação entre sujeitos dá-se pela forma como estes lidam e resolvem, ou não, esses dilemas.

Cada uma das etapas é definida por um par de possibilidades opostas (uma negativa e outra adequada), sendo que o indivíduo poderá resolver o dilema adoptando uma hipótese que se situa entre a possibilidade óptima e a mais negativa. A resolução inadequada de cada tarefa na idade mais apropriada pode resultar no reaparecimento do dilema, mais tarde, ao longo da vida (Erikson 1976) (vide quadro 3).

Para além de uma inevitável sequencialidade dos estádios de desenvolvimento, Erikson (1976) defende igualmente a potencial existência de uma acumulação de dilemas que, embora possam ser resolvidos posteriormente, dificultam o desenvolvimento de uma completa integridade do Eu.

Segundo este autor, até aos 13 anos a criança passa por quatro estádios onde deverá formar relações de confiança, adquirir capacidades de controlo físico, de desinibição, de iniciativa, de assertividade, de aprendizagem e de execução de tarefas. Na adolescência, até aos 18 anos, o indivíduo procura e inicia a construção de identidade própria. Na vida adulta, a partir dos 18 anos, desenvolve a moral dessa identidade. Para Erikson, impreterivelmente, o adulto confronta-se com três dos oito dilemas do ciclo da vida: o da *intimidade* versus o *isolamento*; o da *generatividade* versus a *estagnação* e o da *integridade do eu* versus o *desespero* (Erikson, 1976) (vide quadro 3).

**Quadro 3. Modelo de desenvolvimento do indivíduo de Erikson**

| Idades                           | Estádio (dilemas)                   | Ganho       | Descrição                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|----------------------------------|-------------------------------------|-------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 0-1                              | Confiança básica/<br>Desconfiança   | Esperança   | A criança deve formar uma primeira relação de confiança com quem cuida dela ou desenvolve um persistente sentido de desconfiança.                                                                                                                                                                                                                                                             |
| 1-3                              | Autonomia/Vergonha e<br>dúvida      | Vontade     | A criança desenvolve capacidades e controlo físico ou inibe-se.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| 3-5                              | Iniciativa/Culpa                    | Propósito   | A criança torna-se mais assertiva e toma iniciativas ou é agressiva e injusta tendo de lidar com a culpa.                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| 6-13                             | Execução (acção) /<br>Inferioridade | Competência | A criança vai para a escola e deve aprender o que lhe é ensinado ou sente-se inferiorizada.                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| 13-18                            | Identidade/Confusão de<br>papéis    | Fidelidade  | O adolescente deve iniciar a construção de identidade sobre o que é e o que poderá vir a ser. Construção da identidade de género, ocupação, política e religiosa. Sem esta identidade o adolescente fica confuso sem saber quem é.                                                                                                                                                            |
| <b>Os dilemas da vida adulta</b> |                                     |             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| 18-35                            | Intimidade/Isolamento               | Amor        | O jovem passa da noção do “eu” para a noção de “nós” criando relações de maior intimidade. O jovem deve ser capaz de fundir a sua identidade com a de outrem sem se anular ou então corre o risco de esperar encontrar a sua identidade no outro ou desenvolver sentimentos e atitudes de isolamento.                                                                                         |
| 35-65                            | Generatividade/<br>Estagnação       | Cuidado     | O adulto deve achar uma forma de ser generativo (procriando, produzindo, sendo criativo, ensinando e liderando); deve, segundo os seus mais profundos desejos e as suas condições sociais, agir de modo a deixar um legado à próxima geração ou promove a estagnação ficando fora da possibilidade de fazer algo que transcenda a sua própria morte e possa contribuir para um futuro melhor. |
| 65+                              | Integridade/ Desespero              | Sabedoria   | Se todos os anteriores dilemas foram resolvidos de forma positiva e com sucesso o idoso sentir-se-á realizado, satisfeito e com a sensação de ter atingido um estado perfeito de integridade. Se os dilemas não foram bem resolvidos restará o sentimento de frustração e desespero.                                                                                                          |

Fonte: Elaborado com base nas obras de Erikson (1976), Bee e Bjorklund (2004) e Marchand (2005)

Entre os 18 e os 35 anos o indivíduo está apto a fundir o seu “eu” com o de outra pessoa estabelecendo relações íntimas que lhe permitam, no futuro, estruturar o seu modelo conjugal. No fim da crise da *intimidade* versus o *isolamento* deverá ter-se dado a integração da noção do “eu” na noção de “nós” (o que implica ainda a consciencialização de que uma relação a dois não constitui, por um lado, a anulação da identidade de cada um ou, por outro lado, a única maneira de encontrar a verdadeira identidade individual). O oposto da capacidade de estabelecer relações de intimidade será o desenvolvimento de sentimentos e atitudes de isolamento para com quem pareça ameaçar a identidade do indivíduo.

No estágio da *generatividade* versus a *estagnação*, entre os 35 e os 65 anos, o adulto procura satisfazer a necessidade de cuidar e ser útil aos outros. A generatividade será, nas palavras de Erikson (1976), «a preocupação em relação à formação e orientação da nova geração» (p. 246) e manifesta-se no investimento que o adulto faz em acções cujos objectivos não serão beneficiar-se a si próprio, mas legar uma herança

às gerações vindouras. Este tipo de comprometimento social por parte do indivíduo manifestar-se-á, por exemplo, nos domínios da parentalidade, da produtividade, da criatividade, do ensino, da liderança, da ciência, entre outras actividades. A insatisfação da necessidade de fazer algo que transcenda a própria morte e contribua para um futuro melhor pode despoletar sensações de estagnação e empobrecimento pessoal (Erikson, 1976).

A partir dos 65 anos, no *estádio da integridade do eu*, o indivíduo faz o balanço dos seus valores, acções, sucessos e falhas integrando-os na sua história de vida e, se aceita o passado sem rejeição, o idoso sente-se realizado, satisfeito, com a sensação de ter atingido um estado perfeito de integridade. Segundo Erikson (1976), se dotado de uma *integridade* plena o indivíduo manifesta uma *sabedoria* (*wisdom*) emergente<sup>34</sup>.

A *integridade do Eu* resultará da resolução dos dilemas acima mencionados, o adulto só não a atinge caso manifeste uma identidade tumultuosa marcada por sentimentos de desconfiança, de culpa, de isolamento ou de estagnação subsequentes de uma resolução deficiente de cada uma das crises precedentes. No caso dos dilemas persistirem, o idoso experimenta um desgosto por si, pelos outros e pelas instituições, assim como um sentimento de desespero e de temor pela morte (representativos da impossibilidade de voltar atrás e agir da forma mais correcta) (Erikson, 1976).

Vaillant (1977), trabalhando a teoria de Erikson, vai incorporar dois novos estádios no ciclo de vida do indivíduo. Entre o estágio da intimidade/isolamento e o estágio da generatividade/estagnação acrescenta a fase da *consolidação de carreira* – etapa marcada pela aposta no desenvolvimento de competências e procura de uma reputação e estatuto profissionais elevados. Destaca uma outra fase por volta dos 50 anos marcada pela tensão de *manter o significado* (*keeping the meaning*) – transmitir, de acordo com a sua identidade própria, novos valores considerados essenciais para uma sociedade mais positiva – e *manter a rigidez* – perpetuar a cultura e os valores vigentes.

---

<sup>34</sup> Sabedoria que se manifesta através das seguintes características: «(1) a aceitação da vida que se levou e a ausência de sentimentos fortes de pesar pelo facto de esta não ter sido diferente; (2) a aceitação de que cada um é responsável pela sua própria vida; (3) a capacidade para defender a dignidade do seu estilo de vida, ainda que ciente da relatividade dos diversos estilos de vida; (4) o reconhecimento do valor de outras formas de expressão de integridade; (5) o reconhecimento da pequenez do nosso próprio lugar no universo [Sugarman, 1993]» (Marchand, 2005, p. 32).

**Loevinger – do oportunismo à integração**

Também a teoria de Loevinger (1985, 1997), tal como as teorias de Erikson e Vaillant, pressupõe que o desenvolvimento é feito ao longo da vida graças a um conjunto de interações complexas entre o mundo exterior, estruturas sociais e, no caso, as acções, o carácter, as relações e a cognição do indivíduo. Para Loevinger, o modelo de desenvolvimento não se organiza, no entanto, segundo grupos de idades. De acordo com a personalidade de cada um, indivíduos com a mesma idade cronológica podem estar em diferentes estádios de desenvolvimento do Eu. Os estádios precedem-se uns aos outros e correspondem a diferentes tipos de impulsos, relações interpessoais e diferentes percepções do outro. Só depois do sujeito ter completado o estádio anterior poderá alcançar o seguinte (Loevinger, 1985, 1997).

De acordo com Loevinger, o indivíduo passa por cinco estádios – o *estádio autoprotector*; o *conformista*; o de *consciência*; o *autónomo* e o de *integração* (Loevinger & Blasi, 1976; Loevinger 1985,1997) (vide quadro 4).

**Quadro 4. Modelo de diferenciação do desenvolvimento do Eu de Loevinger**

| Estádios             | Tipo de Impulso                                   | Relação Interpessoal  | Descrição                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|----------------------|---------------------------------------------------|-----------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Autoprotector</b> | Oportunismo                                       | Manipulador           | Característico da criança que começa a entender alguns dos seus impulsos e tenta controlá-los de forma a ganhar alguma vantagem com isso. Em idades mais avançadas este nível promove atitudes de exploração e manipulação dos outros em favor do próprio.                                                        |
| <b>Conformista</b>   | Respeito pelas regras                             | Cooperativo e leal    | Jovem, adulto ou idoso que se identifica com um grupo de referência – família, amigos, colegas de trabalho –, pensa e sente de acordo com o estereótipo consentido pelo grupo.                                                                                                                                    |
| <b>Consciente</b>    | Autocrítica                                       | Intenso e responsável | Quando se formulam ideologias, identifica-se a identidade social e reflecte-se sobre si mesmo.                                                                                                                                                                                                                    |
| <b>Autónomo</b>      | Saber lidar com o conflito ou dilemas (reflexivo) | Interdependente       | Quando se entende o mundo como multifacetado não existindo apenas o bom e o mau das coisas. Assume-se que não existem uma mas várias respostas para os problemas e que existe um contexto social que influencia os comportamentos e atitudes do indivíduo. Promove-se a própria autonomia e a autonomia do outro. |
| <b>Integrado</b>     |                                                   |                       | Quando o indivíduo equilibra a importância dada ao desenvolvimento pessoal com a importância da participação na vida social.                                                                                                                                                                                      |

Fonte: Elaborado com base nas obras de Loevinger (1997) e Bee e Bjorklund (2004)

No *estádio autoprotector* a criança compreende que existem regras, começa a entender alguns dos seus impulsos e a tentar controlá-los de modo a ganhar alguma vantagem com isso. Para Loevinger, alguns adultos permanecem toda a vida neste estágio desenvolvendo relações interpessoais de tipo manipulador que visam a exploração dos outros em seu favor. Este autor considera assim que o primeiro impulso detectado na fase adulta é o do *oportunismo* (Loevinger, 1985,1997).

O oportunismo dará lugar ao respeito pelas regras, a um impulso que vai promover relações interpessoais de tipo cooperativo e leal em que se valorizam as noções de gentileza e prestabilidade. O jovem, o adulto ou o idoso que se situa no *estádio do conformismo* identifica-se com um grupo de referência (família, amigos, colegas de trabalho) e age, pensa e sente de acordo com o estereótipo consentido pelo grupo. Obedece às regras para fugir às sanções do grupo e interpreta a desaprovação do mesmo como uma punição. O conformista mostra-se pouco sensível às diferenças individuais, tende a avaliar os comportamentos pelos seus aspectos exteriores e a classificar as suas próprias emoções de modo superficial (Loevinger, 1985, 1997).

Posteriormente, o indivíduo revelar-se-á mais autoconsciente, autocrítico, responsável e intenso (Loevinger, 1997). No *estádio da consciência* desenvolve-se a identidade social e a capacidade de reflectir sobre si mesmo. As regras deixam de ser tidas como absolutas e procura-se viver de acordo com os valores que o próprio indivíduo determina para si – «O sujeito consciente vê-se enquanto dono do seu próprio destino» (Loevinger & Blasi, 1976, p. 21). O indivíduo passa a fazer uma avaliação mais profunda e relativa das atitudes e dos acontecimentos, deixando de os avaliar exclusivamente como correctos ou errados. Apresenta uma vida interior mais rica em que, por exemplo, o sentimento de culpa deixa de se reportar à infracção das regras para passar a relacionar-se com o sofrimento que os seus actos possam infligir nos outros. Desenvolve também relações interpessoais mútuas derivadas de uma maior compreensão e tolerância para com o outro.

No *estádio da autonomia* o indivíduo, para além de encarar o mundo como multifacetado e complexo, manifesta uma maior tolerância à ambiguidade e passa a relacionar ideias que até então considerava incompatíveis entre si (Loevinger & Blasi,

1976). O adulto promove tanto a sua própria autonomia como a autonomia do outro e demonstra por este um maior respeito e aceitação da sua individualidade.

Por último, o indivíduo alcança *o estágio da integração*, o estágio mais elevado do desenvolvimento do Eu. Dá-se a resolução parcial ou total dos conflitos internos e equilibra-se a importância dada ao desenvolvimento pessoal e a importância da participação na vida social. A consolidação da identidade manifesta-se através quer duma maior capacidade de integração social quer do aumento de autonomia. Loevinger (1997) ressalta, no entanto, que escassas são as pessoas que atingem este nível de desenvolvimento.

#### **As teorias *life-span* e dos percursos de vida**

Numa linha de investigação que continua a defender o desenvolvimento humano ao longo da vida encontram-se as perspectivas teóricas da *life-span* (Baltes) e dos *percursos de vida* (Levinson). Estas teorias, cujo enfoque é igualmente o ciclo completo da existência, demarcam-se da visão de desenvolvimento postulada por Erikson, Vaillant e Loevinger na medida em que refutam a ideia de um desenvolvimento humano feito através da progressão numa escala de estádios hierárquicos que conduzam a uma integridade ou maturidade ascendentes.

As teorias da *life-span* e dos *percursos de vida* consideram o desenvolvimento segundo um contínuo marcado por ganhos e perdas. Postulam a existência de múltiplas trajectórias pessoais. De acordo com a teoria de Baltes et al (1998), cada indivíduo tem o seu próprio modelo e processo de desenvolvimento devido às chamadas *nonnormative influences* – as experiências como, por exemplo, a morte de um ente querido, o divórcio, o desemprego, a doença ou o êxito profissional, entre outros eventos que vão caracterizar o percurso de vida de cada indivíduo. De acordo com Levinson (Levinson et al., 1978; Levinson, 1990), os diversos contactos com a sociedade vão constituir a matéria que compõe a vida e são eles que, em confluência com a personalidade de cada um, vão estruturar os percursos individuais.

Estas teorias destacam a importância que a mudança social tem no desenvolvimento das trajectórias individuais. Vão, por isso, debruçar-se sobre o estudo das capacidades

de adaptação positiva de cada indivíduo à diversidade de acontecimentos que este experimentou ao longo da vida – ou seja, vão estudar, por exemplo, a forma como o indivíduo lida com as novas conjugalidades; novas relações familiares; os modos de adaptação aos progressos científicos e tecnológicos; às exigências de mobilidade profissional; ao aumento das qualificações e às necessidades de formação profissional ou educação permanente (Lemme, 1995; Bee & Bjorklund, 2004).

A orientação sociológica destas teorias é forte na medida em que: (a) focam a sequência de eventos socialmente definidos segundo os papéis que o indivíduo desempenha ao longo da vida (admitem que o indivíduo alterna entre diferentes papéis sociais tanto no eixo privado como no eixo público); (b) focam a importância da recolha de informação sobre os princípios gerais que provocam as mudanças nos percursos de vida, contemplando tanto as características genéticas, biológicas e psicológicas do indivíduo como as sociológicas, culturais (*normative agegraded influences*) e históricas (*normative history-graded*) (Baltes et al., 1998).

Concluindo, a refutação de uma lógica do declínio ou estagnação das capacidades intelectuais e de aprendizagem, assim como a perspectiva do aumento da reflexividade com a idade, do desenvolvimento humano ao longo da vida (*life-span*) e da existência de percursos de vida não lineares são teorias da Psicologia que evidenciam a importância do estudo do ciclo de vida considerando a multiplicidades de calendários individuais e a influência do colectivo e do mundo exterior sobre as diversas trajectórias pessoais. Mais uma vez, o estudo das idades parece evoluir para a concepção da vida segundo um movimento não linear. Sem, no entanto, deixar de se poder enunciar tendências ou percursos predominantes.

No que diz respeito ao estudo da adultez, ao valorizar e enunciar a importância de uma análise sociológica no estudo das idades de vida, a Psicologia, para além de precursora do estudo desta fase da vida, tem vindo, quase involuntariamente, a promover e a apelar para a construção de uma Sociologia da Adultez. É nesse sentido que o conceito de *roc sociologique* de Alléon e Marvan (1990,1995) destaca o facto da realidade social da adultez permanecer um “terreno rochoso” (*le roc sociologique*), uma espécie de “buraco negro” ou “rochedo por lapidar” com o qual a Psicologia tem tido

dificuldade em lidar quando desenvolve as suas análises sobre esta fase da vida (Alléon & Morvan, 1990, 1995).

Compete à Sociologia avançar convictamente sobre esse campo de investigação e produzir resultados que possam complementar e enriquecer os estudos desenvolvidos sobre o adulto no âmbito das demais ciências sociais e, em particular, da Psicologia do Adulto. Numa tentativa de “lapidar *le roc sociologique*” sobre o estudo da adultez (e assumindo que não é possível conhecer a realidade social de forma imediata, total ou definitiva) esta investigação pretende, pelo menos, enunciar conceitos, dimensões e indicadores que focam aspectos particulares do social e influem nesta fase da vida.



## 1.4. A Sociologia e as Idades da Vida

As idades da vida são, actualmente, consideradas construções sociais, quadros interpretativos que permitem contextualizar os indivíduos. Hoje, distingue-se semanticamente as categorias sociais de tipo geracional – a infância, a adolescência, a juventude, a adultez e a velhice – e os sujeitos concretos que integram essas categorias – as crianças, os adolescentes, os jovens, os adultos e os idosos (Sarmiento, 2005).

Particularmente a partir da segunda metade do século XX, as idades enquadram-se em parâmetros que as potenciam enquanto objectos de investigação social: a) mais que elementos naturais ou universais do destino humano, as idades são tidas como componentes estruturais das sociedades ocidentais; b) mais que agregações de seres singulares, constituem-se como grupos de estatuto social diferenciado; c) assume-se que cada idade está historicamente sujeita a prescrições e interdições; d) os elementos de um mesmo grupo de idades passam a ser analisados segundo a sua unidade e enquanto produtores e actores de processos sociais; e) dentro de um mesmo grupo de idades investiga-se a heterogeneidade das práticas e das representações sociais (as diferentes “culturas” de idade); f) considera-se a articulação dos efeitos de idade, geração com os efeitos de classe social, género, etnia e outros e, por último g) em relação a cada idade, desenvolvem-se constructos teóricos de referência, pesquisas empíricas, conhecimentos e explorações científicas (Attias-Donfut, 1988; Sirota, 2001; Sarmiento, 2005).

A importância dada às diversas fases da vida não foi contudo sincrónica. As idades tiveram diferentes valorizações e distintas conotações culturais, políticas e económicas consoante o contexto histórico e sociocultural. Por outro lado, nem sempre o interesse sociológico sobre cada fase da vida, ou a construção de um campo específico da Sociologia para determinada idade, coincidiu com a valorização pública e social dessa idade. Por exemplo, em relação à fase da vida adulta, até ao século XVIII vivia-se um período de *adultismo* – a psicologia pré-científica, de natureza filosófica, literária ou pedagógica enaltecia o adulto em relação a qualquer outra idade –, no entanto, o interesse científico sobre a adultez surge apenas a partir de 1970 na Psicologia e nas

Ciências da Educação, áreas que se debruçaram sobre as capacidades cognitivas, o desenvolvimento da identidade e a questão da aprendizagem e formação dos adultos (Simões, 1979; Boutinet, 2000). A Sociologia da Adulterez, por seu turno, só agora está a ser construída. As referências a esta disciplina surgem nos últimos anos (depois de 2000) e os debates desenvolvidos em torno dela são ainda restritos.

No fim do século XVIII o interesse centrou-se na criança e o desenvolvimento do “sentimento da infância” e a sua valorização coincidem, no início do século XIX, com a privatização da vida familiar (Ariès, 1973). A diminuição do número de filhos e um afastamento do casal do espaço público traduziram-se num investimento na criança e na sua educação<sup>35</sup>. Esta passa a ser entendida como um capital, um meio de reproduzir ou ascender o status social da família. «As estratégias de reprodução biológica e as estratégias educativas articulam-se em estratégias de reprodução social» (Segalen, 1981, p. 187).

Será, todavia, no século XX que aumenta o interesse dos investigadores pelo estudo da infância. Promove-se o desenvolvimento especializado da Pediatria e da Psicologia da Infância e, principalmente a partir dos anos 50, os valores familiares centram-se, em grande parte, na criança e no seu desenvolvimento (Segalen, 1981). Em oposição à concepção que entende a infância como mero objecto passivo da socialização, a Sociologia da Infância, que surge mais tarde, no final da década de 80 e início da década de 90, define esta fase da vida como o meio social onde a criança interage e negocia com os outros de forma activa (Sirota, 2001; Silva, 2006).

A atenção recai particularmente nas fases da adolescência e da juventude quando aumenta o interesse sobre os jovens dos anos 50; pelos movimentos estudantis e a juventude da *cultura vertigem* dos anos 60 (Yonnet, 1983); pelas questões do desemprego e da delinquência juvenil dos anos 70 (Roberts & Parsell, 1990) e pelas culturas juvenis que diversificam as temáticas analisadas a partir dos anos 80 – os consumos juvenis, o lazer, a sociabilidade, os modelos de transição para a vida adulta, o

---

<sup>35</sup> Não que até aqui a criança não fosse de algum modo protegida (de outra forma não sobreviveria), mas era socializada num meio mais difuso de relações sociais e afectivas – entre pais, vizinhos, amigos, avós, outros adultos e idosos (Ariès, 1973).

prolongamento escolar, a dependência em relação à família de origem e os novos modelos familiares (Pais, 1990, 1991a, 1991b, 1993).

Se hoje a questão das gerações evoca o estudo de todas as idades, durante várias décadas esteve associada particularmente à problemática da juventude (Attias-Donfut, 1988). O ressurgimento da questão das gerações após 1950 deveu-se principalmente ao interesse dos investigadores por esta fase da vida. Desde essa época, a juventude edificou-se enquanto categoria social e o território da Sociologia da Juventude ganhou solidez.

Em relação à velhice, as formas de representar e de tratar esta fase da vida têm origem em diferentes transformações sociais, desde a altura em se colocou a questão social da reforma, no século XIX, até à sua generalização na segunda metade do século XX. A Sociologia da Velhice desenvolveu-se mais tarde, a partir dos anos 80 e 90, um período marcado por reformas sociais, pelo aparecimento de profissionais do serviço social, sociólogos e governantes preocupados com o problema do envelhecimento da população. A emergência progressiva da velhice como problema social passa a ocupar um espaço no interior da Sociologia e o envelhecimento demográfico é um dos pontos de partida para que esta perspectiva se desenvolva (Lenoir, 1979; Guillemard, 1984; Fernandes, 1997; Veloso, 2004).

Dada a complexidade inerente ao processo de construção de cada um destes campos de análise realizar-se-á, de seguida, uma descrição mais pormenorizada da evolução de cada uma destas Sociologias, em particular da Sociologia da Infância, da Juventude e da Velhice. Em relação à Sociologia da Aduldez, esta terá destaque e será desenvolvida em profundidade no próximo capítulo.

### 1.4.1. A Sociologia da Infância

A concepção da infância como produto de um contexto social e de um discurso intelectual particular surge com o trabalho desenvolvido por Ariès sobre a criança e a vida familiar no Antigo Regime (1973). Enquadrada num âmbito mais geral da análise da vida privada, a tese deste autor sobre o surgimento do “sentimento da infância” no final do século XVIII ainda hoje é retomada e objecto de acessos debates.

Ariès (1973) defende que o conceito de infância foi historicamente construído na modernidade, antes dessa época a criança era vista como um ser sem características ou necessidades próprias. Referindo-se à origem etimológica da palavra infância, Ariès defende que o que exclui a criança do mundo social é a negatividade que está associada a esta fase da vida: os *in-fans*, são os que “não têm palavra”, os que “não falam”, os que se situam num período de crescimento, de dependência e transição. Num ponto de vista físico e moral não existem, são seres sem razão que se encontram em “devir”, em vias de formação.

A criança era assim a projecção do adulto em miniatura. Representada como *homúnculo*, a criança vestia-se como um adulto, participava nas festas, reuniões e danças. Junto das crianças os adultos não se inibiam, falavam de vulgaridades, realizavam brincadeiras grosseiras e jogos sexuais. Não se concebia a inocência pueril da infância. A criança era vista como “ser produtivo” que, a partir dos sete anos, estava inserida na vida adulta, realizava tarefas, imitava e acompanhava os pais nos seus ofícios. A criança desempenhava um papel na colectividade e na economia familiar e, numa perspectiva utilitária, era submetida a uma organização social onde a relação com os mais velhos era muito próxima. A passagem da vida infantil para a vida adulta era algo a superar, enquanto ela não se desse a criança tinha um estatuto pré-social (Ariès, 1973).

Para Ariès (1973) a mudança em relação aos cuidados com a criança ocorre quando os poderes públicos e a Igreja deixam de aceitar passivamente o infanticídio. Surge uma nova perspectiva sobre a manutenção da vida infantil e as mulheres, amas e parteiras,

começam a proteger os “seus” bebés. A criança “ganha” alma imortal, aumentam as preocupações com a sua saúde, melhoram as condições de higiene e evita-se a mortalidade infantil (até aqui entendida como algo natural). A criança, agora educada no seio familiar, desperta o “sentimento de infância”, a afeição pela ingenuidade, pela graciosidade e pelos gracejos que provocam a vontade de proteger e garantir a sobrevivência das crianças menores. A criança torna-se uma espécie de distração para os adultos.

Nasce ainda a necessidade de preservar e disciplinar as crianças, um movimento de moralização que surge com os “homens da lei” e religiosos e estende-se às famílias. Um movimento que inspira a Educação do século XX e, numa visão racionalista, separa a criança do adulto de modo a educá-la nos costumes e na disciplina das instituições. Para Ariès (1986) promove-se a imagem da “criança-rei”, a criança está no centro de todas as atenções e influência a organização da vida familiar e das políticas públicas da família.

Na defesa da concepção da criança enquanto ser dependente dos cuidados dos adultos, da família e das instituições sociais, a Psicologia, a Medicina e a Pedagogia surgem como precursoras no estudo da infância, o que não impediu que se desenvolvessem teorias sociológicas sobre a inserção social da criança. Particularmente importante foi a abordagem Durkheimiana do conceito de *socialização*. Segundo uma perspectiva funcionalista e holística da sociedade, Durkheim (1972) considerava o processo de socialização – a integração da criança na família e na escola – como a única possibilidade da criança progredir de ser individual para ser social. Esta definição resume a posição que foi durante muito tempo dominante na Sociologia da Educação e segundo a qual “as crianças, na condição de alunos, são concebidas apenas como receptáculos mais ou menos dóceis de uma acção de socialização no interior de uma instituição” (Sirota, 2001, p.16).

A importância do processo de socialização no desenvolvimento da criança aumenta com o fomento de políticas públicas de democratização e alargamento escolar, estas efectivam a *institucionalização educativa da infância* (Sarmiento, 2005; Silva, 2006). O quotidiano das crianças modifica-se e a atenção dos sociólogos fica ainda mais centrada nas instâncias encarregues de socializar as crianças:

“creches e (...) escola pública (...) [são] as primeiras instituições da modernidade directamente orientadas para um grupo geracional (até então, as escolas conventuais e os colégios religiosos eram indistintamente frequentados por crianças e adultos). A generalização da escola e a sua transformação como escola de massas promoveram, num movimento comum, a institucionalização da infância e da escola pública” (Sarmiento, 2005, p. 367).

Esta perspectiva que promove a “privatização da infância” (em casa junto da família) e a “institucionalização da infância” (pela escola) contribuiu para a invisibilidade das crianças enquanto actores sociais. A infância foi “essencialmente reconstituída como objecto sociológico através dos seus dispositivos institucionais” (Sirota, 2001, p.9). As crianças estavam ausentes da análise científica da dinâmica social e prevaleciam as teorias que evidenciavam o estatuto de transitoriedade das crianças.

Segundo Sirota (2001), a emergência da Sociologia da Infância surge, no final dos anos 80, por oposição a esta corrente que vê a criança como uma entidade bio-psicológica passiva e sujeita à ordem social adulta. O conceito de socialização promovido por Durkheim é criticado e questiona-se a abordagem que entende as crianças como seres manipuláveis e subordinados a modos de dominação e controlo social. Entende-se “a construção simbólica da infância na modernidade” como algo que se desenvolveu “em torno de processos de disciplinação da infância”, processos imersos numa visão adultocentrada que desqualificavam a “voz das crianças” na construção das relações sociais (Sarmiento, 2005, p. 369).

“A sociologia da infância propõe-se a constituir a infância como objecto sociológico, resgatando-a das perspectivas biologistas, que a reduzem a um estado intermédio de maturação e desenvolvimento humano, e psicologizantes, que tendem a interpretar as crianças como indivíduos que se desenvolvem independentemente da construção social, das suas condições de existência e das representações e imagens historicamente constituídas sobre e para elas” (Sarmiento, 2005, p.361).

O interesse científico pela Sociologia da Infância é influenciado pelo debate social promovido acerca dos direitos da criança. Na Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas de 1989 agruparam-se três categorias de direitos: os direitos de provisão (saúde, educação, segurança social), de protecção (protecção a situações de discriminação, abuso físico e sexual, injustiça e conflito) e de participação (a criança e

os seus direitos cívicos e políticos). Os direitos de participação solidificam a alteração do estatuto social da criança e a imagem da infância activa que a Sociologia passa a defender (Sirota, 2001, Sarmento, 2005; Silva, 2006).

Segundo esta nova perspectiva, os alunos não se formam mais na “aprendizagem sucessiva dos papéis propostos, mas nas suas capacidades de dominar as experiências escolares sucessivas (...)” (Sirota, 2001, p. 17). As crianças socializam-se mediante diferentes aprendizagens e são capazes de dominar a sua experiência, tornam-se autores da sua própria educação (Sirota, 2001). Inicia, assim, uma proposta de autonomia para as crianças dando-se importância às suas especificidades e à relação que estas estabelecem com as instituições.

Sirota (2001) considera que a alteração registada corresponde a uma passagem da investigação centrada na escola francesa para o desenvolvimento da pesquisa anglo-saxã. A influência francesa, centrada nas questões do controle social e da protecção da infância, afirmava as figuras da “criança selvagem” e da “criança vítima”; a sociologia anglo-saxã entende a criança como “um parceiro”, interessa-se por analisar as tarefas designadas por ela, as suas estratégias e a distância que dita entre as suas expectativas e as dos adultos.

A evolução da família contemporânea, a baixa da fecundidade, o crescimento da natalidade fora do casamento, o aumento do divórcio, as recomposições familiares e outras mudanças demográficas também deslocam a problemática da infância para uma nova abordagem, agora em estreita articulação com as questões da Demografia e da Sociologia da Família. O objectivo é apreender o impacto destas mudanças na vida das crianças e, por outro lado, saber como elas experienciam essas mudanças.

A infância ganha ainda protagonismo nos estudos da vida quotidiana, das relações de poder e dos tempos de lazer. Com o desenvolvimento da sociedade de informação e das novas tecnologias estuda-se o consumo televisivo das crianças, a prática de jogos virtuais, a relação com a internet; o uso do espaço-tempo lúdico das crianças; as novas linguagens; as apetências de consumo e as desigualdades sociais. Conceptualizam-se diferentes “culturas da infância” e analisam-se os novos modos de ritualização desta

fase da vida, como por exemplo, o aniversário, “o início do ano escolar [ou] o baptismo da boneca (...)” (Sirota, 2001, p. 25).

Para Sarmiento (2005) a infância, atendendo a uma abordagem intergeracional, “deve ser considerada, no plano analítico, (...) nos factores de homogeneidade” (2005, p. 371) As crianças têm características unificadoras que permitem definir a infância enquanto categoria social do tipo geracional própria: principalmente nos primeiros anos, não conseguem sobreviver sozinhas, têm a obrigação de ir à escola, não têm o direito ao voto e interpretam o mundo de forma particular. O mesmo autor considera ainda que, numa perspectiva intrageracional, as crianças também abarcam a heterogeneidade: pertencem a diferentes classes sociais, diferentes etnias, diferentes géneros e diferentes espaços estruturais. Os modos de pensar e agir específicos das crianças diferenciam-se de acordo com a estratificação social distinguindo-se diferentes “culturas de infância”.

“ As culturas de infância são resultantes da convergência desigual de factores que se localizam, numa primeira instância, nas relações sociais globalmente consideradas e, numa segunda instância, nas relações inter e intrageracionais. Essa convergência ocorre na acção concreta de cada criança, nas condições sociais (estruturais e simbólicas) que produzem a possibilidade da sua constituição como sujeito e actor social” (Sarmiento, 2005, p.373).

A evolução científica da abordagem que defende a existência de uma “experiência infantil” realiza-se na admissão do postulado da diversidade, isto é, na possibilidade da “experiência infantil” ter registos múltiplos e não convergentes, na hipótese de, perante os processos de socialização, as crianças reagirem de modo diferenciado.

A “experiência da criança”, ao ganhar visibilidade em diversas análises dos processos sociais, implica que as crianças sejam consideradas competentes para interpretar a sociedade e aquilo que as rodeia. A esta capacidade Corsaro (1997) chama de *reprodução interpretativa* – o modo segundo o qual as crianças interpretam e reproduzem o que apreendem nas relações com os seus pares e com os adultos. No estudo da infância, as questões ligadas à escolarização são substituídas pela problemática da socialização, mas numa perspectiva diferente da definida por Durkheim – a criança para além de um “ser em devir” é também actor da sua própria socialização,



é dotada de capacidades de acção e de criação cultural (Javeau, 1994; Sirota, 1993, 1994, 2001; Sarmiento, 2005).

No processo de socialização consideram-se agora duas vertentes: a socialização que a criança protagoniza com os adultos (a socialização vertical) e socialização que se constrói na relação com outras crianças, com os pares (a socialização horizontal) (Sirota, 2001; Silva, 2006).

Desenvolvem-se trabalhos acerca das competências infantis na escola, criam-se conselhos municipais de crianças ou parlamentos de crianças (Vulbeau, 1998). O objectivo é “fazer falar as crianças na faixa da escola primária (...) apreender a maneira como elas produzem o sentido do social (...), saber como se constroem normas e valores numa sociedade infantil” (Sirota, 2001, p.22). A Sociologia da Infância desenvolve-se e fomenta o estudo dos *territórios das crianças*, dos locais onde as crianças estabelecem interacções entre si e se relacionam com os territórios dos outros (Silva, 2006).

### 1.4.2. A Sociologia da Juventude

A identificação da juventude enquanto categoria de propriedades definidas tem origem num conjunto de questões similares às colocadas no âmbito da problemática das gerações e das idades: a juventude é uma realidade meramente biológica e natural? A juventude afirma-se por critérios etários? É um conjunto de indivíduos que apresentam similaridades ou que se diferenciam entre si? É uma categoria social ou, como referiu Bourdieu (1984), é “apenas uma palavra”? (um género de *social no man’s land* onde o indivíduo é adulto para certas coisas e para outras não).

Tal como aconteceu com outras fases da vida, a discussão em torno da problemática da juventude também se situou, no início, entre duas tendências distintas: a da homogeneidade – onde a juventude é um todo constituído por indivíduos semelhantes e caracterizado especialmente em termos etários – e a da heterogeneidade – segundo a qual a juventude se divide conforme as origens sociais dos indivíduos. Estas duas perspectivas resumem as correntes teóricas que estiveram na origem da Sociologia da Juventude, a *corrente geracional* e a *corrente classista*.

A corrente geracional enfatizou o facto da *cultura juvenil* ter surgido como oposição às gerações adultas através: a) de um *relacionamento aproblemático*, em que os jovens são socializados de acordo com as normas e valores dos adultos (*socialização contínua*) ou b) através de um *relacionamento problemático* com rupturas e descontinuidades intergeracionais (Pais, 1990, 1991a, 1991b, 1993).

Para a corrente classista, as diversas culturas juvenis são resultado das relações antagónicas de classe, são as soluções encontradas para os problemas comuns dos jovens de uma determinada origem social. Segundo esta perspectiva, mesmo as atitudes mais excêntricas dos jovens são *formas de resistência* a contradições de classe (Pais, 1990). “As distinções simbólicas entre jovens (diferenças de vestuário, hábitos linguísticos, práticas de consumo, etc.) são sempre vistas como diferenças interclassistas e raramente como diferenças intraclassistas” (Pais, 1990, p.158).

Entre 1950 e 1970 o conceito de juventude referenciava-se numa destas duas correntes teóricas e as culturas juvenis que não se adequavam às mesmas eram consideradas *desviantes* (Pais, 1990). Em comum, ambas as correntes, geracional e classista, defendiam o surgimento das culturas juvenis por oposição a uma cultura dominante: a cultura dominante das gerações mais velhas na corrente geracional e a cultura da classe dominante na corrente classista. Ambas apresentavam, ainda, limitações: a corrente geracional foi criticada porque identificava a juventude como uma entidade homogénea sem espaço para a diversidade; a corrente classista tinha dificuldade em explicar quer as semelhanças culturais detectadas entre jovens de diferentes condições sociais, quer as diferenças registadas entre jovens da mesma origem social (Pais, 1990).

### **A juventude do rock’n roll dos anos 50 e a *vertigem* dos anos 60**

Nos anos 50 a juventude é influenciada pelas transformações do pós-guerra. O crescimento económico, a escassez de mão-de-obra e o aumento dos níveis de vida promovem a “era do jovem trabalhador próspero (...), os *teddy boys* e o *rock’n roll* influenciaram uma corrente de culturas de juventude que a maioria dos pais, professores e outros adultos não controlavam nem sequer compreendiam” (Roberts & Parsell, 1990, p.167). Nesta época, a corrente geracional sustenta a orientação das questões da juventude na perspectiva da socialização contínua. Roberts e Parsell (1990), atendendo à realidade da Grã-Bretanha, evocam esta perspectiva ao afirmarem que, no contexto dos anos 50, por mais estranhas que fossem as aparências superficiais dos jovens, “a verdadeira função das culturas de juventude era transmitir as aptidões e as atitudes necessárias para se ingressar na sociedade adulta” (1990, p. 168). A juventude enquadrava-se assim num processo gradual onde os indivíduos se emancipavam das restrições da infância e começavam a apreender os modos de vida dos adultos.

Yonnet (1983), ao identificar diferentes culturas de juventude através de diferentes tipos de música, também vai definir a juventude dos anos 50, do estilo *rock’n roll* (de Elvis Presley, Bill Haley, Little Richard; Buddy Holly, Gene Vicent, Eddie Cochran entre outros), como a juventude que, por um lado, tenta subverter a ordem estabilizada mas, por outro lado, aspira à integração social. Para este autor, não se pode identificar o rock como música de ruptura, o rock caracterizava-se pela repetição

“coerente e fixa” de atitudes corporais e tinha, acima de tudo, uma função recreativa e hedónica<sup>36</sup>.

Ao reunir elementos da cultura branca e da cultura negra, o rock apresenta-se, contudo, como uma estratégia de luta contra discriminações raciais e expressão de novos comportamentos sexuais. A época do nascimento do *rock'n roll* é a época do *flirt* e dos *swett little sixteen* – os jovens dançam de forma diferente, aproximam-se de novas expressões corporais, de certas liberdades sexuais e de uma relativa integração racial.

As descontinuidades geracionais dos anos 50, não sendo consequência de uma oposição radical dos jovens ao mundo adulto, são identificadas como auto-referências da juventude, como manifestação de uma nova categoria social. Segundo Yonnet (1983), o rock levou à constituição do “continente adolescente”, um novo continente social onde, relativamente autonomizados da família, os jovens dão prioridade às sociabilidades com os seus pares.

É a partir dos anos 60 que a questão dos valores geracionais é analisada segundo a perspectiva da ruptura e do conflito. O estudo da juventude continua a enquadrar-se na corrente geracional, os jovens são entendidos como um conjunto social uno e homogéneo que enfrenta problemas idênticos, o que muda é a visão acerca das relações geracionais. Estas relações passam a ser assinaladas pela diferença de valores e de interesses, nomeadamente no que diz respeito aos processos políticos e à posição face à guerra. (Roberts & Parsell, 1990; Pais, 1990, 1991a, 1991b, 1993).

Nos anos 60, os movimentos de contestação dos jovens (que se verificaram inicialmente em ambiente escolar) alastraram a todo o sistema social. Influenciados pelo “espírito” de Maio de 1968 em França, os movimentos juvenis defendiam a emancipação individual e tinham por objectivo “mudar a vida”, contestavam a autoridade da família, do Estado e das instituições (Bandeira, 1996a, 1996b).

---

<sup>36</sup> O rock é ainda identificado com o estilo de música que divulga os símbolos económicos da América. Por exemplo, o carro que os jovens idealizavam como reflexo da sua liberdade.

Yonnet (1983) refere que à unidade musical do rock sucedem-se, nos anos 60, as mais variadas formas de *pop* (os Beatles, os Rolling Stones, os Pink Floyd, Jimi Hendrix, Janis Joplin, The Doors, Bob Dylan). Este autor relaciona a música pop com uma *cultura de vertigem* associada a amplificadores, distorções e ao consumo de drogas. Um estilo musical que está relacionado com os movimentos revolucionários da juventude no mundo ocidental e se afasta da mera função recreativa para colocar em discussão os modos de vida e os destinos da humanidade.

Para Roberts e Parsell (1990), nos anos 60, os jovens apresentavam-se num estado de disponibilidade e de aprendizagem social e ideológica formando “uma consciência geracional” muito forte (1990, p. 153).

### **A diversidade das culturas juvenis**

A partir dos anos 70, as tendências teóricas modificam-se e passa-se a considerar tanto a unidade como a diversidade da juventude. Segundo Pais (1990, 1993), a juventude passa a ser considerada em torno de dois eixos semânticos – é entendida como “aparente unidade (quando referida a uma “fase da vida”) e como diversidade (quando estão em jogo diferentes atributos sociais que fazem distinguir os jovens uns dos outros)” (Pais, 1990, p.149). Às culturas juvenis fica associado um sistema de valores socialmente dominante mas assume-se que este é diferentemente vivido. Entende-se que as culturas juvenis podem ainda ser influenciadas por culturas de classe, de género, de geração, de habitat, entre outras.

A investigação desenvolvida por Pais em Portugal (1990, 1991a,1991b,1993) evidenciou este facto: não existe apenas uma cultura juvenil ou uma juventude, diferentes culturas e diferentes contextos e factores sociais impulsionam diferentes práticas juvenis.

A partir dos anos 70, não só a questão da síntese teórica da problemática da juventude (entre geracional e classista) foi ultrapassada como se altera a condição social dos jovens. As novas divisões sociais do trabalho, o prolongamento escolar, os novos modelos familiares e as modificações do processo de inserção na vida activa protagonizam novas formas de cultura juvenil.

Para Roberts e Parsell (1990) a mudança deve-se ao aumento e à diversidade das *transições prolongadas* e da incerteza. O ingresso na vida activa é tardio, aumenta o emprego precário e expande-se a ocupação escolar ou a frequência em cursos profissionais. Perante este cenário, estes autores identificam (atendendo particularmente à realidade da Grã-Bretanha) três diferentes tipos de cultura da juventude: a) a tradicional, dos jovens que depois da escolaridade obrigatória deixam os estudos e começam a trabalhar (jovens que, segundo os autores, têm disponibilidade financeira para investirem em actividades de lazer ou em actividades desviantes, como o consumo de drogas) b) a académica, que diz respeito aos jovens que continuam a estudar após o ensino obrigatório, jovens que são financiados pelos seus pais nas diversas actividades extra-escolares, nos lazes e em consumos vários e d) a classe inferior, os jovens que abandonam os estudos e que vivem situações de subemprego e desemprego, jovens que vivem sem capacidades financeiras nem apoio familiar e estão sujeitos a situações de delinquência.

Para Yonnet (1983), o período dos anos 70, e particularmente a cultura ligada ao desemprego juvenil da classe inferior, reflecte-se no estilo de música *punk* (Sex Pistols, Clash, The Stranglers e outros). O punk associa as características da *cultura de máscara* rock (a importância da indumentária e da aparência visual, no caso do punk através do uso de tatuagens, piercings, cabelo pintado e cristas) e da *cultura vertigem* da pop. O autor conclui que, entre os anos 50 e 70, houve um movimento que evoluiu e que deu à juventude identidade própria.

É, porém, na década de 80 que aumentam as intervenções políticas em relação à juventude. O mecanismo de integração social através do trabalho sofre bloqueios e o desenvolvimento formal de políticas da juventude, especialmente depois da recessão dos anos 80, é largamente determinada pela crise no trabalho, o bloqueio da transição para a vida adulta e as dificuldades de inserção profissional (Deniger, 1996).

Em relação a Portugal, os problemas da juventude revestem-se de importância política e económica quando, nos anos 60, as instituições universitárias foram “invadidas por contingentes de alunos que largamente suplantavam as capacidades de absorção de tamanha procura” (Pais, 1990a, p. 31). Os jovens universitários começaram a reivindicar a reforma da Universidade e, nas suas acções, “afirmavam a caducidade da

velha sociedade, dos seus valores e constrangimentos, reclamando-se de valores modernos: democracia política, democratização do ensino, abolição das fronteiras entre homens e mulheres”. Desafiavam as instituições, os professores e o Estado, exigiam a “legitimação social e novas formas de contratualidade social e familiar” (Bandeira, 1996a, p.330). A juventude ganhou particular representatividade a partir da segunda metade dos anos 60 e foi reforçada com o surgimento das juventudes partidárias e outras organizações juvenis de âmbito nacional ou local a partir de 1974, com a pluralidade política possibilitada pelo 25 de Abril.

As representações que predominavam sobre uma “juventude ‘militante’, ‘utópica’ e cultivadora da ‘solidariedade’ dos anos 60 e princípios da década de 70” são, contudo, substituídas, em Portugal, nos anos 80 e 90, por uma “doxa dominante [que] contrapõe uma juventude mais ‘céptica’, ‘pragmática’ e ‘individualista’” (Pais, 1990, p. 144).

Retomando uma abordagem mais abrangente, desde 1950 até hoje, são vários os temas tratados no estudo social da juventude: as carreiras escolares; a inserção profissional; o lazer; a sociabilidade; a relação dos jovens com os seus pares; a relação com a família; as relações amorosas; os consumos; os comportamentos desviantes, entre outros. Particularmente a partir dos anos 80, o interesse centra-se no estudo da transição dos jovens para a vida adulta e na aquisição de independência económica, residencial e familiar.

De uma abordagem dita tradicional, onde a transição para a vida adulta se efectua de forma linear, passa-se a discutir um modelo onde a juventude se prolonga por tempos de experimentação (Pais, 1990, 1991a, 1991b, 1993). A partir de 2000, desconstroem-se os modelos de transição assentes em limites de passagem e enfatiza-se o modo como, mesmo dependentes da família de origem, os jovens tornam-se autónomos e progridem para a vida adulta. Aborda-se a questão dos *momentos esporádicos*, acontecimentos pontuais importantes para a formação do indivíduo, mas que não passam por experiências decisivas ou limites de transição (Cicchelli, 2001; Galland, 2001; Bozon, 2002a; Singly, 2002; Ramos, 2002).

#### 1.4.2.1. A transição para a vida adulta

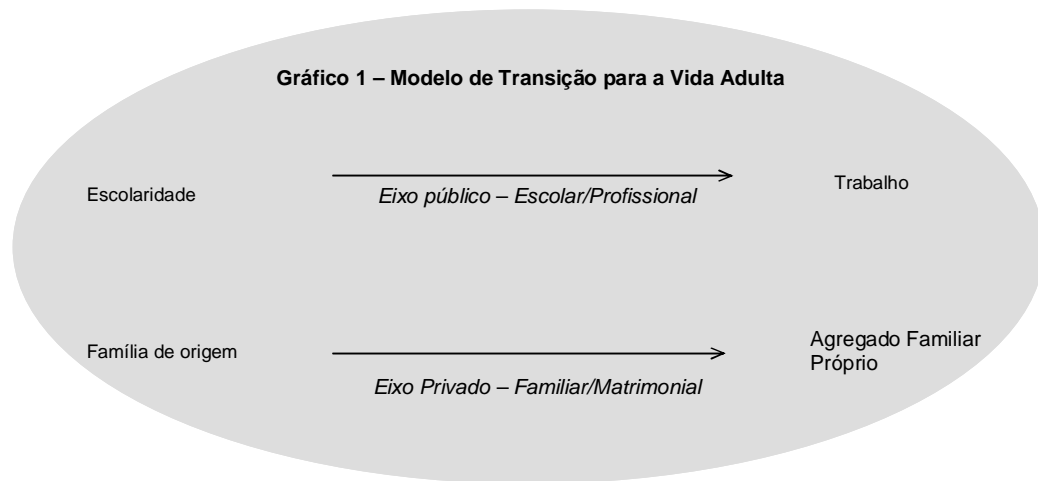
As novas formas de entrada na vida activa, as novas condições da vida familiar e matrimonial e todas as mudanças socioeconómicas dos últimos trinta anos abalaram os sistemas de referência que estavam na base dos processos de transição para a vida adulta. Estes sistemas tornaram-se ultrapassados e as novas formas de transição promoveram novos modos de entender e viver a adultez.

Actualmente, o tempo que medeia entre o fim da escolaridade e o exercício de uma profissão não é linear, alonga-se e perde o carácter de instantaneidade. A definição do estatuto de adulto passa agora por um período de indeterminação. Quando saem do ensino obrigatório, secundário ou superior, a maioria dos jovens passa por um período de “interregno” entre a escola e o emprego. Os itinerários de passagem para a vida activa (que caracterizam esse período de “interregno”) são cada vez mais marcados pelo desemprego, o emprego intermitente, a formação, o subemprego e a inactividade (Pais, 1990, 1991a, 1991b, 1993).

A indeterminação profissional, familiar e conjugal junto com a extensão dos tempos de formação promove o prolongamento da juventude, categoria social que é, por excelência, protagonista de um novo modelo de transição – o *modelo de experimentação* – caracterizado pela «passagem por diversas experiências sociais, ao longo de um processo interactivo» (Galland, 1996, p.43).

O modelo base dos processos de transição para a vida adulta de Galland (1984) é largamente referenciado na investigação social. Neste, a juventude é definida como uma fase de passagem que se efectua entre quatro limites importantes: o fim dos estudos, o início da vida profissional, a partida da casa dos pais e a formação do casal. Existe o eixo que vai da escola ao trabalho – *eixo público*, escolar/profissional – e o eixo que vai da dependência da família de origem à formação de um agregado familiar próprio – *eixo privado*, familiar/matrimonial (vide figura 3).





**Figura 3. O modelo de transição para a vida adulta** (Galland, 1984)

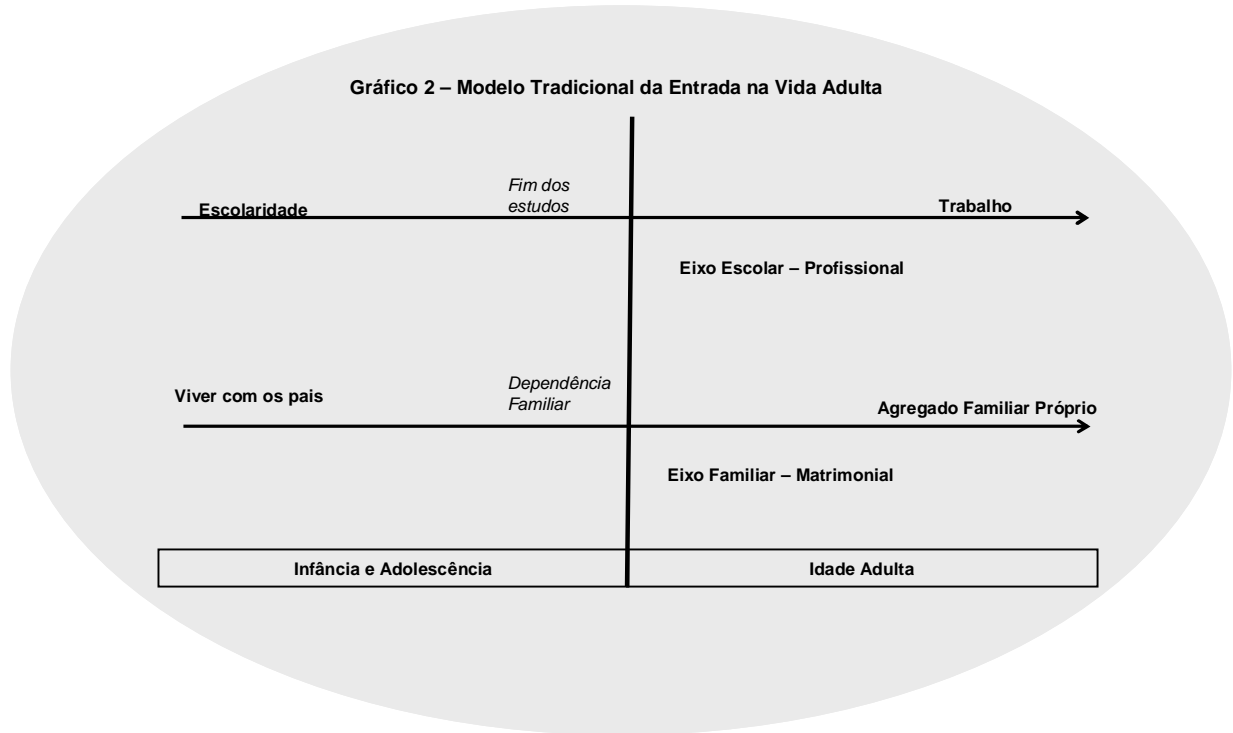
De acordo com a obra de diversos autores (Almeida; Bozon; Degnier; Galland, Gokalp; Guerreiro; Pais; Ramos; Singly; Torres) é possível apresentar diferentes configurações deste modelo conforme a coincidência ou não dos calendários dos diferentes limites de passagem. Em particular, poderá definir-se um modelo tradicional ou um modelo moderno de transição para a vida adulta.

### **O modelo tradicional de transição para a vida adulta**

O *modelo tradicional de transição para a vida adulta* é um modelo onde o modo de passagem para o estatuto de adulto é simples, linear e fundado em dois princípios: (a) o princípio da instantaneidade da passagem da infância/adolescência para a idade adulta e (b) o princípio da concordância entre o final dos estudos e o início da vida profissional e entre o casamento e a saída de casa da família de origem.

Existe neste modelo um forte sincronismo entre os limites de passagem do eixo público e do eixo privado e definem-se as “idades da vida” de forma homogénea. A infância e a adolescência correspondem aos papéis de estudante, de aprendizagem e de dependência familiar; à idade adulta associa-se a independência económica, residencial e afectiva. Assim, este modelo é definido como *modelo de identificação* (fácil distinção de papéis: o adolescente estuda e vive com os pais e o adulto trabalha e tem família

própria) ou *modelo de instalação* (onde existe um percurso unívoco e linear de instalação na vida adulta) (vide figura 4).



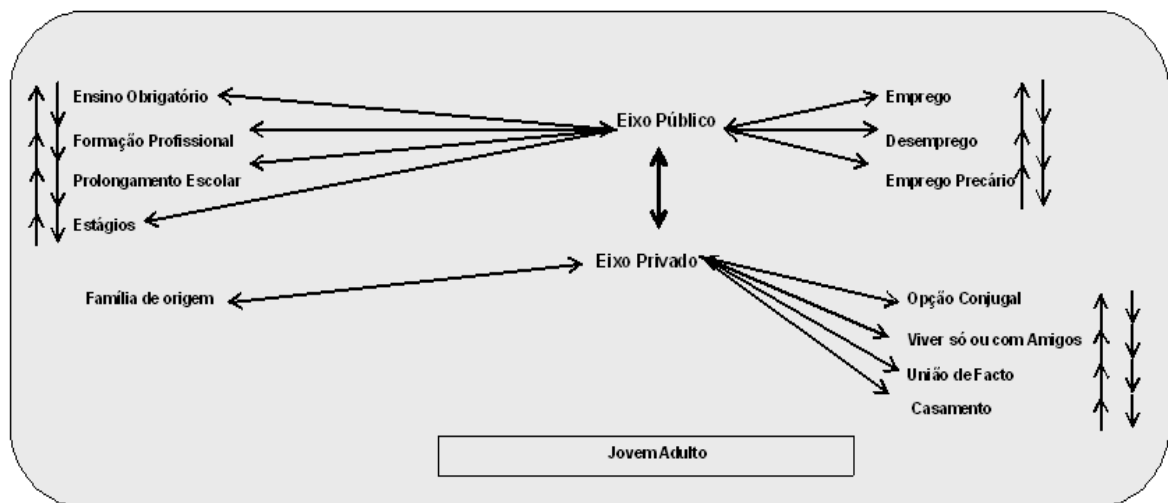
**Figura 4. O modelo tradicional de entrada na vida adulta**

Conforme o referido anteriormente, a partir dos anos 70, o modelo de identificação/instalação sofre várias alterações com a democratização do ensino, com o prolongamento escolar e o aumento da instabilidade no mercado laboral. Os tempos de transição tornam-se cada vez mais longos e desenha-se um novo modelo de transição (Galland, 1996; Pais, 1990, 1991a, 1991b, 1993).

**O novo modelo de transição para a vida adulta**

No novo modelo de transição para a vida adulta o eixo público encontra-se exposto a formas atípicas de trabalho: o trabalho temporário; o teletrabalho; o trabalho por conta própria; o desemprego e o emprego precário. O eixo privado reflecte as transformações familiares e individuais: o adiamento da idade de casar; o reforço do peso funcional da família através de uma solidariedade prolongada (em termos económicos, residenciais e na procura de emprego) e a experimentação de relações amorosas e de diferentes formas de conjugalidade.

No novo modelo de transição as decisões que o jovem toma sobre a vida profissional ou familiar diversificam-se e são muitas vezes reversíveis. Deixa de ser possível falar de um único modo típico e unívoco de transição dos jovens para a vida adulta – «as transições são múltiplas, distintas e diferentemente vividas pelos jovens» (Pais, 1991a, p.473). Pode ser-se adulto para umas coisas e para outras não, facto que justifica a conceptualização do *jovem adulto* (vide figura 5).



**Figura 5. O novo modelo de transição para a vida adulta**

Segundo este modelo, a que Pais chama de *modelo das trajectórias yô-yô*, a entrada na vida adulta não se define apenas como um período de crise, mas também como um período de experimentação e de definição progressiva. Uma fase normal do ciclo de

vida que não é marcada nem por meros problemas psicológicos nem pela marginalidade social, mas por escolhas e soluções para os problemas de inserção que podem ser marcadas por um trabalho longo e difícil, por vezes doloroso, de determinação de identidade e de estatuto (Pais, 1990, 1991a, 1991b, 1993).

#### ***A autonomia e os momentos esporádicos***

O novo modelo de transição para a vida adulta, de experimentação e diversidade de estratégias, torna-se ainda mais complexo caso se pondere a perspectiva teórica que evidencia a fragilidade dos momentos de transição. Segundo esta teoria o que interessa é o modo como o indivíduo se dota de identidade pessoal e edifica a sua própria autonomia (Cicchelli, 2001; Galland, 2001; Bozon, 2002a; Singly, 2002; Ramos, 2002). Desconstrói-se o modelo base de transição assente nos limites do eixo familiar e profissional e pressupõe-se que, mesmo dependentes dos seus familiares em termos residenciais e financeiros, os jovens progridem para a vida adulta tornando-se autónomos (muitas vezes dentro do “seu mundo” - o quarto que têm em casa dos pais).

Polémica e sujeita a diversas críticas (enumeradas adiante), esta perspectiva defende que a autonomia dos jovens pode não passar por experiências decisivas, mas sim por *momentos esporádicos*, “rituais pontuais” mais ou menos voláteis – as “primeiras vezes”. O momento em que, por exemplo, se “tirou” a carta de condução e teve o primeiro carro; a primeira(o) namorada(o); o primeiro “biscate”; o primeiro telemóvel (adquirindo autonomia para organizar os tempos de comunicação com o grupo de amigos), entre muitas outras “primeiras vezes”.

A desconstrução do modelo assente em limites de transição rigorosamente definidos parte, deste modo, de duas premissas: a) mais do que tentar ser completamente independente, o indivíduo deve “construir-se” enquanto “ser autónomo” e b) certos momentos esporádicos, mesmo parecendo insignificantes, podem revelar-se marcantes para a construção da autonomia (Cicchelli, 2001; Galland, 2001; Bozon, 2002a; Singly, 2002; Ramos, 2002).

### **A autonomia *versus* a independência**

A teoria que desvaloriza a definição de eixos de transição parte da distinção conceptual dos termos autonomia e independência. A diferença está no facto do primeiro remeter para categorias subjectivas, as opiniões, os valores e os gostos, enquanto o segundo remete para categorias objectivas, nomeadamente as categorias económica, conjugal e residencial.

Ser autónomo implica a reflexividade crítica<sup>37</sup>, a capacidade de o indivíduo se julgar a si próprio e de reajustar os meios ao seu dispor em função dos objectivos que pretende atingir. Implica uma vida intelectual activa que lhe permita desenvolver a consciência de si e a capacidade de converter representações e normas produzidas pela reflexividade em estratégias e actos (Laurent, 1993; Singly, 2001; Ramos, 2002). Neste contexto, o jovem mesmo que não possua independência financeira ou residencial constrói um mundo pessoal que se organiza em torno da auto-aprendizagem da autonomia.

Elsa Ramos (2002) apresenta a tensão que se verifica entre autonomia e dependência residencial como uma estratégia de compartimentação que os jovens fazem entre “o seu mundo”, “o mundo dos pais” e o “mundo de ambos”. O jovem beneficia de um “mundo seu” ligado às características de determinada cultura juvenil, contudo, não é totalmente “mestre do seu jogo”. O “seu mundo” está dependente do “mundo dos pais” e do “mundo de ambos”, mundos estes que coexistem, muitas vezes, numa só residência: a casa dos pais. Segundo Singly (2002, 2004), é a contradição que se verifica entre independência e autonomia que define, na actualidade, a juventude.

### **As “primeiras vezes” – os momentos esporádicos**

Sendo a transição para a vida adulta progressiva, informal e reversiva substituiu-se a importância dos ritos de passagem e de iniciação, organizados e definidos social e culturalmente, por “ritos pontuais” identificados e eleitos pelo próprio indivíduo. Os acontecimentos que são considerados relevantes para uns, não terão qualquer importância para outros, ou seja, existirá uma diversidade de formas para o indivíduo se “construir a si próprio” e múltiplos modos de transitar para a adultez (Bozon, 2002a).

---

<sup>37</sup> Assunto já desenvolvido no ponto 1.3.2.1. deste capítulo.

Nas sociedades tradicionais a mobilidade social e geográfica era reduzida, dominava o poder simbólico e existia um forte controlo social. A função do indivíduo dependia da fase da vida em que se encontrava, sendo o seu percurso segmentado por limites precisos, assinalados através de ritos de passagem (principalmente na transição da adolescência para a idade adulta). Estes eram ritos de separação que anunciavam a ruptura com um estado anterior e sedimentavam a integração no novo grupo. Na actualidade, os tempos de vida passam a estruturar-se segundo *limiares de experiência aberta*, mais dependentes da decisão individual que de passagens socialmente ritualizadas. Os “ritos contemporâneos” são cada vez menos entendidos como marcos que inauguram a estabilidade ou um status social irrevogável.

Valorizar os “ritos pontuais” é dar valor à experiência vivida em detrimento da obrigação de cumprir etapas socialmente calendarizadas. É dar atenção ao modo como os jovens valorizam a “primeira vez” em que, por exemplo, puderam conduzir um carro porque conseguiram “tirar” a carta de condução; a primeira vez que tiveram responsabilidades profissionais nas férias ou num “biscate” (que lhes proporcionou dinheiro para comprar a roupa preferida, a primeira prancha de surf ou a primeira guitarra); a primeira relação a sério ou a primeira desilusão amorosa; a primeira relação sexual (que se impõe simbolicamente na passagem da adolescência à juventude), entre outras “primeiras vezes” (Bozon, 2002a).

Em conclusão, esta perspectiva leva a admitir avanços e recuos nas trajectórias dos indivíduos e, mais que garantir a consolidação de situações estáveis, define uma autonomia face a um ciclo de vida dito tradicional. Neste âmbito, também o adulto (e mesmo o idoso) experiencia, ao longo do seu percurso de vida, “primeiras vezes”: quando se divorcia; reconstitui família; relaciona com enteado(as); volta a residir com os pais; tem o primeiro filho numa idade avançada; muda de emprego; inicia negócio por conta própria; investe; trabalha após a idade da reforma, entre outras “primeiras vezes”.

### **A vulnerabilidade da teoria da autonomia e dos momentos esporádicos**

Em relação ao processo de transição para a vida adulta a valorização do conceito de autonomia em relação à independência é, contudo, vulnerável. Os jovens vivem de forma pacífica com uma “autonomia relativa”, mas ambicionam uma “autonomia maior”. Essa autonomia implica um elevado nível de independência em relação à família de origem. Conquanto o jovem que coabita com os pais possa, de algum modo, ser relativamente autónomo ele não é, no entanto, independente. A “autonomia maior” só é realmente conquistada com o afastamento do jovem da dimensão filial e com a aquisição de independência espacial, residencial e financeira. Neste caso, “ser adulto” é sinónimo de “autonomia maior”.

Os próprios teóricos que defendem a tese da autonomia referem que os jovens, embora prezem um certo conforto residencial e material, não gostam de estar sujeitos a um ritmo colectivo e ambicionam a possibilidade de definirem, eles mesmos, os seus tempos e rotinas. A anarquia da organização dos tempos é francamente desejada e é importante o jovem poder afirmar a sua individualidade e romper com os princípios básicos da família de origem (Cicchelli, 2001; Galland, 2001; Bozon, 2002a; Singly, 2002; Ramos, 2002).

A este propósito Kugelberg (1998) refere, num estudo realizado acerca das imagens culturais dos suecos no início da vida adulta, que os jovens estão preocupados com a situação complexa em que se encontram: ter de arranjar um emprego, constituir família, escolher as opções certas e, principalmente, adquirir independência em relação à família de origem. Também Nilsen (1998) conclui que, para os jovens noruegueses, “ser adulto” representa assumir responsabilidades “de tipo social e económico e, por isso, a estabilidade e a previsibilidade”, para além de não serem desejadas durante o prolongamento da juventude “são aspectos da vida que os jovens pensam vir a desejar num dado momento futuro” (1998, p.139)<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup> Referenciam-se estes trabalhos pelo facto de, através dos mesmos, os jovens terem sido questionados sobre o que, para eles, significava “ser adulto”. Não obstante, assume-se que as diferenças dos modelos de passagem à vida adulta do Norte e do Sul da Europa, não sendo aqui desenvolvidas, influenciam as respostas dadas.

As representações dos jovens sobre o que é “ser adulto” assumem a ambiguidade do conceito de adulez, perspectivam uma vertente positiva assente na ideia de autonomia, de desenvolvimento pessoal e de maturidade, mas também associam o estatuto de adulto a um estilo de vida estático. A maioria dos jovens, para além de contestar e rezear a rotina, assume que, mais tarde, vai desejar uma situação segura acabando por “assentar” e “acalmar”. Segundo Nilsen, a maioria destes jovens prevêem um quotidiano diferente daquele que têm actualmente, um género de vida onde a independência em relação à família de origem e a segurança tornam-se questões fundamentais.

Para Singly (2004), numa sociedade que privilegia a riqueza conseguida através do salário e não da competência, a autonomia é perturbada pela precariedade do mercado de trabalho, pelas dificuldades de inserção profissional e pela constante ameaça de desemprego. Este autor defende o desenvolvimento de políticas que promovam o apoio à inserção profissional e ajudas financeiras aos jovens que, independentemente da classe social, se encontram na fase de transição para a vida adulta. O autor defende como prioridade a necessidade de se controlarem os postos de trabalho de condições precárias, incrementando o acesso a um mercado de trabalho mais seguro e contínuo. Considera que só a independência económica permite a construção de um mundo pessoal que se torna consistente quando em sintonia com uma identidade social estruturada.



### 1.4.3. A Sociologia da Velhice

A construção social das idades da vida e a definição das práticas que lhes são associadas coincidem com o surgimento de instituições e agentes especializados nessas mesmas idades: no caso da infância e da juventude foi referido como exemplo o alargamento do sistema escolar; em relação à velhice, Lenoir (1979) destaca a importância da institucionalização do sistema de reformas.

Para Guillemard (1984), nas nações industrializadas, a questão da velhice socializa-se progressivamente, se antes era apenas relevante na esfera privada e familiar, a velhice emerge, desde 1950, como “problema social” específico, objecto de orientações, intervenções e políticas públicas (Guillemard, 1984).

Lenoir (1995) refere que a constituição de um problema social envolve tanto *transformações objectivas* que afectam a vida quotidiana dos indivíduos como a criação de procedimentos de legitimação e de institucionalização. Este autor considera que a construção da Sociologia da Velhice deve a sua pertinência ao facto do envelhecimento ser uma questão colocada pelo Estado e segundo a qual o Estado se estabelece e afirma a sua necessidade.

Segundo Treas e Passuth (1988), a origem da Sociologia da Velhice deve-se ao problema do envelhecimento da população e à articulação realizada entre o Serviço Social e a Sociologia. A partir dos anos 80, para além da questão do envelhecimento da população, as dificuldades já referidas sobre o encargo dos idosos e a falência do sistema de reformas dominam os debates sobre esta fase da vida (Treas e Passuth, 1988; Fernandes, 1997; Veloso, 2004).

### **A velhice enquanto categoria social – a generalização do sistema de reformas**

A classificação da velhice como categoria independente, problema e construção social é relativamente recente. Lenoir (1979) e Guillemard (1984) descrevem a edificação deste processo em várias etapas. Em primeiro lugar, referem que desde a Revolução Industrial, no final do século XVIII, até meados do século XX a velhice não existia enquanto categoria social autónoma, ela era entendida como uma forma de “invalidez” e estava associada à solidão e à doença. Para Guillemard (1984), nessa época, a velhice era *invisível*, não tinha forma definida. Fora da solidariedade privada do espaço doméstico, a velhice era “desprotegida”. Os idosos sem suporte familiar, sem património nem condições para continuar a trabalhar, só recebiam algum apoio das instituições de caridade.

Em geral, os operários a residir na cidade, usualmente oriundos dos meios rurais, usufruíam de baixos salários e de péssimas condições de trabalho e de habitabilidade. Ao chegarem à velhice, sem apoios estruturados, estes operários viviam em condições precárias e tornavam-se, junto com os pobres e os mendigos, “excluídos sociais”. A questão da velhice era tratada no âmbito da indigência e da política da pobreza.

É neste cenário que tem origem a emergência dos sistemas de reforma. As classes dominantes (principalmente burguesia industrial e financeira) confrontaram-se com o surgimento das primeiras gerações de operários envelhecidos e, no início do século XX, surge a hipótese de alguns idosos terem apoio social. A protecção dos mais velhos evolui e, para Guillemard (1984), a reforma vai, pela primeira vez, caracterizar este grupo etário, dá-lhe identidade e “identifica-o” enquanto categoria social.

A reforma é o mecanismo social que define, através de critérios formais, a saída do mundo activo e o momento de transição para uma nova etapa da vida. A reforma é a garantia de que, no final vida activa, o idoso usufrui de uma percentagem da sua anterior remuneração e pode viver com relativa autonomia. Os sistemas de reforma unificam a idade de saída do mercado de trabalho (usualmente aos 65 anos) e unificam também os estilos de vida dos idosos reformados, entendidos agora como grupo social com particularidades próprias (Guillemard, 1980, 1984; Fernandes, 1997; Veloso, 2004).

Considerando particularmente a situação francesa, país precursor da gestão pública da velhice, Guillemard (1984) refere que, num primeiro momento, entre 1945 e 1950, a intervenção do Estado centrou-se na edificação da Segurança Social e na generalização do sistema de reformas. Nessa altura, o Estado teve, contudo, um papel de mediador. Vivia-se o período pós-guerra e o Estado, preocupado com a reconstrução do país, a restauração da autoridade e da coesão nacional, não colocava entraves à classe operária e às suas expressões sindicais e políticas. O protagonismo estava na relação de forças travada entre patrões e operários e a generalização do trabalho assalariado deu origem a diversos movimentos que trouxeram a público as questões da reforma, dos salários e dos horários de trabalho. Os sindicatos evidenciaram-se, a representação dos operários em diversas assembleias foi elevada e reivindicava-se a democratização da segurança na velhice. Para além de confirmada pelo conforto material dos que possuíam propriedade e riqueza, a protecção social dos idosos passou a materializar-se em recompensas atribuídas aos que se dedicavam ao trabalho remunerado (Guillemard, 1984).

Face às novas exigências, o patronato instituiu o sistema de reformas e um conjunto de procedimentos para “acalmar” a organização do proletariado. Longe de intenções paternalistas, a implementação dos regimes de protecção social estão associados a novas formas de gerir a mão-de-obra. Para Guillemard (1986), as mudanças que se verificavam ao nível da racionalização do trabalho e a desvalorização do desempenho dos trabalhadores idosos (em empresas progressivamente mais “racionalis”) levaram o patronato a utilizar o sistema de reformas para ajustar o fluxo e qualidade da mão-de-obra às necessidades de produção. Ajustou-se a força de trabalho à conjuntura económica:

“O direito social à reforma aparece menos nascido só da conquista operária do que de um movimento complexo de vaivém entre aspirações e reivindicações operárias e os novos imperativos de gestão ligados ao nascimento da grande indústria” (Guillemard, 1986, p. 45).

Lenoir (1979) refere que o patronato, ao propor condições minimamente dignas para a substituição dos velhos operários “improdutivos” e ao garantir a reforma no final da vida activa aos seus empregados, conseguiu contratar operários mais disciplinados e “dóceis” e implementar a “política de baixos salários nos caminhos-de-ferro, a fixação e

estabilização da mão-de-obra nas minas e na metalurgia” (p. 58). Para este autor, o sistema geral de reformas nasce da convergência de interesses das fracções da classe dominante – a burguesia liberal (burguesia industrial e financeira) e a aristocracia – contra o movimento operário organizado.

Lenoir (1979) considera ainda que os sistemas de reformas foram a resposta da burguesia industrial às acusações da aristocracia mais conservadora que a denunciava como responsável pelos efeitos da pobreza urbana.

Sujeita a diversos interesses e às especificidades de cada país, a reforma só se expande e é considerada um direito social a partir dos anos 50 (Fernandes, 1997). Esta generalização do sistema de reformas coincide com a reformulação da estrutura familiar, nomeadamente o estabelecimento das famílias de operários que se estruturam materialmente em torno dos salários usufruídos por cada um dos seus elementos. A industrialização desagrega a família patriarcal, o idoso desempregado passa a representar um encargo e a reforma, mais que um instrumento de independência dos mais velhos, representa um contributo à subsistência colectiva do grupo familiar (Lenoir, 1979). A responsabilidade sobre a velhice deixa de ser um dever exclusivo da família para ser repartido pelo Estado, o trabalhador e o patrão. Institucionaliza-se o encargo social da velhice e parte dos problemas desta fase da vida passam a estar sob resolução colectiva (Lenoir, 1979).

#### **A velhice e a *terceira idade*, da família à institucionalização**

Para Lenoir (1979) as alterações ocorridas nos mecanismos de reprodução social produzem mudanças nas relações familiares e promovem a institucionalização dos cuidados prestados aos idosos. Sem voltar à questão da manutenção das redes de solidariedade e entajuda familiares já referida no ponto 1.3.1.3 deste capítulo, constata-se que, a partir dos anos 60, aumenta a intervenção de instituições e de pessoal especializado no cuidado dos idosos. Lenoir (1979) afirma que o apoio prestado ao idoso, cada vez mais institucionalizado e assegurado por especialistas, ocorre em simultâneo com a concepção de uma nova fase da vida – a *terceira idade*.

A terceira idade mais que a negação da velhice é, para Lenoir (1979), a definição da idade que se localiza entre a adultez e a velhice (próxima da concepção já referida de “jovem idoso”). A terceira idade está associada a uma filosofia integradora que prolonga a inserção social e a autonomia da população idosa. Referencia-se na ideia de “reforma activa” e numa velhice que é objecto de acções ao nível cultural, da saúde e do lazer. A designação velhice é substituída pela concepção de terceira idade da mesma forma que se substitui a representação da velhice dos hospícios, dependente e pobre pela velhice das classes médias assalariadas reformadas, autónomas e com recursos económicos (Lenoir, 1979).

A intervenção de especialistas das ciências sociais contribuiu para divulgar a concepção de terceira idade no quotidiano dos indivíduos. Surge a Gerontologia, reconhecida como ciência pluridisciplinar do envelhecimento e promovem-se debates e estudos científicos sobre as questões da velhice e do envelhecimento da população<sup>39</sup>. Segundo Debert (1998), “os signos do envelhecimento foram invertidos e assumiram novas designações. Da mesma forma, inverteram-se os signos da reforma, que deixou de ser um momento de descanso e recolhimento para tornar-se um período de actividade, lazer e realização pessoal.” (1998, p.39). Com esta concepção, surgem novos espaços de congregação da população idosa: os centros de convivência, as universidades da terceira idade, os clubes, as residências e os lares de idosos (Lenoir, 1979).

Para Guillermand (1984), a partir dos anos 60, particularmente em França, verifica-se um novo dinamismo do Estado em relação à gestão das políticas da velhice. Do direito à reforma passa-se a defender os direitos de integração dos idosos. O objectivo era ajudar as pessoas de idade a serem independentes, proporcionar-lhes alojamento adequado às suas dificuldades e generalizar os equipamentos colectivos e o serviço ao domicílio. Interessava estudar, agir e apoiar os modos de vida da população idosa e criaram-se novos espaços de gestão directa da terceira idade. O idoso deixou de ser apenas um ex-trabalhador para ser um cidadão com direitos de integração social reconhecidos (Guillemard, 1984).

---

<sup>39</sup> Em 1948, os dois primeiros números da revista *Population* do Institut National d' Études Démographiques (INED) já apresentavam artigos sobre este tema.

Segundo esta nova perspectiva, a dinâmica das políticas da velhice deixa de estar sujeita às relações antagónicas de classe (do patronato e do operariado) para se centrar na relação entre administração e sociedade civil. O Estado tem maior capacidade de acção em relação às imposições de classe. A gestão dos modos de vida da velhice assenta na organização de agentes intermediários que desenvolvem actividades de integração dos idosos na sociedade – os municípios, as associações de cariz social, os profissionais do sector médico e os trabalhadores sociais (que vêm na redefinição da velhice uma oportunidade para revalorizar as suas profissões) (Guillemard, 1984).

### **A crise do Estado-Providência, as actuais representações da velhice**

A intervenção do Estado sobre os modos de vida dos idosos ficou, no entanto, aquém das expectativas. De acordo com Guillemard (1984), após 1975, a desaceleração do crescimento económico e os constrangimentos financeiros não permitiram sustentar o aumento das despesas sociais. A política de integração foi substituída pela política de apoio ao domicílio, ou seja, voltou-se a afastar o idoso da comunidade, nomeadamente do processo produtivo. As consequências da crise sobre o emprego levaram o Estado a abandonar a defesa do direito dos mais velhos ao trabalho e a aceitar ou a encorajar a saída precoce desses trabalhadores da vida activa através de indemnizações, subsídios de desemprego ou reformas antecipadas. O poder do patronato voltou a estar favorecido e a gestão pública da velhice ficou subordinada às políticas de emprego e às dificuldades económicas (Guillemard, 1984).

Guillemard (1984) menciona que não se pode aceitar uma concepção monolítica da acção pública. Os dois sistemas – a ordem do Estado e as forças de classe – estão no centro do processo de formação das políticas do envelhecimento. É a articulação e a perpétua tensão que existe entre elas que se reflecte nas políticas protagonizadas. Para Guillemard, o favorecimento de uma política de “manter” os idosos no domicílio deve-se, contudo, a dois factores principais: a) o Estado passa a orientar-se por directrizes neoliberais diminuindo a sua intervenção social e b) as forças sindicais da luta ofensiva sobre a questão dos idosos enfraquecem (numa conjuntura desfavorável, os sindicatos optam por defender o emprego dos mais jovens e aceitar a saída dos mais velhos do mercado de trabalho, “mais vale reformado que desempregado”) (Guillemard, 1984 p. 126).

Segundo Bandeira (2006), actualmente, com o aumento da esperança de vida, o aumento da proporção de idosos e a diminuição da proporção de jovens, volta-se a redefinir as orientações políticas. O Estado e os sistemas de segurança social, perante as dificuldades financeiras induzidas pelos factores demográficos, dificultam o acesso às pré-reformas e passam a defender o aumento a idade da reforma. Para Bandeira, este cenário, criado por razões estreitamente económicas, promove a precariedade dos trabalhadores com mais de 50 anos, a conflitualidade social, o absentismo e a baixa produtividade. Para o autor, caso se sistematize o aumento da idade da reforma, acentua-se a concorrência entre gerações face ao mercado de trabalho e regista-se um grave retrocesso dos direitos sociais. As alternativas possíveis a esta situação são ainda pouco claras:

“ (...) Durante muito tempo, Estado, sindicatos e patronato convergiram em concordar com a cessação mais precoce do trabalho sénior, através das pré-reformas e da antecipação da idade da reforma. Mas, devido às consequências financeiras do novo contexto demográfico, este ciclo parece ter chegado ao fim, sem que seja ainda muito claro que alternativas sejam postas em prática” (Bandeira, 2006, p.27).

Actualmente, o consenso em torno do conceito de terceira idade é débil. A vida desmultiplica-se, surge a expressão *quarta idade* (a fase da vida dos mais idosos) que traduz a complexidade e a crescente fluidez dos contornos da velhice. Como consequência, criam-se tensões entre as imagens que os idosos têm de si mesmos, as representações que os jovens e os adultos fazem da velhice e as definições sociais e politicamente propostas (Guillemard, 1984; Fernandes, 1997).

O antagonismo que existe entre o eixo político da integração e o eixo da exclusão dos idosos promove uma crise política e, nos dias de hoje, esse antagonismo repercute-se nas representações da velhice. Por um lado, aumentam as expectativas e promessas de rejuvenescimento num processo de desnaturalização desta idade, defendem-se as concepções de um idoso participativo, saudável e activo que entende a reforma como um instrumento de “libertação” ou a possibilidade de ser “dono do seu tempo” (Paillat, 1982). Por outro lado, a implementação do sistema de reforma faz com que, independentemente da capacidade de trabalhar, todas as pessoas a partir de certa idade fiquem *dispensadas* do trabalho. O “repouso remunerado” pode, para alguns, ser

associado a uma “guilhotina”, à “morte social”, à exclusão pelo o afastamento do circuito de produção (Lenoir, 1979; Guillemard, 1984).

A velhice, tal como a condição de reformado, é vivida diferentemente conforme o estatuto social, o género, a etnia ou o local de residência, porém, actualmente destacam-se dois modelos de velhice: a velhice activa e a velhice passiva, ou seja, a velhice valorizada pela sua experiência e a velhice entendida como peso ou encargo social. Estas duas representações coexistem mas referenciam-se em dois momentos distintos: a conceptualização da acção do Estado em prole da integração social dos idosos e a crise do Estado-Providência. Temas actuais e em foco na Sociologia da Velhice. (Lenoir, 1979; Guillemard, 1984).

A terminar este primeiro capítulo sobre as idades da vida e depois da descrição da evolução das Sociologias da Infância, da Juventude e da Velhice, interessa situar a tendência da Sociologia das Idades se fragmentar na constituição de novos territórios numa orientação actual e global de recorte da Sociologia Geral em sociologias especializadas. Uma tendência que implica, simultaneamente, o movimento inverso de agregação, isto na medida em que o questionamento que cada idade e de cada uma destas Sociologias contribui para aprofundar as questões clássicas das relações intergeracionais, das relações de poder, das dimensões da vida humana (da família, do trabalho, da educação e do lazer) e da reflexão sociológica em geral.

Importa agora avançar sobre o debate que se desenvolve em torno da construção da Sociologia da Adulterez – a proposta que enquadra teoricamente o estudo das práticas e das representações sociais acerca da vida adulta.





## Capítulo 2. A Sociologia da Aduldez

A evolução das pesquisas e as mudanças registadas nas áreas anteriormente descritas (a problemática das gerações, das idades e dos ciclos de vida) justificam que se avance no sentido da construção de uma Sociologia da Aduldez. Em termos sociológicos, a especificidade deste campo de análise deve-se ao facto das actuais concepções de adulto se situarem, na cultura ocidental, entre as premissas de duas diferentes épocas sociais – a *modernidade* e a *modernidade avançada*.

O debate em torno da definição destes dois diferentes modelos de modernidade é longo e várias têm sido as denominações usadas para os definir. Por um lado, identificam-se *modernidade*, *modernidade inicial*, *baixa modernidade*, *primeira modernidade* ou *modernização simples* com a descontextualização e recontextualização das formas sociais tradicionais pelas formas sociais industriais. Por outro lado, associam-se os termos de *modernidade avançada*, *pós-modernidade*, *modernidade tardia*, *alta modernidade*, *segunda modernidade* e *modernização reflexiva* à descontextualização e recontextualização das formas sociais industriais num outro tipo de modernidade, a modernidade da sociedade pós-industrial (Lipovetsky, 1989; Beck, 2000; Lash, 2000; Giddens, 2000a, 2000b, 2001; Touraine, 1992, 2005). Na presente investigação a fim de simplificar terminologias, mas não sendo excessivamente generalista, opta-se por reunir as especificidades dos anteriores termos em duas concepções: a *modernidade* e a *modernidade avançada*.

A modernidade diz respeito a formas sociais baseadas na racionalidade instrumental, na produção de bens, no forte controlo social sobre o indivíduo e na crença na estabilidade e no progresso. Modernidade social que tem uma forte raiz demográfica e, como foi referido anteriormente (ponto 1.3.1. do capítulo 1), está assente no aumento da longevidade dos mais velhos e no controle da procriação, vincula-se numa nova atitude

face à vida e à morte, na afirmação de uma nova “estrutura mental” e numa nova representação da família e da criança (Ariès, 1979).

A modernidade avançada está vinculada à sociedade de consumo, do desenvolvimento das novas tecnologias da informação e da comunicação. Nesta questiona-se a estabilidade e as consequências do progresso e promove-se o individualismo. A sociedade é dita reflexiva, global, complexa, incerta e, para além de potenciar oportunidades, implica o risco.

Na modernidade avançada verificam-se novas *mutações demográficas* e familiares (Roussel, 1987). Verifica-se a descida contínua da natalidade, surgem novas representações sobre o casamento, novas práticas conjugais e novas estruturas familiares. Aumentam as uniões informais, o divórcio e a erotização da vida sentimental (assunto desenvolvido no ponto 2.4.1. deste capítulo).

O objectivo da Sociologia da Adulterez é entender quais as premissas sociais que influenciam a vida adulta. Perceber a forma como essas premissas determinam as práticas e representações sociais referentes a essa fase da vida e como se manifestam nos percursos profissionais e familiares, nos tempos de lazer e de formação.

## 2.1. A adulez, da *modernidade* à *modernidade avançada*

A modernidade, assente no projecto iluminista, acalenta a ideia de que o homem pode construir o seu próprio destino e a sua história a partir de três ideais: o progresso científico, social e tecnológico.

O aumento da possibilidade de se conhecer o mundo social e natural é, na modernidade, entendido como a possibilidade de se controlar esses mesmos mundos. O conhecimento e a razão técnica são vistos como instrumentos de controlo direccionados para o ideal da perfeição e da felicidade. As expectativas do pensamento iluminista são elevadas e baseadas na crença da possibilidade da construção de uma certeza categórica.

“Os progenitores originais da ciência e da filosofia modernas acreditavam que estavam a preparar caminho para um conhecimento com fundamentos seguros dos mundos social e natural: as reivindicações da razão eram supostas ultrapassar os dogmas da tradição, fornecendo um sentimento de certeza em lugar do carácter arbitrário do hábito e do costume” (Giddens, 2001, p. 19).

Giddens (2000a) refere, no entanto, que a modernidade, para além de se referenciar em formas sociais fomentadas pelo processo de industrialização, apenas recontextualizou e recriou formas sociais preexistentes e tradicionais. Legitimou poderes e sustentou o controlo das estruturas sociais sobre os percursos dos indivíduos. Se por um lado, a ciência, a razão e a tecnologia são entendidos como substitutos da tradição, por outro «a vida emocional da civilização moderna foi, no seu essencial, excluída da filosofia do Iluminismo (...) [e o] molde emocional da tradição ficou mais ou menos intacto» (p.65).

Dominado funcionalmente pela razão, o adulto é entendido como um ser que se referencia na tradição e é orientado por modelos estabilizadores. Estes, para além de lhe indicarem as direcções a seguir e darem a sensação de pertença a uma “comunidade cultural partilhada”, definem um “traço de memória aparentemente coerente” e uma “confiança básica” necessária à continuidade da sua identidade (Giddens, 2000a).

A tradição, tal como Giddens (2000a, 2001) a define, é o estabelecimento e a reapropriação de práticas orientadas para o passado, organiza uma “memória colectiva” e define práticas para o tempo futuro. A tradição tem “guardiães” que reproduzem rituais ligados a uma “noção formular da verdade” de carácter obrigatório e de conteúdo moral e emocional. Na modernidade, a tradição vai sobreviver, não devido ao “tradicionalismo” defendido pelos “guardiães”, mas devido a um “impulso compulsivo” para a repetição de práticas quotidianas que encenam sub-repticiamente o destino do adulto, mesmo quando ele tem a ilusão de ser autónomo.

Na modernidade o adulto “vai andando numa atitude natural” perante um quotidiano de rotinas que lhe permite ancorar sentimentos de *segurança ontológica*, ou seja, o sentimento de que existe uma continuidade em relação aos acontecimentos da sua vida. Este sentimento de estabilidade e as rotinas diárias de interacção social podem ser entendidas como mecanismos de ajustamento que minoram ansiedades, permitindo a impressão de uma adulez estável e calculável (Giddens 2000a, 2001).

A ilusão de perfeição e progresso subjacente ao racionalismo instrumental vai, no entanto, retrair-se. A primeira crise petrolífera, nos anos 1972-73, prova que os recursos naturais e económicos são limitados e marca um momento de dúvida sobre os três ideais da modernidade (Boutinet, 2000).

Primeiro, em relação ao campo científico, a crise petrolífera frustrou «a certeza do conhecimento, mesmo nos domínios centrais das ciências naturais» (Giddens, 2001, p.19). Por mais estabelecida que esteja uma doutrina científica, ela deve ser revista e pode ser ultrapassada por novas ideias ou descobertas. Substitui-se o conceito de *determinismo* pelo conceito de *incerteza*, substitui-se o conceito de *causalidade* pela noção de *complexidade* (Boutinet, 2000). Todo o conhecimento toma forma de hipóteses que, mesmo corroboradas, estão sujeitas ao requestionamento.

Segundo, no que diz respeito aos avanços tecnológicos toma-se consciência de que a modernidade, embora reduza determinadas áreas de risco (como por exemplo as que dizem respeito aos cuidados de higiene e saúde com o avanço das ciências médicas),

introduz, por outro lado, novos parâmetros de risco até então desconhecidos. De acordo com Giddens (2001) exemplos destes novos parâmetros são: (a) o risco de guerra de destruição maciça enquanto existir produção de armas nucleares; (b) o risco de catástrofe ecológica devido à dominação da natureza pelo homem (por exemplo, o aquecimento global); (c) o risco de colapso dos mecanismos económicos globais e (d) o risco da ascensão de superestados totalitários<sup>40</sup>.

Terceiro, em relação ao progresso social, os modos de vida do adulto tornam-se cada vez mais incertos apesar de inseridos no Estado-Nação (forma social produzida pela modernidade que exemplifica a crença nos sistemas organizacionais). A crise do Estado-providência leva à diminuição das medidas de protecção social, as crises económicas e financeiras acabam com a ilusão do pleno emprego e o aumento da pobreza demonstra que as desigualdades sociais entre os mais ricos e os mais pobres se agravam (Boutinet, 2000; Giddens, 2001, 2002).

O risco passa a fazer parte da vida do adulto, nomeadamente, o risco de ser socialmente excluído. O *indivíduo excluído* vive à margem de diversas redes sociais, distante de várias dimensões de relacionamento; o *indivíduo incluído* define-se pela capacidade de situar-se em pontos de inserção dessas mesmas redes beneficiando de um conjunto de relações familiares, associativas e profissionais. Nem a inclusão nem a exclusão têm, porém, um carácter definitivo. A inclusão é vulnerável e os excluídos formam conjuntos estruturados que podem instalar-se nos limites dos grupos de inclusão ou traçar pontos de inserção com os mesmos (Boutinet, 2000).

O ideal da razão e do progresso (científico, tecnológico e social) começa, então, a ser caracterizado por um cepticismo generalizado, reconhecendo-se que o progresso traz benefícios para a humanidade, mas também pode ter consequências negativas que não se coadunam com as expectativas e a possibilidade de controlo humano.

---

<sup>40</sup>Ironicamente, o progresso tecnológico dos sistemas de comunicação e informação, com o desenvolvimento de diversos *media*, ao redefinir as noções preexistentes de tempo e espaço (cruzando acontecimentos sociais distantes com contextos locais num mesmo momento) vai publicitar, a nível global, as consequências negativas do próprio progresso científico e tecnológico, demonstrando que a modernidade produz riscos que afectam da mesma maneira e em qualquer lugar diferentes classes, grupos ou indivíduos (Giddens, 2000b).

A percepção da “outra face da moeda” da modernidade não é imediata, esta continua a ser muitas vezes omitida e “enclausurada” em práticas e representações que, imbuídas na crença da estabilidade, apelam à normalização, à repetição e à tradição. É o veloz dinamismo industrial e a acção da própria modernidade que leva à remodelação dos modos de vida e dos sistemas culturais e socioeconómicos que lhe são característicos. A incerteza sobre como é possível controlar os riscos que acompanham o crescente vigor da modernidade vem substituir a preocupação em torno da distribuição dos “bens” pela preocupação em torno da prevenção e distribuição dos “males” (Beck, 2000).

A modernidade, seguindo de forma automatizada os seus próprios princípios e aproximando-se dos seus objectivos, transmuta-se de modo sub-reptício numa modernidade diversa. A mudança dá-se de forma contínua e progressiva sem passar por rupturas radicais que se inscrevam, por exemplo, em manifestações revolucionárias ou decisões políticas. A mudança acontece como autoconfrontação, como consequência silenciosa ou reflexo dos próprios efeitos da modernidade, daí que à modernidade avançada Beck (2000) e Giddens (2000a) chamem *modernização reflexiva*.

Subjacente ao conceito de modernidade avançada está também o conceito de *modernidade tardia*. As mudanças sociais, políticas, económicas, ambientais e culturais dão-se a uma rapidez extrema, os problemas e acontecimentos têm um alcance global e cresce a sensação de que quando se atinge um certo estado de modernidade “já é tarde”, este já foi ultrapassado (Lipovetsky, 1989; Elias, 1993; Beck, 2000; Lash, 2000; Giddens, 2000a, 2002). Aumenta a instabilidade e a necessidade de reflexividade contínua na vida pessoal e institucional, ou seja, a necessidade dos indivíduos, grupos e instituições «aplicarem o seu conhecimento de uma forma crítica a eles próprios e às circunstâncias que os rodeiam» (Teixeira, 2001, p.37).

Na modernidade avançada reabilita-se a noção de racionalidade. É como se antes, na modernidade, o adulto soubesse que através da razão podia desenvolver os conhecimentos necessários para organizar como bem entendesse a sua própria vida, mas perante tal certeza tivesse ficado paralisado: adoptou práticas rotineiras e acreditou que o progresso científico e tecnológico responderia, por si mesmo, a qualquer problema. Só perante a ambivalência das consequências do progresso o adulto foi confrontado com a dúvida, a incerteza e a necessidade de reflectir e decidir.

Também as alterações registadas nos modos de vida da adultez parecem dissimuladas e instalam-se paulatinamente no quotidiano dos indivíduos, interessa então ponderar quer sobre as possibilidades quer sobre os riscos a que o “novo adulto” está exposto. Na modernidade avançada a sociedade de produção é substituída por uma sociedade de serviços, comunicação e consumo onde rapidamente se passa do *adulto que produz* para o *adulto de serviços*, ou ainda, para o *adulto servido* que, essencialmente, acumula e processa informação (Beck, 2000; Boutinet, 2000; Lash, 2000; Giddens, 2001).

Enquanto indivíduo em desenvolvimento e “dono” da sua própria vida, o adulto passa a ter de se assumir como actor. Da visão estruturalista e funcionalista da vida adulta passa-se à perspectiva do adulto em interacção e resposta reflexiva à conjuntura social. O adulto torna-se actor de estratégias e decisões individuais.

Na sociedade actual, a incerteza sobre o que é “ser adulto” deixa o indivíduo vulnerável. Num universo desorganizado assumir um “itinerário flutuante” não é tarefa fácil. A tendência é para procurar pontos de referência no exterior, nas instituições socializadoras que se baseiam em elevadas expectativas sobre a capacidade do indivíduo adquirir estabilidade na adultez. A cultura de projecto, de planeamento da vida, ganha expressão na idade adulta. Através de um exercício reflexivo, o adulto deve fazer o balanço entre a desordem dos quadros sociais e a vontade individual. O adulto tenta ordenar, coordenar e definir um estilo de vida que o direcione num determinado sentido, mesmo que este esteja sujeito a permanentes revisões (Boutinet, 2000; Giddens, 2001).



### 2.1.1. A adulez e a “incerteza” da modernidade avançada

O afastamento das formas de controlo social e da tradição dá-se segundo muitas reticências e alguma nostalgia, o adulto lamenta frequentemente “uma comunidade perdida” e um “tempo que já não volta”. O afastamento não é responsável e comprometido, é um afastamento receoso em relação à velha ordem social, encontrando-se o adulto com um “pé fora e outro dentro” dela (Beck, 2000).

Conforme refere Beck (1992), o processo de individualização «gira à volta do eixo do ego pessoal e da vida pessoal» e, confrontado com a multiplicidade de alternativas e riscos, o adulto encontra-se num sistema de “do-it-yourself” em que se lhe pede que tenha uma biografia auto-reflexiva e siga um «modelo vigoroso de acção na vida de todos os dias» (Beck, 1992, p.136). Espera-se que os indivíduos sejam capazes de gerir “oportunidades arriscadas” e de tomar decisões sólidas e responsáveis, o que segundo Beck é uma tarefa demasiado complicada devido à complexidade social, à falta de preparação para se lidar com a incerteza, a autonomia e a mobilidade. Com o desenvolvimento de biografias paralelas será também difícil gerir possíveis conflitos de papéis.

A responsabilidade do adulto “construir-se a si mesmo” é uma tarefa difícil, mas apresenta potencialidades. A questão que se coloca tem a ver com a distância que existe entre a realidade e essas potencialidades. A dúvida e a incerteza, socialmente criadas, apresentam-se como demasiado ameaçadoras para que se entenda a modernidade avançada como uma época social de oportunidades.

Beck (2000) afirma, porém, que “o diagnóstico não é de decadência, mas [de] uma mudança de cena” (p.170). O que se espera é que seja o indivíduo a dirigir o seu próprio percurso de vida, a sua história e identidade, as suas redes sociais e os seus compromissos, que seja o adulto a construir e inventar novas certezas que lhe permitam lidar, de modo mais harmonioso, com a dita *sociedade do risco* e da incerteza.

Pressionado ou voluntariamente remetido para a escolha, o adulto afasta-se dos modos de vida e interacções tradicionais.

A perplexidade face a novas oportunidades advém também das expectativas anteriormente construídas, usualmente estas não correspondem à realidade dos adultos. Muitas instituições continuam a socializar segundo uma representação tradicional do que é “ser adulto”. Segundo Giddens (2000b), estas instituições, no seu interior, sofrem modificações mas mantêm-se *instituições incrustadas*:

“ (...) Instituições que se tornam inadequadas para as tarefas que são chamadas a desempenhar (...). A impotência que sentimos não é sinal de qualquer fracasso pessoal, é reflexo apenas da incapacidade das nossas instituições. Precisamos de reconstruir as que temos, ou de as substituir por outras” (Giddens, 2000b, p. 31).

O adulto vive entre o desejo de estar a cargo de instituições tutelares e a vontade de lançar-se na vida segundo as suas próprias decisões, vive a tensão de gerir a dualidade que existe entre oportunidade e risco (Boutinet, 2000).

Giddens (2000b) alerta ainda para o facto de sermos «a primeira geração a viver nesta sociedade, cujos contornos ainda mal conseguimos vislumbrar. É ela que está a agitar a nossa actual forma de viver. Qualquer que seja o local em que habitamos» (p. 31). Todas as características da modernidade avançada condicionam a definição do que é “ser adulto” e isso não é um “incidente passageiro” é antes a «mudança das próprias circunstâncias em que vivemos (...) a nossa maneira de viver actual» (p. 31), rejeitá-la ou ignorá-la é limitativo.

### 2.1.2. A adultez, a escolha e os estilos de vida

As condições sociais da modernidade avançada implicam a responsabilidade do adulto sobre os seus destinos e o envolvimento num processo de mudança ao longo da vida. Os sistemas de requalificação profissional ou o aumento do número de famílias recompostas<sup>41</sup> são exemplos de como as trajectórias desenhadas pelos adultos estão sujeitas à mudança. Nos itinerários de existência, para além de persistir a ciclicidade, a idiosincrasia é promovida pela aleatoriedade dos ambientes sociais.

A escolha de um estilo de vida, primeiramente associada às culturas juvenis, é remetida, nos dias de hoje, para qualquer fase da vida. Na adultez a escolha do estilo de vida tem a ver com as decisões que o adulto toma sobre o tipo de relação afectiva que quer ter, os tipos de consumos, as relações profissionais e sociabilidades que privilegia. O estilo de vida caracteriza-se pelo conjunto de práticas adoptado para satisfazer necessidades utilitárias e dar forma à narrativa biográfica. É o estilo de vida que imprime ritmo e direcção aos percursos e trajectórias do adulto e é ele que molda a imagem da auto-identidade construída, tanto em termos da aparência física como da identidade pessoal e social.

O estilo de vida imprime rotinas no adulto, rotinas que se identificam com determinado estilo de vestir, tipo de alimentação, tipos de sociabilidades ou hábitos de consumo. Optar por um determinado estilo de vida num determinado momento implica realizar um planeamento de vida estratégico: seleccionar as práticas e rotinas que se pretendem viver (mesmo que o estilo de vida escolhido seja o de não respeitar qualquer tipo de rotina). O plano de vida define os calendários e trajectórias pessoais e é revisto de acordo com as alterações da vontade pessoal ou de circunstâncias exteriores ao indivíduo.

---

<sup>41</sup> “Estamos perante uma família recomposta simples (grupo doméstico) quando um casal, casado ou não, vive no mínimo com uma criança nascida de uma união precedente de pelo menos um dos cônjuges.” (Lobo, 2005, p.92).

Influenciados pelas aspirações dos grupos e classes mais influentes, pela publicidade e pelo dinamismo do consumo mercadorizado, os estilos de vida não se resumem a essas autoridades, referem-se também a decisões e acções pessoais: os indivíduos podem seguir opções alternativas e implicar-se, pelas suas escolhas, em valores morais, envolvimento políticos ou movimentos sociais – movimentos para a defesa do ambiente, dos direitos humanos, da igualdade entre géneros, entre outros (Giddens, 2001).

De referir ainda que, para além de sujeitos a mecanismos de supressão e marginalização, não são apenas os grupos mais privilegiados que podem escolher o estilo de vida (Giddens, 2001). A falta de recursos materiais não exclui em definitivo a oportunidade de realizar determinadas escolhas, mesmo que estas estejam sujeitas a maiores constrangimentos. Certos estilos de vida provêm da resposta às dificuldades (situações de mobilidade social ascendente) e outros resultam dessas mesmas dificuldades (como é o caso da *cultura de gueto*). Também o aumento do acesso aos órgãos de informação permite, a um maior número de pessoas, conhecer e aproximar-se de novos estilos de vida.

Para além da diversidade, as escolhas não têm um carácter definitivo. Os percursos estão sujeitos à alteração das trajectórias, à mudança. Envolve hesitações e instabilidade, a mudança acontece entre uma fase da vida obsoleta e outra de reestruturação, resultado de *situações-limite* impostas ou desejadas: (a) a mudança que advém de uma situação-limite imprevista e imposta é vivida com elevada vulnerabilidade; (b) se prevista e não desejada, pode prevenir-se; (c) se antecipada e desejada, segundo expectativas válidas e próximas da realidade, provoca conjunturas que se esperam de sucesso e (d) se desejada mas assente em expectativas e ambições de mobilidade irreais, torna-se frustrante.

As *situações-limite* colocam o adulto à prova implicando, usualmente, situações de separação – mudança de emprego, desemprego, divórcio, doença entre outras –, situações que confrontam o adulto com a sua capacidade de agir e de se relacionar com os outros.

Para vários autores a mudança é, na maior parte das vezes, vivida de forma problemática, com resistências e onde, para além de ser possível a escolha entre uma diversidade de oportunidades, o poder de decidir é muitas vezes considerado uma “obrigação” (Lipovetsky, 1989; Elias, 1993; Giddens, 2000a). «O indivíduo é obrigado permanentemente a escolher, a tomar iniciativas, a informar-se, a criticar a qualidade dos produtos, a auscultar-se e a testar-se, a manter-se jovem, a deliberar acerca dos actos mais simples» (Lipovetsky, 1989, p.102). A este respeito Elias (1993) refere que, cada vez mais, é dado aos indivíduos um enorme leque de alternativas e escolhas, porém, o corolário de tal possibilidade transforma-se em obrigação e, paradoxalmente, o indivíduo não tem outra escolha senão a de escolher.

O modo como o indivíduo supera a instabilidade proveniente da mudança ultrapassa a análise exclusivamente psicológica na medida em que, na modernidade avançada, mesmo quando a situação-limite não se apresenta evidente ela parece estar sempre latente. Por tal motivo exige-se ao adulto da modernidade avançada a adaptação às circunstâncias ou o recurso a estratégias de substituição. Exige-se, ainda, a capacidade de realizar “processos de luto”: a capacidade de controlar situações de crise sem ficar bloqueado em sentimentos de revolta e injustiça, nem passar a viver em retrospectiva e sem projectos futuros (Vaillant, 1977, 1993, 2000; Boutinet, 2000).

Perante a mudança e a real concretização do “processo de luto” o adulto conclui o processo de reestruturação existencial e desenham-se novas directrizes para a biografia pessoal, novos percursos, novas relações e novas “estórias”.

### 2.1.3. A adultez e a reconstrução na autobiografia

Os mecanismos sociais que emergem da modernidade avançada enquadram a auto-identidade na construção de narrativas biográficas coerentes e continuamente revistas. O *self* só por si (*I/eu*) é um fenómeno amorfo, é a partir da consciência reflexiva, da autoconsciência, que o indivíduo desenvolve a identidade do *self* (*self concept/Me/Eu*). A auto-identidade não é algo dado pelas relações sociais que se estabelecem, ela é construída, reinventada, interpretada e compreendida pelo próprio indivíduo quando este “se conta”, numa narrativa contínua, em termos biográficos. «A identidade de uma pessoa não se encontra no comportamento, nem – por muito importante que o sejam –, nas reacções dos outros, mas na capacidade de *manter a continuidade de uma narrativa* [biográfica].» (Giddens, 2001, p.51).

A narrativa biográfica, influenciada social e culturalmente, comporta sempre imagens, personagens e “estórias” reinventadas pelo próprio. Estas reinvenções têm como objectivo imprimir continuidade à história de vida, organizar as experiências e dar coerência e significado a essas mesmas experiências. A narrativa biográfica permite, ainda, descrever as soluções encontradas para as dificuldades e as tensões provocadas pelos ambientes sociais em que o indivíduo se move. O adulto pode descrever-se em imagens que o caracterizam em diferentes fases do seu percurso, por exemplo, como “o inocente” no início da sua experiência profissional, mais tarde como “o descrente” e depois como “o revoltado” ou “o vencedor”. O adulto reduz a multiplicidade de papéis em “personagens” sumarizadas que unificam experiências e sentimentos. Na idade adulta muitos desses “personagens” chegam a um ponto máximo da sua auto-expressão e podem ser avaliados, criticados e questionados.

A autobiografia integra experiências do passado e eventos quotidianos e sociais que ocorrem na vida do adulto permitindo-lhe construir a sua identidade através da forma como conta em “quem se tornou e em quem espera vir a tornar-se”. Não sendo totalmente ficcional a biografia “contada” é, porém, uma “estória” com o estilo específico do indivíduo que a narra e é apenas uma entre muitas “estórias” possíveis de serem contadas.

A necessidade da construção da autobiografia advém do modo como, na modernidade avançada, se exalta a importância da “transparência” da comunicação. Nas empresas, nos *media* e nas instituições substituiu-se a concepção vertical da autoridade, do poder e da comunicação pela valorização da horizontalidade, da negociação e da comunicação entre todos os níveis das organizações. Para não ser excluído o adulto deve, perante as diversas esferas sociais, dominar a arte de comunicar. Deve comunicar sobre o que ele é, sobre a sua experiência pessoal, as suas intenções e projectos de vida.

A transparência da comunicação sai do gabinete do psicoterapeuta para a praça pública, ou seja, para a esfera do social: é necessário o adulto relatar partes da sua história de vida quando vai a uma entrevista de emprego, na relação íntima, entre o grupo de amigos, no emprego ou, por exemplo, num processo de reconhecimento e validação de competências. Em cada ambiente social o adulto constrói um discurso diferente sobre si mesmo, «as mensagens informacionais [recebidas e emitidas] são vinculadas de diferentes lugares» (Boutinet, 2000, p. 82).

Para os desconstrutivistas o *Me* move-se de um significado para outro cada vez que se conta: está em constante mutação não existindo a possibilidade de conferir unidade a qualquer que seja a história de vida. A dinâmica da mudança social projecta o adulto numa diversidade de papéis e na constante construção e desconstrução do *self* não sendo possível detectar um centro, um ponto de convergência que conceda lógica e sentido aos percursos de vida. Afastando-se desta visão desconstrutivista, a presente pesquisa defende que as narrativas, da autoria dos adultos, não se apresentam como conversas efémeras. “O *I autor* usa palavras específicas para narrar o *Me*, procurando uma história válida, com unidade e propósito que vai despistar a confusão e a desordem dos percursos” (Birren, 1996, p. 136).

Tentar explicar porque é que em dado momento se agiu de determinada forma significa construir uma narrativa que expõe o adulto aos outros e a ele mesmo. Para Birren (1996) a auto-identidade revela-se na própria autobiografia do adulto, numa “boa estória” que permite que o *Me* seja partilhado e negociado no contexto social. Permite criar um fio condutor, um seguimento lógico para a diversidade de experiências e percursos e possibilita ao adulto definir a sua própria individualidade orientando a “sua viagem”, dando sentido às fases de transição e ilustrando a vida com imagens. «Uma

narrativa da auto-identidade ordenada reflexivamente fornece o meio de dar coerência ao tempo de vida finito, tendo em conta as circunstâncias externas em mudança.» (Giddens, 2001, p.199).

Para que a acção do adulto ganhe coerência deve passar por três níveis de linguagem: o das intenções da acção, quando se projectam e definem objectivos de acção; o da verbalização das justificações das acções, quando o indivíduo argumenta sobre o que o leva a agir de uma forma e não de outra e, por fim, o da explicação da experiência, ou seja, a “estória” que se conta sobre a experiência vivida no momento da acção (Boutinet, 2000).

De acordo com esta perspectiva, para que os percursos ganhem significado é necessário construir uma autobiografia pessoal, familiar, escolar, social e profissional. Tal como se valoriza, regista, conta e preserva a história de uma comunidade, cidade ou país no intuito de lhe conferir identidade, o mesmo se passaria ao nível individual. Assim como cada município, grande ou pequeno, tem registado num sítio da Internet ou numa publicação a sua história e características, também cada indivíduo poderia produzir num documento, num contexto privado ou público, com ou sem orientação, a sua história de vida (ou “estórias” da sua vida)<sup>42</sup>. Esta seria uma das formas pela qual o indivíduo poderia edificar o seu estatuto de adulto.

---

<sup>42</sup> O crescente número de *blogs* que se tem registado na *net* nos últimos anos é exemplo da valorização do adulto que “se conta”, da necessidade do adulto projectar-se para além do espaço privado e do sentido que se confere às experiências de vida quando estas são comunicadas e expostas.



#### 2.1.4. O adulto *individualizado*

O desenvolvimento conceptual da modernidade avançada enfatiza as escolhas e decisões realizadas a nível individual, potenciando o fenómeno da *individualização*. Promove igualmente o respectivo declínio das redes de vizinhança, das referências religiosas e políticas, assim como a desaceleração das relações laborais devido à profusão da flexibilidade do mercado de trabalho. Verifica-se deste modo uma tendência para o desaparecimento do forte controlo social que as relações de proximidade física usualmente fomentam.

O termo individualização suscita confusão conceptual e é incorrectamente associado ao isolamento, à impossibilidade relacional, à solidão, ao narcisismo e ao egoísmo. Muitas vezes o processo de individualização é entendido como consequência do incremento do consumo de massas, do crédito, da publicidade e, acima de tudo, de um hedonismo extremo que esvazia o indivíduo de qualquer propósito ou vontade “realmente importante” (Lipovetsky 1989; Beck, 2000; Teixeira, 2001). Na modernidade avançada o processo de individualização é mais do que isso, é especialmente a promoção de modos de vida em que os adultos são incumbidos de “produzir, encenar e montar” a sua própria história de vida, reduzindo ou despistando constrangimentos sociais (Giddens, 2000a).

A individualização remete para uma sociedade em que os laços sociais do adulto não são herdados do passado, mas continuamente construídos de um nível mais pessoal para níveis mais colectivos (Giddens, 2000a).

“As oportunidades, ameaças e as ambivalências da biografia que antes podiam ser ultrapassadas no grupo familiar, na comunidade ou recorrendo a uma classe ou grupo social, têm que ser cada vez mais percebidas, interpretadas e geridas pelos próprios indivíduos.” (Beck, 2000, p.7).

Beck (2000) considera mesmo que se perdeu a consciência de classe: entende que a estrutura de classes não desempenha mais um papel central na modernidade avançada, deixando de direccionar o adulto para um caminho unívoco e certo. Os trajectos de vida apresentam-se em constante mutação, sujeitos a contradições, à mobilidade geográfica, profissional e afectiva.

Esta é uma perspectiva que remete para o fenómeno denominado por Giddens (2000a, 2001) como a *política da vida*. Através do domínio da esfera privada, da individualização, da construção da sua autonomia e de uma “política emancipadora”, o adulto projecta-se para o exterior em relações de extensão espaço-temporal indefinidas. A política da vida é a política das decisões, da auto-identidade enquanto conquista reflexiva narrada e alterada de acordo com a constante mutação das circunstâncias sociais locais e globais. A política da vida resulta, deste modo, dos dilemas e da ambivalência que deriva da construção do adulto enquanto projecto reflexivo do *self*.

Segundo Giddens (2000a, 2001), na modernidade avançada, a política emancipadora do indivíduo implica, contudo, a fixação de experiências quotidianas, rotinas impressas não por tradições<sup>43</sup> mas por *sistemas abstractos*.

Por sistemas abstractos Giddens (2001) entende o conjunto de *sistemas periciais* e *garantias simbólicas* com que o adulto se confronta quotidianamente e nos quais confia. Estes sistemas abstractos apresentam-se como mecanismos descontextualizadores do tempo e do espaço. As garantias simbólicas são meios de troca com valor-padrão<sup>44</sup> e os sistemas periciais têm a ver com a utilização dos conhecimentos técnicos colocados ao dispor do adulto e nos quais este deposita total confiança<sup>45</sup>. Estes sistemas periciais separam o tempo e o espaço na medida em que os conhecimentos técnicos

---

<sup>43</sup> Na modernidade avançada a tradição e o ritual não desaparecem definitivamente. Por vezes até se pode enfatizar determinada tradição, transformando-a em fundamentalismo, proclamando-a em verdade formular inquestionável e única resposta à dúvida ou incerteza.

<sup>44</sup> O melhor exemplo de uma garantia simbólica é o dinheiro e o modo como este tem ganho uma forma cada vez mais abstracta, nomeadamente se se considerar o mercado financeiro electrónico e a possibilidade de se colocarem o tempo e o espaço num limbo enquanto se realizam transacções entre um elevado número de indivíduos que não estabelecem contacto físico entre si (Giddens, 2001).

<sup>45</sup> Exemplos da confiança em sistemas periciais: quando se avança num sinal verde de um semáforo; quando se tomam os medicamentos receitados pelo médico; quando se entra num elevador ou se compra comida no supermercado (Giddens, 2001).

especializados têm validade independentemente de quem os produz ou consome e encontram-se à «disposição de qualquer um, caso se tenham os recursos, tempo e energia disponíveis para o[s] adquirir» (Giddens, 2000a, p. 27). Sendo sistemas descentralizados, podem ser localizados em qualquer lugar: em revistas especializadas, em bibliotecas, na Internet, em Institutos, entre outros locais.

Concluindo, as rotinas escolhidas partem do domínio da esfera privada e têm origem no querer individual. Entendidas como “positivas e criativas” (no sentido da promoção do desenvolvimento humano e pessoal do adulto, de aprendizagem, de cuidado físico e psicológico, de realização afectiva e profissional), são, contudo, rotinas orientadas por sistemas externos, globais que ultrapassam o indivíduo e o projectam para lá de um tempo e espaço restrito.

#### **2.1.5. A adulez, as novas temporalidades e os novos espaços**

Se num primeiro momento o fenómeno da globalização remete para relações sociais verificadas à escala mundial, rapidamente se entende que essas relações estão intrinsecamente ligadas a preocupações quotidianas, locais, da vida privada e mesmo da intimidade (Giddens, 2001). A ligação entre a dimensão global e local das relações e dos fenómenos sociais permitem definir o conceito de *adulto glocal* e relaciona-se, ainda, com a conceptualização de novas noções de tempo e espaço.

Na actualidade, numa perspectiva macro, alarga-se a esfera de circulação de mercadorias e do capital financeiro; aumenta a deslocalização produtiva; aumentam os fluxos migratórios e a mobilidade espacial; aumenta a influência dos processos de comunicação e informação e estruturam-se organismos de intervenção política e de regulação de tipo supra e transnacional. Numa perspectiva micro, promovem-se as especificidades locais como autónomas e com potencialidades próprias; defendem-se as relações directas entre a comunidade, os seus problemas, os diferentes actores sociais e os agentes da administração local.

Defende-se ainda a síntese das perspectivas macro e micro através de estratégias que são simultaneamente locais, diferenciadas e globais (*glocais*). As incertezas que caracterizam a sociedade actual (como os problemas ambientais ou a crise económica e financeira) afectam todas as pessoas e é cada vez mais forte a relação dos eventos que se passam à escala planetária e a vida quotidiana dos indivíduos (Giddens, 2001).

Na modernidade avançada tornam-se incontestáveis novas interacções e interdependências, sendo a individualização e a globalização “duas faces de uma mesma moeda”. A individualização lança o adulto para a mobilidade e para a construção de percursos diversos ou mesmo paralelos, com isso, o adulto arquitecta uma rede de contactos e compromissos familiares, profissionais e pessoais que o projectam para um nível global.

O desenvolvimento da sociedade da informação e da comunicação tem um papel central na relação que se estabelece entre o global e o local. Promovem-se, por um lado, os fenómenos abrangentes da globalização e “energiza-se” fenómenos locais (para além de querer conhecer diferentes culturas e saber o que se passa a nível internacional, o indivíduo procura saber o que se passa no seu bairro, na sua região e no seu país). Por outro lado, a redução de tempo para comunicar (por exemplo, com a substituição da carta pelo e-mail) ou a mudança dos meios e do espaço onde se comunica (substituição das distâncias reais pelo espaço virtual) projectam o adulto no ambiente desmaterializado e abstracto da superabundância de informação (Boutinet, 2000).

O *adulto cognitivo* é o adulto que passa a maior parte do seu tempo a recolher e ordenar informação essencial à sua vida pessoal, familiar ou profissional. A análise dessa informação é, porém, realizada de modo superficial, tratando-se, na maior parte das vezes, de informação “não digerida”.

São as várias tarefas, decisões e diligências administrativas que ocupam parte do quotidiano do *adulto cognitivo* e o tempo presente parece esgotar-se na tentativa de preparar, continuamente, o “dia de amanhã”. Respondendo a solicitações burocráticas, o adulto embrenha-se na preparação de processos logísticos e corre o risco de não evoluir

para além da intenção de agir<sup>46</sup>. A oportunidade de acção está assim comprometida porque parte do tempo é passado a organizar dossiês, agendas, contactos e formulários (Boutinet, 2000).

Conforme o referido anteriormente, se nas sociedades tradicionais o tempo inscrevia-se numa concepção cíclica, apresentando-se como *um tempo linear*, integrante dos acontecimentos nos tempos passado e presente, permitindo ao indivíduo antecipar, projectar e planear o futuro, na actualidade, ele apresenta-se como um *tempo segmentado*, continuamente dividido. O tempo é, por excelência, o tempo das tarefas, dos prazos e das agendas, o tempo do momento presente e do imediato (Elias 1997; Boutinet 2000; Giddens 2000a).

Para além destas novas temporalidades darem a impressão de que o tempo “passa sem que se dê por isso” (promovendo desconforto e sentimento de desorientação), a dinâmica do tempo não linear e segmentado promove igualmente o desenvolvimento de tempos não programados e de *tempos de alternâncias* entre oportunidades circunstanciais. O aproveitamento das potencialidades da temporalidade da alternância implica um adulto que também vive *tempos escolhidos* e não apenas um *tempo socialmente imposto* (Birren, 1996; Beck, 2000; Boutinet, 2000; Giddens, 2000a). É neste âmbito que, na adultez, ganham cada vez mais importância os tempos de lazer e de sociabilidade.

---

<sup>46</sup> Segundo Habermas (1989), este indivíduo resume-se ao *agir comunicacional*, a acção pode não ir para além do acto de comunicar a “intenção de realizar algo”.

### 2.1.6. A *imaturidade* ao longo da vida

Desde 1970 desenvolve-se progressivamente a ideia de que todas as idades são assinaladas por uma certa dose de *imaturidade*. Boutinet (2000) considera que a imaturidade da vida adulta advém do enfraquecimento de marcadores geracionais e da supressão de certos quadros de referências. A imaturidade pode ainda ser interpretada como reacção a um ambiente social complexo, manifestando-se através do questionamento de antigas certezas; a relativização dos percursos de vida únicos e lineares e a consciência da heterogeneidade dos riscos e dos “mundos possíveis” (Boutinet, 2000).

A possibilidade de atingir a maturidade plena passa a apresentar-se como ilusão, principalmente se a entendermos como «o esgotamento do que é tido como definitivamente acertado» (Carvalho, 2000, p. 7).

Boutinet (2000) relembra que já vários pensadores mostraram que o indivíduo ilude-se constantemente acerca da sua capacidade para atingir a maturidade completa: (a) Marx inscrevia a imaturidade dos indivíduos na falsa ou falta de consciência de classe; (b) Freud assinalava essa imaturidade na forma como o indivíduo ignora que o seu “inconsciente relacional radical” organiza a sua vida desde a infância; (c) Schopenhauer, Nietzsche e Heidegger afirmavam existir no indivíduo uma “má” ou “infeliz” consciência que o faz sofrer de culpabilidade e não lhe permite a realização plena; (d) Sartre, numa perspectiva existencialista, afirmava que essa culpabilidade é “lúcida” e “intencional” e (e) por sua vez, Lévi-Strauss, Foucault e Brandel inviabilizam a possibilidade de existir um adulto perfeito ao afirmarem que o «indivíduo reduzido a um estado de não consciência (...) circula à superfície das coisas sem as afectar em profundidade» estando sujeito, acima de tudo, a “continuidades estruturantes” e “rupturas das eventualidades” (Boutinet, 2000, p.36).

Para Boutinet (2000) a maturidade completa pode ser “mortífera” caso conduza à inacção ou submeta o adulto à execução de meras rotinas. Por outro lado, a imaturidade

não deve ser concebida apenas como handicap, ela pode ser impulsionadora de “tímidas recomposições” e de novas oportunidades.

Uma certa dose de imaturidade permite não só a tomada de consciência da diversidade de percursos possíveis mas também o posicionamento face a determinado estilo de vida (aquele que parecer mais lógico e apropriado num certo momento). Para Boutinet (2000) a imaturidade não se quer totalmente ultrapassada, pois ela é a «representação que fazemos (...) da nossa realidade actual» e reflecte a constante necessidade de «revisão para recompor provisoriamente o que vemos escapar» (p. 235).

### **2.1.7. A adulez na *sociedade do feminino***

A representação tradicional do adulto vincula-se no modelo de *sociedade masculinizada*. Neste caso, a adulez acontece particularmente na realização da autoridade e está associada ao homem que tem por função garantir a estabilidade e o “sustento” da família. A “adulez feminina” era, nestas circunstâncias, atingida pela mulher quando esta protagonizava o papel de esposa, “dona de casa” e mãe. Uma “adulez subordinada” na medida em a mulher dependia dos recursos auferidos pelo homem.

Na modernidade avançada, mesmo perante resistências mais ou menos fortes, os papéis masculino e feminino tornam-se intercambiáveis. “O deslizar de um género para outro dos papéis profissionais (...) [e] familiares, a homogeneidade da maneira de vestir (...) toma o aspecto de androginia em vias de generalização” (Boutinet, 2000, p.174). Também a construção da identidade social do adulto é influenciada por esta tendência para a indiferenciação dos géneros.

Na cultura ocidental as mulheres adquiriram uma nova e durável posição na sociedade. As mulheres estão presentes em diversas práticas sociais, no trabalho e na

família. A noção de tempo descontínuo e plural, anteriormente descrito, advém do desempenho e alternância de diferentes papéis por parte da mulher, reunificando-se a vida pública e a vida privada. «Homens ou mulheres, interrogados (...) [referem que o] aumento da superioridade da figura feminina na nossa nova cultura, se torna a reguladora discreta das nossas organizações sociotemporais» (Boutinet, 2000, p. 139).

Sendo possível supor que uma maior presença feminina na esfera pública pode promover um novo sistema de valores: a diminuição dos níveis de agressividade, a valorização da educação em detrimento do poder militar e bélico ou a substituição da razão instrumental pela complexidade, a incerteza e a ponderação em rede (Giddens, 2001). Importa sublinhar que quando se fala de *sociedade do feminino* não se pretende evidenciar um carácter psicológico ou um poder próprio das mulheres, trata-se, antes, de descrever uma sociedade onde a dominação masculina, a desigualdade e a politização entre os dois sexos vão perdendo peso.

A sociedade foi reinventada e situa-se para além da separação dos homens e das mulheres. Nessa evolução, os movimentos de defesa dos direitos das mulheres desempenharam um papel relevante defendendo e promovendo novos estilos de vida. Novos comportamentos e atitudes que se repercutem na caracterização de um “novo adulto”. A adulez deixa de ser entendida como incontestável para se referenciar num modelo feminino de questionamento.



## 2.2. A adultez, uma categoria social

À partida pode não parecer difícil assumir que, na generalidade, os nossos pais são adultos diferentes dos adultos que serão os nossos filhos e que as circunstâncias em que se transita para a vida adulta mudaram. Um dos grandes desafios do estudo da adultez é, precisamente, o confronto que se verifica entre o facto da “vida adulta já não ser o que era” e a capacidade de se aceitar essa mudança ou, pelo menos, de se lidar com ela (tanto ao nível do desenvolvimento conceptual e teórico como ao nível das representações e práticas sociais).

Esta dificuldade existe porque, em termos teóricos, predomina a concepção da vida adulta enquanto fase da vida una e homogénea. Unidade que não tem significado a valorização de uma categoria social distinta com as suas singularidades e inquietações, mas sim a valorização de uma fase da vida “padrão” que referencia todas as outras fases da vida, que educa os mais novos e antecipa a idade avançada.

Neste caso, o estudo social da vida adulta sujeita-se à inexistência ou à estagnação pois o reconhecimento do adulto remete para uma única representação: a do ideal-tipo de estabilidade na vida afectiva, profissional e financeira. Esta imagem única do que é “ser adulto” traduz-se num dos maiores obstáculos ao avanço da análise das diferentes “realidades” da adultez. Entender o adulto segundo uma única representação hegemónica de estabilidade – em que todos os adultos parecem ter objectivos e percursos semelhantes – limita e esconde a riqueza de uma investigação que poderá abarcar diversas dimensões no âmbito da Sociologia da Adultez.

A visão exclusiva da homogeneidade da vida adulta é colocada em causa nesta pesquisa. Se por um lado faz sentido entender a adultez como uma fase da vida que caracteriza indivíduos que são semelhantes entre si (não só em termos etários, mas também no que respeita aos seus interesses, formas de estar na vida social, familiar,

laboral e em diversos ambientes sociais), por outro lado é importante afastar a ideia de que essa homogeneidade é estanque e formata todo e qualquer modo de “ser adulto”. Interessa apreender as similaridades entre adultos, verificar a existência de elementos que os unam enquanto tal, mas também importa estudar a adulez segundo a perspectiva da sua heterogeneidade, ou seja, a diversidade de formas de “ser adulto” que se registam conforme as diferentes trajectórias e condições sociais.

Já em 1979, Santos afirmava que o modelo de adulez pode ser diverso de acordo com diferentes paradigmas e diferentes contextos sociais. Para Santos (1979) era urgente avançar para um trabalho rigoroso em se provasse, através da observação experimental, a “existência ou não do adulto”, a existência de um modelo singular ou a diversidade de modelos da adulez. Essa investigação devia ter em conta:

“ (...) Os elementos que compõem os seus níveis de actividade, assim como os seus aspectos e as suas dimensões (...); que todas as quantificações sejam realizadas em função de grupos homogéneos e as comparações se efectuem entre grupos heterogéneos; que sejam tidas em conta as variáveis, frequentemente esquecidas, de nível socioeconómico, de tipo socioprofissional e de género sociocultural, se não mesmo nível cultural no sentido de aprendizado escolar.” (Santos, 1979, p. 145).

Passados trinta anos desde a publicação do artigo de Santos (1979), esta questão continua pertinente e sem resposta aparente. Um dos propósitos da presente pesquisa é avançar na perspectiva enunciada, nomeadamente no que diz respeito à identificação e descrição dos modelos de adulez existentes na sociedade portuguesa.

### 2.2.1. Do *adulto padrão* ao *adulto inacabado*

De acordo com a perspectiva etimológica da palavra adulto, de origem latina *adultus*, definida por “aquele que terminou de crescer”, o conceito normativo e tradicional do *adulto padrão* assenta na ideia de que é possível atingir uma maturidade e realização definitivas. Este foi um conceito preponderante, produto de um quadro tradicional de exigências imposto e não questionado, desde os meados do século XIX até ao final da Segunda Grande Guerra (Boutinet, 2000; Silva, 2003).

O adulto padrão define-se como o indivíduo equilibrado, estável, instalado e conseqüentemente rotineiro. Trata-se do adulto anteriormente definido como o *adulto certo* da modernidade, produto da confiança ilimitada no progresso, na possibilidade de controlar e projectar todas as dimensões da vida humana. O adulto padrão será aquele que atingiu a maturidade «biológica (sexual), psicológica (de identidade), social (inserção) [e] económica (autonomia financeira)» (Boutinet 2000, p. 23). Um estatuto que, embora não possa ser definido exclusivamente em termos etários, é remetido usualmente para uma idade que se encontra entre o intervalo dos 25 aos 65 anos.

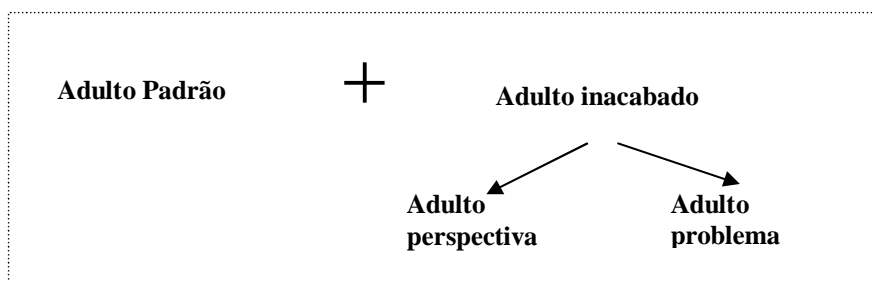
Para Boutinet (2000), de acordo com a concepção do adulto padrão, a vida adulta está sujeita a uma tripla marginalização: (a) biológica – seria adulto aquele cujo organismo atingia a maturidade e entraria em degradação gradual; (b) pedagógica – aquele que deixaria de ser objecto de educação (por ser o “adulto que sabe”), que já adquiriu os conhecimentos necessários à realização do seu percurso de vida (nomeadamente os conhecimentos práticos adquiridos pela experiência que, por si só, levariam ao desenvolvimento estável da sua carreira profissional) e (c) patológica – seria adulto aquele que agiria de acordo com a “normalidade”, caso contrário ser-lhe-ia diagnosticada alguma patologia, sendo considerado “doente”.

Após a Segunda Grande Guerra e sobretudo nos anos 60 e 70 o termo adulto adquire novos significados. Substitui-se o adulto padrão – como estado terminado e estático –, pelo *adulto inacabado* – sujeito a um contínuo processo de construção e

desenvolvimento (Chardin, 1959; Rogers, 1961; Lapassade, 1963). O adulto «é entendido doravante (...) [em] maturidade vocacional nunca atingida, mas em contínua conquista» (Boutinet, 2000, p. 17).

Perante a nova definição de adulto inacabado é possível identificar duas posições distintas, se por um lado se reconhece o adulto em processo de construção, por outro questiona-se o sentido desse mesmo processo. Até meados dos anos 70, vários trabalhos defendem, essencialmente, a perspectiva do optimismo construtivista (uma corrente assente na perspectiva humanista evolucionista) que fundamentava a existência de uma orientação positiva para todos os homens (Rogers, 1961). O “estado inacabado do homem” era visto como a possibilidade de progredir e de conservar as suas formas juvenis. Neste caso, a angústia dos indivíduos face às características da sociedade moderna e industrial é considerada «como remanescente (...), portadora (...) de esperanças e optimismo» (Boutinet, 2000, p.15)<sup>47</sup>.

A partir dos anos 90, com o predomínio da incerteza e do risco, o processo de construção ao qual o adulto está sujeito passa a ser questionado segundo uma visão pessimista. A angústia deixa de ser considerada como remanescente para colocar o adulto perante uma situação por vezes desesperante. O adulto deixa de ser entendido como perspectiva para ser encarado enquanto problema (Ehrenberg, 1991,1995; Boulte, 1995; Boutinet, 2000; Giddens 2000a) (vide figura 6).



**Figura 6. Modelos coexistentes da vida adulta durante os últimos 30 anos.**

<sup>47</sup> Nos anos 60 e 70 o recurso à mudança pode ser proclamado como um “optimismo ingénuo” que originou alguns efeitos perversos, nomeadamente o modo que se apelidava de “resistência” ao “medo de mudar” e o modo obsessivo com que se defendia a dinâmica dos percursos e dos acontecimentos (Boutinet, 2000).

A exemplo da corrente que entende o adulto como problema Boutinet refere a obra de Ehrenberg (1995). Nesta, evidencia-se o facto do adulto interrogar-se constantemente sobre o lugar que ocupa e quais os papéis e tarefas que desempenha. Ehrenberg afirma que nos encontramos na idade do “indivíduo inseguro” pois, como foi referido anteriormente, mesmo quando não se está socialmente excluído a possibilidade e a ameaça de tal exclusão acontecer está sempre presente.

Em resumo, é possível enumerar três modelos que estão na base da definição do conceito de adulto: (a) um modelo tradicional do adulto padrão – estático, estável, que caminha para uma maturidade que se entende como definitiva; (b) o *adulto em perspectiva*, do perene desenvolvimento vocacional e (c) o *adulto como problema*, do caos vocacional<sup>48</sup> (vide quadro 5). Estes dois últimos modelos têm, nos últimos trinta anos, caracterizado as direcções para onde se encaminha o *adulto inacabado* (Boutinet, 2000).

**Quadro 5. Modelos emergentes da vida adulta desde 1945**

|                              | <b>Período Respeitante</b> | <b>Traço Dominante</b>     | <b>Paradigma Fundador</b> |
|------------------------------|----------------------------|----------------------------|---------------------------|
| <b>Adulto padrão</b>         | 1945-1960                  | Maturidade vocacional      | Referência                |
| <b>Adulto em perspectiva</b> | 1960-1975                  | Desenvolvimento vocacional | Estado inacabado          |
| <b>Adulto como problema</b>  | 1980-1995                  | Desordem vocacional        | Instabilidade             |

Fonte: in Boutinet 2000, p. 17

<sup>48</sup> Por caos vocacional entende-se a extrema sensibilidade das trajectórias existenciais às rupturas e desestabilizações, à incapacidade de prever ou projectar o futuro, assim como à dificuldade em gerir situações de crise. Embora os acontecimentos destabilizadores nem sempre promovam situações perigosas ou aleatórias (o confronto com situações-limite podem deixar antever uma nova estruturação e novas oportunidades), usualmente a impressão é de que a situação é caótica (Boutinet 2000).

### 2.2.2. Entre o *adulto inacabado* e o *adulto padrão*: o *adulto híbrido*

Perante estas definições do conceito de adulto (adulto padrão, adulto inacabado em perspectiva ou adulto problema) considera-se que todas coexistem actualmente no indivíduo e na sua forma de viver a adultez. Estabelece-se um paradoxo particular entre a representação tradicional e a representação moderna (optimista ou pessimista) do que é “ser adulto” e com isso surge a definição de *adulto híbrido*. Tendo em conta a situação da sociedade portuguesa, o *adulto híbrido* vincula-se na existência de “mudança na continuidade” e de “continuidade na mudança” (Machado & Costa, 1998).

A dualidade está no facto dos adultos, para além de tentarem assegurar a sua identificação a um estatuto de estabilidade, se verem por vezes “perdidos” entre múltiplas dependências, vulneráveis e confrontados com situações complexas que os ultrapassam. Por outro lado, “evidenciam a sua preocupação de se manterem jovens o máximo tempo possível, (...) mantendo-se neoténicos (inacabados), em busca de realizações a completar” (Boutinet, 2000, pp.19).

Existem assim duas lógicas, uma que considera o adulto um sujeito equilibrado, estável, mesmo rotineiro e instalado e outra que reconhece o adulto tanto como sujeito que se perspectiva em desenvolvimento, como sujeito exposto ao imprevisto e à exclusão (Silva, 2003). Estas duas lógicas que se opõem e conferem ao adulto uma definição paradoxal também podem unir-se “produzindo um efeito desmultiplicador”, uma espécie de desestabilização e, simultaneamente, de potencialização da vida adulta (Boutinet, 2000). Seguindo esta linha de pensamento a representação da adultez impõe-se numa perspectiva de estabilidade, contudo, o adulto, pressionado ou de forma voluntária, afasta-se dessa mesma impressão.

### 2.2.3. A representação da adulez, entre o positivo e o negativo

Para além da dualidade adulto padrão/adulto inacabado, a representação social sobre o que é “ser adulto” enquadra-se, usualmente, entre duas representações antagónicas: uma positiva que sobrevaloriza a adulez e outra negativa que a desvaloriza.

Em termos teóricos verifica-se um movimento entre um “optimismo utópico” e um “pessimismo exagerado”, entre a exaltação e a depressão de “ser adulto” e entre a “sublimação”, que coloca o adulto no primeiro lugar do pódio das fases da vida, e a “recusa” da aquisição de tal estatuto (Boutinet, 2000; Millet-Bartoli, 2002). Enquanto na “sublimação” há uma exaltação da plenitude das capacidades físicas e psicológicas do adulto, assim como da possibilidade da sua total realização e reconhecimento pessoal e social. Na “recusa” promove-se a teoria da “morte” ou “inexistência” desse ideal-tipo recorrendo-se, por exemplo, à enumeração das desvantagens de ser adulto – os sinais de envelhecimento, de cansaço e de desgaste físico e psicológico<sup>49</sup>.

A imagem da adulez enquanto fase de aquisição de estabilidade, idade de utilidade social e produtiva e de concretização de ambições e projectos familiares e profissionais foi, até há cerca de trinta anos, algo inquestionável que remetia o adulto para um pedestal em relação às outras fases da vida.

Actualmente, existe uma outra representação positiva sobre o que é “ser adulto”. Trata-se da representação do adulto enquanto ser reflexivo que tem uma identidade, um “eu autêntico” (Kitchener & King, 1990a; Kitchener et al, 1993; Marchand, 2005). Este adulto será aquele que consegue analisar situações e problemas nas suas mais diversas dimensões, posiciona-se através das suas opiniões e escolhas não ficando obcecado por si mesmo. É o adulto que reconhece os seus defeitos de modo a superá-los. Este não deixa de ser, todavia e mais uma vez, um adulto idealizado e perfeito.

---

<sup>49</sup> Entre estas duas posições é ainda usual a, não menos negativa, resignação ou indiferença.

Embora existam estes e outros modelos de perfeição, na literatura impera, no entanto, uma representação negativa e pejorativa da adultez. “Ser adulto”, para além de definir um estatuto, implica usualmente obrigações sociais que limitam a vontade e liberdade individual. Pressupõe-se que, de algum modo, o adulto é pressionado para situações que não se adequam às suas ambições e por isso adopta posturas sérias e formais, muitas vezes entendidas como aborrecidas, monótonas e rotineiras.

Tuininga (1996) compila cem testemunhos que recolheu entre a elite cultural e política francesa durante o ano de 1995 na revista *La Vie*. Todas as semanas os entrevistados respondiam à questão “*O que é ser adulto?*”. Considerando as respostas, a fase da vida adulta aparece frequentemente associada à “pior idade do percurso humano”, sendo que várias foram as personalidades que se consideraram “adultos de modo intermitente” e várias as que não queriam, de forma alguma, ser “adultas”.

Nesses testemunhos, um psiquiatra refere num registo de humor que «o adulto, no bom sentido do termo, é o adulto no mau sentido do termo» (Tuininga, 1996, p.16); outro entrevistado considera que o adulto será o «homem notável, bom esposo, bom cidadão, bom pai e bom chefe de família que um dia morre de enfarte ou de úlcera porque não se sentia bem na sua própria pele» (p.13).

Na obra de Tuininga (1996), o “medo de ser adulto” aparece expresso na vontade de colocar a fase da vida adulta num impasse desejando-se passar directamente da juventude para a velhice. A ideia de uma juventude prolongada desembocar numa velhice pacífica parece agradar e, neste caso, o “medo de ser adulto” provoca uma “fuga para a frente”. A par do retardar a entrada na idade adulta existe a vontade de uma saída cada vez mais precoce da adultez (Boutinet, 2000; Tuininga, 1996). Esta atitude revela a dificuldade que existe em lidar com os problemas da idade adulta e uma nostalgia em relação ao passado e a uma época onde os tempos de vida eram mais curtos.

O próprio conceito de *meia-idade*, que por vezes é remetido para expressões positivas como “a força da idade” ou a “ternura dos quarenta”, é predominantemente vinculado à ideia de crise. O conceito de meia-idade, já presente na *Divina Comédia* de Dante (Alighieri, 1961) ou em *Dr. Fausto* de Goethe (1958), surge associado a um período de vida de instabilidade, de tentações (o “demónio da meia-idade”) e de



interrogações. Esta será a idade que divide a vida em duas partes e a mede em função não do que foi vivido, mas do tempo que “resta” para viver (Boutinet, 2000; Millet-Bartoli, 2002).

Por sua vez, a noção de *crise de meia-idade* «sem ter um estatuto universal, tem um impacto enorme no imaginário dos adultos ocidentais que atravessam esse período de vida» (Millet-Bartoli, 2002, p.49). O termo *crise da meia-idade* foi introduzido em 1965 por Elliott Jacques, psicólogo canadiano e pioneiro na teoria do desenvolvimento humano. Este artigo referia-se à análise realizada a 310 percursos de vida de pintores, compositores, escritores, escultores e outros artistas de renome. Jacques (1965) concluiu que perto da idade dos 35 anos, na maioria dos casos, os artistas questionavam-se sobre o que iriam fazer do tempo que lhes restava de vida, reconheciam a sua mortalidade e passavam por um período de crise e questionamento sobre quem eram e o que faziam. Durante este período existiam artistas que desistiam da vida e da sua obra e outros que iniciavam o seu melhor trabalho criativo (como por exemplo, Shakespeare’s, Gauguin, Goya e Bach).

Para Millet-Bartoli (2002) a meia-idade não pode ser entendida segundo uma “crise maníaco-depressiva” mas como uma reacção de adaptação ou questionamento sobre o estado de vida do indivíduo na idade adulta. Este autor admite, porém, que estatisticamente esta é uma fase rica em rupturas destabilizantes que podem favorecer o surgimento de factores de crise. Nestas situações, Millet-Bartoli assume que o adulto pode passar pela impressão de mal-estar com a vida, de “malviver”, de não se sentir bem com ele mesmo ou de ter a sensação de estagnação.

Pormenorizando, Millet-Bartoli (2002) resume alguns dos factores que, mal geridos, podem desencadear situações de crise na meia-idade. Refere, por exemplo: (a) a morte de parentes e amigos, na meia-idade o contacto mais próximo com a morte do outro torna-a uma realidade mais presente, conduz ao confronto de cada um com os seus próprios limites e fomenta a vigilância em relação aos sinais de envelhecimento e aos

problemas de saúde física; (b) a menopausa e a andropausa<sup>50</sup>; (c) a situação conjugal, depois dos filhos “criados” pode surgir o questionamento sobre a conjugalidade vivida (o adulto pode questionar-se acerca da sua identidade fora da conjugalidade e se está com o outro por satisfação, hábito ou indiferença); (c) a situação profissional, as situações de competição e as pressões para a mobilidade e flexibilidade profissional e (d) o aumento de encargos e responsabilidades familiares, a coincidência do tempo da responsabilidade parental com a responsabilidade filial (a “situação sanduíche” do adulto entre duas gerações diferentes, referida no ponto 1.3.1.4 do capítulo 1)<sup>51</sup>.

Segundo Gerzon (1992) a desilusão ocorre, nas sociedades ocidentais, com o fim da “primeira parte da vida”, altura em que tudo estaria estruturado segundo regras bem conhecidas (terminar os estudos, começar a trabalhar e constituir família própria). Na meia-idade *the script ends*, o “guião” deixa de parecer evidente. Questiona-se como o trabalho ou o casamento baniram ou preservaram a identidade do indivíduo e reavalia-se a estabilidade.

A representação negativa sobre a adulez prende-se com a vulnerabilidade, com a desestabilização da vida adulta e também com o facto de não existirem acções que demonstrem uma preocupação real em entender o que se passa com o adulto. Se os jovens e os idosos contam com instituições de apoio (como a escola, a família, associações, programas e medidas políticas) que se direccionam para a resolução dos seus problemas, o mesmo já não se verifica em relação às ansiedades dos adultos. Segundo a representação tradicional, o adulto deve resolver as suas inquietações

---

<sup>50</sup> Nas mulheres a menopausa dá-se com a diminuição da secreção de hormonas femininas, o fim dos ciclos menstruais e da possibilidade de procriar. A menopausa pode ser vivida de forma negativa com desordens físicas e psicológicas ou com a dificuldade em lidar com a crescente percepção de envelhecimento (porém, pode ser entendida de forma positiva se for vivida enquanto libertação das regras da fertilidade, da contraceção e a possibilidade de viver uma sexualidade mais harmoniosa). A andropausa nos homens refere-se à perda de capacidades sexuais com o avançar da idade (o que não terá apenas a ver com factores biológicos, mas também psicológicos, culturais e sociais podendo muitas vezes verificar-se devido a “preconceitos sociais” e não a reais incapacidades físicas).

<sup>51</sup> Particularmente em relação aos filhos, Millet-Bartoli (2002) refere três aspectos que podem potenciar situações de crise na meia-idade: a dificuldade em renunciar ao “filho ideal”, ou seja, a projecção sobre o que gostava que o filho fosse, pressionando-o para algo que, muitas vezes, está ancorado nos desejos ou ambições frustradas do próprio adulto; a dificuldade em lidar com o prolongamento da estadia dos filhos em casa dos progenitores devido às dificuldades de inserção profissional, principalmente, quando houve um investimento significativo nos seus recursos escolares; a dificuldade em lidar com a dita *crise do ninho vazio* quando a partida dos filhos, para um agregado próprio, não provoca o sentimento de liberdade e de satisfação por se ter mais tempo para si ou para o casal, mas sim o sentimento de solidão e perda (pois “dedicou-se parte da vida aos filhos” ou “abdicou-se da própria vida” por eles).

sozinho, de forma autónoma e segura. Uma tarefa que nos dias de hoje, perante uma sociedade em mutação constante, tornou-se demasiado pesada.

O questionamento próprio da meia-idade não tem, no entanto, de estar associado a uma situação de crise e é possível encontrar alguns estudos que evidenciam o facto de serem mais os adultos que lidam bem com os factores da crise do que aqueles que se sentem totalmente insatisfeitos com as suas vidas (Lima et al., 2001; Millet-Bartoli, 2002; Simões et al. 2003). Como afirma Schaie e Willis (2002), muitos dos estudos que remetem a meia-idade exclusivamente para a ideia de crise trabalham, usualmente, populações clínicas, problemáticas e não a população na sua generalidade.

### **2.3. A adulez, hipóteses e dimensões de análise**

Considerando o exposto sobre a problemática da adulez e a hipótese de que, na sociedade portuguesa, dependendo das condições socioeconómicas, dos níveis de escolaridade, da idade, e do sexo, “ser adulto” divide-se entre práticas e representações mais tradicionais (adulto padrão), mais alternativas (adulto inacabado) ou híbridas (adulto híbrido). Interessa agora apresentar e contextualizar as dimensões e as subhipóteses da presente pesquisa à luz da evolução das teorias e conhecimentos produzidos no âmbito da Sociologia da Família, da Sociologia do Trabalho, da Sociologia da Educação e do Lazer.

Apresentam-se respostas sumárias e provisórias à pergunta de partida: o que é “ser adulto” em Portugal? Enunciados que traduzem as dimensões a observar e que serão testados e aprofundados no trabalho empírico. Neste ponto da pesquisa, fase charneira entre a reflexão teórica e do trabalho empírico, definem-se os critérios para seleccionar, de entre a infinidade de dados, o que será mais “pertinente” estudar no âmbito do estudo social da adulez (Quivy, 1998).

Depois de, no capítulo 1 (ponto 1.3.1.), terem sido abordadas as questões das relações familiares e da parentalidade (dimensões fundamentais no estudo da vida adulta), abordam-se de seguida os temas da conjugalidade, do trabalho, da aprendizagem e do lazer. O objectivo é contextualizar o estudo da adulez e avançar com hipóteses sobre o modo como estas dimensões e os seus indicadores influenciam as práticas, as representações e a definição do estatuto de adulto.

### 2.3.1. A adulez e a conjugalidade

Sobre a conjugalidade, uma das alterações mais evidentes dos últimos anos tem a ver com a mudança do significado da instituição casamento e, em particular, com a recusa da sua indissolubilidade caso este se manifeste insatisfatório para os cônjuges (Torres, 2001). Neste sentido, o casamento deixou de corresponder à aquisição de um estatuto definitivo no eixo privado da adulez.

O casamento em vez de ser definido pelas instituições passou a ser regulado por um pacto. De acordo com Roussel (1992) a instituição significa norma pública imposta aos indivíduos, enquanto que o pacto diz respeito ao acordo privado que se estabelece entre particulares.

Em Portugal, após os anos 60, a liberalização do acesso ao casamento hegemoniza o *casamento por amor* em substituição do *casamento tradicional pela razão* (onde se defendiam principalmente os interesses económicos e sociais dos pais dos cônjuges). O *casamento por amor* tem como princípios a livre escolha do cônjuge e o sentimento amoroso como base da formação dos casais (1ª. revolução sexual) (Shorter, 1977).

Para Torres (1996), «de uma instituição a preservar a qualquer custo, o casamento tornou-se, tendencialmente, numa relação que dura enquanto se mantiver compensadora para quem nela está envolvida» (p. 7), ou seja, no casamento passa-se a valorizar a relação enquanto esta é satisfatória.

“As sociedades do presente, e ao contrário de um passado não muito distante, deixaram de condenar os que se vêem na contingência de recorrer à ruptura conjugal. Da estigmatização vivida pelos que se separavam quando o divórcio era excepcional passa-se à aceitação e à normalização de uma prática que se tornou muito menos rara”. (Torres, 1996, p.7).

Considerando a nupcialidade em Portugal verifica-se a descida contínua dos seus valores – o indicador conjuntural da primonupcialidade (intensidade) mostra que, em 1991, por cada 100 mulheres solteiras 88 casaram, valor que desce para 68 em 2001 e para 61 em 2003<sup>52</sup> (Eurostat, 2009). Em relação aos homens, em 1991, por cada 100 homens solteiros 87 casaram, valor que baixou em 2001 para 64 e para 58 em 2003 (vide quadro 6) (Eurostat, 2009)<sup>53</sup>.

Aumentou também a tendência para se adiar o momento de casar. Em Portugal, a idade média na qual os homens e as mulheres se casam pela primeira vez regista aumentos significativos – em 1981 os homens casavam pela primeira vez, em média, aos 25,4 anos e as mulheres aos 23,3 anos; em 2001 esta idade sobe para os 27,8 anos e para os 26,1 anos, respectivamente. Em 2007 aumenta para os 29,4 anos para os homens e os 27,8 anos para as mulheres (vide quadro 6) (INE, 1981, 2001b, 2008b, 2008c).

**Quadro 6. Principais indicadores da nupcialidade – Portugal, 1981,1991 e 2000-2007.**

| Anos | Indicador conjuntural de primonupcialidade (intensidade) (%) * |     | Taxa Bruta de Nupcialidade (%) | Idade média ao primeiro casamento |      | casamentos católicos (%) | casamentos civis (%) | casamentos c/ residência anterior comum (%) |
|------|----------------------------------------------------------------|-----|--------------------------------|-----------------------------------|------|--------------------------|----------------------|---------------------------------------------|
|      | H                                                              | M   |                                | H                                 | M    |                          |                      |                                             |
| 1981 | 92                                                             | 90  | 7,7                            | 25,4                              | 23,3 | ---                      | ---                  | ---                                         |
| 1991 | 87                                                             | 88  | 7,3                            | 26,3                              | 24,2 | 72,1%                    | 27,9%                | ---                                         |
| 2000 | 72                                                             | 75  | 6,2                            | 27,5                              | 25,7 | 64,8%                    | 35,2%                | 13,3%                                       |
| 2001 | 64                                                             | 68  | 5,7                            | 27,8                              | 26,1 | 62,5%                    | 37,5%                | 16,4%                                       |
| 2002 | 62                                                             | 66  | 5,4                            | 28,0                              | 26,4 | 62,5%                    | 37,5%                | 18,1%                                       |
| 2003 | 58                                                             | 61  | 5,1                            | 28,4                              | 26,8 | 59,6%                    | 40,4%                | 20,6%                                       |
| 2004 | ---                                                            | --- | 4,7                            | 28,6                              | 27,0 | 57,1%                    | 42,9%                | 22,5%                                       |
| 2005 | ---                                                            | --- | 4,6                            | 28,9                              | 27,3 | 55,1%                    | 44,9%                | 24,5%                                       |
| 2006 | ---                                                            | --- | 4,5                            | 29,1                              | 27,5 | 52,1%                    | 47,9%                | 26,6%                                       |
| 2007 | ---                                                            | --- | 4,5                            | 29,4                              | 27,8 | 47,5%                    | 52,5%                | 31,8%                                       |

Eurostat (2009); INE (2001b,2008b, 2008c) – Estatísticas Demográficas 2000, 2006, 2007.

\*Número de primeiros casamentos de uma geração (fictícia) que conhece, ao longo do seu percurso pelas várias idades, as condições de nupcialidade observadas (em cada sexo) no momento de referência (Eurostat, 2009).

<sup>52</sup> Os últimos dados disponíveis para este indicador são de 2003 (Eurostat, 2009).

<sup>53</sup> Como o casamento pressupõe um homem e uma mulher, o facto do valor das mulheres solteiras que se casaram ser maior que o dos homens solteiros significa que algumas mulheres casaram com homens de outros estados civis.

Actualmente verifica-se, então, tanto uma fraca intensidade como um calendário tardio de primonupcialidade entre solteiros. Também a laicização do casamento ganha visibilidade – em 1991 cerca de 72,1% dos casamentos eram celebrados segundo ritos católicos<sup>54</sup>, em 2001 esse valor desce para os 62,5% e em 2007 regista-se, pela primeira vez, um peso superior na percentagem dos casamentos civis (52,5%) relativamente aos casamentos católicos (43,5%). Sobretudo ainda a percentagem de casamentos entre indivíduos que já tinham vivido em residência comum – em 2001 este valor situava-se nos 16,4%, em 2007 atinge os 31,8% (vide quadro 6) (INE, 2001b, 2008b, 2008c).

A descida e o adiar da nupcialidade dá-se por influência da nova atitude dos jovens face à entrada na vida adulta. O prolongamento em casa dos pais, o adiamento da constituição de agregado familiar próprio e a diversidade de modelos conjugais destituem a excelência da nupcialidade como indicador de transição para a adultez. Em Portugal, os movimentos protagonizados pelos estudantes universitários durante a década de 60 foram reivindicativos não só da democratização do ensino mas também da liberdade sexual e de novas formas de união que não fossem sancionadas por um contrato legal (Bandeira, 1996a).

Aspectos fundamentais que contribuem para que a conjugalidade ganhe novos significados são, por exemplo, a concepção de igualdade entre os cônjuges; a valorização da qualidade intrínseca da relação conjugal; a passagem da «noção de mulher-natureza, condicionada pela suas funções biológicas e por um destino específico, para uma concepção de mulher-indivíduo» (Torres, 2001, p.60) e o respectivo reconhecimento de maior independência da mulher em relação ao cônjuge, nomeadamente em termos financeiros.

O facto do casamento se ter transformado e das pessoas casarem “de outra maneira” fez com que o divórcio aumentasse. O casamento ao ter génese no amor recíproco entre duas pessoas fica sujeito à permanência dessa reciprocidade e quando esta desaparece deixam de haver razões socialmente legítimas para prolongar o laço conjugal (Torres, 1996). “O divórcio é, portanto e apesar da dor, um reafirmar do desejo de amar e ser (bem) amado.” (Vasconcelos, 1998, p. 352).

---

<sup>54</sup> As estatísticas não incluem outras práticas religiosas. Estatísticas Demográficas 2000, 2006, 2007.

Para Roussel (1992) o surgimento do amor no casamento provocou a fortificação do divórcio como elemento estruturante das relações conjugais. Este autor definiu quatro modelos matrimoniais correspondentes a quatro diferentes representações do divórcio: (a) o modelo de *casamento tradicional* sujeito ao poder institucional da família e da Igreja que não permite o divórcio; (b) o *casamento-aliança* onde o divórcio é legítimo, mas considerado um delito contra a instituição matrimonial; (c) o *casamento-fusão* em que o divórcio só é negativo ao nível dos sentimentos e, por fim, (d) o modelo do *casamento por associação*, que corresponde a um tipo de relação conjugal da modernidade avançada, onde o divórcio aumenta devido à valorização dos projectos individuais.

A defesa da autonomia do indivíduo na relação conjugal promove «novas dificuldades quanto ao acerto dos trajectos, quanto à conciliação entre as lógicas individuais e as conjugais e familiares» (Torres, 1996, p.41), tornando-se frequente o recurso ao divórcio para a reorganização da vida em torno de diversos ciclos familiares e novas relações.

É após 1975 que se dá o processo de legitimação social do divórcio em Portugal e, a partir daí, o número de casamentos dissolvidos pelo divórcio apresenta uma evolução significativa. De 1991 para 2003 mais que quadruplicou o valor do indicador conjuntural de divorcialidade<sup>55</sup> – em 1991, o seu valor situava-se em 8,6 divórcios por 100 casamentos, em 1991 o indicador atinge 13,8 e quase duplicou em 2001 (26,2). Em 2002, devido às alterações legislativas relativas aos divórcios por mútuo consentimento decretados nas conservatórias do registo civil, existe um pico dos divórcios registados (38,8 divórcios por cada 100 casamentos). Entre 2003 a tendência do aumento foi contrariada situando-se, contudo, nos 32,2 (vide quadro 7) (Eurostat, 2009).

---

<sup>55</sup> Os últimos dados disponíveis para este indicador são de 2003 (Eurostat, 2009). O indicador conjuntural de divorcialidade resulta da soma das taxas de divorcialidade e Bandeira (2004) faz a seguinte consideração acerca do cálculo destas taxas: “Para a confecção das taxas de divorcialidade (...) utilizou-se como denominador, para cada duração de casamento, o número de casamentos celebrados no ano civil que corresponde à respectiva duração (efectivos iniciais das proporções envolvidas). As durações adoptadas são as atingidas durante o ano de observação. (...) (p.271).



**Quadro 7. Indicador conjuntural de divorcialidade, Portugal, 1981,1991 e 2000-2003.**

| Anos | Indicador conjuntural de divorcialidade (para 100 casamentos) (%) |
|------|-------------------------------------------------------------------|
| 1981 | 8,6                                                               |
| 1991 | 13,8                                                              |
| 2000 | 26,2                                                              |
| 2001 | 26,2                                                              |
| 2002 | 38,8                                                              |
| 2003 | 32,2                                                              |

Eurostat (2009)

O aumento do divórcio é um dado relevante que convém considerar num cenário de significativas mudanças nos modelos conjugais, ele funciona, ainda, “como um factor de revitalização do mercado matrimonial e, por conseguinte, de recomposição familiar” (Bandeira, 1996b, p.32).

Com o declínio do casamento enquanto instituição e o aumento do divórcio, surge a diversificação e complexificação dos modos de estar na vida conjugal do adulto – a dita pluralidade de modelos conjugais (as uniões de facto, o celibato, a monoparentalidade, as famílias recompostas; as relações homossexuais; os casais sem filhos; os nascimentos fora do casamento). A uma forma oficial de casamento opõe-se uma desconexão de calendários de passagem à vida sexual, à vida conjugal e à vida familiar.

Também a sobrevalorização dos aspectos sexuais origina um duplo sentido na relação que se estabelece entre conjugalidade e sexualidade: (a) de afastamento – o início e prática sexual já não implica a conjugalidade; (b) de aproximação – a relação conjugal (para ser bem sucedida) implica sexualidade activa. O facto da sexualidade activa não estar dependente da conjugalidade é particularmente relevante em relação à iniciação sexual feminina que deixa de estar enquadrada na legitimidade de uma *sexualidade conjugal* para acontecer, usualmente, antes da conjugalidade.

A sexualidade, que era um dos atributos do papel social do indivíduo que vivia em conjugalidade (em particular, através do casamento), passa a ser um dos principais

“motores internos” da conjugalidade (Bozon, 2002b). Desvaloriza-se o *casal institucional* (onde a sexualidade está vinculada à consumação do matrimónio e à procriação) para valorizar-se particularmente o *casal intersubjectivo* (que não é concebível sem actividade sexual entre os cônjuges) (Almeida et al., 2002; Bozon, 2002b). No *casal institucional* se, após o nascimento dos filhos, não existe actividade sexual é normal o casal manter-se, pois tal privação não é entendida como prejudicial à relação. Para o *casal intersubjectivo* a inexistência de actividade sexual, independentemente de existirem ou não filhos, provoca a instabilidade conjugal e pode levar à separação dos cônjuges (Bozon, 2002b).

Existem, assim, mudanças significativas nas biografias e calendários da vida sexual dos indivíduos. A iniciação sexual ocorre mais cedo, normalmente na adolescência, prolonga-se pela adultez e termina cada vez mais tarde, entre os indivíduos de idades avançadas.

A vida sexual do adulto pode, ainda, suportar percursos irregulares na busca de uma nova relação ou face a uma ruptura conjugal. O adulto sujeita-se tanto a períodos de interregno sexual como à possibilidade de uma actividade sexual intensa no seio de relações esporádicas. Quando (re)iniciam a vida conjugal, através do casamento ou da união de facto, os indivíduos já passaram por diversas experiências sexuais aprimorando a valorização da dimensão hedónica da sexualidade. Dimensão muitas vezes relacionada com uma nova representação do corpo, com o cuidado com a imagem e a erotização das relações (Bozon, 2002b).

Mesmo contrariando a representação da família dita tradicional, estas mudanças não podem ser analisadas segundo a perspectiva da “crise” da família nuclear. Vários são os autores que sublinham o facto destas mudanças não serem sinónimo de degradação das relações, elas revelam novas lógicas construídas de acordo com estratégias individuais e conjunturas sociais, elas são consequência das actuais necessidades e dos comportamentos dos adultos (Bozon, 2002b; Barreto, 2004; Lobo, 2005).

Comentando sobre as políticas da população, Barreto (2004) defende a ideia de que estas devem gerir e não controlar os movimentos da população, sustenta a necessidade de se considerarem as aspirações individuais e a diversidade de modelos familiares:

“É cada vez mais notória, nos modernos estados democráticos, a tendência para admitir que, nos comportamentos pessoais, individuais e familiares, se adotem diversos modelos, de acordo com as convicções e crenças de cada um. Por isso parecem ser de recusar políticas que, nesses domínios, imponham padrões determinados” (Barreto, 2004, p.4).

Aboim e Wall (2002) referem que não existem modelos dominantes nas formas de interagir na vida conjugal, mas consideram que se torna evidente o decréscimo, em todos os meios sociais, do tipo de *interacção paralelo familiar* (forte divisão dos papéis do género, ténue fusão familiar e média abertura ao exterior). Assinalam, ainda, que a mudança no grupo dos indivíduos com mais capitais escolares e profissionais manifestou-se pelo acréscimo de formas de *interacção associativa* – intenções explícitas de autonomia, papéis de género pouco diferenciados e forte abertura ao exterior. Entre o grupo de camponeses e operários deu-se a sobre-representação de dinâmicas de tipo *fusional* – forte fusão familiar, divisão de papéis mais ou menos igualitária e a integração externa permeável a diversas saídas e convívios.

O indivíduo parece libertar-se da ideia de linearidade e de ter um único ciclo de vida familiar, “à margem do casamento ou depois do divórcio [abre-se] a porta à diversificação de experiências familiares para além do *até que a morte nos separe*”. (Costa, 2004, p.15). Na vida adulta o tempo familiar passa a ser um “tempo de experiências vividas, caracterizado pela multiplicidade e diversidade de experiências familiares empreendidas na maturidade que passam não apenas pelas *novas famílias* do ponto de vista relacional, como também, do ponto de vista temporal, pelas *famílias novas*” (p.15).

A diversidade de modelos familiares, sem colocar em causa a existência da família nuclear, anuncia novas possibilidades, novas “primeiras vezes”. A pluralidade de práticas e modelos matrimoniais destituem a representação do adulto como sujeito instalado na estabilidade de um único ciclo familiar.

### 2.3.2. A adulez e o trabalho

Os valores do trabalho são usualmente conceptualizados segundo duas categorias: (a) os valores instrumentais também designados como extrínsecos ou materialistas e (b) os valores expressivos também denominados de intrínsecos ou pós-materialistas. Os primeiros remetem para as recompensas materiais conseguidas através do trabalho – por exemplo, o salário, a segurança e estabilidade financeira, a segurança física, os benefícios sociais e as férias. Os segundos têm a ver com as gratificações que advêm da natureza do próprio trabalho – a possibilidade de desenvolvimento, realização e progressão pessoal e profissional, o reconhecimento, a iniciativa e a autonomia (Herzberg et al., 1959; Rokeach, 1973; Drenth et al., 1983; Loscocco, 1989; Inglehart, 1990; Peiró et al., 1996; Pires & Borges, 1998; Cheung & Scherling, 1999; George & Jones, 1999; Vala et al. 2003).

Perante a modernidade avançada supunha-se que a importância do trabalho como mera fonte de rendimentos (onde prevalece a representação do *homo economicus*) fosse comutada pela importância da auto-expressão e da liberdade, dessacralizando-se o desenvolvimento económico em favor de critérios mais humanistas e ecológicos. A centralidade do trabalho nas vidas das pessoas não seria, então, encarada como um reflexo da sua necessidade económica, mas sim como o resultado de uma actividade gratificante (Pires & Borges, 1998; Vala et al., 2003). Essa transformação, porém, não aconteceu, as condições materiais e de segurança (“básicas”, na perspectiva de Maslow [1954]), não estando satisfeitas, continuam a ser sobrevalorizadas em detrimento dos valores intrínsecos (Pires & Borges, 1998; Vala et al., 2003; Miranda, 2003).

Os adultos ajustam as suas expectativas às restrições desenvolvidas ao nível das organizações do trabalho, das carreiras profissionais e das condições contratuais. Mesmo os activos empregados, que valorizam o trabalho pelo facto deste permitir a realização pessoal e profissional, perante a situação imaginária de desemprego têm como primeira preocupação a falta de dinheiro. Estes não hesitariam em aceitar um

trabalho precário apenas para deixar o desemprego, não suportando a ideia de ficar “sem fazer nada” (Pires & Borges, 1998).

Torres (2004a) refere que o comportamento próximo do estereótipo do homem claramente motivado pela actividade profissional não é generalizado, só se verifica quando este está verdadeiramente a meio de uma carreira, «nalguns casos (...) são os aspectos mais pragmáticos e instrumentais os valorizados e noutros ainda foi-se instalando, com os anos, algum conformismo» (p.146).

A importância atribuída aos diferentes tipos de valorização do trabalho não é, contudo, estanque. Esta pode variar ao longo do percurso de vida dos indivíduos, dependendo das experiências profissionais e dos contextos socioeconómicos. A abordagem mais tradicional dos valores do trabalho (entre instrumentais e expressivos) pode, ainda, ser permeável a novos domínios como, por exemplo, ao hedonismo que começa a ganhar expressão e que tem sido pouco trabalhado.

Vala e al. (2003) referem o emergir de uma certa inclinação hedónica no trabalho quando identificam o aumento da valorização do trabalho “interessante”: mesmo que o indivíduo não tenha autonomia nem expectativas de realização profissional espera, pelo menos, ter um trabalho relativamente “interessante (...), desde que este não implique pró-actividade e ofereça estabilidade no que se refere às recompensas, ambiente e segurança” (Vala et al., 2003, p.452).

Na presente pesquisa parte-se, então, da hipótese de que a adultez implica uma das três situações face ao mercado de trabalho: (a) a *proximidade* através de uma participação ou contacto intermitente num emprego qualquer – situação de recurso, indesejável, involuntária e que se espera provisória; (b) a de *inserção* conseguida com a aquisição de um trabalho relativamente estável através de um emprego “seguro” com direito a benefícios sociais – situação óptima e desejável e (c) a de *integração* através do desempenho funções de responsabilidade e chefia que permitem valorizar a formação e a carreira, a construção de uma identidade profissional reconhecida pelos pares, a socialização num ambiente de trabalho agradável e a ascensão em termos socioeconómicos – situação ideal, mas concebida muitas vezes como utópica (Demazière & Dubar, 1996; Courtois & Rougerie, 1997).

A adultez está vinculada ao desejo de inserção, ou seja, de entrada definitiva no mercado de trabalho, adquirindo o adulto uma situação económica estável e independente. Acontece, porém, que a distinção entre a insegurança subjectiva (psicológica) e a insegurança objectiva no emprego é cada vez mais ténue. A sensação de que o mercado de trabalho é muito instável é sentida pela generalidade dos indivíduos e fundamenta-se no aumento da taxa de desemprego (vide quadro 8). A tendência é para pensar que, numa situação desemprego, será muito difícil encontrar um novo emprego (Pires & Borges, 1998). Na actual adultez, o objectivo de estabilidade por tempo indeterminado é substituído pela procura de estabilidade a médio prazo, mantendo-se, contudo, o propósito de recusar e despistar situações de trabalho precário.

**Quadro 8. Taxa de desemprego (%) – Portugal, 3ºs trimestres de 1998 a 2008**

| Anos | %<br>Taxa de desemprego |
|------|-------------------------|
| 1998 | 4,7%                    |
| 1999 | 4,2%                    |
| 2000 | 3,9%                    |
| 2001 | 4,0%                    |
| 2002 | 5,0%                    |
| 2003 | 6,1%                    |
| 2004 | 6,8%                    |
| 2005 | 7,7%                    |
| 2006 | 7,4%                    |
| 2007 | 7,9%                    |
| 2008 | 7,7%                    |

INE (2008f)

A dificuldade de integração e inserção deve-se ao facto do sistema de emprego ter sofrido, nos últimos trinta anos, diversas transformações produzindo-se novas modalidades de entrada e permanência na vida activa. Aumentou a indefinição do estatuto profissional e o conceito de *emprego perene* tornou-se inadequado à realidade do mercado de trabalho (Demazière & Dubar, 1996; Courtois & Rougerie, 1997).

Segundo autores como Boutinet (2000) ou Pais (2001) existem conceitos que se desajustam da realidade social dos actuais processos de transição, nomeadamente o de *inserção*. Na sociedade contemporânea, para além de cada vez menos automática ou durável, a inserção profissional tende a ser substituída por situações de *inclusão* – situações vulneráveis e flutuantes que se caracterizam pela falta de vínculo social e fraco envolvimento nas relações profissionais (sendo constante o risco de *exclusão*).

O jogo de fluxos de entrada e saída do mercado de trabalho e da ocupação de empregos de curta duração, enquanto estratégias utilizadas perante a ameaça de desemprego, podem ainda converter-se numa forma de *desemprego de circulação* (o que não exclui a probabilidade dos indivíduos serem afectados pela exclusão duradoura de emprego). Os adultos são, neste contexto, confrontados com a necessidade de reestruturarem os seus saberes e comportamentos face ao mercado de trabalho (Pais, 1991b; Martins, 1997).

#### **2.3.2.1. A flexibilidade no mercado de trabalho**

Actualmente, o objectivo da maior parte dos países da Europa é o de criar um novo sistema de emprego integrado e flexível que visa substituir o modelo de produção *fordista*, em linha, por um modelo circular onde o sujeito passa a desempenhar de forma autónoma e articulada várias tarefas ou funções quer na fase da concepção, quer no controlo ou na execução de determinado produto. Este modelo da flexibilidade assenta em três premissas: (a) o trabalho e a mão-de-obra devem ser programados em função dos pontos altos ou irregulares da produção; (b) o ideal do pleno emprego é cada vez mais improvável, tal como o contrato de duração indeterminada a tempo inteiro; (c) as relações salariais alteram-se, aumentam os honorários contratuais, o pagamento de serviços prestados e o pagamento à tarefa ou a unidades produzidas.

É perante a perspectiva de flexibilidade que se difunde o trabalho atípico – o trabalho independente, temporário, a tempo parcial, por turnos, em jornada contínua, ao domicílio, o teletrabalho e o trabalho a dias. Como consequência, alteram-se três

dimensões fundamentais do mercado de trabalho: (a) as relações estabelecidas em cada actividade económica; (b) a duração e horário de trabalho e (c) a forma de integração no processo de trabalho (Martins, 1997; Freire et al., 2000; Rebelo, 2001).

O modelo de flexibilidade laboral implica que os trabalhadores se tornem pró-activos e desenvolvam estratégias que garantam a sua própria *empregabilidade*, que sejam “agentes” de si mesmos e dos serviços que podem prestar<sup>56</sup>. Promove-se, deste modo, a automatização do trabalho fora das relações tradicionais (empregado-empregador), fora de horários regulares e restringem-se as responsabilidades ao processo de produção ou prestação de determinado produto ou serviço.

Em termos políticos, defende-se a flexibilidade como uma forma de partilha do trabalho e conseqüente combate ao desemprego, mas esta opção não é consensual (Freire et al., 2000; Rebelo, 2001). A flexibilidade para ser bem sucedida tem de se desvincular de práticas de exploração dos mais carenciados ou da população activa mais discriminada (os jovens e as mulheres). O modelo para ser justo, integrado e voluntário, não pode ser implantado como substituição da possibilidade de pleno emprego ou por imposição das empresas, tem de corresponder a um projecto pessoal e profissional, nomeadamente à vontade dos indivíduos conciliarem mais convenientemente os tempos de trabalho e a vida familiar (Rebelo, 2001).

Para defender estes pressupostos de regulamentação surgiu, em particular no cenário político, a proposta de *flexissegurança*<sup>57</sup>. O objectivo é promover a flexibilidade máxima das empresas mas também a defesa dos direitos e a segurança dos indivíduos. A flexissegurança pressupõe que a flexibilidade na legislação laboral tenha como contrapartida mais protecção no desemprego e sistemas de educação e formação capazes de promover a formação ao longo da vida e a reconversão profissional.

A dificuldade da implementação do modelo de flexissegurança está na frágil viabilidade de compatibilizar modalidades de emprego que se caracterizam pela instabilidade, baixos rendimentos, baixa condições de segurança e baixas possibilidades

---

<sup>56</sup> Não confundir com a modalidade de trabalhador independente, pois parte dos indivíduos sujeitos à flexibilidade laboral são trabalhadores por conta de outrem.

<sup>57</sup> Também por vezes denominada como *flexigurança*.



de carreira com a ideia propagandeada de que as organizações privilegiam, através deste modelo, as competências e talentos dos indivíduos, a integração dos trabalhadores e o estímulo do espírito da empresa (Freire et al., 2000; Vala et al., 2003).

Na economia portuguesa são vários os factores que dificultam o desenvolvimento de um sistema de emprego flexível, justo e seguro. O predomínio de directrizes tradicionais e de pequenas e médias empresas com empregados com baixa instrução é um entrave significativo ao sucesso da implementação de um modelo deste género (vide quadro 9). Os grandes perigos são, por um lado, a periferização dos trabalhadores menos qualificados em torno de um *mercado secundário* e/ou ilegal e, por outro lado, o aumento da flexibilidade do próprio desemprego. O facto do trabalhador (que autogere a carreira) raramente se envolver em estratégias colectivas também pode dificultar a defesa dos seus direitos ou a criação de movimentos, sindicalizados ou outros, que ganhem força num contexto global. Por outro lado, em relação a vários países da Europa, os subsídios de desemprego praticados em Portugal são mais baixos e de menor duração, o que aumenta as dificuldades encontradas por aqueles que tenham de procurar um novo emprego.

**Quadro 9. Proporção da população activa por nível de escolaridade mais elevado completo (%) – Portugal, 2007**

| Nível de escolaridade       | %<br>População<br>empregada |
|-----------------------------|-----------------------------|
| Nenhum                      | 5,1%                        |
| Ensino Básico até 3º ciclo  | 65,3%                       |
| Secundário e pós-secundário | 15,5%                       |
| Superior                    | 14,1%                       |

INE (2008g)

A aposta na qualificação da população activa é assim essencial ao processo de flexibilidade do mercado de trabalho, porém, em Portugal o problema começa pela classe empresarial. Em 2006, dois terços dos novos empresários portugueses tinham entre o ensino básico (51,2%) e o secundário (33,1%) e apenas 15,7% tinham o ensino

médio ou superior<sup>58</sup> (INE, 2006a). O empreendedorismo e estabelecimento por conta própria aparecem frequentemente ligados à conjuntura de crise de emprego, à falta de atractividade do trabalho por conta de outrem e raramente têm a ver com a aposta na inovação ou com o investimento em áreas de negócio prósperas. Factos que justificam a elevada taxa de insucesso entre as novas empresas constituídas (INE, 2006a).

No contexto descrito, independentemente do tipo de empresa, muitos empregadores são atraídos pelo modelo da flexibilidade devido à oportunidade de pagar baixos salários, contornar a protecção do salário mínimo e contratar pessoas a tempo parcial sem pagar suplementos, horas extraordinárias e benefícios sociais. Optam muitas vezes pela mão-de-obra feminina pelo facto desta, em virtude de discriminação, ser fracamente remunerada. A concentração dos empregos femininos em categorias profissionais caracterizadas pela precariedade e a instabilidade comprovam este facto<sup>59</sup> (Freire et al., 2000, Rebelo, 2001; Torres, 2004b).

Outro aspecto a ser ponderado é o facto de poucos portugueses estarem interessados em participar em modelos de trabalho que promovam a flexibilidade, nomeadamente os modelos que permitem diminuir as horas de trabalho, aumentar o tempo livre e diminuir a remuneração. A maioria, pelo contrário, está disponível para aumentar o número de horas de trabalho, se isso significar um aumento salarial, ou manter um trabalho a tempo inteiro e estável mesmo que a remuneração não seja a mais satisfatória. «Trabalhar muito” ou “ter muito trabalho” é um indicador de estatuto social» e o garante de recompensas materiais, facto considerado como muito importante para a maioria dos portugueses (Freire et al., 2000, p. 172).

Para que a tensão proveniente das dificuldades do mercado de trabalho se dissipe ainda haverá muito a fazer. Para já, não é estranho que os portugueses, numa posição defensiva face à percepção de instabilidade e a fragilidade das condições contratuais, desvalorizem a importância dada à construção de uma identidade profissional

---

<sup>58</sup> Estes empresários eram, na maioria, homens (85,5%) com mais de 40 anos (55,7%) que trabalhavam por conta de outrem e resolveram investir principalmente no sector do comércio com o objectivo de “ganhar mais dinheiro” (47,5%) e viver “novos desafios” (44,6%) (INE, 2006a).

<sup>59</sup> Em proporção mais reduzida o emprego feminino regista também concentração no sector das profissões intelectuais e científicas (caracterizado por altas qualificações escolares), contudo, aqui a discriminação fica «patente na exclusão das mulheres dos lugares de direcção e supervisão» (Torres, 2004b, p.87).

reconhecida e valorizem em particular a dimensão instrumental do trabalho, nomeadamente a remuneração e a segurança (Martins, 1997; Rebelo, 2001; Vala et al., 2003).

### **2.3.2.2. A mobilidade profissional**

Durante décadas uma das principais características que definia o sucesso profissional era a antiguidade na empresa. Trabalhar vinte ou trinta anos numa mesma empresa era para muitos “o objectivo” de carreira. A partir dos anos 80 encoraja-se o aumento da mobilidade profissional como forma de manter a produtividade das empresas e promover a progressão profissional dos indivíduos. Actualmente mudar de emprego deixou de ser algo improvável, mas instaurou-se a dúvida sobre o que significa essa mudança: uma mais-valia curricular, progressão na carreira ou uma prática involuntária que resulta da precariedade do mercado laboral?

Boutinet (1996) defende que o “projecto profissional ideal” passa por três dimensões diferentes: (a) conseguir um emprego; (b) conseguir um emprego adequado às habilitações escolares e competências profissionais e, por último, (c) desenvolver um projecto de carreira dispondo de uma certa mobilidade profissional.

A mobilidade ou reorientação profissional podem, no entanto, acontecer por dois motivos diferentes: devido a mudanças voluntárias que advêm da evolução dos interesses e objectivos pessoais ou devido a mudanças exteriores involuntárias como, por exemplo, a situação de despedimento, a falência ou reorganização da entidade empregadora (Brillon & Renaut, 1986).

Tal como acontece com a flexibilidade laboral, actualmente, a mobilidade profissional resulta, acima de tudo, da expansão de um sistema que faz depender o número de colaboradores dos picos ou quedas da produção, ou seja, das necessidades de um mercado instável. A diminuição da esperança de vida das empresas faz com que a “antiguidade” deixe de ser valorizada no âmbito da definição dos perfis profissionais.

São cada vez mais escassas as situações em que se entra numa empresa como paquete e ascende aos cargos mais altos da organização.

Neste âmbito, exige-se ao indivíduo a capacidade de mudar mas, paradoxalmente, a mudança voluntária (que à partida seria um sinal de competitividade e iniciativa do trabalhador) é, actualmente, socialmente interpretada como uma irresponsabilidade, inadaptação ou falta de maturidade. Ao diminuírem as oportunidades de trabalho e as garantias de protecção social, a mudança voluntária é tida como uma atitude imponderada.

Na maior parte dos casos, os indivíduos preferem a situação de trabalhador por conta de outrem a tempo inteiro, condição que não leva a condutas de mudança voluntária. Os adultos, nestas circunstâncias, raramente são portadores de projectos de mobilidade profissional. Podem ter motivações para a iniciativa, vontade de se estabelecerem por conta própria, de não ter um patrão ou de ganhar mais dinheiro, mas estas são, usualmente, declarações de princípio, intenções que nunca passam a acções concretas (Freire et al., 2000).

“Este tipo de enquadramento profissional onde, na maior parte dos casos, os trabalhadores estão enquadrados por contratos “normais” de trabalho, é inibidor de grandes estratégias de mudança, ainda que, em alguns casos, a profissão exercida não corresponda à vocação ou se verifique uma predisposição para a valorização do trabalho por conta própria (...) Com efeito, estes não passam de desejos latentes que grande parte dos indivíduos não irão provavelmente concretizar.” (Freire et al., 2000, p. 185).

Quanto à situação involuntária de mobilidade profissional (que não foi escolhida), esta pode tornar-se uma experiência traumatizante, sendo comum o indivíduo ter dificuldade em ultrapassar a nova situação. Podem verificar-se, nestas circunstâncias, reacções depressivas ou crises que podem provocar o despedimento do trabalhador e a necessidade de suporte psicológico (Brillon & Renaut, 1986).

Vários são os autores que sistematizam as fases de reacção ao desemprego e definem: uma primeira fase de choque e ansiedade face a um futuro incerto que dura cerca de quatro semanas; de seguida caracterizam a fase do optimismo e do esforço

dirigido à procura de emprego que dura cerca de três meses; segue-se o período da dúvida e da agressividade, neste o desempregado coloca em causa a sua capacidade de procurar emprego e reduz os seus esforços ao mínimo, a auto-estima diminui e surgem os sentimentos depressivos e as dificuldades em relacionar-se socialmente; por último, se o desemprego se mantém para lá dos nove a doze meses, é provável que surja um período de resignação, de menor procura de emprego, de passividade e incapacidade em enfrentar acontecimentos da vida quotidiana (Powell & Driscoll, 1973; Hill, 1978; Schlossberg & Leibowitz, 1980; Swinburne, 1981; Kaufman, 1982; Grâce & Joshi, 1986; Gaulejac et al., 1994; Nimal et al., 2000).

Nas classes de situação socioeconómica inferior a experiência pessoal ou colectiva de desemprego, para além de poder ser vivida como situação de fatalidade e angústia, é mais frequentemente explicada por questões estruturais – a crise económica e a diminuição da oferta de emprego. Entre as classes médias e superiores o desemprego é encarado de um modo mais individualista, isolado e desviante. O facto de se estar desempregado justifica-se muitas vezes pela falta de esforço e empenho individual, o que afecta mais directamente a auto-estima do adulto (Pais, 1991b).

Na adultez, o quotidiano vivido sem emprego nada tem a ver com a “boémia” adolescente, trata-se efectivamente de uma experiência de exclusão social. Nesta situação, o indivíduo não está apenas privado de um emprego mas da definição autónoma de si e do próprio estatuto de adulto (Pissart et al., 1990; Beaujouan, 2000).

Na presente pesquisa parte-se da hipótese de que, na adultez, independentemente do contexto social, alcançar a estabilidade no trabalho é um objectivo premente. O subemprego e a precariedade laboral, preferíveis à inactividade, são, contudo, *actividades de substituição*<sup>60</sup> que raramente são deliberadamente escolhidas para caracterizarem determinado estilo de vida.

---

<sup>60</sup> Em substituição do emprego estável não alcançado ou da ameaça de desemprego.

### 2.3.3. A adultez e a aprendizagem

É recorrente a afirmação de que a educação não deve terminar “quando se deixa a escola”, pressupõe-se que nessa altura (no final da escolaridade obrigatória) se tenha adquirido a predisposição para aprender ao longo da vida. Esta é a premissa que estrutura o conceito de *sociedade de aprendizagem* (Jarvis, 2001).

Os primeiros autores a debruçarem-se sobre a definição de sociedade de aprendizagem (Dewey, 1916; Hutchins, 1970) fizeram-no na perspectiva educativa de que todas as pessoas deveriam ter acesso à educação ao longo da vida. Esta seria condição constitutiva da ordem moral e política permitindo o desenvolvimento de uma “sociedade boa”, igualitária e democrática. “Uma sociedade em que os indivíduos possam realizar o seu próprio potencial, através da educação, e aprender durante toda a vida” (Jarvis, 2001, p.17).

Quando se fala de aprendizagem é necessário considerar três definições: a) a *aprendizagem informal*, que decorre das actividades da vida quotidiana (relacionadas com o trabalho, a família, a vida social e o lazer) e tem lugar fora das estruturas institucionais; b) a *aprendizagem formal* que diz respeito à educação e formação ministrada em instituições que organizam, avaliam e certificam a aprendizagem sob a responsabilidade de profissionais qualificados (aprendizagem que se enquadra numa sucessão hierárquica onde a conclusão de determinado nível permite a progressão para níveis superiores) e c) a *aprendizagem não-formal* que diz respeito à frequência de cursos cuja certificação não pressupõe uma sucessão hierárquica de níveis de educação ou formação.

Inevitavelmente, a aprendizagem informal sempre existiu, contudo é actualmente potenciada pelo facto das pessoas estarem expostas, em todas as idades, a um leque cada vez mais vasto de informações, através da televisão, de livros e revistas e do acesso à Internet. Para além das oportunidades oferecidas pelas instituições educativas, os indivíduos têm cada vez mais a hipótese de se envolverem numa aprendizagem

autónoma. Por este motivo, certos adultos têm submetido as competências adquiridas por esta via a processos de validação e certificação.

Na adultez, o conceito de aprendizagem ao longo da vida é, assim, prevalente e contém nele próprio a defesa de novas metodologias, nomeadamente a aprendizagem baseada na resolução de problemas e alicerçada na prática (na história de vida de cada um). Nestas circunstâncias, a valorização da experiência de quem aprende visa provocar a mudança, a reflexão e a consciência crítica nos adultos (Jarvis, 2001; Silva, 2003).

Com os avanços da tecnologia e da ciência, admite-se, porém, que o conhecimento não é estático e as competências profissionais estão sujeitas a uma obsolescência cada vez mais rápida. Considerando a deterioração a uma taxa de 7 a 10% ao ano, ao fim de cerca de 10 anos, caso não tenha feito a manutenção das suas competências, o trabalhador terá perdido a sua qualificação (Seixas, 2007). Nestas circunstâncias, o facto de, em 2007, apenas 4,4% dos portugueses, com idades entre os 25 e os 64 anos, terem participado em actividades de educação e formação parece ser um dado preocupante (INE, 2008h). Por outro lado, a principal motivação da maioria dos adultos para investirem na aprendizagem é o aumento da empregabilidade. Mais uma vez, o valor instrumental do trabalho parece sobrepor-se aos valores expressivos referentes à realização pessoal mais alargada. A importância crescente atribuída à educação e formação reflecte particularmente a expectativa de se poderem actualizar e adaptar as competências às mudanças registadas nos contextos de trabalho (Pissart et al., 1990; Silva, 2003).

Vários são ainda os factores que inibem o optimismo face às potencialidades do investimento na educação e formação: (a) a inadequação de certas ofertas formativas às necessidades de mercado; (b) a desvalorização dos títulos escolares e (c) o número reduzido de empresas qualificantes (empresas que promovem a formação e a empregabilidade de indivíduos qualificados).

A sobreposição do trabalho e formação, «aceitando-se que educação, formação e trabalho podem ser processos concomitantes no tempo e coexistentes no espaço» (Alves, 1998, p. 132), é ainda uma realidade distante. Neste sentido, a presente pesquisa parte da hipótese de que, na adultez, existe a percepção da importância da aprendizagem

ao longo da vida (informal, formal e não-formal) mas não existe uma prática ou investimento efectivo na mesma (nomeadamente na aprendizagem formal e não-formal). A separação entre o domínio do trabalho e da educação é notória, vincula-se a aprendizagem aos adolescentes e aos jovens e espera-se que estes terminem a sua educação e formação para “começarem a trabalhar e tornarem-se adultos”.

### 2.3.3.1. A desvalorização dos títulos escolares

Mais escolaridade implica ter menos dificuldade em encontrar um emprego e menor probabilidade de deixar esse emprego (Nilsen et al., 2003), todavia, a percentagem de desempregados entre os diplomados do ensino superior, mesmo sendo menor que a registada entre os que têm menos escolaridade, tem vindo a aumentar (INE; 2008i) (vide quadro 10).

**Quadro 10. Taxa de desemprego (%) entre diplomados do ensino superior – Portugal, 3<sup>os</sup> trimestres de 1998 a 2008**

| Anos | %<br>Taxa de desemprego entre<br>diplomados do ensino<br>superior |
|------|-------------------------------------------------------------------|
| 1998 | 3,8%                                                              |
| 1999 | 4,4%                                                              |
| 2000 | 3,7%                                                              |
| 2001 | 4,1%                                                              |
| 2002 | 6,1%                                                              |
| 2003 | 5,9%                                                              |
| 2004 | 6,2%                                                              |
| 2005 | 8,1%                                                              |
| 2006 | 7,1%                                                              |
| 2007 | 8,3%                                                              |
| 2008 | 8,2%                                                              |

INE (2008i)



As pressões para a necessidade de uma formação base mais longa promoveram o acréscimo da procura da educação e, se por um lado aumentaram os investimentos escolares, por outro lado, aumentaram a desvalorização dos diplomas e as qualificações requeridas para os empregos disponíveis. Acontece, ainda, que nem sempre os diplomados absorvidos pelo mercado de trabalho vêm as suas habilitações ajustadas à actividade profissional exercida (Nimal et al., 2000).

O fenómeno da desvalorização dos títulos escolares deve ser analisado segundo duas perspectivas: (a) a comparação intrageracional, para os indivíduos da mesma idade e de todos os níveis de ensino e (b) a análise intergeracional, para indivíduos com recursos escolares e socioeconómicos idênticos mas de gerações diferentes.

No primeiro caso, numa comparação intrageracional entre jovens da mesma geração, quando o licenciado apenas consegue, por exemplo, trabalho como escriturário ou operador de marketing num banco (funções que poderiam ser desempenhadas por quem tem o 12º. ano), o diplomado do ensino secundário trabalha como caixeiro num supermercado (função que poderia ser desempenhada por quem tem, por exemplo, o 9º. ano), ou seja, o fenómeno da desvalorização dos títulos escolares regista-se em cascata pelos vários níveis de ensino (Baudelot & Establet, 1989; Deniger, 1996; Nimal et al., 2000).

Numa perspectiva intergeracional, actualmente, o investimento escolar parece ter deixado de garantir uma carreira ascendente e o risco de *déclassement* aumentou entre as gerações mais novas (Bourdieu, 1984; Courtois & Rougerie, 1997).

Segundo Nimal et al. (2000), cruzando a perspectiva intra e inter geracional verifica-se, ainda, que a diferença entre os salários de indivíduos com a mesma idade, os mesmos anos de experiência mas habilitações escolares diferentes têm baixado ao ritmo de uma geração<sup>61</sup> existindo, a este nível, uma desvalorização efectiva do valor do diploma.

---

<sup>61</sup> Por exemplo, enquanto que na geração de 1962-71 a diferença de salário entre um indivíduo com 25 anos, dois anos de experiência e ensino superior e um indivíduo da mesma idade, com o mesmo tempo de experiência, mas com o ensino secundário poderia situar-se num valor que corresponde actualmente a 600 euros, na geração de 1972-81 essa diferença desce, por exemplo, para os 400 euros (Nimal et al., 2000).

A desvalorização dos títulos escolares dificulta a concretização das expectativas resultantes da frequência escolar. Há cerca de vinte anos, as aspirações que levavam os jovens a permanecer mais tempo na escola tinham relativa correspondência em termos das oportunidades profissionais e sociais. Nos dias de hoje, as expectativas alimentadas pelos jovens, resultantes da socialização familiar e escolar, nem sempre têm uma correspondência unívoca com a realidade que os espera. O prolongamento escolar bem sucedido representava, para o imaginário rural e das classes desfavorecidas, a possibilidade de sair de uma “vida dura” e a melhoria de estatuto social. A desvalorização dos títulos escolares vem dificultar a concretização desse objectivo (Deniger, 1996; Esteves, 1999).

Ao terminarem o curso superior os jovens de baixos recursos querem rentabilizar rapidamente o investimento feito no percurso escolar. Perante as dificuldades do mercado de trabalho raramente têm condições materiais para optar pela criação do próprio emprego ou por actividades alternativas (como fazer estágios no estrangeiro ou prolongar os estudos para mestrado ou doutoramento)<sup>62</sup>. Na situação de desemprego de longa duração estes jovens correm elevado risco de se sentirem frustrados (até pelo facto de não poderem satisfazer os hábitos de consumo que adquiriram enquanto estudantes) (Grâce & Joshi, 1986).

Entre aqueles que têm elevados recursos económicos mas, devido à desvalorização dos títulos escolares, também não conseguem seguir a trajectória social que, numa época anterior, seria a trajectória provável da sua classe, as estratégias de *reclassement* são orientadas para a valorização do capital cultural herdado. A valorização de actividades artísticas, de novas profissões e de formas de evidência profissional e social dependentes dos predicados de “bom gosto”, da “distinção” e do *savoir-vivre* (Bourdieu, 1984). A produção de um período de interregno para valorizar o capital cultural herdado não vai contudo anular o facto destes jovens, mais tarde ou mais cedo,

---

<sup>62</sup> Com a aplicação do tratado de Bolonha, ao terminar uma licenciatura de três anos os estudantes que tenham recursos ingressam quase automaticamente no mestrado. Os que têm baixos recursos podem optar por ficar com uma licenciatura de três anos, no entanto, ficam em situação de desvantagem e expostos a uma “espécie” de selecção social do acesso a níveis superiores de qualificação escolar. De referir que, em Portugal, a propina média anual para cursos de licenciatura com mestrado integrado situa-se, em 2009, nos 950 euros. Junto com uma estimativa de 250 euros de despesas adicionais por mês, em cinco anos, a realização do 1º e 2º ciclo do ensino superior representa um investimento de 20 000 euros.

terem de enfrentar o mercado de trabalho onde a sanção da desvalorização dos títulos escolares será evidente.

A crescente dificuldade em conseguir um trabalho adequado e em condições dignas aumenta o risco de desilusão face à procura de emprego e às expectativas profissionais e sociais (Alves, 1998; Nimal et al., 2000). Quanto mais elevadas são as habilitações escolares mais forte o sentimento de que as “energias” mobilizadas não estão a ser recompensadas (Brillon & Renaut, 1986; Battagliola et al., 1995). São, porém, os indivíduos com níveis de qualificação mais elevados que mais investem em formação complementar.

Considerando os últimos dados do Instituto Nacional de Estatística sobre a participação em actividades de aprendizagem não-formal, 28,5% dos portugueses com ensino superior participaram, no ano de 2003, em acções deste género, enquanto que nos segmentos menos qualificados a participação não ultrapassou os 3,3% (INE, 2008j) (vide quadro 11). Esta circunstância pode fazer com que estes últimos tenham mais dificuldades em aceder a melhores condições de trabalho ou manter determinada situação profissional (Freire et al., 2000).

**Quadro 11. População residente com 15 ou + anos que participou em actividades de aprend. não-formal (%) por nível de escolaridade (2003)**

| Nível de escolaridade              | %<br>População que participou em<br>aprendizagem não-formal |
|------------------------------------|-------------------------------------------------------------|
| Até 1º ciclo do Ensino Básico      | 3,3%                                                        |
| 3º ciclo do ensino Básico (9º ano) | 14%                                                         |
| Secundário                         | 18,1%                                                       |
| Superior                           | 28,5%                                                       |

INE (2008j)

### 2.3.3.2. A qualificação escolar de adultos

O facto da formação beneficiar principalmente os trabalhadores mais qualificados suscita dois tipos de debate: (a) o que questiona o carácter redistributivo dos sistemas de formação e (b) o que discute a utilidade do aumento das qualificações. A controvérsia surge na medida em que aparentemente aqueles que mais precisam não estão a usufruir de um bem essencial (o aumento das qualificações) e os que usufruem desse bem não alcançam o retorno esperado em termos de empregabilidade e progressão na carreira.

Sobre o primeiro ponto, actualmente, em Portugal, a discussão desenvolve-se em torno da “Iniciativa Novas Oportunidades”<sup>63</sup> cujo objectivo é, até 2010, formar cerca de 650 mil jovens em cursos técnicos e profissionais e qualificar um milhão de activos (dos quais 350 mil através de cursos de formação e 650 mil através do reconhecimento, validação e certificação de competências).

Tanto as ofertas formativas para os adultos como o processo de reconhecimento de competências da “Iniciativa Novas Oportunidades” não dão resposta a necessidades técnicas altamente especializadas, nem se direccionam a quadros ou chefias qualificadas. A acção é direccionada ao adulto que tem, em média:

- 1) entre 40 e 45 anos e possui, usualmente, o 6º ano de escolaridade. Por dificuldades financeiras da família de origem este adulto começou a trabalhar cedo (em média aos 16 anos). É operário, trabalhador não qualificado ou técnico no sector dos serviços, comércio, indústria ou agricultura, passou por algumas situações de trabalho esporádico e teve, em média, dois empregos mais estáveis. Actualmente está no activo e recorre à “Iniciativa Novas Oportunidades” para obter a certificação do 3º ciclo do ensino básico;
- 2) o adulto com perfil idêntico ao anterior, mas que possui a escolaridade obrigatória (9º ano) e pretende obter a certificação do secundário.

---

<sup>63</sup> De referir que a autora exerce desde 2003, a função de avaliadora externa nos processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) da Iniciativa Novas Oportunidades.

A “Iniciativa Novas Oportunidades” destina-se, assim, a um público-alvo de baixas qualificações, daí que o objectivo central seja o de elevar a qualificação mínima da população para o nível do secundário. Esta iniciativa pode, deste modo, ser entendida como um instrumento para a qualificação, a implementação de justiça social e redistribuição no sistema de formação.

As políticas de investimento na qualificação da população adulta portuguesa deparam-se, no entanto, com dificuldades diversas. Primeiro, o facto da generalidade da população menos qualificada raramente participar em actividades de aprendizagem formal e não-formal, caso não seja pressionada por exigências externas ou estruturais, nomeadamente situações de crise socioeconómica.

Segundo, as metodologias mais indicadas para os processos formativos de adultos estão pouco divulgadas junto da generalidade da população e dos diversos agentes educativos. São metodologias que valorizam o conhecimento prático do formando e são, por isso, alvo de elevada desconfiança entre os que defendem pedagogias exclusivamente formais.

Terceiro, as metodologias referidas, para além dos referenciais que as regem e que permitem a equabilidade da qualificação atribuída, são moldáveis a cada indivíduo em processo<sup>64</sup> e têm de ser experienciadas, “vivas” por equipas altamente qualificadas e competentes que se “impliquem” na evolução de cada indivíduo. O carácter flexível e ajustável do método repercute-se, assim, numa elevada exigência em relação às capacidades de cada profissional – capacidades para motivar, orientar e potenciar o conhecimento e reflexividade do adulto. Este facto implica uma selecção criteriosa dos elementos das equipas, a qualificação dos mesmos ao mais alto nível e submeter os resultados dos Centros Novas Oportunidades a sistemáticos processos de auto-avaliação e de avaliação externa.

Quarto, o perigo de se subjugar os objectivos das políticas de qualificação à necessidade premente de responder a metas estatísticas, politicamente convenientes.

---

<sup>64</sup> Como é o caso do reconhecimento de competências através da construção de um Portefólio Reflexivo de Aprendizagem (PRA).

Por último, em relação ao segundo ponto – a questão de saber se é útil ou infrutuoso o aumento das qualificações. Não havendo dúvidas quanto ao facto do investimento na qualificação (público ou privado) ser algo louvável e vantajoso para a população, é contudo importante que as iniciativas promovidas se enquadrem num contexto onde: (a) as qualificações produzidas respondem às necessidades do mercado de trabalho; (b) a par do aumento das qualificações esteja a produção de competências individuais e colectivas<sup>65</sup> e (c) predomine o número de empresas e organizações qualificantes que valorizem e potenciem o efectivo aumento das qualificações (Zarifian, 1992; Silva, 2003).

Atendendo à baixa qualificação do tecido empresarial português, o reduzido número de empresas qualificantes; ao aumento da taxa de desemprego entre os mais e os menos qualificados e à desvinculação que, para além de diminuir, ainda se mantêm entre o investimento na educação e as necessidades do mercado de trabalho, a promoção da aprendizagem parece manter-se débil. A hipótese dos adultos poderem realizar parte do seu potencial através da educação e formação ao longo da vida é ainda um objectivo a atingir.

---

<sup>65</sup> Competências de relação, técnicas, metodológicas, de autogestão, de concretização; de cidadania; de pensamento crítico e científico; de auto-aprendizagem e de auto-empregabilidade.

#### 2.3.4. A adultez e o lazer

A esfera do lazer assume, nas sociedades contemporâneas ocidentais, um carácter transversal à família, à vida pessoal, às actividades sociais e ao trabalho. Existe uma maior presença da componente hedónica nas diversas dimensões da vida.

Embora a construção social do lazer advenha da fragmentação do quotidiano em tempo livre e tempo ocupado pelo trabalho, esta não se explica apenas em função do trabalho. O lazer tornou-se um bem que se deseja fluido nas vivências do dia a dia. Democratizado, o usufruto do lazer não é um privilégio só de alguns ou o resultado de um percurso de sucesso, é almejado por todos independentemente da condição socioeconómica.

Actualmente, o lazer apresenta uma dupla utilidade: (a) na sua função integradora, ameniza a banalização da vida quotidiana e (b) na sua função de ruptura, promove a evasão e contraria a rotina. Em qualquer destas funções as actividades de lazer promovem a expressividade do indivíduo (Elias & Dunning, 1985; Pais, 1994):

“As actividades de lazer são uma categoria de actividades em que a restrição rotineira de emoções pode, até certo ponto, ser publicamente reduzida e com aprovação social, mais do que qualquer outra (...) uma esfera de vida que oferece mais oportunidades às pessoas de experimentarem uma agradável estimulação das emoções, uma divertida excitação que pode ser experimentada em público, partilhada com os outros e desfrutada com aprovação social e boa consciência” (Elias & Dunning, 1985, pág. 150).

O lazer enquanto conjunto de ocupações a que os indivíduos se dedicam com agrado, depois de cumpridas as obrigações profissionais, familiares e sociais, engloba várias actividades: (a) as actividades desportivas; (b) as actividades “caseiras” (por exemplo, ver televisão, ouvir discos, promover a auto-aprendizagem, estar na Internet, fazer bricolage); (c) as actividades artísticas (por exemplo, ir ao teatro, assistir a concertos de música, ir a museus); (d) as actividades de associativismo e solidariedade social; (e) as actividades de sociabilidade (contactos sociais, viajar, ir a festas, sair com amigos,

receber amigos em casa) ou (f) simplesmente descansar (Dumazadier, 1974; Pronovost, 1996).

Entre estas actividades, a sociabilidade assume-se como um elemento básico do lazer. Estar na companhia de outros sem qualquer obrigação (para além das que se têm voluntariamente) provoca um sentimento agradável que é muito valorizado (Elias & Dunning, 1985). As actividades de sociabilidade, para além de promoverem a conexão com os outros indivíduos, potenciam o reconhecimento social. Segundo diversos estudos, enquanto as actividades “caseiras” e de sociabilidade (como ver televisão e sair com amigos) são frequentes para a generalidade das pessoas, as actividades de expressão artística e desportiva são mais usuais entre os que possuem recursos económicos mais elevados (Samuel, 1994; Schmidt, 1994).

Segundo Gomes (2001)<sup>66</sup>, ao longo do ano, as várias formas de conviviabilidade são determinantes nas actividades de lazer dos portugueses. Este autor destaca a adesão de mais de 90% da população à modalidade ligada ao espaço domiciliário (visitar e ser visitado) e de 73% às saídas comensais (realizar refeições fora de casa com familiares e amigos). As actividades de “lazer expressivo” (as práticas amadoras desportivas e artísticas), as saídas informativas (a museus, exposições e bibliotecas) e a ida a espectáculos ao vivo (concertos de música popular, contemporânea, clássica e erudita, teatro e dança) já não são generalizáveis à população, dependem dos níveis de escolaridade e dos rendimentos dos indivíduos, aumentando as práticas conforme aumentam estes recursos (Gomes, 2001; Neves 2001).

Nos estudos de Gomes (2001) e Neves (2001), o aumento da idade implica um abrandamento das actividades de lazer e das idas a espectáculos ao vivo, mas isso acontece menos nos casos de sociabilidade inter domiciliar. Entre os 35 e 54 anos dá-se, ainda, o aumento da percentagem de indivíduos que assistem a espectáculos de dança ou concertos de música clássica/erudita (vide quadro 12).

---

<sup>66</sup> Análise aos dados do Inquérito à Ocupação dos Tempos Livres (INE, 1999).



**Quadro 12. Idas a espectáculos ao vivo, segundo idade (%) – 1999.**

| Anos           | Concertos de música popular/contemporânea | Teatro | Dança | Concertos de música clássica/erudita |
|----------------|-------------------------------------------|--------|-------|--------------------------------------|
| 15-24 anos     | 35,6%                                     | 34,0%  | 31,5% | 30,7%                                |
| 25-34 anos     | 23,5%                                     | 24,0%  | 18,6% | 21,0%                                |
| 35-54 anos     | 28,8%                                     | 29,0%  | 32,1% | 31,3%                                |
| 55 e mais anos | 12,1%                                     | 15,7%  | 17,8% | 17,0%                                |

Neves (2001) – Folha OBS nº3.

Na presente pesquisa, parte-se da hipótese de que, na adultez, o lazer é valorizado como recompensa pela capacidade de manter (com relativa satisfação) a estabilidade no trabalho e na família. O lazer não se traduz nas representações de boémia, aventura ou risco<sup>67</sup> normalmente associadas ao lazer dos mais jovens (Freire et al., 2000; Miranda, 2003).

O tempo livre (ou o “estar sem fazer nada”) resultante de situações de trabalho intermitente ou temporário<sup>68</sup> não apraz aos adultos (jovens adultos, adultos jovens e adultos de meia-idade). Perante situações de instabilidade, o lazer será apenas o escape a dificuldades que se esperam provisórias. Para os adultos a liberdade e o usufruto de tempos de lazer implica estabilidade profissional e independência financeira. Certas actividades implicam mesmo o consumo de bens e serviços de elevados custos. Como refere Freire et al., (2000) a fruição do «tempo do “prazer” tem de ser fortemente alicerçada no desempenho de uma vida profissional relativamente intensa» (p.275).

<sup>67</sup> Não que os adultos não apreciem praticar, por exemplo, actividades desportivas ditas radicais. O que está aqui em causa é a representação generalizada do lazer e não o tipo de práticas.

<sup>68</sup> Que na perspectiva de Pais (1992) não desagrada a certos jovens.

### **Síntese das questões levantadas pela reflexão teórica**

A presente pesquisa parte da hipótese de que, na sociedade portuguesa, “ser adulto” depende de variáveis socioeconómicas e demográficas e divide-se entre práticas e representações mais tradicionais (o adulto padrão), mais alternativas (o adulto inacabado) ou híbridas (o adulto híbrido, a coexistência de características e práticas do adulto padrão e do adulto inacabado).

A grande questão que se coloca nesta fase da investigação é a de saber se a diversidade de modelos de adultez é corroborada e se, em Portugal, predomina algum desses modelos, nomeadamente aquele que à partida está vinculado à classe média – o modelo da adultez híbrida.

Segundo as reflexões enunciadas sobre o eixo privado da adultez supõe-se que, nesta fase da vida, a importância da coesão familiar e dos suportes afectivos e materiais que a família proporciona são muito valorizados, recusam-se, no entanto, redes excessivas de dependência. Em relação à parentalidade parte-se do princípio que ter menos filhos e tê-los mais tarde perspectivam um novo entendimento sobre a adultez. Concluiu-se que o “momento de ter filhos” e a “quantidade de filhos a ter” deixam de estar sob a prescrição social de etapas rígidas e a prioridade recai sobre as decisões individuais (capítulo 1, ponto 1.3.1.2.), mas será que a definição do estatuto de adulto está menos dependente do início da parentalidade?

Na conjugalidade, o casamento deixa de corresponder à aquisição de um estatuto definitivo no eixo privado da adultez? Com o declínio do casamento enquanto instituição e o aumento do divórcio, a adultez é caracterizada pela diversidade de modelos conjugais?

Concluiu-se que o trabalho dá sentido a várias dimensões da vida. Ter um trabalho significa, em sentido amplo, ter identidade social e pessoal, contudo, valoriza-se fundamentalmente a vertente instrumental do trabalho, o salário, a estabilidade e a segurança (capítulo 1, ponto 2.4.2.). É também deste modo que o trabalho é valorizado na definição do estatuto de adulto?

Sobre a educação de adultos, a percepção da importância da aprendizagem ao longo da vida (informal, formal e não-formal) é uma realidade (capítulo 1, ponto 2.4.3.), mas existe, na adultez, uma prática efectiva dessa aprendizagem (nomeadamente da formal e não-formal)?

O usufruto de tempos de lazer é valorizado de forma hegemónica, mas que significado tem o lazer na adultez? Terá o mesmo significado que nas outras idades? Trata-se de uma recompensa pela capacidade de manter a estabilidade no trabalho?

É a partir da análise das representações, das práticas e dos percursos biográficos que caracterizam a adultez que se pretende responder às questões enunciadas. Depois de exposta a contextualização teórica que permitiu elaborar a tese que defende a pertinência e a construção de uma Sociologia da Adultez, expõem-se de seguida a metodologia e a técnica utilizadas na recolha dos dados. Um trabalho que avança sobre o estudo social da adultez, isto na medida em que atribui a esta fase da vida o estatuto de categoria social e reconhece o seu interesse como objecto de análise.

### Capítulo 3. Método e técnica de investigação

No trabalho empírico da presente pesquisa adoptaram-se os procedimentos do método quantitativo realizando-se um inquérito por questionário com entrevistas pessoais. A recolha efectuou-se em 2006 e inquiriram-se 1571 indivíduos com idades entre os 25 e 54 anos a residir em Portugal Continental. Considerou-se, na caracterização do território, as regiões do Norte, Centro e Sul do país e a dicotomia urbano/rural (Litoral/Interior). Os inquiridos foram seleccionados através de uma amostragem por quotas controlando-se a idade, a escolaridade, a residência e o sexo.

Para além de se trabalhar um intervalo de idades específico, assume-se que os limites das diferentes fases da vida não são determinados nem pela natureza biológica nem pela idade cronológica, estes limites estão dependentes das escolhas e estratégias individuais, das condições sociais e da estrutura socioeconómica em que os indivíduos estão integrados. Conforme a hipótese desenvolvida no ponto 1.3.1.1. do capítulo 1 e por motivos de ordem prática identificam-se, no entanto, as diferentes fases da vida adulta com os seguintes grupos etários: dos 25 aos 34 anos “jovem adulto”; dos 35 aos 44 anos “adulto jovem”; dos 45 aos 54 anos “adulto de meia-idade” e dos 55 aos 64 anos “adulto maior”. Neste caso, o questionário foi administrado às subclasses da vida adulta – “jovem adulto”, “adulto jovem” e “adulto de meia-idade” (dos 25 aos 54 anos).

### **3.1. Instrumento de recolha de informação**

O questionário utilizado estrutura-se em cinco partes diferentes: (1) caracterização sociodemográfica do indivíduo; (2) as representações sociais sobre o que é “ser adulto”; (3) as práticas em relação ao lazer, educação e sexualidade na vida adulta; (4) a “matriz biográfica” e (5) as condições sociais de origem (vide anexo 1).

#### **3.1.1. Questionário das práticas e representações sociais**

O questionário inicia com a caracterização sociodemográfica do indivíduo através de perguntas acerca do sexo, da actual residência, da idade e da escolaridade. Estes dados permitem controlar e descrever as principais características da amostra e confirmar, num primeiro momento, o enquadramento do inquirido nas quotas predefinidas.

Na segunda parte do questionário sucedem-se três perguntas que visam apreender as representações sociais acerca do que é “ser adulto”. Em primeiro lugar, para a definição do estatuto de adulto, os inquiridos classificaram de “nada importante” a “muito importante” uma lista de itens propostos (e outros que quisessem propor). A seguir, avaliando a forma como se sentiam e o seu estilo de vida, os indivíduos situaram-se numa determinada fase da vida (entre as subfases da juventude, da adultez e da velhice). A terceira pergunta levou os inquiridos a qualificarem os adultos que conhecem associando-lhes determinadas palavras (comportamentos e sentimentos).

As respostas destas três perguntas permitiram apreender as representações dos indivíduos acerca do que consideram importante para se “ser adulto” e da “fase da vida”

em que se encontram. Permitiram, também, identificar as características que estes associam à adulez, nomeadamente aos “outros adultos”.

Em relação às práticas, na terceira parte do questionário, os inquiridos referiram a média com que, por semana, realizam actividades desportivas, actividades sexuais e saídas em lazer. Mencionaram, ainda e segundo uma média anual, a frequência com que participam em cursos de formação profissional.

A recolha de informação sobre os percursos profissionais e familiares resultou do preenchimento da “matriz biográfica” apresentada na quarta parte do questionário.

A quinta e última parte do questionário remete para a condição social de origem do indivíduo, interroga-se sobre a habilitação escolar, a profissão e o ramo de actividade da família de origem.

### **3.1.2. A matriz biográfica**

A matriz apresentada na quarta parte do questionário denomina-se *matriz biográfica* (vide anexo 1). É a partir de 1980 que, na Demografia, se diversifica a aplicação deste instrumento ganhando, nos anos 90, uma dimensão mais vasta no âmbito das diferentes ciências sociais. A particularidade da matriz biográfica reside no seu carácter multidimensional que permite analisar diversas interacções entre os diferentes domínios da vida do indivíduo contando sempre com a presença da dimensão tempo. Através da matriz biográfica identificam-se diferentes temporalidades da vida que podem, ou não, estar relacionadas entre si – o tempo pessoal, familiar, social e histórico. Permite, ainda, apreender os processos de mobilidade espacial e profissional e a evolução da estrutura familiar (Lelièvre, 1996,1998; Lelièvre & Vivier, 2001; Tichit & Lelièvre, 2006).

A matriz é organizada em linhas e colunas e permite uma leitura longitudinal e transversal dos dados que dizem respeito ao percurso de vida dos adultos (desde o ano em que nasceram até ao ano em que é preenchido o questionário). A cada linha da

matriz corresponde um ano de vida e a cada coluna uma dimensão diferente – residência, conjugalidade, escolaridade e profissão. As experiências de vida, que duraram pelo menos um ano de forma contínua, são relatadas, retrospectivamente, pelo respondente. Este, para além de referir os momentos de entrada e saída de cada um desses acontecimentos, também data e interrelaciona os dados de cada uma das colunas num calendário único.

O preenchimento da matriz acciona mecanismos de conexão e associação entre os acontecimentos biográficos que facilitam o processo de rememoração e o inquirido pode, a qualquer momento da administração do questionário, inserir uma etapa esquecida enriquecendo a informação. No final, a matriz apresenta-se como um “desenho A3” dos percursos de vida do indivíduo, um “esquema” do tempo e espaço percorridos (vide figura 7 e anexo 1).

A matriz biográfica também permite a análise micro de um número reduzido de percursos individuais. Entre os vários “esquemas” de trajetórias é possível seleccionar aqueles que ilustram graficamente tipologias de continuidade, ruptura ou complexidade, percursos unívocos ou reversíveis, analisando-se, nesse caso, cada percurso *per si*.

No que diz respeito à dimensão tempo, a análise dos dados da matriz varia segundo três opções complementares – (a) o estudo por gerações; (b) por idades ou (c) por períodos históricos e socioeconómicos. As análises por gerações e por idades permitem apreender a distribuição dos dados por diferentes períodos geracionais e diferentes categorias etárias, neste caso as três gerações abrangidas pelo questionário – pessoas nascidas entre 1952-1961 (idades entre os 45 e os 54 anos), entre 1962-1971 (idades entre os 35 e os 44 anos) e entre 1972-1981 (idades entre os 25 e os 34 anos)<sup>69</sup>. Ao ser analisada em função da data de ocorrência, a evolução das experiências de vida traduz, também, determinados acontecimentos históricos e socioeconómicos do país<sup>70</sup>.

<sup>69</sup> Idades à data da recolha da informação, em 2006.

<sup>70</sup> Em termos quantitativos, as três categorias da variável geração recobrem as três categorias da variável idade, os inquiridos que pertencem a cada uma das gerações são os mesmos que pertencem aos respectivos intervalos de idades. Neste caso, o efeito geração é particularmente apreensível através da leitura longitudinal dos dados da matriz. De referir, contudo, que quando se fala de geração, idade e período, mesmo que de modo indirecto, tem-se presente a perspectiva sociológica definida no ponto 1.2 do capítulo 1. Assume-se, ainda, que os efeitos destes elementos, para além de serem específicos, influenciam-se entre si.

A matriz permite, ainda, detectar “períodos transitórios”, “etapas charneiras” entre acontecimentos. Estas etapas (que têm a ver com reorientações profissionais, novas evoluções da estrutura familiar, constrangimentos sociais e económicos ou simplesmente “momentos de paragem”) tornam coerente e compreensível o desenvolvimento de certas trajetórias (Lelièvre, 1996,1998; Lelièvre & Vivier, 2001; Tichit & Lelièvre, 2006).



| 3.1) Ano nasc. | 3.2) Residência          | 3.3) Com quem reside?    | 3.4) Condição de residência | 3.5) Educação            | 3.6) Actividade económica |
|----------------|--------------------------|--------------------------|-----------------------------|--------------------------|---------------------------|
| Idade          | Idade início / Idade fim | Idade início / Idade fim | Idade início / Idade fim    | Idade início / Idade fim | Idade início / Idade fim  |
| 1620           | IOANHA - A - NOVA 5050   | FAMÍLIA DE ORIGEM        | 20                          |                          |                           |
| 1              |                          |                          | 0 0                         |                          |                           |
| 2              |                          |                          | 1 1                         |                          |                           |
| 3              |                          |                          | 2 2                         |                          |                           |
| 4              |                          |                          | 3 3                         |                          |                           |
| 5              |                          |                          | 4 4                         |                          |                           |
| 6              |                          |                          | 5 5                         |                          |                           |
| 7              |                          |                          | 6 6                         |                          |                           |
| 8              |                          |                          | 7 7                         |                          |                           |
| 9              |                          |                          | 8 8                         |                          |                           |
| 10             |                          |                          | 9 9                         |                          |                           |
| 11             |                          |                          | 10 10                       |                          |                           |
| 12             |                          |                          | 11 11                       |                          |                           |
| 13             |                          |                          | 12 12                       |                          |                           |
| 14             |                          |                          | 13 13                       |                          |                           |
| 15             |                          |                          | 14 14                       |                          |                           |
| 16             |                          |                          | 15 15                       |                          |                           |
| 17             |                          |                          | 16 16                       |                          |                           |
| 18             | CASTELO BRANCO 5520      | Só                       | 19                          | SECUNDARIO 2             | EMPREGADO - PESA          |
| 19             |                          |                          | 18 18                       |                          |                           |
| 20             |                          |                          | 19 19                       |                          |                           |
| 21             |                          |                          | 20 20                       |                          |                           |
| 22             |                          |                          | 21 21                       |                          |                           |
| 23             |                          |                          | 22 22                       |                          |                           |
| 24             |                          |                          | 23 23                       |                          |                           |
| 25             |                          |                          | 24 24                       |                          |                           |
| 26             |                          |                          | 25 25                       |                          |                           |
| 27             |                          |                          | 26 26                       |                          |                           |
| 28             |                          |                          | 27 27                       |                          |                           |
| 29             |                          |                          | 28 28                       |                          |                           |
| 30             |                          |                          | 29 29                       |                          |                           |
| 31             | IOANHA - A - NOVA 5050   | Cônjuge                  | 30                          |                          | ESCRITURARIOS - SERVIÇOS  |
| 32             |                          |                          | 30 30                       |                          |                           |
| 33             |                          |                          | 31 31                       |                          |                           |
| 34             |                          |                          | 32 32                       |                          |                           |
| 35             |                          |                          | 33 33                       |                          |                           |
| 36             |                          |                          | 34 34                       |                          |                           |
| 37             |                          |                          | 35 35                       |                          |                           |
| 38             |                          |                          | 36 36                       |                          |                           |
| 39             |                          |                          | 37 37                       |                          |                           |
| 40             |                          |                          | 38 38                       |                          |                           |
| 41             |                          |                          | 39 39                       |                          |                           |
| 42             |                          |                          | 40 40                       |                          |                           |
| 43             |                          |                          | 41 41                       |                          |                           |
| 44             |                          |                          | 42 42                       |                          |                           |
| 45             |                          |                          | 43 43                       |                          |                           |
| 46             |                          |                          | 44 44                       |                          |                           |
| 47             |                          |                          | 45 45                       |                          |                           |
| 48             |                          |                          | 46 46                       |                          |                           |
| 49             |                          |                          | 47 47                       |                          |                           |
| 50             |                          |                          | 48 48                       |                          |                           |
| 51             |                          |                          | 49 49                       |                          |                           |
| 52             |                          |                          | 50 50                       |                          |                           |
| 53             |                          |                          | 51 51                       |                          |                           |
| 54             |                          |                          | 52 52                       |                          |                           |

Figura 7. Matriz biográfica – exemplo de preenchimento

## **3.2. Selecção da amostra**

### **3.2.1. População alvo**

A população alvo é constituída por indivíduos com idade entre os 25 e os 54 anos residentes em Portugal Continental. A dimensão desta população é de 4.203.245 indivíduos (INE, 2001a).

### **3.2.2. Técnica amostral**

Os inquiridos foram seleccionados segundo um processo de amostragem por quotas. A opção por um procedimento não aleatório deve-se por um lado ao facto de não existir uma base de sondagem adequada à população em estudo e por outro às restrições de tempo e custo inerentes à investigação (Vicente et al., 1996; Vicente, 2004).

#### **3.2.2.1. O desenho da amostra – variáveis de controlo**

O desenho da amostra define o controlo geográfico da amostragem e as características dos indivíduos controladas na selecção da amostra (variáveis de controlo) (Vicente et al., 1996; Vicente, 2004).

As variáveis de controlo seleccionadas foram: local de residência (Litoral Norte e Litoral Centro Norte; Litoral Centro Sul; Litoral Sul; Interior Norte; Interior Centro e Interior Sul); sexo (sexo feminino e masculino); idade (categorias: 25-34 anos, 35-44 anos e 45-54 anos) e escolaridade (até ao 3º. ciclo do ensino básico; ensino secundário; ensino médio e superior). Foram escolhidas estas variáveis porque permitem identificar a

variedade de modelos de adultez que, homogéneos *per si* e heterogéneos entre si, estarão, à partida, dependentes do sexo, dos grupos etários e dos recursos dos inquiridos, nomeadamente dos recursos escolares.

### 3.2.2.2. O desenho da amostra – controlo geográfico da amostragem

Para controlar a variável “local de residência” e atendendo às regiões do Norte, Centro e Sul do país e à dicotomia urbano/rural (Litoral/Interior), optou-se por definir a seguinte estratificação regional (vide figura 8):



- |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p><b>1 Litoral Norte e Litoral Centro Norte</b> – Minho+Douro Litoral (incluindo Grande Porto) + Beira Litoral<br/><b>2 Litoral Centro Sul</b> -Grande Lisboa+Península de Setúbal+Oeste+ Médio Tejo+Lezíria<br/><b>3 Litoral Sul</b> – Alentejo Litoral+Algarve<br/><b>4 Interior Norte</b> -Alto Trás-os-Montes+Douro<br/><b>5 Interior Centro</b> – Beira Alta +Beira Baixa<br/><b>6 Interior Sul</b> -Alto Alentejo+Alentejo Central+Baixo Alentejo</p> |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

**Figura 8. Estratos segundo a região/local de residência**

### 3.2.2.3. A dimensão da amostra e afectação pelas quotas

Distribuindo o total da população com idades entre 25 e 54 anos (4.203.245 indivíduos) pelos respectivos estratos regionais encontra-se a seguinte distribuição percentual (vide quadro 13):

**Quadro 13. População com idades entre os 25 e os 54 anos por regiões (%)**

| Regiões                              | N              | %           |
|--------------------------------------|----------------|-------------|
| Litoral Norte e Litoral Centro Norte | 1911901        | 45%         |
| Litoral Centro Sul                   | 1501334        | 36%         |
| Litoral Sul                          | 206475         | 5%          |
| Interior Norte                       | 167860         | 4%          |
| Interior Centro                      | 250699         | 6%          |
| Interior Sul                         | 164976         | 4%          |
| <b>Total País</b>                    | <b>4203245</b> | <b>100%</b> |

Fonte: INE, Censos 2001

Com base na dimensão de amostras utilizadas com sucesso em estudos sociais idênticos; considerando o número de categorias subjacentes às diferentes variáveis de controlo e atendendo à necessidade de garantir o controlo de parâmetros do erro não amostral (nomeadamente o trabalho dos entrevistadores) chegou-se ao valor de 1500 indivíduos a inquirir.

Através de uma afectação proporcional pelas regiões os indivíduos ficariam assim distribuídos (vide quadro 14):

**Quadro 14. Distribuição proporcional da amostra por regiões**

| Regiões                              | N <sub>h</sub> | %           | n <sub>h</sub> | %           |
|--------------------------------------|----------------|-------------|----------------|-------------|
| Litoral Norte e Litoral Centro Norte | 1911901        | 45%         | 680            | 45%         |
| Litoral Centro Sul                   | 1501334        | 36%         | 535            | 36%         |
| Litoral Sul                          | 206475         | 5%          | 75             | 5%          |
| Interior Norte                       | 167860         | 4%          | 60             | 4%          |
| Interior Centro                      | 250699         | 6%          | 90             | 6%          |
| Interior Sul                         | 164976         | 4%          | 60             | 4%          |
| <b>Total País</b>                    | <b>4203245</b> | <b>100%</b> | <b>1500</b>    | <b>100%</b> |

Os valores desta afectação proporcional da amostra antecipam a dificuldade em encontrar validade estatística nas zonas rurais do Interior do país, situação que se agrava com a redistribuição da amostra pelas diversas categorias das variáveis de controlo. Perante este facto e para garantir uma amostra de dimensão adequada às análises estatísticas optou-se por uma afectação não proporcional pelas diversas regiões – aumentou-se o número de questionários a aplicar nas regiões menos povoadas (Interior e Litoral Sul) e diminuiu-se o número de questionários nas regiões urbanas mais povoadas (Litoral Norte e Litoral Centro Sul)<sup>71</sup>.

Atendendo à tese e valores propostos por Sudman (1983), definiu-se que a afectação não proporcional se devia situar no intervalo de 150 a 200, para o número de indivíduos a inquirir nas regiões menos povoadas, e no intervalo de 350 a 400, para o número de indivíduos a inquirir nas regiões Litoral Norte e Litoral Centro Sul. Desenhou-se então a seguinte distribuição amostral (vide quadro 15):

<sup>71</sup> Isto porque se considera fundamental o estudo da adultez também num cenário de ruralidade, envelhecimento e desertificação da população e porque os estratos regionais Interior Norte, Interior Centro e Interior Sul representam 49.676.4 Km<sup>2</sup> do país – mais de metade (56%) do total da área de Portugal (88.796.7 Km<sup>2</sup>).

Quadro 15. Distribuição amostral prevista

| Regiões                              | n <sub>h</sub> | %    |
|--------------------------------------|----------------|------|
| Litoral Norte e Litoral Centro Norte | 400            | 27%  |
| Litoral Centro Sul                   | 400            | 27%  |
| Litoral Sul                          | 200            | 13%  |
| Interior Norte                       | 150            | 10%  |
| Interior Centro                      | 200            | 10%  |
| Interior Sul                         | 150            | 13%  |
| Total País                           | 1500           | 100% |

#### 3.2.2.4. Selecção das áreas de amostragem

A selecção das áreas de amostragem em cada região (áreas onde aplicar os questionários) passou numa primeira etapa por uma escolha de concelhos. Num segundo momento escolheram-se os locais, dentro de cada concelho, onde encontrar os inquiridos. De seguida descreve-se como se operacionalizaram estas duas fases do processo.

A selecção dos concelhos realizou-se segundo as directrizes subjacentes aos objectivos da investigação. Assim, nas regiões do Litoral Norte, Litoral Centro Norte e Litoral Centro Sul a selecção dos concelhos respeitou os seguintes critérios:

1. os concelhos tinham de pertencer a áreas predominantemente urbanas (APU)<sup>72</sup>; serem concelhos do Litoral (com costa marítima); fazerem fronteira com uma das

<sup>72</sup> Classificação segundo a tipologia de áreas urbanas do Instituto Nacional de Estatística e Direcção Geral do Território e Desenvolvimento Urbano – Áreas Predominantemente Urbanas (APU) – freguesias urbanas (densidade populacional superior a 500hab/km<sup>2</sup> ou que integrem um lugar com população residente superior ou igual a 5000 habitantes) e freguesias semi-urbanas (densidade populacional superior a 100hab/km<sup>2</sup> e inferior ou igual a 500hab/km<sup>2</sup>, ou que integrem um lugar com população residente superior ou igual a 2000 habitantes) contíguas às freguesias urbanas (INE & DGTDU, 1998)

- capitais das duas maiores áreas metropolitanas do país – Lisboa ou Porto; possuem áreas reduzidas<sup>73</sup> e elevada densidade populacional<sup>74</sup>;
2. terem predominantemente população adulta (considerando as proporções da distribuição da população por grupos etários) e registarem baixo índice de envelhecimento<sup>75</sup>;
  3. possuem elevado indicador *per Capita* do poder de compra<sup>76</sup>; em relação aos valores médios do país, apresentarem maior percentagem de população com escolaridade média ou superior<sup>77</sup> e possuem um número significativo de activos em profissões intelectuais e científicas e um número pouco significativo nas profissões agrícolas<sup>78</sup>.

De acordo com estes critérios seleccionou-se para o Litoral Norte e Litoral Centro Norte o concelho de Matosinhos. Para o Litoral Centro Sul, os concelhos de Oeiras e de Cascais (a decisão sobre a escolha destes dois concelhos vizinhos resulta da elevada mobilidade geográfica que se regista, diariamente, entre a população de um e outro concelho. Ambos os concelhos apresentam, ainda, indicadores socioeconómicos, níveis de escolaridade e de urbanidade muito idênticos)<sup>79</sup> (vide quadro 16).

---

<sup>73</sup> Classificação segundo a escala definida para a superfície (km<sup>2</sup>) por município (INE, 2006b) – muito reduzida [0-7,9]; reduzida [7,9-158,2]; média [158,2-304,2]; média alta [304,2-531,6]; elevada [531,6-958,4]; muito elevada [958,4-1720,6].

<sup>74</sup> Classificação segundo a escala definida para a densidade populacional (habitantes por quilómetro quadrado – n°/km<sup>2</sup>) por município (INE, 2006c) – muito reduzida [0-5,7]; reduzida [5,7-246,7]; média [246,7-807]; média alta [807-1902,6]; elevada [1902,6-3731,3]; muito elevada [3731,3-7338,1].

<sup>75</sup> Número de idosos com mais de 65 anos por cada 100 jovens com menos de 15 anos (INE, 2001a).

<sup>76</sup> Em comparação com o poder de compra médio do país a que foi atribuído o valor 100 (INE, 2004).

<sup>77</sup> Em 2001, 8,6% da população residente em Portugal Continental tinha o ensino superior (INE, 2001a).

<sup>78</sup> Em 2001, 5% da população residente em Portugal trabalhava no sector da agricultura e cerca de 4% trabalhava em profissões intelectuais e científicas (INE, 2001a).

<sup>79</sup> Optou-se por não escolher Lisboa e Porto devido, por um lado, ao elevado fluxo de indivíduos que, não sendo residentes, se dirigem a esses concelhos para trabalhar, estudar e por outros motivos. Por outro lado, porque nestes concelhos verificam-se realidades sociais específicas das grandes metrópoles, mais fluidas e de diferenças sociais acentuadas.

Quadro 16. Critérios de selecção dos concelhos – Matosinhos e Oeiras/Cascais

| Critérios de Selecção                                                                                                     | Matosinhos                                                                                | Oeiras e Cascais                                                                                                |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Litoral (com costa marítima)                                                                                              | Possui costa marítima                                                                     | Possui costa marítima                                                                                           |
| Área Predominantemente Urbana (APU)                                                                                       | 100%                                                                                      | 100% em ambos                                                                                                   |
| Localizados nas áreas metropolitanas do país                                                                              | Porto                                                                                     | Lisboa                                                                                                          |
| Fronteira com Lisboa ou Porto                                                                                             | Porto                                                                                     | Lisboa                                                                                                          |
| Áreas reduzidas/ elevada densidade populacional                                                                           | 62,2 km <sup>2</sup> e 2706,5 hab/km <sup>2</sup>                                         | 45,7 km <sup>2</sup> e 3683,3 hab/km <sup>2</sup> ; 97,4 km <sup>2</sup> e 1863,2 hab/ km <sup>2</sup>          |
| Predominância da população adulta                                                                                         | 57%                                                                                       | 57% em ambos                                                                                                    |
| Baixo índice de envelhecimento                                                                                            | 79                                                                                        | 107 e 99,3                                                                                                      |
| Elevado indicador <i>per Capita</i> do poder de compra                                                                    | 125,8                                                                                     | 180,9 e 162,3                                                                                                   |
| Escolaridade média ou elevada – população com idade entre os 25 e os 54 anos                                              | Até ao 3º. ciclo do ensino básico (58,8%), ensino secundário (21,7%) e o superior (19,5%) | Até ao 3º. ciclo do ensino básico (34,1% e 39,9%), ensino secundário (25,9% e 27,2%) e o superior (40% e 32,9%) |
| População activa – Prof. intelectuais e científicas versus Prof. agrícolas (população com idade entre os 25 e os 54 anos) | Prof. intelectuais e científicas – 9,5%, agrícolas – 0,8%                                 | Prof. intelectuais e científicas – 18,5% e 14,5%; agrícolas – 0,37% e 0,7%                                      |

Fonte: INE (2001a, 2004) e INE/DGOTDU (1998)

Apesar da diferente localização geográfica e respectivas diferenciações culturais, Matosinhos, Oeiras e Cascais são concelhos com 100% da sua área classificada como Predominantemente Urbana (APU), fazem fronteira com as duas maiores cidades do país – Porto e Lisboa, respectivamente –, todos estão localizados no Litoral e nas duas maiores áreas metropolitanas do país.



Os três concelhos têm áreas reduzidas e elevados valores de densidade populacional: Oeiras 45,7 km<sup>2</sup> e 3683,3 hab/km<sup>2</sup>; Cascais 97,4 km<sup>2</sup> e 1863,2 hab/km<sup>2</sup> e Matosinhos 62,2 km<sup>2</sup> e 2.706,5 hab/km<sup>2</sup> (INE, 2004).

Considerando as proporções da distribuição da população por grupos etários destaca-se, nos três concelhos, a predominância da população adulta: população com idades entre os 25 e os 65 anos – Matosinhos, Oeiras e Cascais 57%; população com idades entre os 0 e os 24 anos – Matosinhos 30%, Oeiras e Cascais 28%; população idosa com mais de 65 anos – Matosinhos 12%, Oeiras e Cascais 15%. Os três concelhos registam baixos índices de envelhecimento – 79, 107 e 99,3 respectivamente.

Matosinhos, Oeiras e Cascais apresentam um elevado indicador *per Capita* do poder de compra (IpC). Oeiras é o segundo concelho da Grande Lisboa com o mais elevado IpC (180,9) (apenas superado pelo concelho de Lisboa), seguindo-se Cascais com 162,29. Do mesmo modo, no Grande Porto, Matosinhos é o segundo concelho com o mais elevado IpC (125,86) apenas superado pelo Porto (INE, 2004).

Em relação à escolaridade da população com idades entre os 25 e os 54 anos, em Oeiras e Cascais, 40% e 32,9% da população possui, respectivamente, o ensino superior, seguindo-se a escolaridade até ao 3º. ciclo do ensino básico (34,1% e 39,9%) e o ensino secundário (25,9% e 27,2%). Em Matosinhos 58,8% da população possui até o 3º. ciclo do ensino básico, seguindo-se o ensino secundário (21,7%) e o superior (19,5%).

Nos três concelhos os grupos socioeconómicos referentes ao comércio, serviços e indústria são os mais representativos da população activa com idades entre os 25 e os 54 anos. Ao considerar a média do país, estes concelhos encontram-se entre os que apresentam valores mais elevados de emprego intelectual e científico: Oeiras 18,5%, Cascais 14,5% e Matosinhos, em menor proporção, 9,5%. Por sua vez, os valores referentes à população activa nos grupos profissionais do sector agrícola são pouco representativos nestes concelhos – 0,8% para Matosinhos, 0,4% e 0,7% para Oeiras e Cascais.

Para as divisões regionais Interior Centro e Interior Sul a selecção dos concelhos respeitou os seguintes critérios:

1. pertencer a áreas predominantemente rurais (APR)<sup>80</sup>; serem concelhos do Interior; estarem localizados em zonas relativamente distantes dos principais centros urbanos do país; possuírem áreas elevadas e reduzida densidade populacional;
2. terem predominantemente população adulta (considerando as proporções da distribuição da população por grupos etários) e registarem elevado índice de envelhecimento;
3. possuírem reduzido indicador *per Capita* do poder de compra; em relação à média do país, terem maior percentagem de população com escolaridade até ao 3º. ciclo do ensino básico e possuírem um número significativo da população activa nas profissões do sector agrícola e reduzido nos grupos das profissões intelectuais e científicas.

De acordo com estes critérios seleccionou-se para o Interior Centro o concelho de Idanha-a-Nova e para o Interior Sul o concelho de Mértola (vide quadro 17).

---

<sup>80</sup> Classificação segundo a tipologia de áreas urbanas do INE e DGTDU – Áreas Predominantemente Rurais (APR) – freguesias não incluídas na definição de urbanas e semi-urbanas, ou seja, com densidade populacional inferior ou igual a 100hab/km<sup>2</sup> ou que integrem um lugar com população residente inferior ou igual a 2000 habitantes (INE & DGTDU, 1998).

Quadro 17. Critérios de selecção dos concelhos – Idanha-a-Nova e Mértola

| Critérios de Selecção                                                                                                                    | Idanha-a-Nova                                                 | Mértola                                                 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|
| <b>Interior</b>                                                                                                                          | Situa-se no Interior do País                                  | Situa-se no Interior do País                            |
| <b>Área Predominantemente Rural (APR)</b>                                                                                                | 84% da área do concelho                                       | 75% da área do concelho                                 |
| <b>Distantes dos principais centros urbanos do país</b>                                                                                  | Distante de Porto e Lisboa                                    | Distante de Porto e Lisboa                              |
| <b>Áreas elevadas/ reduzida densidade populacional</b>                                                                                   | 1416,4 km <sup>2</sup> ; 7,7 hab/km <sup>2</sup>              | 1292,8 km <sup>2</sup> ; 6,2 hab/km <sup>2</sup>        |
| <b>Predominância da população adulta</b>                                                                                                 | 41%                                                           | 45%                                                     |
| <b>Elevado índice de envelhecimento</b>                                                                                                  | 407                                                           | 297                                                     |
| <b>Reduzido indicador <i>per Capita</i> do poder de compra</b>                                                                           | 54,45                                                         | 50,01                                                   |
| <b>Escolaridade até ao 3º. ciclo do ensino básico – população com idade entre os 25 e os 54 anos</b>                                     | Até ao 3º. ciclo do ensino básico 81,6%                       | Até ao 3º. ciclo do ensino básico 83,1%                 |
| <b>População activa – Prof. .intelectuais e científicas <i>versus</i> Prof. agrícolas (população com idade entre os 25 e os 54 anos)</b> | Prof. intelectuais e científicas – 2,9%,<br>agrícolas – 10,6% | Prof. intelectuais e científicas – 3,7%<br>agrícolas 8% |

Fonte: INE (2001a, 2004) e INE/DGOTDU (1998)

Idanha-a-Nova e Mértola, apesar da diferente localização geográfica e respectivas diferenciações culturais, são concelhos do Interior do país que têm 84% e 75% das respectivas áreas classificadas como Predominantemente Rurais (APR).

Ambos os concelhos têm áreas de elevados valores e baixa densidade populacional: Idanha-a-Nova 1.416,4 km<sup>2</sup> e 7,7 hab/km<sup>2</sup>; Mértola – 1.292,8 km<sup>2</sup> e 6,2 hab/km<sup>2</sup> (INE, 2004).

Estes concelhos apresentam índices de envelhecimento elevados: Idanha-a-Nova 407,1 e Mértola 297. Considerando as proporções da população por grupos etários destaca-se, nestes concelhos, o elevado peso da população adulta mas também a elevada percentagem de residentes com mais de 65 anos: residentes com idades entre os 25 e os 65 anos (população adulta) regista os 41% da população em Idanha-a-Nova e 45% em Mértola; a população idosa, com mais de 65 anos, representa 41% do total da população de Idanha-a-Nova (é o concelho mais envelhecido de Portugal) e 33% da população de Mértola; a população com idades entre os 0 e os 24 anos situa-se em Idanha-a-Nova nos 18% e em Mértola nos 22%.

A escolaridade da população com idades entre os 25 e os 54 anos situa-se em Mértola e Idanha-a-Nova, maioritariamente, até ao 3.º ciclo do ensino básico (83,1% e 81,6% respectivamente) sendo o ensino superior apenas representado por 6,5% dessa população em Mértola e 7% em Idanha-a-Nova.

Ambos os concelhos apresentam um baixo indicador *per Capita* (IpC) do poder de compra. Mértola é o concelho do Alentejo com menor poder de compra (50,01); Idanha-a-Nova regista um IpC do poder de compra de 54,45.

Nos dois concelhos o peso dos grupos socioeconómicos referentes ao comércio, serviços e indústria são os mais representativos da população activa com idades entre os 25 e os 54 anos. Ao considerar a média do país, estes concelhos estão entre aqueles que apresentam os valores mais elevados de emprego no sector agrícola – Idanha-a-Nova 10,6% e Mértola 8%. Por sua vez, o valor referente à população activa nos grupos socioeconómicos das profissões intelectuais e científicas é pouco representativo – 3,7% em Mértola e 2,9% em Idanha-a-Nova.

Para a divisão regional Interior Norte e Litoral Sul, atendendo aos valores medianos que estas regiões apresentam em relação aos indicadores e critérios de selecção, optou-se por escolher os concelhos que apresentassem valores médios, próximos dos registados pela região, no que diz respeito:

1. à população residente e à área e densidade habitacional;
2. às proporções da distribuição da população por grupos etários e ao índice de envelhecimento;

3. ao indicador *per Capita* do poder de compra; aos níveis de escolaridade e à distribuição da população activa com idades entre os 25 e os 54 anos pelos grupos económicos.

A selecção recaiu sobre o concelho de Alijó para o Norte Interior e os concelhos de Lagos e Portimão para o Litoral Sul<sup>81</sup> (vide quadro 18).

**Quadro 18. Critérios de selecção dos concelhos – Alijó e Lagos/Portimão**

| Critérios de Selecção                                                        | Interior Norte<br>(valores médios)                  | Alijó                                                        | Litoral Sul<br>(valores médios)                   | Lagos e Portimão                                                                               |
|------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Proporção Grupos etários</b>                                              | Adultos 45%-50%                                     | 48%                                                          | Adultos 50%-55%                                   | 54% e 56,5%                                                                                    |
| <b>Índice de envelhecimento</b>                                              | 150-200                                             | 181                                                          | 100-150                                           | 120 e 108,8                                                                                    |
| <b>ipC do poder de compra</b>                                                | 50-60                                               | 52                                                           | 80-110                                            | 110 e 119                                                                                      |
| <b>Nível Escolaridade<br/>(população com idade entre os 25 e os 54 anos)</b> | Até ao 3º. ciclo do ensino básico entre 70% e 80%   | Até ao 3º. ciclo do ensino básico 81,6%                      | Até ao 3º. ciclo do ensino básico entre 60% e 70% | Até ao 3º. ciclo do ensino básico 58,9% e 57,6%                                                |
| <b>Áreas km<sup>2</sup>/D. Pop hab/km<sup>2</sup></b>                        | Área 200-400 km <sup>2</sup><br>D. Pop. 50-55       | 297 km <sup>2</sup> ; 47 hab/km <sup>2</sup>                 | 200-400 km <sup>2</sup> ;<br>D..Pop. 100- 150     | 213 km <sup>2</sup> ; 121 hab/km <sup>2</sup> e 182 km <sup>2</sup> , 259 hab/ km <sup>2</sup> |
| <b>População Activa 25-54 anos – Grupos socioeconómicos</b>                  | Peso significativo comércio, serviços e agricultura | Serviços e comércio 22,48%; indústria 16,,33% agrícola 14,1% | Peso significativo comércio, serviços e indústria | Serviços e comércio entre 45% e 50% indústria entre 20 e 25%                                   |

Fonte: INE (2001a, 2004) e INE/DGOTDU (1998)

<sup>81</sup> Mais uma vez a agregação dos concelhos justifica-se pela elevada mobilidade geográfica que se regista, diariamente, entre a população de um e outro concelho e por ambos apresentarem indicadores socioeconómicos e níveis de escolaridade muito semelhantes.

Em relação aos critérios de selecção escolhidos, os concelhos de Alijó, Lagos e Portimão enquadram-se próximos dos valores médios registados pelo total dos concelhos dos estratos regionais que representam – têm áreas de 297 km<sup>2</sup>, 213 km<sup>2</sup> e 182 km<sup>2</sup>, respectivamente; a proporção de população com idades entre os 25 e 65 anos ronda os 50%; a população com idades entre os 25 e 54 anos possui maioritariamente até ao 3.º ciclo do ensino básico e encontra-se empregada no sector do comércio e serviços.

Alijó, tal como acontece com a maioria dos concelhos do Interior Norte, apresenta um reduzido *Ipc* do poder de compra (52). No Litoral Sul e nomeadamente em Lagos e Portimão o *Ipc* do poder de compra sobe para 110 e 119 respectivamente. Os serviços e comércio dedicados ao turismo destacam-se nos concelhos de Lagos e Portimão enquanto que, em Alijó, a agricultura ainda possui um peso considerável entre os diversos sectores económicos (14,1% da população activa com idades entre os 25 e 54 anos tem profissões referentes aos grupos socioeconómicos deste sector). O concelho de Alijó é mesmo caracterizado como Predominantemente Rural (90% do total da sua área). Em Lagos e Portimão 60% da área é caracterizada como Predominantemente Rural, 30,4% Predominantemente Urbana e 5,5% Medianamente Urbana.

#### **3.2.2.4. Entrevistadores e selecção dos indivíduos a inquirir**

A aplicação dos questionários realizou-se com a participação de 33 entrevistadores<sup>82</sup>. Em cada um dos concelhos trabalharam entre cinco a sete entrevistadores com ensino secundário, a frequentar ensino superior ou já licenciados<sup>83</sup>. Estes entrevistadores foram seleccionados nos concelhos onde trabalharam, tendo recebido formação adequada ao estudo. Nas sessões de formação apostou-se num trabalho de sensibilização e motivação para o tema, no envolvimento de cada entrevistador nos objectivos gerais do estudo, na responsabilização sobre o cumprimento das regras de abordagem aos potenciais respondentes e no preenchimento das quotas diárias predefinidas.

---

<sup>82</sup> Estes recursos foram parcialmente financiados com bolsas do Instituto Português da Juventude (IPJ) por intermédio de um protocolo estabelecido com as respectivas Câmaras Municipais.

<sup>83</sup> 23 dos entrevistadores tinham ou frequentavam o ensino superior e 10 estavam a frequentar o ensino secundário.

Em cada um dos concelhos a aplicação dos questionários realizou-se, de modo intensivo, durante quinze dias. O trabalho de campo decorreu nos meses de Julho e Agosto de 2006<sup>84</sup>.

A metodologia adoptada para a aplicação dos questionários resultou da complementaridade que foi possível estabelecer entre, por um lado, o critério do rigor (que visou a selecção de uma amostra heterogénea de indivíduos) e, por outro lado, as limitações logísticas. Assim, em média, e em diferentes horas do dia, dois elementos da equipa deslocavam-se pelas diversas freguesias dos concelhos enquanto a restante equipa centrava o seu trabalho nas sedes de concelho. Os inquiridos foram abordados em locais públicos. Durante o processo de formação os entrevistadores receberam um mapa do concelho com a divisão de toda a zona geográfica em subzonas de actuação e a identificação de todos os locais públicos existentes: centros comerciais, zonas de comércio tradicional, largos, bares, cafés, clubes recreativos, zonas de lazer, jardins e praias. Garantindo-se uma razoável distribuição geográfica da aplicação dos questionários, os entrevistadores, em campo, circulavam pelos locais predefinidos abordando as pessoas que se encontravam nas seguintes circunstâncias:

1. estar sozinho;
2. não estar de “passagem”, isto é, o indivíduo deveria estar sentado, num momento de pausa e disponível para dispensar entre 15 a 20 minutos ao entrevistador (a informação sobre o tempo que demorava o preenchimento do questionário era dada no momento da abordagem).

De um modo geral os inquiridos demonstraram elevado interesse pelo tema da pesquisa e vontade de colaborar. As recusas no Interior quase não existiram tendo sido mais elevadas nos concelhos do Litoral.

Realizar o trabalho de campo durante os meses de Verão teve vantagens: as pessoas estavam mais disponíveis para responder ao questionário (nos concelhos do Litoral, nomeadamente Matosinhos, Oeiras e Cascais, foi fácil encontrar residentes nas zonas

---

<sup>84</sup> Foram escolhidos os meses de Julho e Agosto devido a: (a) o programa de apoio ao financiamento desses recursos contemplar apenas esses meses; (b) ser mais fácil encontrar nessas datas entrevistadores com elevadas qualificações dispostos a participar num trabalho temporário intensivo de 15 dias, a tempo inteiro e (c) toda a preparação do trabalho empírico estar concluída nessa data (metodologias, instrumento de recolha de dados e demais logística).

públicas e de lazer junto às praias, locais que proporcionaram momentos calmos e agradáveis de inquirição). As zonas de praia revelaram-se áreas “quase modelo” da diversidade da população que se pretendia inquirir; com facilidade abordavam-se pessoas de diferentes freguesias e de vários estratos etários e sociais.

As desvantagens de realizar o trabalho de campo no Verão tiveram a ver, em particular, com o elevado número de residentes no Interior que estavam ausentes dos seus concelhos; com o elevado número de emigrantes que estavam a passar o Verão nesses concelhos e ainda com o número de turistas que se encontravam de férias no Litoral Sul. Estas desvantagens foram, contudo, colmatadas pelo facto da inquirição realizar-se em locais públicos o que reduziu o risco de “bater a muitas portas de casas vazias”. Por outro lado, os entrevistadores, como conheciam bem os seus concelhos, sugeriram os locais públicos onde, usualmente, se encontrava um maior número de residentes.

Nos concelhos com menos população (Mértola e Idanha-a-Nova) houve a necessidade de recorrer a contactos locais para identificar pessoas que completassem algumas quotas. Essa dificuldade surgiu, por exemplo, na quota de licenciados do grupo etário entre os 45 e 54 anos.

O correcto preenchimento dos questionários foi verificado diariamente por supervisores. O controlo do trabalho dos entrevistadores foi feito através de reuniões diárias – uma reunião de manhã para o supervisor comentar sobre a qualidade do preenchimento dos questionários do dia anterior e para coordenar o trabalho desse dia; outra no final da tarde para a entrega dos questionários aplicados, fazer anotações sobre o preenchimento das quotas e as dificuldades encontradas. Durante o dia o supervisor controlava as zonas de inquirição dos entrevistadores e esclarecia as dúvidas que surgissem.

Cerca de 50% dos inquiridos facultou um contacto para, no caso de ser necessário, confirmar as informações registadas. Entre estes, o supervisor seleccionava, diariamente e em média, cinco inquiridos por entrevistador e, através de contacto telefónico, pedia a confirmação dos dados e uma opinião sobre o desempenho do entrevistador.



### 3.3. Caracterização da amostra

No fim do trabalho de campo contabilizaram-se 1571 questionários aplicados segundo a seguinte distribuição geográfica (vide quadro 19):

**Quadro 19. Distribuição da amostra pelas regiões**

| Regiões                              | n.º Inquiridos | %           |
|--------------------------------------|----------------|-------------|
| Litoral Norte e Litoral Centro Norte | 391            | 25%         |
| Litoral Centro Sul                   | 376            | 24%         |
| Litoral Sul                          | 204            | 13%         |
| Interior Norte                       | 191            | 12%         |
| Interior Centro                      | 214            | 14%         |
| Interior Sul                         | 195            | 12%         |
| <b>Total País</b>                    | <b>1571</b>    | <b>100%</b> |

Atendendo à divisão por regiões, à estratificação pelos grupos etários, à escolaridade e ao sexo, os inquiridos distribuíram-se pelas seguintes quotas em cada uma das regiões (vide quadros 20 a 25):

**Quadro 20. Distribuição da amostra segundo grupo etário, escolaridade e sexo nas regiões Litoral Norte e Litoral Centro Norte**

| Lit. Norte e Lit. Centro Norte | De 25 a 34 anos |           | De 35 a 44 anos |           | De 45 a 54 anos |           | Total      |
|--------------------------------|-----------------|-----------|-----------------|-----------|-----------------|-----------|------------|
|                                | F               | M         | F               | M         | F               | M         |            |
| Nível de ensino                |                 |           |                 |           |                 |           |            |
| Até 3º. Ciclo Ens. Básico      | 41              | 32        | 52              | 31        | 63              | 35        | 254        |
| Ens. Secundário                | 17              | 26        | 11              | 9         | 10              | 3         | 76         |
| Ens Médio e Superior           | 21              | 14        | 11              | 2         | 8               | 5         | 61         |
| <b>Total</b>                   | <b>79</b>       | <b>72</b> | <b>74</b>       | <b>42</b> | <b>81</b>       | <b>43</b> | <b>391</b> |
| <b>Total Feminino</b>          | <b>234</b>      |           |                 |           |                 |           |            |
| <b>Total Masculino</b>         | <b>157</b>      |           |                 |           |                 |           |            |

**Quadro 21. Distribuição da amostra segundo grupo etário, escolaridade e sexo nas regiões Litoral Centro Sul**

| Litoral Centro Sul        | De 25 a 34 anos |           | De 35 a 44 anos |           | De 45 a 54 anos |           | Total      |
|---------------------------|-----------------|-----------|-----------------|-----------|-----------------|-----------|------------|
|                           | F               | M         | F               | M         | F               | M         |            |
| Nível de ensino           |                 |           |                 |           |                 |           |            |
| Até 3º. Ciclo Ens. Básico | 22              | 18        | 32              | 27        | 42              | 39        | 180        |
| Ens. Secundário           | 16              | 25        | 18              | 22        | 9               | 10        | 100        |
| Ens Médio e Superior      | 18              | 22        | 17              | 15        | 15              | 9         | 96         |
| <b>Total</b>              | <b>56</b>       | <b>65</b> | <b>67</b>       | <b>64</b> | <b>66</b>       | <b>58</b> | <b>376</b> |
| Total Feminino            | 189             |           |                 |           |                 |           |            |
| Total Masculino           | 187             |           |                 |           |                 |           |            |

**Quadro 22. Distribuição da amostra segundo grupo etário, escolaridade e sexo nas regiões Litoral Sul**

| Litoral Sul               | De 25 a 34anos |           | De 35 a 44 anos |           | De 45 a 54 anos |           | Total      |
|---------------------------|----------------|-----------|-----------------|-----------|-----------------|-----------|------------|
|                           | F              | M         | F               | M         | F               | M         |            |
| Nível de ensino           |                |           |                 |           |                 |           |            |
| Até 3º. Ciclo Ens. Básico | 18             | 19        | 26              | 23        | 34              | 16        | 136        |
| Ens. Secundário           | 12             | 9         | 12              | 7         | 4               | 0         | 44         |
| Ens Médio e Superior      | 10             | 2         | 5               | 1         | 5               | 1         | 24         |
| <b>Total</b>              | <b>40</b>      | <b>30</b> | <b>43</b>       | <b>31</b> | <b>43</b>       | <b>17</b> | <b>204</b> |
| Total Feminino            | 126            |           |                 |           |                 |           |            |
| Total Masculino           | 78             |           |                 |           |                 |           |            |

**Quadro 23. Distribuição da amostra segundo grupo etário, escolaridade e sexo nas regiões Interior Norte**

| Interior Norte            | De 25 a 34anos |           | De 35 a 44 anos |           | De 45 a 54 anos |           | Total      |
|---------------------------|----------------|-----------|-----------------|-----------|-----------------|-----------|------------|
|                           | F              | M         | F               | M         | F               | M         |            |
| Nível de ensino           |                |           |                 |           |                 |           |            |
| Até 3º. Ciclo Ens. Básico | 21             | 18        | 23              | 28        | 27              | 24        | 141        |
| Ens. Secundário           | 8              | 10        | 3               | 5         | 0               | 5         | 31         |
| Ens Médio e Superior      | 5              | 6         | 2               | 1         | 4               | 0         | 19         |
| <b>Total</b>              | <b>34</b>      | <b>34</b> | <b>28</b>       | <b>34</b> | <b>31</b>       | <b>30</b> | <b>191</b> |
| Total Feminino            | 93             |           |                 |           |                 |           |            |
| Total Masculino           | 98             |           |                 |           |                 |           |            |

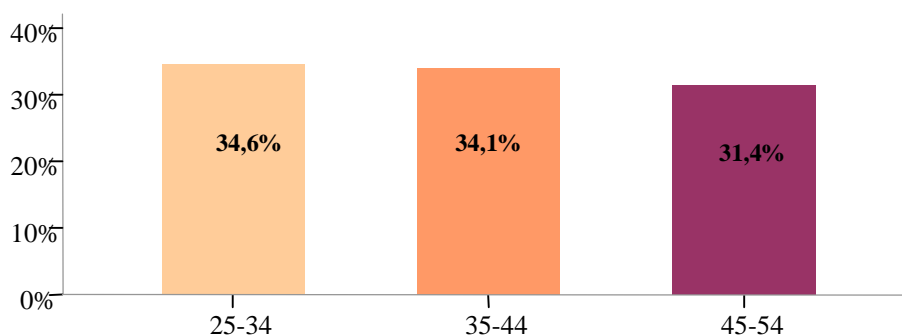
**Quadro 24. Distribuição da amostra segundo grupo etário, escolaridade e sexo nas regiões Interior Centro**

| Interior Centro           | De 25 a 34anos |           | De 35 a 44 anos |           | De 45 a 54 anos |           | Total      |
|---------------------------|----------------|-----------|-----------------|-----------|-----------------|-----------|------------|
|                           | F              | M         | F               | M         | F               | M         |            |
| Nível de ensino           |                |           |                 |           |                 |           |            |
| Até 3º. Ciclo Ens. Básico | 22             | 23        | 31              | 25        | 32              | 18        | 151        |
| Ens. Secundário           | 9              | 9         | 12              | 4         | 2               | 3         | 34         |
| Ens Médio e Superior      | 8              | 4         | 3               | 4         | 2               | 3         | 24         |
| <b>Total</b>              | <b>39</b>      | <b>36</b> | <b>46</b>       | <b>33</b> | <b>36</b>       | <b>24</b> | <b>214</b> |
| Total Feminino            | 121            |           |                 |           |                 |           |            |
| Total Masculino           | 93             |           |                 |           |                 |           |            |

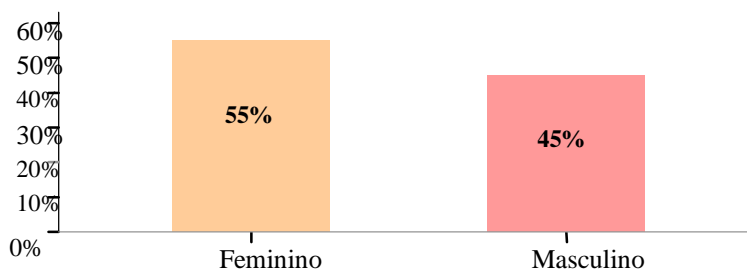
**Quadro 25. Distribuição da amostra segundo grupo etário, escolaridade e sexo nas regiões Interior Sul**

| Interior Sul              | De 25 a 34anos |           | De 35 a 44 anos |           | De 45 a 54 anos |           | Total      |
|---------------------------|----------------|-----------|-----------------|-----------|-----------------|-----------|------------|
|                           | F              | M         | F               | M         | F               | M         |            |
| Nível de ensino           |                |           |                 |           |                 |           |            |
| Até 3º. Ciclo Ens. Básico | 11             | 22        | 25              | 23        | 20              | 28        | 129        |
| Ens. Secundário           | 10             | 1         | 10              | 3         | 6               | 2         | 32         |
| Ens Médio e Superior      | 9              | 5         | 5               | 7         | 5               | 3         | 34         |
| <b>Total</b>              | <b>30</b>      | <b>28</b> | <b>40</b>       | <b>33</b> | <b>31</b>       | <b>33</b> | <b>195</b> |
| <b>Total Feminino</b>     | <b>101</b>     |           |                 |           |                 |           |            |
| <b>Total Masculino</b>    | <b>94</b>      |           |                 |           |                 |           |            |

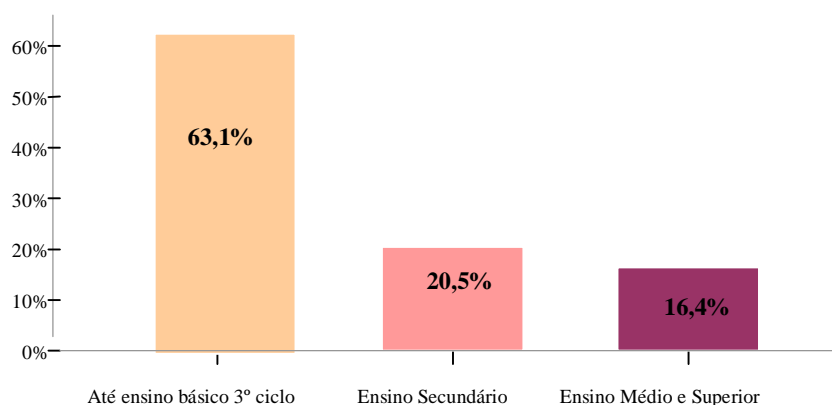
A amostra, composta então por 1571 indivíduos com idades entre 25 e 54 anos (a média de idades é de 40 anos) (vide figura 9) divide-se em 55% inquiridos do sexo feminino e 45% do sexo masculino (vide figura 10); 63,1% da amostra tem escolaridade até ao 3º ciclo do ensino básico, 20,5% tem o ensino secundário e 16,4% o ensino médio e superior (vide figura 11).



**Figura 9. Distribuição da amostra por grupos etários**

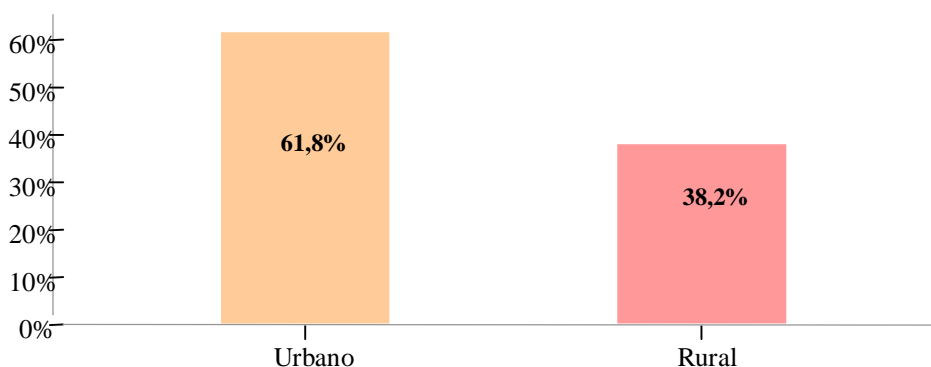


**Figura 10. Distribuição da amostra por sexo**



**Figura 11. Distribuição da amostra por escolaridade**

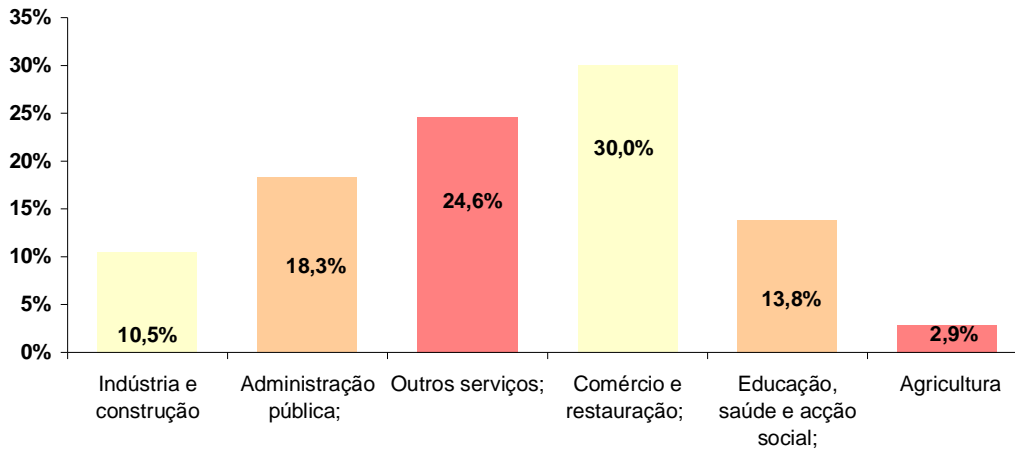
Cerca de 62% dos inquiridos residem em meio classificado como predominantemente urbano (Litoral do país) e 38,2% residem em meio classificado como predominantemente rural (Interior do país) (vide figura 12).



**Figura 12. Distribuição da amostra por território urbano e rural**

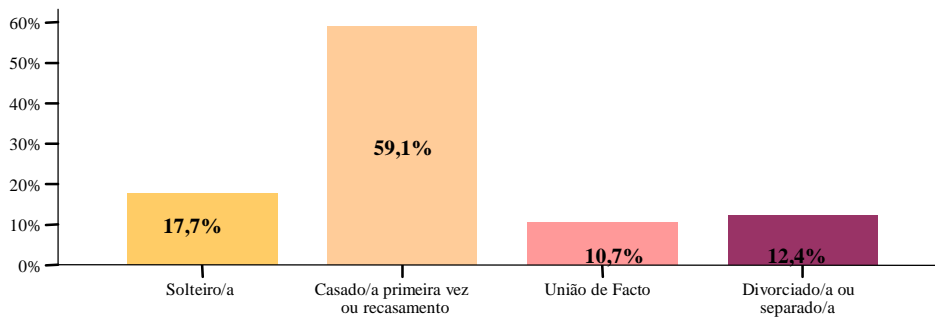
Do total da amostra 90,1% dos indivíduos estão no activo: 30% trabalham no sector do comércio e restauração; 24,6% estão empregados em serviços vários; 18,3% trabalham na administração pública; 13,8% na área da educação, saúde e acção social; 10,5% na indústria e 2,9% na agricultura (vide figura 13). Os desempregados representam 7,4% da amostra<sup>85</sup>.

<sup>85</sup> No 3º trimestre de 2006, a taxa de desemprego em Portugal foi de 7,4% (INE, 2008f).



**Figura 13. Distribuição da amostra por CAE Actual**

Perto de 70% dos inquiridos vivem em conjugalidade – 59,1% estão casados e 10,7% encontram-se em união de facto; 17,7% são solteiros e 12,4% divorciados ou separados (vide figura 14). Na totalidade da amostra, cerca de 70% dos indivíduos têm um ou dois filhos.



**Figura 14. Distribuição da amostra por situação conjugal**

### **3.4. Análise dos dados**

#### **3.4.1. Considerações – a análise da matriz biográfica**

Para identificar a forma como se vive a fase da vida adulta efectuou-se a análise dos percursos biográficos. Esta análise teve em consideração quatro aspectos distintos: (a) as idades de início e fim das diferentes experiências de conjugalidade, emprego e residência; (b) o número de experiências vividas em cada uma dessas dimensões; (c) a duração dessas experiências e (d) a caracterização dessas experiências<sup>86</sup>.

##### **3.4.1.1. O início do percurso de vida**

Entre as várias considerações a tecer acerca da análise das trajectórias de vida é de referir, em primeiro lugar, que é recorrente iniciar-se a análise dos percursos a partir dos 15 anos. Nesta pesquisa optou-se, porém, por estudá-los a partir dos 10 anos. Esta decisão deve-se ao facto de 24,1% dos indivíduos do grupo etário de idades mais avançadas – geração 1952-61 – terem iniciado a vida activa até aos 15 anos. Uma análise que comece, pelo menos, cinco anos mais cedo – aos 10 anos de idade – evita a perda destes dados.

---

<sup>86</sup> Para esta caracterização foi considerado o estatuto socioeconómico, a idade, o sexo, o tipo de relação conjugal, a profissão, o sector de actividade, a remuneração, a forma como obtém o emprego, os concelhos onde residiu e, caso se justifique, o motivo porque mudou de local de residência, de emprego ou de situação conjugal.

### 3.4.1.2. O *truncamento* da informação “à direita” – as subamostras

Uma segunda consideração tem a ver com o facto da amostra estudada abranger indivíduos dos 25 aos 54 anos, ou seja, indivíduos entre os quais existe uma substancial diferença de idades. Nestas circunstâncias, a análise de trajetórias tem de contemplar procedimentos que superem o *truncamento* da informação “à direita”, isto é, o facto de não se poder comparar o percurso de vida e o número de experiências de quem tem 25 anos com a totalidade do percurso e o número de experiências de quem já tem 35, 45 ou 50 anos (Lelièvre, 1996,1998; Lelièvre & Vivier, 2001; Tichit & Lelièvre, 2006).

O estudo de trajetórias de uma amostra que contempla diferentes grupos de idades implica a desmultiplicação da mesma em subamostras de indivíduos que tenham completado na totalidade determinada etapa de vida. Assim, ao trabalhar idades entre os 25 e os 54 anos o único percurso comum, que é possível estudar para o total da amostra, é o dos 10 aos 25 anos – uma vez que todos os inquiridos já viveram essa etapa da vida. (Neste caso analisar-se-á, separadamente, o percurso dos 10 aos 20 anos e dos 20 aos 25 anos).

Estudar-se-á, ainda: (a) o percurso vivido até aos 30 anos para os inquiridos que têm 30 ou mais anos (idades entre os 30 e os 54 anos); (b) o percurso realizado até aos 35 anos para os que têm idades entre os 35 e 54 anos; (c) o percurso realizado até aos 40 anos para os que têm idades entre os 40 e 54 anos; (d) o percurso realizado até aos 45 anos para os que têm idades entre os 45 e 54 anos e (e) o percurso realizado até aos 50 anos para os que têm mais de 50 anos (vide quadro 26).

**Quadro 26. Subamostras para análise dos percursos de vida**

| <b>Etapas da vida</b>               | <b>Amostra/subamostra</b>              | <b>Dimensão da amostra/subamostra</b> |
|-------------------------------------|----------------------------------------|---------------------------------------|
| Até aos 20 anos                     | Todos os inquiridos                    | n = 1571                              |
| Entre ]20-25] anos (ou até 25 anos) | Todos os inquiridos                    | n = 1571                              |
| Entre ]25-30] anos (ou até 30 anos) | Inquiridos com idades $\geq$ a 30 anos | n = 1244                              |
| Entre ]30-35] anos (ou até 35 anos) | Inquiridos com idades $\geq$ a 35 anos | n = 1028                              |
| Entre ]35-40] anos (ou até 40 anos) | Inquiridos com idades $\geq$ a 40 anos | n = 769                               |
| Entre ]40-45] anos (ou até 45 anos) | Inquiridos com idades $\geq$ a 45 anos | n = 493                               |
| Entre ]45-50] anos (ou até 50 anos) | Inquiridos com idades $\geq$ a 50 anos | n = 177                               |

A partir deste ponto da pesquisa, ao referir-se, então, o percurso de vida até aos 20 ou 25 anos estará implícita a análise do total da amostra, mas o estudo, por exemplo, do percurso vivido até aos 45 anos será analisado apenas para a subamostra de indivíduos com 45 ou mais anos.

### 3.4.2.3. As experiências consideradas

Em qualquer das situações – primeiras, segundas, terceiras ou mais relações conjugais, empregos ou locais de residência – consideram-se apenas as experiências que tenham durado pelo menos um ano.

Considera-se que o inquirido viveu em conjugalidade quando coabitou com parceiro(a) em união de facto ou casamento durante pelo menos um ano.

Por residência própria entende-se a situação em que o inquirido constituiu agregado familiar próprio, deixou de residir com a família de origem e passou a viver só, com amigos, colegas ou parceiro(a), independentemente da residência ser propriedade do próprio, alugada, cedida ou emprestada.



Cada evento será estudado tendo em conta os totais das subamostras mais significativas (etapas da vida onde o evento se regista com maior relevância). Por exemplo, como será possível verificar mais adiante, justifica-se estudar a entrada na vida activa até ao 25 anos, no máximo até aos 30 anos, a partir dessa idade os valores daqueles que ainda não tiveram qualquer contacto com o mercado de trabalho é residual.

Na análise longitudinal utilizaram-se frequentemente gráficos de linha para a apresentação dos dados. Esses gráficos permitem uma leitura rápida da evolução dos valores referentes a cada uma das etapas assinaladas do percurso de vida (os valores de determinada variável até aos 20 anos, 25, 30, 35, 40, 45 ou 50 anos). As variáveis não são, no entanto, contínuas: entre uma e outra etapa, a ligação por linha significa apenas o aumento ou diminuição da etapa seguinte em relação à etapa precedente, não caracteriza o fenómeno entre etapas.

## Capítulo 4. As práticas e representações sociais – a adultez

No presente capítulo analisam-se as representações sociais do que significa “ser adulto”, as práticas e os percursos escolares, profissionais e familiares dos indivíduos na adultez.

A noção de *representação social* remete para um fenómeno psicossocial complexo e multidimensional «já que nela se entrecruzam noções de origem sociológica – ideologia, cultura, norma, valor – e noções de origem psicológica – imagem, pensamento, opinião, atitude» (Silva, 2003, p.78). Analisando os desenvolvimentos teóricos realizados acerca da forma como o homem constrói a realidade, Moscovici (1976) analisou e sistematizou todo o processo de formação e os conteúdos das representações sociais. Este autor define representação social como algo «criado na vida quotidiana no decurso da comunicação interindividual» e que é equivalente, na nossa sociedade, aos «mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais» podendo ser vista «como a versão contemporânea do senso comum» (Moscovici, 1981, p.105).

Seguindo as definições de representação social desenvolvidas no âmbito da psicossociologia e da sociologia, enuncia-se a noção de representação social como o conjunto de conceitos, preposições e explicações que é partilhado pela maioria dos indivíduos, que é colectivamente produzido na interacção dos mesmos e que orienta os comportamentos, desempenhando um papel funcional na regulação das interacções (Berger & Luckmann, 1973; Moscovici, 1976; Vala, 2000; Bourdieu, 2002).

Sobre as práticas e percursos biográficos, como foi referido anteriormente, são caracterizadas e analisadas as diferentes experiências de conjugalidade, emprego e residência vividas entre os 25 e os 54 anos.

#### 4.1. As práticas e percursos biográficos na adultez

Inicia-se a análise das trajectórias com o estudo das primeiras experiências – o estudo das idades e das características da primeira experiência profissional, da primeira relação conjugal e da constituição do primeiro agregado familiar próprio em residência própria.

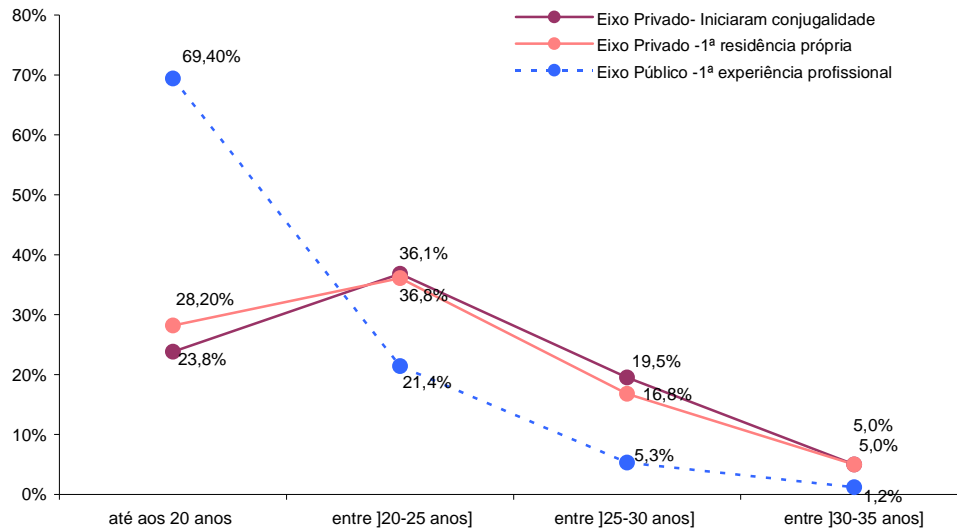
Parte-se das fases em que se efectuam as passagens entre o fim dos estudos, o início da vida profissional, a saída da casa dos pais e a formação do casal para entender se o eixo público (escolar/profissional) e o eixo privado (familiar/conjugal) continuam na base dos processos de transição para a vida adulta. O objectivo é apreender as condições da vida activa, familiar e conjugal e, relacionando as práticas com as representações, perceber se a adultez implica a vivência de experiências em todas estas dimensões ou se algumas são sobrevalorizadas em detrimento doutras.

Importa perceber se o modo de passagem para o estatuto de adulto é simples, linear ou complexo e reversível. Para se “ser adulto” é importante ter estabilidade e independência económica, residencial e afectiva? Um indivíduo que trabalha mas vive com os pais pode ser considerado adulto? Que modelos de entrada na vida adulta existem? Poder-se-á definir um modelo tradicional e outro moderno (alternativo) de transição para a vida adulta?

Nesta análise consideraram-se as diferenças geracionais e as subamostras mais pertinentes (até aos 20, 25 e 30 anos; a partir desta idade a percentagem daqueles que ainda não iniciaram uma das dimensões analisadas diminui significativamente).

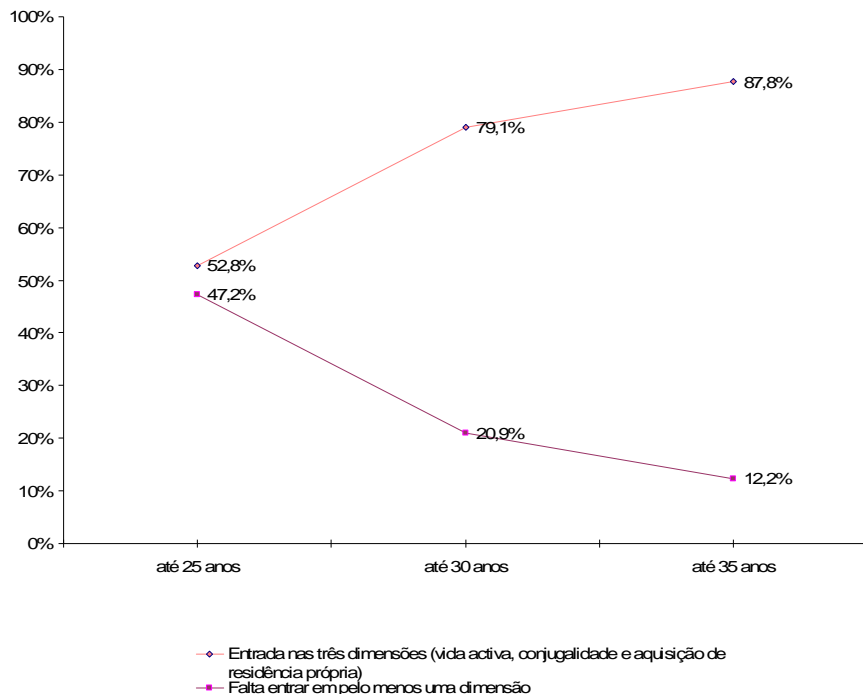
Ao relacionar o eixo público com o eixo privado conclui-se que a entrada na vida activa ocorre mais cedo que o início da conjugalidade ou a aquisição de residência própria. Para 69,4% do total da amostra a experiência do primeiro emprego verifica-se até aos 20 anos, a entrada na conjugalidade e a aquisição de residência acontece maioritariamente entre os 20 e os 25 anos existindo, ainda, os que as protelam para as idades entre os 25 anos e 30 anos (vide figura 15).

## O QUE É “SER ADULTO”? – PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS



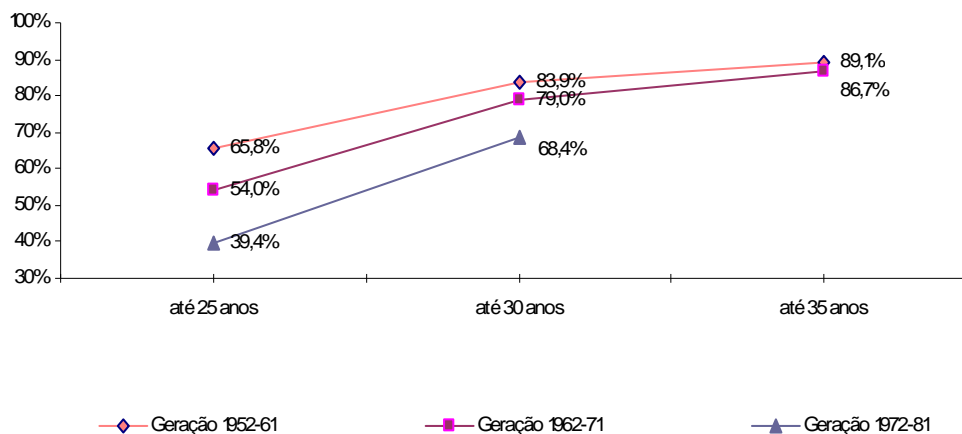
**Figura 15.** Vivência da 1ª. conjugalidade, 1ª. residência própria e 1º. emprego por etapas de vida

Aos 30 anos a maioria dos inquiridos (79,1%) já iniciou as três dimensões analisadas, valor que sobe para 87,8% aos 35 anos (vide figura 16).



**Figura 16.** Entrada nas três dimensões (vida activa, conjugalidade e residência própria) por etapas da vida

Comparando as gerações mais afastadas conclui-se que, nos últimos trinta anos, existe um decréscimo de 26,4% nas trajetórias em que se completa a entrada nas três dimensões até aos 25 anos (de 65,8% na geração 1952-61 passou-se para 39,4% na geração 1972-81) e um decréscimo de 15,5% quando se considera o percurso vivido até aos 30 anos (de 83,9% na geração 1952-61 passou-se para 68,4% na geração 1972-81) (vide figura 17).



**Figura 17. Entrada nas três dimensões – vida activa, conjugalidade e residência própria por etapas e gerações (% acumulada)**

Conclui-se que existe uma associação significativa entre a geração a que se pertence e o tipo de sequência de entrada nas três dimensões analisadas ( $\chi^2=69,665$   $p$ -value=0,000 até aos 25 anos e  $\chi^2=21,515$   $p$ -value=0,000 até aos 30 anos). Verifica-se que a situação de já ter constituído agregado próprio e já ter iniciado tanto a vida activa como a conjugalidade (sequência completa) é predominante nas trajetórias da geração de 1952-61 e a situação de sequência incompleta predomina entre a geração de 1972-81.

Detectam-se, deste modo, diferenças geracionais no que diz respeito às primeiras experiências vividas nas três dimensões analisadas. Gerações diferentes, na mesma idade, mas num período histórico, económico e social diferente, vivem diferentemente as primeiras experiências de entrada na vida adulta. Os tempos de transição tornam-se mais longos e regista-se a desconexão da idade de transição nos limites estudados, desenham-se novos modelos de transição.

Conclui-se que, independentemente da geração, o início da vida activa acontece primeiro que a entrada na conjugalidade ou a independência residencial e que a geração mais nova demora mais tempo para experimentar vivências, que tenham durado pelo menos um ano, no total das três dimensões estudadas. Mas o que caracteriza as práticas de cada geração? Quanto tempo dista entre o início da vida activa e a conjugalidade? A constituição de agregado familiar próprio é sincrónico com a conjugalidade ou acontece antes ou depois desta? Que tipo de trabalho e de relação conjugal caracterizavam o início da adultez?

Com o objectivo de responder a estas questões analisou-se a ordem pela qual se verificam as primeiras experiências e conseqüentemente identificaram-se três modelos predominantes: o *tradicional*, o *alternativo* e o da *diversidade de sequências*.

O *modelo tradicional* traduz o percurso segundo o qual inicia-se primeiro a vida profissional e só mais tarde, passados em média 5,3 anos, vive-se, no mesmo ano, a primeira experiência de conjugalidade e a constituição do primeiro agregado familiar próprio em residência própria<sup>87</sup>.

O *modelo alternativo* retrata uma sequência de entrada incompleta – iniciar a actividade profissional sem iniciar a conjugalidade nem constituir agregado familiar próprio.

Definiu-se um terceiro modelo, o *modelo da diversidade*, porque existem indivíduos que experienciam, pela primeira vez, cada uma das dimensões analisadas segundo diferentes ordens – vinte e quatro tipos de sequências possíveis, completas e incompletas (vide quadro 27 e 28)<sup>88</sup>.

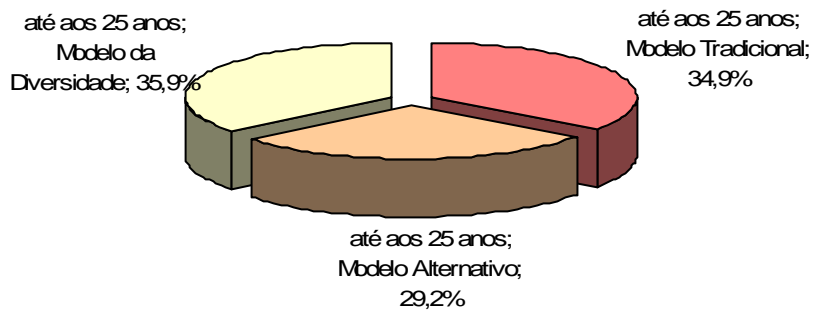
---

<sup>87</sup> Neste caso, registando-se depois da entrada na vida activa, as idades de entrada nos dois eventos do eixo privado são relativamente sincrónicas.

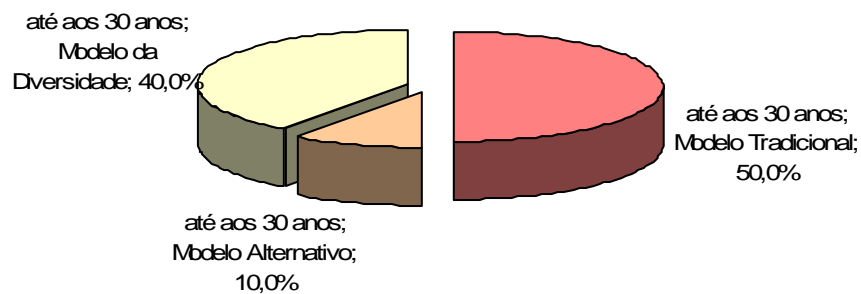
<sup>88</sup> Anexo 2.

#### 4.1.1. O modelo tradicional

Até aos 25 anos, 34,9% dos indivíduos viveram a primeira experiência profissional, a constituição do primeiro agregado e a primeira experiência conjugal segundo a sequência que define o modelo tradicional, valor que aumenta para os 50% se considerarmos o percurso vivido até aos 30 anos (vide figuras 18 e 19).

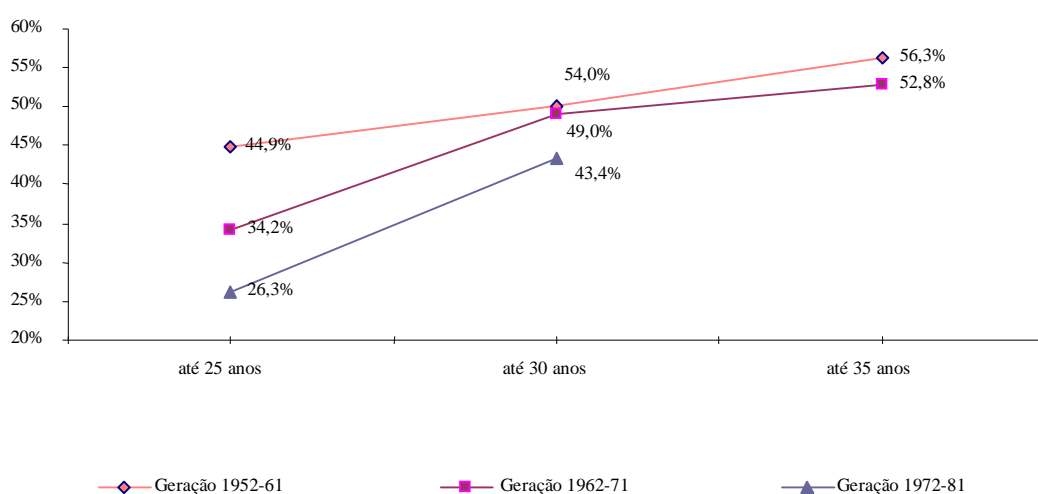


**Figura 18.** Modelos de entrada – vida activa, conjugalidade e residência própria – até aos 25 anos



**Figura 19.** Modelos de entrada – vida activa, conjugalidade e residência própria – até aos 30 anos

Comparando as diferentes gerações, nos últimos trinta anos, verifica-se a diminuição da percentagem daqueles que experimentaram a entrada na adultez através do modelo tradicional. Diminuiu em 18,6% os que completaram esta sequência até aos 25 anos (de 44,9% na geração 1952-61 passou-se para 26,3% na geração 1972-81) e diminuiu em 10,6% os que a completaram até aos 30 anos (de 54,0% na geração 1952-61 passou-se para 43,4% na geração 1972-81) (vide figura 20).



**Figura 20. Modelo tradicional de entrada na vida activa, conjugalidade e residência própria por etapas e gerações**

#### 4.1.2. O modelo alternativo

O modelo alternativo – iniciar a actividade profissional sem iniciar a conjugalidade nem constituir agregado familiar próprio – tem maior peso percentual no percurso vivido até aos 25 anos, caracteriza 29,2% da amostra. Aos 30 anos a percentagem de indivíduos que apenas iniciou a vida activa desce para os 10% (vide figuras 18 e 19).



Comparando as gerações extremas verifica-se que, nos últimos trinta anos, a percentagem dos indivíduos que experimentaram este modelo aumentou em 26,2% na trajectória até aos 25 anos (de 16,3% na geração de 1952-61 passou-se para 42,5% na geração de 1972-81) e aumentou 14% no percurso até aos 30 anos (de 5,8% na geração de 1952-61 passou-se para 19,8% na geração de 1972-81) (vide figura 21).

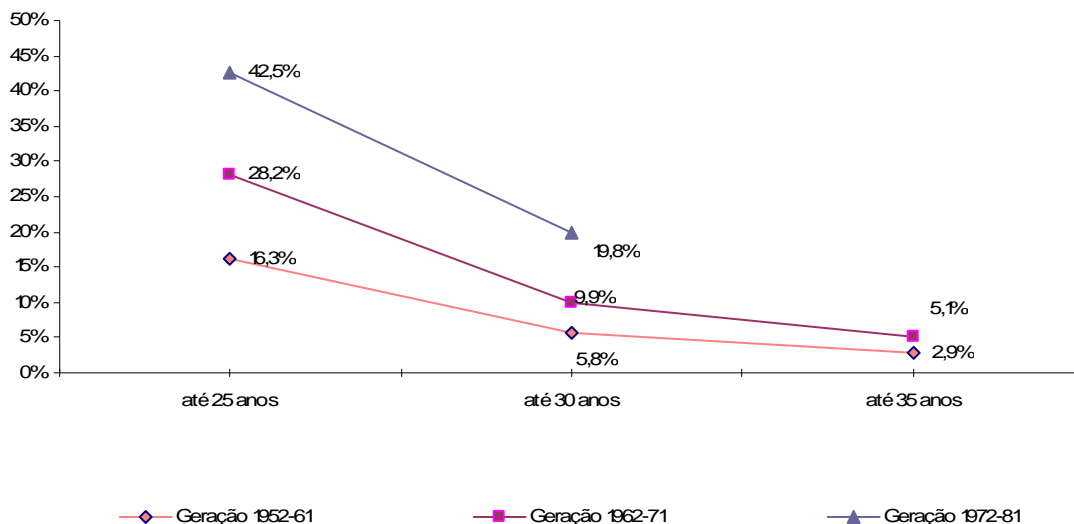


Figura 21. Modelo alternativo – entrada apenas na vida activa – por etapas e gerações

Para completar a descrição dos modelos de entrada na adultez importa agora descrever o modelo da diversidade, um modelo que apresenta singularidades e deve ser analisado em pormenor.

#### 4.1.3. O modelo da diversidade

Para além do modelo tradicional e do alternativo existem, ainda, inquiridos que experienciam, pela primeira vez, cada uma das dimensões analisadas segundo uma diversidade de outras ordens de entrada – vinte e quatro tipos de sequências possíveis

(vide quadro 27 e 28). São sequências que, *per si*, apresentam pesos percentuais baixos (entre 0,1% e os 6,8%), mas que consideradas no seu conjunto têm um peso significativo nas trajetórias dos indivíduos: até aos 25 anos, 35,9% dos inquiridos iniciam a entrada na adultez segundo uma dessas sequências, valor que sobe para os 40% quando considerado o percurso até aos 30 anos (vide figuras 18 e 19).

**Quadro 27. Modelo da Diversidade – Outras sequências completas e incompletas até 25 anos**

| <b>Modelo da Diversidade – Outras Sequências Completas até 25 anos</b>      | %           |
|-----------------------------------------------------------------------------|-------------|
| 1- Idade 1º emprego = Idade 1ª conjugalidade = Idade 1ª residência própria  | 4,4         |
| 2- Idade 1ª conjugalidade = Idade 1ª residência própria <Idade 1º emprego   | 4,1         |
| 3- Idade 1ª residência própria = Idade 1º emprego <Idade 1ª conjugalidade   | 1,3         |
| 4- Idade 1º emprego = Idade 1ª conjugalidade <Idade 1ª residência própria   | 0,3         |
| 5- Idade 1ª conjugalidade <Idade 1º emprego = Idade 1ª residência própria   | 0,3         |
| 6- Idade 1ª residência própria <Idade 1º emprego = Idade 1ª conjugalidade   | 0,1         |
| 7- Idade 1ª residência própria <Idade 1ª conjugalidade <Idade 1º emprego    | 0,3         |
| 8- Idade 1ª residência própria <Idade 1º emprego <Idade 1ª conjugalidade    | 1,3         |
| 9- Idade 1º emprego <Idade 1ª residência própria <Idade 1ª conjugalidade    | 2,7         |
| 10- Idade 1º emprego <Idade 1ª conjugalidade <Idade 1ª residência própria   | 2,0         |
| 11- Idade 1ª conjugalidade <Idade 1º emprego <Idade 1ª residência própria   | 0,2         |
| 12- Idade 1ª conjugalidade <Idade 1ª residência própria <Idade 1º emprego   | 0,1         |
| <b>Modelo da Diversidade – Outras Sequências Incompletas até 25 anos</b>    |             |
| 13- Idade 1º emprego = Idade 1ª conjugalidade e sem 1ª residência própria   | 0,4         |
| 14- Idade 1ª conjugalidade = Idade 1ª residência própria e sem 1º emprego   | 4,3         |
| 15- Idade 1ª residência própria = Idade 1º emprego e sem 1ª conjugalidade   | 1,5         |
| 16- Idade 1º emprego <Idade 1ª residência própria e sem 1ª conjugalidade    | 3,4         |
| 17- Idade 1º emprego <Idade 1ª conjugalidade e sem 1ª residência própria    | 3,4         |
| 18- Idade 1ª residência própria <Idade 1º emprego mas sem conjugalidade     | 1,9         |
| 19- Idade 1ª residência própria <Idade 1ª conjugalidade e sem 1º emprego    | 0,3         |
| 20- Idade 1ª conjugalidade <Idade 1º emprego e sem 1ª residência própria    | 0,7         |
| 21- Idade 1ª conjugalidade <Idade 1ª residência e sem 1º emprego            | 0,3         |
| 22- Com conjugalidade sem 1º emprego nem 1ª residência própria              | 0,2         |
| 23- Com 1ª residência própria mas sem 1ª conjugalidade e sem 1º emprego     | 1,1         |
| 24- Sem qualquer experiência profissional, conjugal e de residência própria | 1,3         |
| <b>Total</b>                                                                | <b>35,9</b> |

**Quadro 28. Modelo da Diversidade – Outras sequências completas e incompletas até aos 30 anos**

| <b>Modelo da Diversidade – Outras Sequências Completas até 30 anos</b>      | %    |
|-----------------------------------------------------------------------------|------|
| 1- Idade 1º emprego = Idade 1ª conjugalidade = Idade 1ª residência própria  | 4,9  |
| 2- Idade 1ª conjugalidade = Idade 1ª residência própria <Idade 1º emprego   | 6,8  |
| 3- Idade 1ª residência própria = Idade 1º emprego <Idade 1ª conjugalidade   | 2,3  |
| 4- Idade 1º emprego = Idade 1ª conjugalidade <Idade 1ª residência própria   | 0,4  |
| 5- Idade 1ª conjugalidade <Idade 1º emprego = Idade 1ª residência própria   | 0,2  |
| 6- Idade 1ª residência própria <Idade 1º emprego = Idade 1ª conjugalidade   | 0,1  |
| 7- Idade 1ª residência própria <Idade 1ª conjugalidade <Idade 1º emprego    | 0,5  |
| 8- Idade 1ª residência própria <Idade 1º emprego <Idade 1ª conjugalidade    | 3,0  |
| 9- Idade 1º emprego <Idade 1ª residência própria <Idade 1ª conjugalidade    | 5,7  |
| 10- Idade 1º emprego <Idade 1ª conjugalidade <Idade 1ª residência própria   | 4,0  |
| 11- Idade 1ª conjugalidade <Idade 1º emprego <Idade 1ª residência própria   | 0,5  |
| 12- Idade 1ª conjugalidade <Idade 1ª residência própria <Idade 1º emprego   | 0,2  |
| <b>Modelo da Diversidade – Outras Sequências Incompletas até 30 anos</b>    |      |
| 13- Idade 1º emprego = Idade 1ª conjugalidade e sem 1ª residência própria   | 0,2  |
| 14- Idade 1ª conjugalidade = Idade 1ª residência própria e sem 1º emprego   | 2,1  |
| 15- Idade 1ª residência própria = Idade 1º emprego e sem 1ª conjugalidade   | 0,8  |
| 16- Idade 1º emprego <Idade 1ª residência própria e sem 1ª conjugalidade    | 2,7  |
| 17- Idade 1º emprego <Idade 1ª conjugalidade e sem 1ª residência própria    | 3,5  |
| 18- Idade 1ª residência própria <Idade 1º emprego mas sem conjugalidade     | 1,0  |
| 19- Idade 1ª residência própria <Idade 1ª conjugalidade e sem 1º emprego    | 0,0  |
| 20- Idade 1ª conjugalidade <Idade 1º emprego e sem 1ª residência própria    | 0,2  |
| 21- Idade 1ª conjugalidade <Idade 1ª residência e sem 1º emprego            | 0,4  |
| 22- Com conjugalidade sem 1º emprego nem 1ª residência própria              | 0,2  |
| 23- Com 1ª residência própria mas sem 1ª conjugalidade e sem 1º emprego     | 0,1  |
| 24- Sem qualquer experiência profissional, conjugal e de residência própria | 0,2  |
| Total                                                                       | 40,0 |

Das vinte e quatro variações apresentadas é possível identificar doze hipóteses de entrada na adultez através de “outras sequências completas” como por exemplo: a situação em que no mesmo ano iniciam todas as dimensões (sequência 1); os casos em que se iniciam duas dimensões no mesmo ano e a terceira anos antes ou depois (exemplo sequências 2, 3, 4, 5 e 6) e as sequências em que os inquiridos iniciam cada uma das dimensões numa idade diferente (exemplo sequências 7, 8, 9, 10, 11 e 12) (vide quadro 27 e 28). A entrada na adultez através de “outras sequências completas” representa

metade das trajetórias dos inquiridos do modelo de diversidade até aos 25 anos (18%) e três quartos do modelo da diversidade aos 30 anos (30%) (vide figuras 22 e 23).

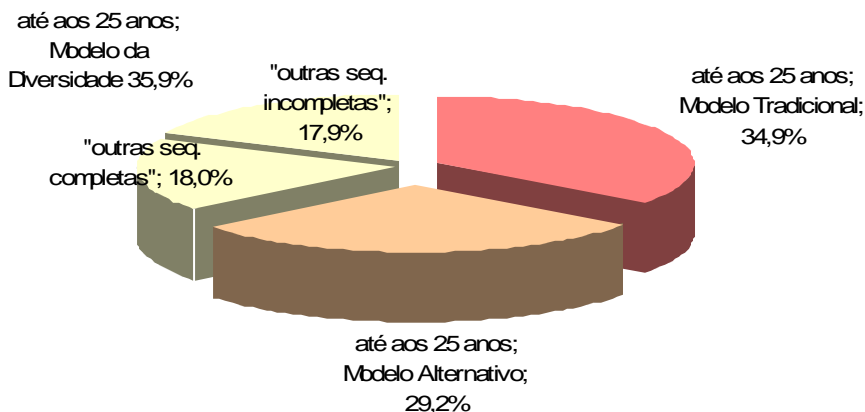


Figura 22. Modelos de entrada com “outras seqüências completas e incompletas” – até aos 25 anos

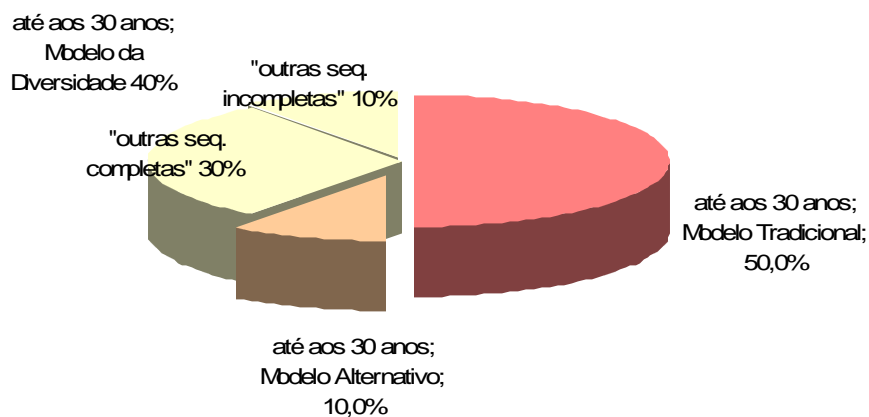
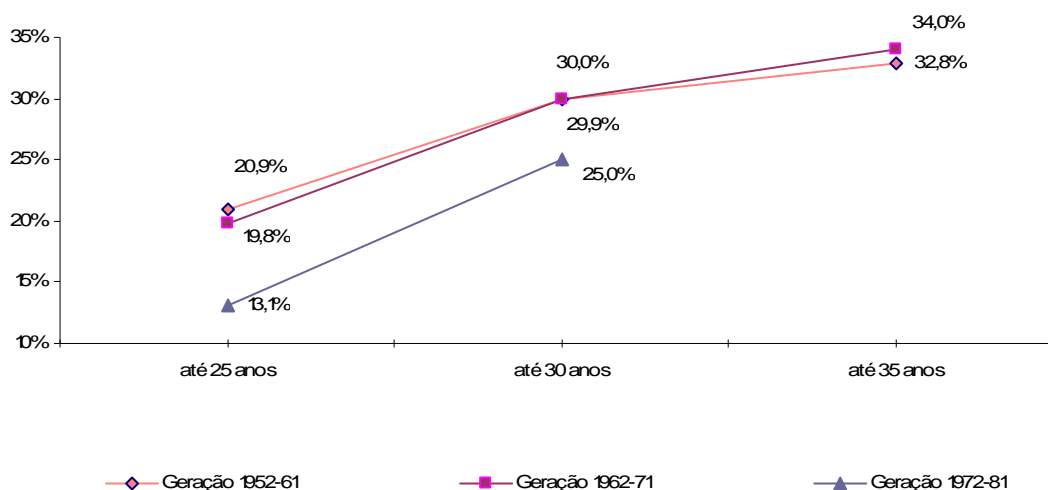


Figura 23. Modelos de entrada com “outras seqüências completas e incompletas” – até aos 30 anos

As restantes doze variações referem-se ao início da adultez através de “outras seqüências incompletas” e são, por exemplo: as situações em que se iniciam apenas duas dimensões, ambas no mesmo ano (seqüências 13,14 e 15); casos em que se iniciam apenas duas dimensões em anos diferentes (seqüências 16,17,18,19,20 e 21); quando apenas se inicia uma dimensão (seqüência 22 e 23) ou não se iniciou nenhuma dimensão (seqüência 24) (vide quadro 27 e 28 e anexo 2).

Exceptuando a situação em que não se iniciou nenhuma dimensão (sequência 24 - 1,3% do total da amostra), a entrada na idade adulta através de “outras sequências incompletas” representa, na sua totalidade, metade das trajetórias dos inquiridos do modelo de diversidade até aos 25 anos (17,9%) e um quarto do modelo da diversidade aos 30 anos (10%) (vide figuras 22 e 23).

Comparando as diferentes gerações verifica-se que, nos últimos trinta anos, a percentagem daqueles que entram na vida adulta através das “outras sequências completas” do modelo da diversidade diminui 7,8% na trajetória até aos 25 anos (de 20,9% na geração de 1952-61 passou-se para 13,1% na geração de 1972-81). Considerando o percurso de vida até aos 30 anos a percentagem diminui 5% (de 30% na geração de 1952-61 passou-se para 25% na geração de 1972-81) (vide figura 24). Esta diminuição, tal como acontece com a diminuição da sequência vinculada ao modelo tradicional, dá lugar ao aumento do número de indivíduos que iniciam a idade adulta através da sequência que caracteriza o modelo alternativo, isto é, que apenas iniciam a vida activa.



**Figura 24. Modelo da diversidade – “outras sequências completas” por etapas e gerações**

A percentagem de indivíduos que entram na vida adulta através das “outras sequências incompletas” do modelo da diversidade tem sido relativamente constante

mantendo-se, em média e em todas as gerações, nos 18% até aos 25 anos e nos 10,5% aos 30 anos (vide figura 25).

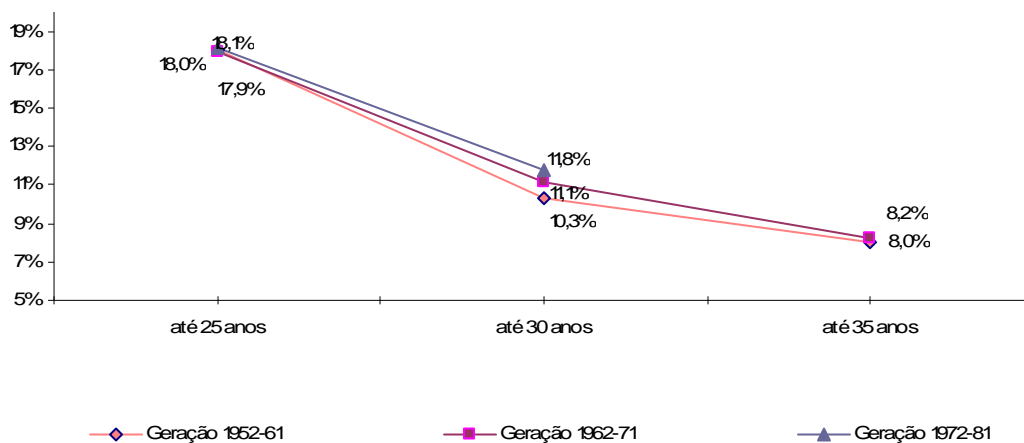


Figura 25. Modelo da diversidade – “outras sequências incompletas” por etapas e gerações

#### 4.1.4. Os modelos de entrada na adultez – caracterização sociodemográfica

Considerando os percursos vividos até aos 25 e aos 30 anos, os resultados revelam que existe uma associação significativa entre o tipo de sequência de entrada nas três dimensões analisadas e diversas variáveis sociodemográficas: geração; sexo; local de nascimento e de residência; escolaridade; situação profissional actual (profissão, actividade económica e remuneração); condição social de origem (escolaridade e profissão do pai e da mãe); caracterização do primeiro emprego (como obteve o primeiro emprego, profissão, actividade económica, remuneração e, nos casos em que tal acontece, o motivo de saída do primeiro emprego); situação residencial; caracterização da primeira conjugalidade e situação conjugal actual<sup>89</sup>.

<sup>89</sup> Devido ao desdobramento das análises estatísticas pelas subamostras (até aos 25 anos e até aos 30 anos) e ao elevado número de resultados que suportam as interpretações ( $\chi^2$  e *p-value*), os valores referentes aos modelos tradicional, alternativo e da diversidade (sequências completas e incompletas) são remetidos para os respectivos anexos. Neste caso, anexo 3.

O modelo tradicional está vinculado aos inquiridos da geração de 1952-61<sup>90</sup>, ou seja, reporta-se a uma prática de há cerca de 30 anos e está particularmente associado ao sexo feminino<sup>91</sup>.

Este modelo caracteriza em particular as trajectórias dos indivíduos que nasceram e residem no Norte do país, mais concretamente na área metropolitana do Porto<sup>92</sup>. Tal como a respectiva família de origem, estes situam-se num estrato socioeconómico baixo, possuem baixo nível de escolaridade (no máximo o 3º ciclo do ensino básico) e profissões não qualificadas<sup>93</sup>.

Segundo o modelo tradicional, consegue-se o primeiro emprego através de contactos familiares e pessoais, usualmente no sector da indústria, serviços e restauração<sup>94</sup>. Nestes trabalhos os indivíduos desempenham a função de trabalhadores não qualificados e usufruem de rendimentos reduzidos que raramente ultrapassam o salário mínimo nacional<sup>95</sup>.

Quando deixam o primeiro emprego é por iniciativa própria e o motivo mais citado é o da mudança de residência, no caso do sexo feminino são ainda enunciadas questões da vida pessoal e familiar, nomeadamente casar, engravidar ou “ter de deixar o trabalho para cuidar dos filhos”<sup>96</sup>. Actualmente, estes adultos mantêm (ou retomam) as funções não qualificadas nos sectores em que iniciaram a actividade profissional<sup>97</sup>. Nestes casos não existe nem mobilidade ascendente no âmbito da carreira profissional nem em relação ao estatuto socioeconómico da família de origem.

Ao saírem de casa da família de origem, os adultos que estão predominantemente vinculados ao modelo tradicional constituíram agregado próprio em residência própria iniciando a conjugalidade através do casamento<sup>98</sup>.

---

<sup>90</sup> Anexo 3 - célula 1.

<sup>91</sup> Anexo 3 - célula 2.

<sup>92</sup> Anexo 3 - célula 3, 4 e 5.

<sup>93</sup> Anexo 3 - célula 6,7,8,9,10,11.

<sup>94</sup> Anexo 3 - célula 12 e 13.

<sup>95</sup> Anexo 3 - célula 14 e 15.

<sup>96</sup> Anexo 3 - célula 16.

<sup>97</sup> Anexo 3 - célula 7 e 17.

<sup>98</sup> Anexo 3 - célula 19 e 20.

A situação de ter iniciado apenas a vida activa sem experimentar qualquer relação conjugal nem ter constituído agregado familiar próprio em residência própria – modelo alternativo – está particularmente vinculada aos jovens adultos da geração de 1972-81<sup>99</sup>. É assim uma prática contemporânea, predominante entre o sexo masculino<sup>100</sup> e entre aqueles que nasceram em meio urbano, quer na área metropolitana de Lisboa quer na do Porto (locais onde continuam a residir)<sup>101</sup>.

Os jovens adultos vinculados ao modelo alternativo são oriundos de dois contextos socioeconómicos: provêm de famílias semiqualficadas (administrativos e vendedores) ou de famílias com maiores qualificações e recursos (pais com profissões intelectuais e científicas ou pequenos e médios empresários do sector do comércio e serviços)<sup>102</sup>. Possuem, predominantemente, escolaridade até ao ensino secundário ou prolongam os estudos até ao ensino médio ou superior<sup>103</sup>. A maioria está em início de carreira, é solteiro(a) e vive em casa da família de origem<sup>104</sup>.

No modelo alternativo o primeiro emprego foi obtido através de resposta a anúncios, concursos públicos, autopropostas ou agências de emprego<sup>105</sup>. Estes indivíduos iniciam a vida activa nos sectores da construção, dos serviços, comércio ou administração pública e desempenham a função de trabalhador não qualificado, administrativo ou técnico superior conforme as habilitações que possuem<sup>106</sup>. No primeiro emprego usufruem de rendimentos médios entre quinhentos e mil euros<sup>107</sup>. O motivo pelo qual saem do primeiro emprego é muitas vezes o despedimento involuntário, o que revela precariedade e instabilidade profissional<sup>108</sup>.

---

<sup>99</sup> Anexo 3 - célula 1.

<sup>100</sup> Anexo 3 - célula 2.

<sup>101</sup> Anexo 3 - célula 3, 4 e 5.

<sup>102</sup> Anexo 3 - célula 8,9,10 e 11.

<sup>103</sup> Anexo 3 - célula 6.

<sup>104</sup> Anexo 3 - célula 21 e 22.

<sup>105</sup> Anexo 3 - célula 12.

<sup>106</sup> Anexo 3 - célula 13 e 14.

<sup>107</sup> Anexo 3 - célula 15. As referências às remunerações é feita em euros, mas importa salientar que, em relação a empregos iniciados antes de 2001, este valor corresponde à verba que, na altura, era recebida em escudos.

<sup>108</sup> Anexo 3 - célula 16.



A entrada na idade adulta através de “outras sequências completas” é predominante entre o sexo feminino<sup>109</sup>, a geração intermédia<sup>110</sup> e indivíduos que nasceram em meio urbano, nomeadamente na área metropolitana de Lisboa (onde continuam a residir)<sup>111</sup>. O contacto com a vida adulta através de “outras sequências incompletas” é predominante entre os que nascerem e residem no meio rural nos distritos do Interior Centro, Norte e Sul do país<sup>112</sup>, neste caso sem que se identifiquem distinções geracionais.

As vinte e quatro sequências possíveis do modelo da diversidade estão particularmente vinculadas a adultos que, em relação à família de origem (pai operário e mãe doméstica ou operária e ambos com baixos níveis de escolaridade)<sup>113</sup>, melhoram o seu estatuto socioeconómico. Possuem escolaridade secundária, média ou superior<sup>114</sup> e desempenham profissões técnicas e qualificadas no sector dos serviços e administração pública, principalmente nas áreas da educação, saúde e acção social<sup>115</sup>. Estas sequências estão assim associadas à mobilidade socioprofissional ascendente. O primeiro emprego foi obtido através de resposta a anúncios, concursos públicos e por autopropostas<sup>116</sup> para as funções de administrativa, técnico(a) superior ou especialista em profissões científicas e intelectuais<sup>117</sup>. Neste primeiro emprego já usufruíam de rendimentos médios usualmente superiores a mil euros por mês<sup>118</sup>.

A diversidade das sequências de entrada nas dimensões analisadas está vinculada aos indivíduos que quando saíram de casa da família de origem foram residir sós ou com amigos<sup>119</sup> e aos que, em relação ao total da amostra, iniciaram a conjugalidade predominantemente através da união de facto<sup>120</sup>.

---

<sup>109</sup> Anexo 3 - célula 2

<sup>110</sup> Anexo 3 - célula 1.

<sup>111</sup> Anexo 3 - célula 3, 4 e 5.

<sup>112</sup> Anexo 3 - célula 3, 4 e 5.

<sup>113</sup> Anexo 3 - célula 18,9, 10 e 11.

<sup>114</sup> Anexo 3 - célula 6.

<sup>115</sup> Anexo 3 - célula 7.

<sup>116</sup> Anexo 3 - célula 12.

<sup>117</sup> Anexo 3 - célula 14.

<sup>118</sup> Anexo 3 - célula 15.

<sup>119</sup> Anexo 3 - célula 19.

<sup>120</sup> Anexo 3 - célula 20.

A identificação de um modelo da diversidade de entrada nas dimensões analisadas permite concluir que ao nível das práticas e dos percursos biográficos existe uma multiplicidade de formas de entrada na adultez.

Entre a diversidade referida interessa ainda evidenciar dois resultados:

1. a situação de entrada sincrónica nas três dimensões estudadas – idade do primeiro emprego igual à idade da primeira conjugalidade e igual à idade da primeira residência própria (ou seja, entrada nas três dimensões no mesmo ano) – só caracteriza 4,4% das trajectórias vividas até aos 25 anos, subindo apenas para 4,9% aos 30 anos (vide quadro 27 e 28, sequência 1). Isto é, as trajectórias de idades de entrada sincrónicas, que caracterizam um modelo de passagem à vida adulta linear e instantâneo, são uma construção teórica sem significado nos percursos experienciados. Só para uma percentagem reduzida de indivíduos a entrada nas três dimensões acontece no mesmo ano.
2. até aos 25 e 30 anos, a situação de entrada sincrónica na conjugalidade e na constituição de agregado familiar próprio em residência própria é predominante, contudo, raramente se verifica antes da primeira experiência profissional. Isso só acontece para 4,1% das trajectórias da amostra até aos 25 anos e para 6,8% quando se considera o percurso vivido até aos 30 anos (vide quadro 27 e 28, sequência 2). Esta situação reflecte particularmente a trajectória das mulheres da geração mais velha<sup>121</sup>.

Em resumo, relacionando as idades de entrada no eixo privado com as idades de entrada no eixo público é possível concluir que, aos 30 anos, a maioria dos indivíduos (80%) já tinham vivido tanto a primeira experiência profissional como a primeira conjugalidade e já tinham constituído agregado familiar próprio em residência própria (modelo tradicional e “outras sequências completas” do modelo da diversidade). A ordem mais frequente pela qual acontecem estes eventos passa por entrar primeiro na vida activa e mais tarde, passado cerca de cinco anos, viver a primeira conjugalidade ao mesmo tempo que se constitui agregado familiar próprio (modelo tradicional). Esta prática está, contudo, associada ao grupo de idades mais avançadas pois, nos últimos

---

<sup>121</sup> Anexo 4.

trinta anos, comparando as gerações extremas (a geração 1952-61 e a geração 1972-81), existe um decréscimo na percentagem de trajetórias em que a entrada na vida adulta se dá segundo esta sequência – menos 26,4% se considerarmos o percurso vivido até aos 25 anos e menos 15,5% no percurso vivido até aos 30 anos.

Aqueles que ainda não experimentaram, até aos 30 anos, duas das dimensões estudadas são predominantemente jovens adultos da geração de 1972-81, do sexo masculino que, na sua maioria, apenas iniciaram a vida activa.

Para um número significativo de indivíduos, as idades de entrada nas dimensões do eixo público e privado acontecem de modo diversificado e conforme vinte e quatro tipos de sequências possíveis. Este facto permite concluir que, para além dos modelos mais representativos, ao nível das práticas e dos percursos biográficos, existe uma multiplicidade de possibilidades de entrada na adultez.

Conclui-se ainda que o modelo de idades de entrada sincrónicas é uma construção meramente teórica pois só raramente o primeiro emprego, a primeira conjugalidade e a constituição de agregado familiar próprio acontecem no mesmo ano.

Outro resultado a evidenciar é o peso da condição social sobre as práticas e, neste caso, sobre os modos de entrada na vida activa, na conjugalidade e na aquisição de residência própria. É possível identificar: (a) situações de reprodução da condição social da família de origem – a manutenção dos baixos recursos socioeconómicos entre os adultos da geração 1952-61 que entraram na adultez através do modelo tradicional e manutenção da condição média/média alta entre os jovens adultos da geração 1972-81 que iniciaram apenas a vida activa<sup>122</sup>; (b) situações de mobilidade social ascendente – entre os adultos da geração 1962-71, cujos percursos remetem para o modelo da diversidade e cuja condição socioeconómica de origem era baixa e passa para média/alta.

---

<sup>122</sup> Estes últimos, que em 2006 tinham entre 25 e 34 anos, em relação à família de origem, registam, no entanto, situações de mobilidade profissional descendente. Isto é, têm empregos menos estáveis e menos qualificados ou qualificantes (assunto desenvolvido no ponto 4.2.2. deste capítulo).

#### 4.1.5. As segundas e mais experiências na vida activa, conjugal e residencial.

Ao admitir a possibilidade de na idade adulta viver-se um modelo de experimentação<sup>123</sup>, não linear e caracterizado pela «passagem por diversas experiências sociais ao longo de um processo interactivo, feito de ensaios e erros» (Galland, 1996, p. 43), contempla-se a hipótese de existirem “segundas, terceiras ou mais experiências” nas diversas dimensões da vida dos adultos.

Analisando o número de experiências vividas ao nível do eixo público e privado da vida adulta conclui-se, porém, que mesmo não existindo um percurso único e linear, existe um percurso mais representativo: a maioria (cerca de 70% do total da amostra) experiencia duas a três actividades profissionais<sup>124</sup>, reside em três locais de residência diferentes e vive uma relação conjugal. O segundo percurso mais frequente consiste em ter vivido em vários locais, ter tido uma única experiência profissional e uma única experiência conjugal. O terceiro percurso mais significativo corresponde a ter tido um único local de residência, várias experiências profissionais e uma única experiência conjugal.

Independentemente do número de experiências profissionais e residenciais, a maioria dos adultos vive uma única relação conjugal, ou seja, enquanto que ao nível da conjugalidade a trajectória mantém-se relativamente “simples e única”, o mesmo não se verifica nas dimensões residencial e profissional, estas reflectem percursos mais complexos.

Considerando a abordagem teórica anteriormente desenvolvida sobre a idade adulta e o trabalho, a aprendizagem, o lazer, a família, a conjugalidade e a parentalidade, avança-se de seguida com a pormenorização dos resultados do questionário em relação às dimensões dos eixos público e privado da idade adulta.

---

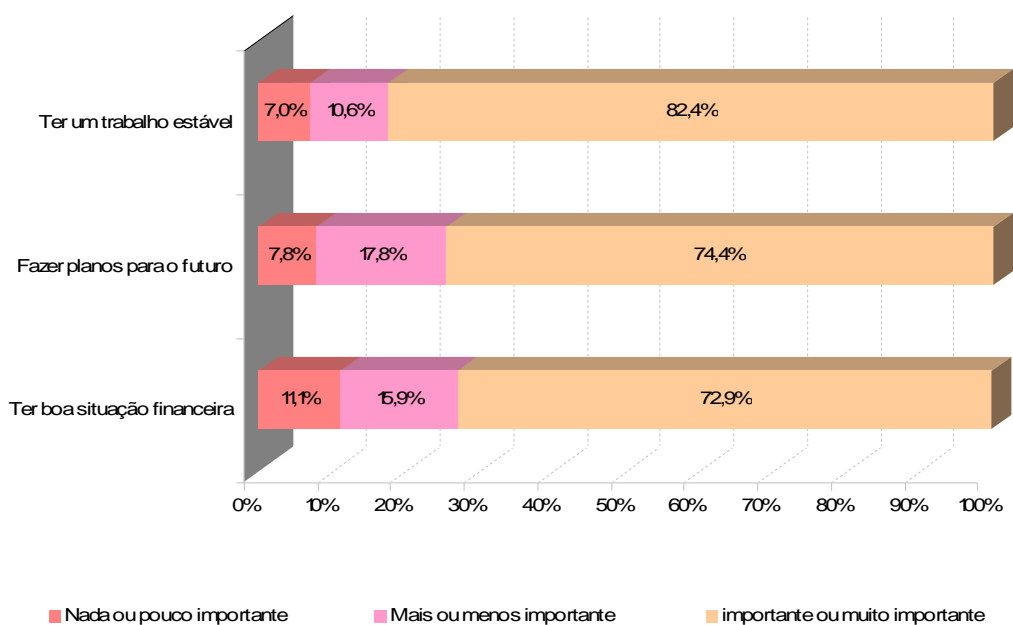
<sup>123</sup> Assunto anteriormente desenvolvido no ponto 1.2.2. do capítulo 1.

<sup>124</sup> Como já foi referido, considerando as experiências com a duração de um ou mais anos.

## 4.2. A Adulterez – o trabalho, a aprendizagem e o lazer

Atendendo particularmente à dimensão profissional, ao aumento de indivíduos que, até aos 25 ou 30 anos, apenas iniciam a vida activa e à hipótese de que, na adultez, alcançar a estabilidade no trabalho é um objectivo premente, colocam-se as seguintes questões: um indivíduo que apenas tenha iniciado a vida activa é considerado adulto? Para se “ser adulto” é importante estar a trabalhar? Se sim, em que tipo de trabalho?

É incontestável a valorização do trabalho na construção da identidade adulta e, em especial, a importância atribuída à estabilidade profissional: os inquiridos consideram que para se “ser adulto” é importante ou muito importante “ter um trabalho estável” (82,4%); poder “fazer planos para o futuro” (74,4%) e adquirir uma “boa situação financeira” (72,9%) (vide figura 26).



**Figura 26.** A importância do “trabalho estável”, da “situação financeira” e de “planear o futuro” para se “ser adulto”

Para ambos os sexos trabalhar não significa apenas ter uma profissão ou desenvolver uma actividade em determinado sector. O trabalho é a principal norma de integração dos indivíduos na sociedade, atribui significado e inscreve os adultos num meio físico e social que permite a construção de uma estratégia identitária assente em atitudes, práticas e papéis a desempenhar. (Demazière & Dubar, 1996; Courtois & Rougerie, 1997; Pires & Borges, 1998; Miranda, 2003 ; Vala et al., 2003).

O modo de ser, fazer, pensar e viver em sociedade subordina-se fortemente à identidade profissional. A imagem de si, tal como a adultez, é condicionada pela situação dos indivíduos face ao mercado de trabalho. Numa perspectiva holística, o adulto faz parte do todo social quando está integrado profissionalmente, caso tal não aconteça sujeita-se a ser socialmente excluído (Brillon & Renaut, 1986; Levy-Leboyer, 1986; Nimal et al., 2000).

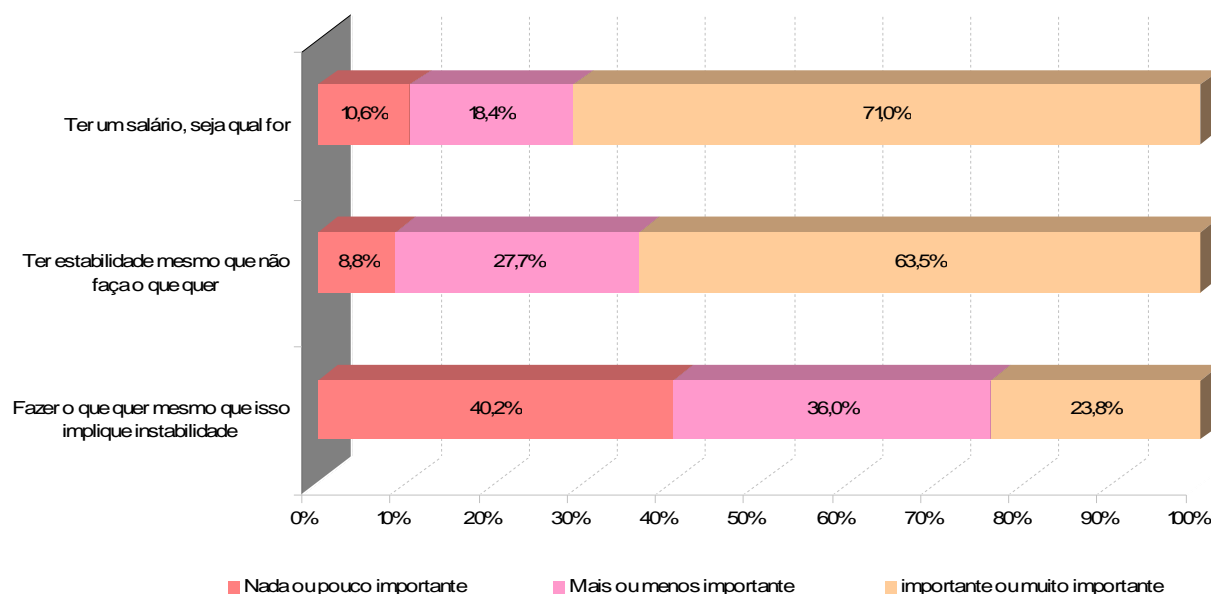
A actividade profissional dá sentido a várias dimensões da vida e mesmo os compromissos conjugais e familiares estão subordinados a um sentimento subjectivo de segurança no trabalho (Nimal et al., 2000). Neste sentido, os indivíduos que tenham apenas iniciado a vida activa, como os que estão vinculados ao modelo alternativo de entrada na adultez, são considerados adultos.

#### **4.2.1.A adultez e a instrumentalização do trabalho**

Na adultez é muito importante que a sucessão de estatutos provisórios advindos da precariedade dos contratos de trabalho seja ultrapassada e converta-se numa posição profissional estável.

Os resultados revelam que, para se “ser adulto”, os indivíduos consideram que é importante ou muito importante ter estabilidade profissional, “mesmo que não se faça o que se quer” (63,5%); ou, então, em qualquer circunstância, é muito importante ter a oportunidade de “ganhar um salário, seja ele qual for” (71%). Em contrapartida, a

importância dada ao “fazer o que se quer (em termos profissionais) mesmo que isso implique instabilidade” desce para 23,8% (vide figura 27). As teses que, há cerca de vinte anos, previam a substituição dos valores instrumentais do trabalho pelos valores expressivos não se concretizaram (Pires & Borges, 1998; Vala et al., 2003). Na adultez, o trabalho continua a ser entendido como uma fonte de receita e não como uma possibilidade de bem estar-subjectivo, de iniciativa ou realização pessoal.



**Figura 27.** A importância do “ter um salário” e da “estabilidade no trabalho” para se “ser adulto”

Valoriza-se o trabalho pelo facto de ele ser fundamental para a construção da identidade social e por garantir recompensas materiais (mesmo que se violentem motivações e vocações). O valor instrumental do trabalho tem uma importância estratégica no âmbito da actividade humana e com a fragilidade da situação económica ganha ainda mais significado, sendo indubitável a sua centralidade nas vidas das pessoas (Pais, 1991b; Alves, 1998; Pires & Borges, 1998).

“As condições materiais estão no centro das preocupações dos portugueses. A estabilidade, a segurança de emprego e um bom nível salarial são as questões que, talvez por não se encontrarem asseguradas para a maioria, surgem em primeiro lugar quando se fala de emprego.” (Pires & Borges, 1998, p.316).

Ser activo desempregado ou passar à inactividade é desprestigiante podendo mesmo funcionar como estigma social (Alves, 1998; Pires & Borges, 1998). Os indivíduos nestas situações perdem valor social e, pelo facto de não estarem a trabalhar, comprometem o seu estatuto de adulto

Para se “ser adulto” importa ainda passar pela experiência do “verdadeiro” trabalho, mesmo que este deixe de ser o emprego estável para o resto da vida e passe a ser o emprego que possibilita a estabilidade durante alguns anos. Se, confrontados com as dificuldades de inserção profissional, os jovens recorrem a actividades de substituição (como a realização de “biscates” e de trabalhos com vínculos contratuais precários) (Pais, 2001), na adultez, um dos principais objectivos é despistar os estatutos de substituição, ultrapassá-los e não mais retomá-los.

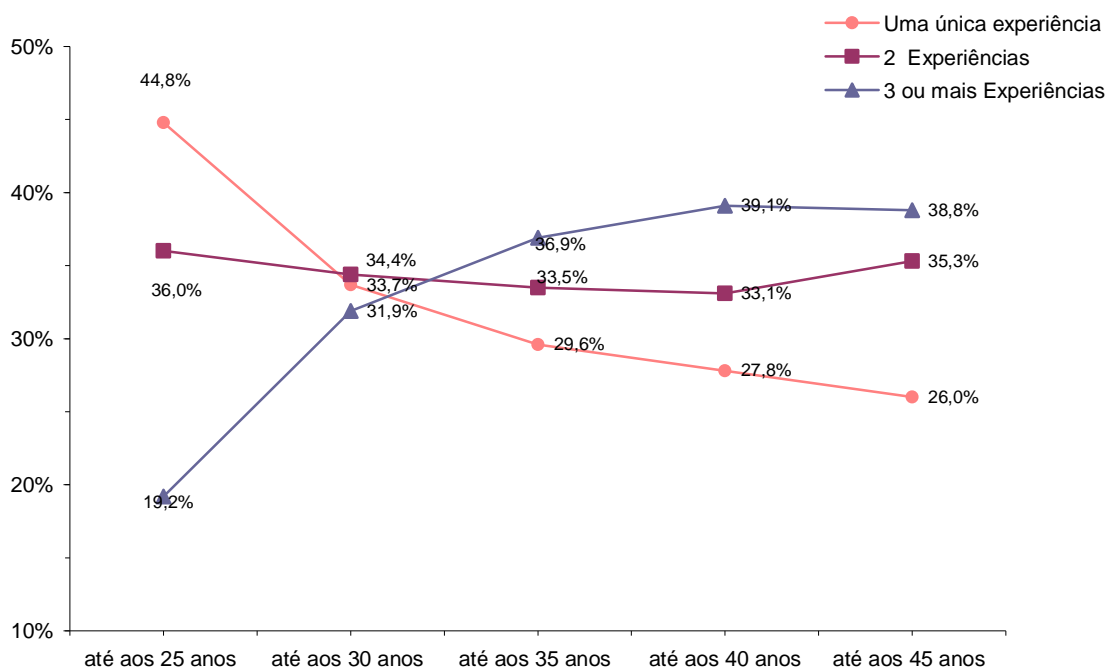
As transformações tecnológicas, o crescente fenómeno da terciarização e urbanização, as novas políticas de gestão e o aumento da população activa (em particular da feminina) apontavam no sentido da modernização do mercado de trabalho. Assiste-se, no entanto, ao aumento da instabilidade e insegurança no trabalho devido à precariedade das novas condições contratuais e à diversidade de modelos de emprego e desemprego. Esta situação é ainda agravada pelos baixos níveis de escolaridade da população activa e da classe empresarial. Se por um lado, na adultez, os trabalhos intermitentes são entendidos como ocupações de transição, por outro lado quando não se consegue “dar o salto” para uma situação mais estável, o que realmente importa é estar a trabalhar.

Em resumo, os resultados obtidos indicam que a generalidade dos adultos, consciente das dificuldades em progredir na carreira, tenta, pelo menos, manter uma situação segura e estável em termos de bem-estar material. Conclui-se, ainda, que as condições objectivas são geridas segundo uma estratégia de ajustamento “pragmático” das aspirações à realidade, isto é, projecta-se um futuro menos ambicioso e mais próximo da situação em que o indivíduo se encontra.



#### 4.2.2.O adulto da mobilidade profissional involuntária

Considerando o número de experiências profissionais vividas é possível concluir que aos 25 anos e nas etapas de vida que se sucedem, cerca de 34% dos adultos tiveram dois empregos. A partir dos 35 anos perto de 38% viveram, em média, três ou mais experiências profissionais. Depois dos 35 anos apenas cerca de 28% manteve uma única actividade profissional (vide figura 28).



**Figura 28.** Número de experiências profissionais por etapas de vida

Constata-se que a mobilidade profissional mais elevada verifica-se particularmente a partir dos 30 anos e o número de experiências profissionais difere

consoante a geração, o território urbano ou rural, as condições socioeconómicas (categoria profissional, actividade económica e remuneração), a escolaridade e o sexo<sup>125</sup>.

A mobilidade profissional está associada à geração intermédia e à geração mais nova<sup>126</sup>, às idades entre os 25 e os 44 anos, a baixas habilitações escolares<sup>127</sup>, menores qualificações profissionais<sup>128</sup>, ao meio urbano<sup>129</sup> e ao sexo masculino<sup>130</sup>.

A análise dos dados permite concluir que a mobilidade profissional não está relacionada com a evolução na carreira ou com os interesses pessoais mas sim com a precariedade de emprego. A mobilidade regista-se segundo mudanças involuntárias que advêm do despedimento. Quando a mobilidade resulta da rescisão de contrato por parte do trabalhador (mobilidade voluntária) esta raramente se deve ao facto do trabalhador ter em vista um melhor emprego. Na maior parte das vezes é causada pela elevada insatisfação em relação à função anteriormente desempenhada ou à remuneração auferida.

#### **Várias mudanças de emprego sem progressão na carreira**

Quando aos 25 ou aos 30 anos os inquiridos já experimentaram três ou mais actividades profissionais a mobilidade raramente corresponde a uma melhoria substancial da situação profissional: os empregos são obtidos através de meios informais (relações pessoais e familiares)<sup>131</sup>, as remunerações mensais mantêm-se abaixo dos 1000 euros<sup>132</sup> e predominam as funções de operário(a) ou trabalhador(a) não qualificado(a)<sup>133</sup> nos sectores dos serviços, comércio, indústria, construção e restauração<sup>134</sup>. Quando se regista ascensão profissional esta resume-se à transição para empregado(a) ou administrativo(a) no sector dos serviços ou comércio<sup>135</sup>.

---

<sup>125</sup> Devido ao desdobramento das análises estatísticas pelas subamostras (até aos 25, 30, 35 e 40 anos) e ao elevado número de resultados que suportam as interpretações ( $\chi^2$  e *p-value*), os valores referentes à mobilidade profissional são remetidos para os respectivos anexos. Neste caso, Anexo 5.

<sup>126</sup> Anexo 5 - célula 1.

<sup>127</sup> Anexo 5 - célula 2.

<sup>128</sup> Anexos 5 - células 3,4,5,6.

<sup>129</sup> Anexo 5 - célula 11.

<sup>130</sup> Anexo 5 - célula 12.

<sup>131</sup> Anexos 5 - células 13,14 e 15.

<sup>132</sup> Anexos 5 - células 16-19.

<sup>133</sup> Anexos 5 - células 3-6.

<sup>134</sup> Anexos 5 - células 7-10.

<sup>135</sup> Anexos 5 - células 3-10.

Quando a terceira actividade profissional se verifica ligeiramente mais tarde, até aos 35 ou aos 40 anos, para além da condição socioeconómica se manter inalterada, investe-se, por vezes, na criação do próprio emprego – na abertura de pequenos estabelecimentos nos sectores do comércio ou restauração (pequenas lojas de pronto-a-vestir, cafés e minimercados)<sup>136</sup>. Os rendimentos continuam a não chegar aos 1000 euros<sup>137</sup> por mês, mas ascende-se para a categoria de pequeno empresário.

Considerando o percurso até aos 35 anos, verifica-se que também os adultos actualmente desempregados apresentam maior mobilidade profissional (três ou mais experiências profissionais)<sup>138</sup>.

### **Duas mudanças de emprego.**

Os percursos profissionais que integram duas mudanças de emprego estão associados, até aos 40 anos, aos indivíduos da geração de 1952-61<sup>139</sup>, com a habilitação escolar do ensino básico ou secundário<sup>140</sup> e que iniciaram a vida activa nos sectores da indústria, construção, alojamento e restauração como trabalhadores não qualificados<sup>141</sup>. Estes, até aos 30 ou 35 anos, por autoproposta, resposta a anúncio ou concurso público<sup>142</sup>, passaram a trabalhar como empregados ou administrativos<sup>143</sup> nos sectores do comércio e serviços<sup>144</sup> (também entre estes existem os que criaram o próprio emprego e são hoje pequenos empresários, donos de cafés e de lojas diversas)<sup>145</sup>.

Neste caso a vivência de duas experiências profissionais caracteriza o fim de um percurso profissional relativamente estável, o dos adultos da geração 1952-61 de estatuto socioeconómico médio baixo/médio.

### **O “trabalho para a vida” – a progressão na carreira.**

---

<sup>136</sup> Anexos 5 - célula 6.

<sup>137</sup> Anexos 5 - célula 19.

<sup>138</sup> Anexo 6. Considerando o total da amostra, estes residem predominantemente no meio urbano ( $\chi^2 = 9,709$ ,  $p\text{-value} = 0,001$ ).

<sup>139</sup> Anexo 5 - célula 1.

<sup>140</sup> Anexo 5 - célula 2.

<sup>141</sup> Anexos 5 – células 4 e 8.

<sup>142</sup> Anexos 5 - célula 14.

<sup>143</sup> Anexos 5 - célula 5.

<sup>144</sup> Anexos 5 - célula 9.

<sup>145</sup> Anexos 5 - célula 5.

A experiência de uma única actividade profissional está associada aos adultos da geração mais velha (1952-61)<sup>146</sup> com habilitações escolares superiores<sup>147</sup> e que iniciaram a vida activa no sector dos serviços, na administração pública ou na área da saúde, educação e acção social<sup>148</sup>. Esta actividade é qualificada ou semi-qualificada, predominando o desempenho de funções administrativas ou funções especializadas em profissões científicas e intelectuais<sup>149</sup>. Estes indivíduos progrediram na carreira de acordo com as regras previstas para a função pública. Progressão que surge vinculada ao “o trabalho para a vida”.

De referir, no entanto, que a associação entre habilitações escolares superiores e uma menor mobilidade e maior estabilidade profissional sofre ligeiras alterações. Entre os mais jovens (geração de 1972-81) é possível identificar aqueles que, mesmo com habilitações superiores, já experimentaram, até aos 25 ou 30 anos, três ou mais actividades profissionais. Nestes casos a segunda e terceira actividades raramente implicaram mudanças significativas em relação às funções desempenhadas ou ao sector de actividade da primeira experiência. A mudança teve a ver com o fim de um estágio profissional ou com a incapacidade da entidade integrar o trabalhador. Quando há mudança voluntária esta deve-se à insatisfação do indivíduo em relação às condições de trabalho ou à falta de “perspectivas para o futuro” no antigo emprego. Mais uma vez, o objectivo é encontrar uma situação “estável” e, também entre aqueles que possuem títulos escolares mais elevados, a precariedade surge como instigadora da mobilidade profissional.

Pode concluir-se, em primeiro lugar, que a partir dos 35 anos ou, no máximo, aos 40 anos, independentemente do estatuto, satisfação ou realização pessoal, a tendência é para não voltar a mudar de emprego. Em média, nestas idades cerca de 38% dos inquiridos experimentou três ou mais actividades profissionais, 34% passou por duas experiências e 28% teve um único emprego.

---

<sup>146</sup> Anexo 5 - célula 1.

<sup>147</sup> Anexo 5 - célula 2.

<sup>148</sup> Anexos 5 - célula 8.

<sup>149</sup> Anexos 5 - célula 4.

Em segundo lugar, nos últimos trinta anos, a mobilidade profissional aumentou entre os estratos socioeconómicos baixo e médio sem que se registasse progressão nas carreiras. Predominantemente, nestes estratos, aqueles que pertencem à geração 1952-61 experimentaram duas actividades profissionais; os que pertencem às gerações 1962-71 e 1972-81 experimentaram três ou mais actividades. O aumento de mobilidade profissional não correspondeu a alterações significativas nas remunerações, nas funções desempenhadas e no estatuto socioprofissional dos inquiridos.

Entre os grupos de idades mais avançadas – 35-44 anos e 45-54 anos – que possuem um estatuto socioeconómico mais elevado, maiores recursos escolares e económicos, a progressão na carreira é uma realidade. Essa progressão verifica-se, porém, no âmbito de uma única experiência profissional, facto que reforça a dissociação entre progressão profissional e mobilidade profissional.

Entre os inquiridos do grupo com mais recursos, a precariedade e respectiva mobilidade profissional começa, no entanto, a afectar os indivíduos mais novos (que vêm os seus títulos escolares desvalorizados). O vínculo contratual em que os jovens diplomados se encontram envolvidos revela instabilidade profissional, entre estes predomina o “recibo verde”, o contrato a prazo ou o estágio que por vezes não é remunerado.

#### **A indefinição da identidade profissional e da adultez**

Entre os indivíduos de diferentes gerações e com baixos recursos escolares regista-se uma mobilidade profissional descendente. Os jovens adultos não têm oportunidade, ou rejeitam, exercer certas profissões de carácter manual ligadas à produção. São cada vez menos os que optam ou têm hipótese de serem aprendizes de profissões semi-qualificadas, diminuindo a oportunidade de progressão para operário especializado como acontecia nas gerações anteriores. Estes jovens adultos preferem o sector dos serviços e do comércio e por isso “vagueiam” por diversos empregos como trabalhadores não qualificados em tarefas que não perspectivam qualquer tipo de especialização (Freire et al., 2000).

Os jovens diplomados do ensino superior encontram-se, em relação à geração mais velha com as mesmas habilitações escolares, mais susceptíveis a um primeiro emprego abaixo das suas qualificações ou a empregos sem benefícios sociais ou garantias de continuidade.

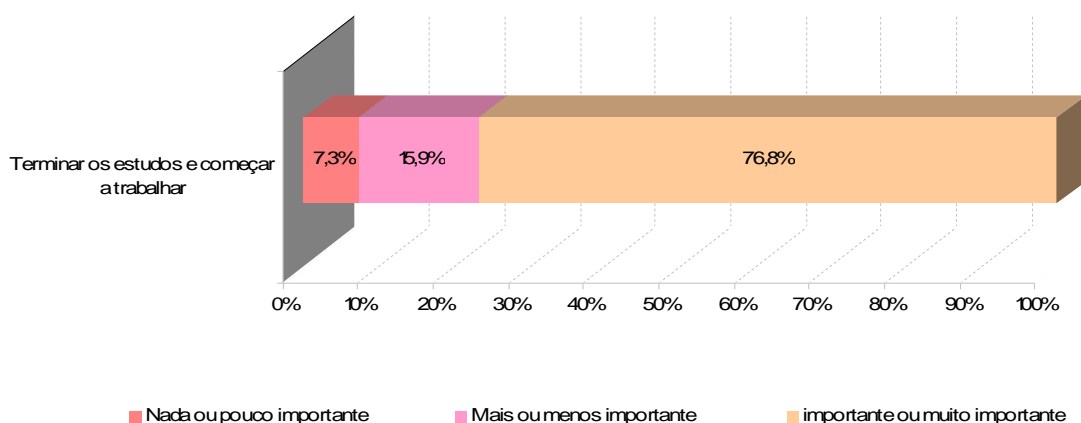
As primeiras experiências profissionais vividas pelos jovens adultos influenciam significativamente a elaboração dos projectos de vida e vão imprimir uma marca profunda na identidade profissional do adulto. Os primeiros contactos com o mercado de trabalho caracterizam-se, frequentemente, por processos de destabilização que implicam uma adaptação progressiva dos jovens adultos à vida activa. Quando a exclusão se torna a característica predominante dos primeiros contactos com o mercado de trabalho, as atitudes e aspirações face à vida profissional ficam condicionadas, a construção de uma identidade profissional consistente fica debilitada e diminui a capacidade de projecção do futuro. A acção pessoal fica exclusivamente centrada na necessidade de ultrapassar a actual situação de precariedade, o que influi na forma como se entende e vive a adultez (Grâce & Joshi, 1986; Battagliola et al., 1995; Alves, 1998; Nimal et al., 2000).

A indefinição relativamente à escolha de uma ocupação profissional, a dificuldade de se identificarem actividades preferidas, áreas onde se gostaria de trabalhar e competências adquiridas parte muitas vezes da inexistência de uma identidade profissional claramente definida (Alves, 1998; Pinto, 1991).

Em conclusão, os adultos, independentemente da condição social, olham com receio o fenómeno do desemprego e parece ser unânime a valorização do valor instrumental do trabalho, da procura da estabilidade e do fim da precariedade. Existe uma reacção pouco crítica em relação aos factores intrínsecos do trabalho e tenta-se nivelar as expectativas pelas condições existentes. As preocupações têm um carácter pragmático: manter o emprego e ser recompensado materialmente por isso, aspecto essencial para se afirmarem como adultos.

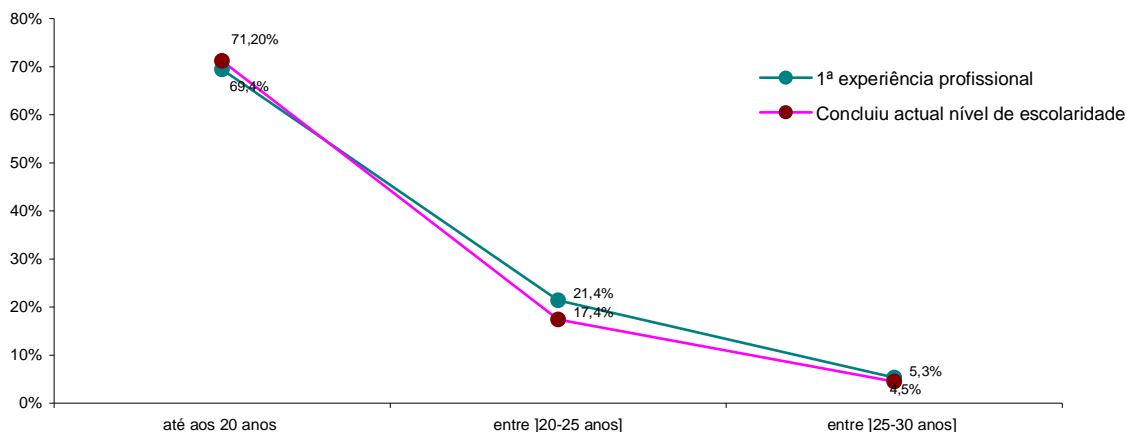
### 4.2.3 A adulez e a aprendizagem ao longo da vida

Para além da generalizada valorização do trabalho para a definição do estatuto de adulto, 76,8% dos indivíduos consideram que, para se “ser adulto”, é importante ou muito importante conseguir um emprego logo após o fim dos estudos (vide figura 29).



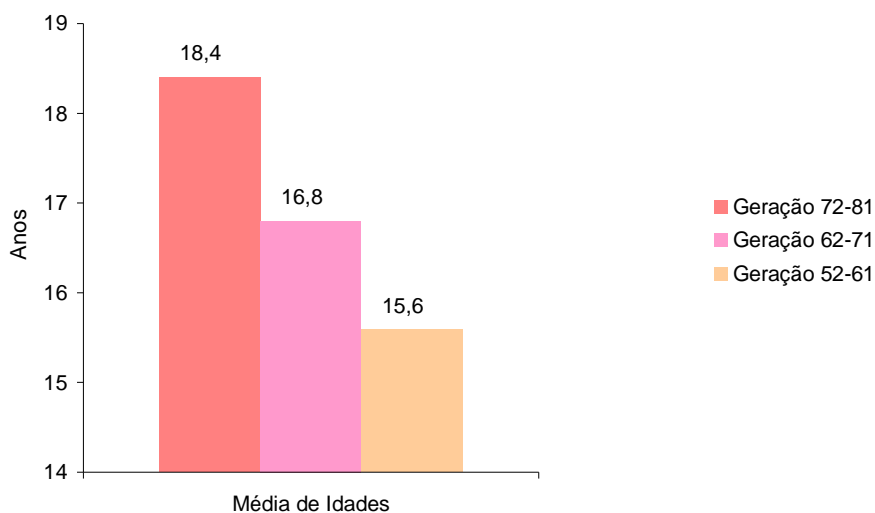
**Figura 29.** A importância de “terminar estudos e começar a trabalhar” para se “ser adulto”

Cerca de 70% dos inquiridos adquiriram a actual escolaridade até aos 20 anos, altura em que iniciaram a vida activa (vide figura 30). Considerando o modelo teórico que define a entrada na vida adulta segundo um eixo público e privado é possível concluir que a trajectória do eixo público desenha uma sequência relativamente sincrónica entre o momento em que se completa a escolaridade e o momento em que se inicia a vida activa (na figura 30 a aproximação, e quase sobreposição, das linhas das duas dimensões evidencia esta relativa simultaneidade de acontecimentos).



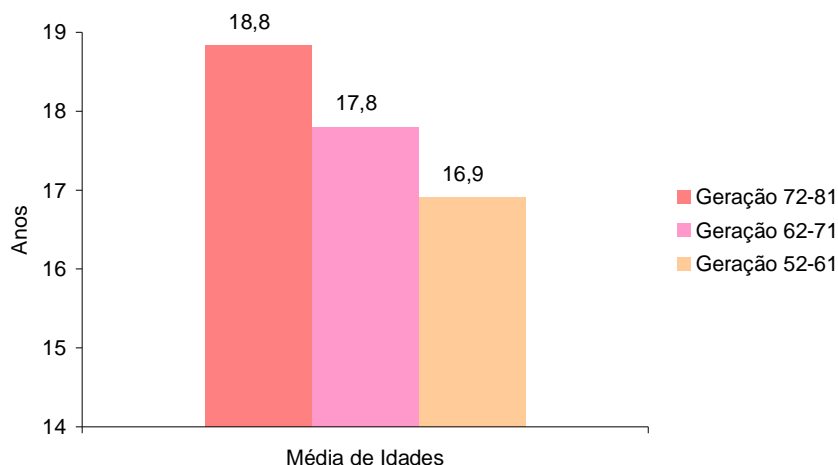
**Figura 30.** 1ª. experiência profissional e obtenção do actual nível de escolaridade por etapas de vida

Nos últimos 30 anos, aumentou, porém, a média das idades em que se adquire o actual nível de escolaridade (dos 15,6 anos passou-se para os 18,4 anos) e se entra no mercado de trabalho (dos 16,9 anos passou-se para os 18,8 anos). Manteve-se a média do tempo de interregno entre a aquisição da actual escolaridade e o primeiro emprego (menos de um ano) (vide figuras 31 e 32).



**Figura 31.** Idade (média) em que obteve o actual nível de escolaridade – etapa até 25 anos





**Figura 32. Idade (média) da 1ª. experiência profissional – etapa até 25 anos**

Após a aquisição de determinado título escolar, o objectivo principal é reunir todos os recursos pessoais e familiares que facilitem a procura do primeiro emprego, seja ele subqualificado, precário ou a tempo parcial. O importante é haver uma aproximação ao mercado de trabalho e sair da inactividade. Em matéria de primeiro emprego, aceita-se, muitas vezes, o que “se consegue”. Não há a intenção de conseguir um lugar definitivo ou mais qualificado, age-se de modo pragmático na tentativa de não deixar escapar oportunidades de aproximação ao mercado de trabalho (Pissart et al., 1990).

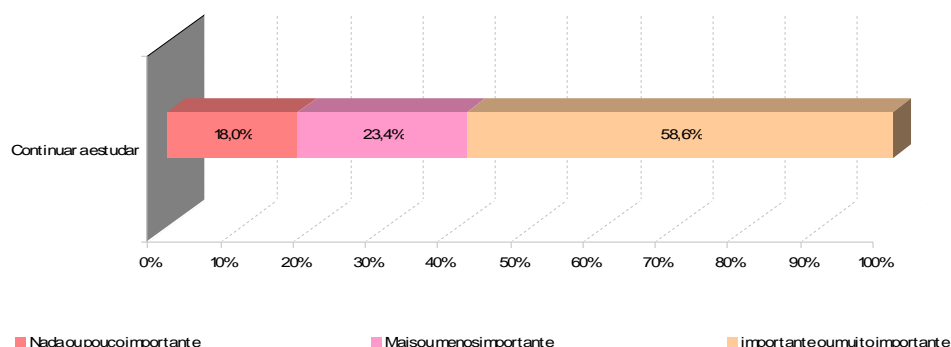
Verifica-se, no entanto, uma associação significativa entre a altura em que se sai da escola, a geração a que se pertence ( $\chi^2 = 19,473$ ,  $p\text{-value} = 0,000$ ), o nível de escolaridade adquirido ( $\chi^2 = 745,962$ ,  $p\text{-value} = 0,000$ ) e a altura em que se inicia a vida activa ( $\chi^2 = 38,897$ ,  $p\text{-value} = 0,000$ ).

Os que mais cedo saíram da escola pertencem predominantemente à geração de 1952-1961, têm níveis de escolaridade mais baixos e iniciaram a vida activa mais cedo. Os mais novos (geração de 1972-1981) têm maior peso entre os que prolongam os estudos, adiam a entrada na vida activa e completam o ensino secundário ou o ensino médio ou superior.

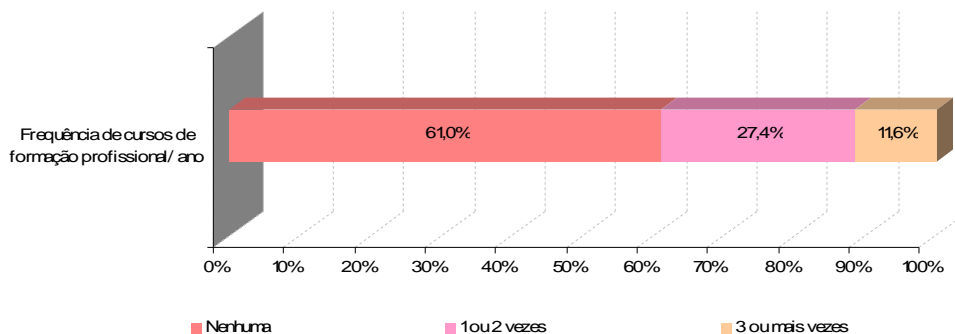
Estes resultados permitem afirmar que os tempos de estudo e os tempos de trabalho encontram-se separados. Nos percursos biográficos, o fim da escolaridade implica a procura imediata de emprego. Mesmo quando existe prolongamento escolar raramente este se verifica a par da execução de uma actividade profissional. A geração mais nova estuda até mais tarde e a “tempo inteiro”, no máximo ensaia alguns trabalhos eventuais, mas a actividade profissional que tem a duração de pelo menos um ano acontece quando termina o ensino secundário ou superior.

### Aprendizagem ao longo da vida

Depois de iniciar a vida activa, a aprendizagem e reconversão de competências passa, usualmente, pela frequência de acções de formação profissional. Verifica-se que 82% da amostra consideram muito importante, importante ou mais ou menos importante “continuar a estudar” para se “ser adulto” (58,6% mais 23,4%) (vide figura 33), mas 61% dos inquiridos não frequentam, por ano, qualquer curso de formação (vide figura 34).

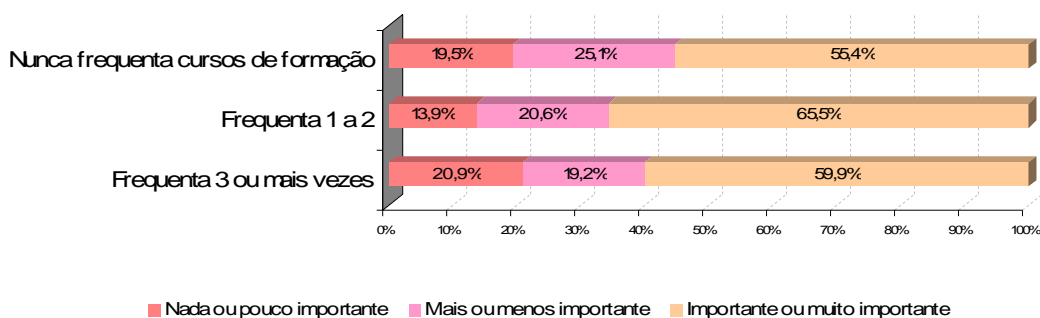


**Figura 33.** A importância de “continuar a estudar” para se “ser adulto”



**Figura 34.** Nº de vezes por ano (média) em que frequenta cursos de formação profissional

A importância atribuída ao “continuar a estudar” para ser adulto é elevada e mesmo 55,4% daqueles que nunca frequentaram cursos de formação consideram que para ser “ser adulto” é importante ou muito importante “continuar a estudar” (vide figura 35). Existe, no entanto, uma associação significativa entre a frequência de cursos de formação e a importância atribuída à aprendizagem ao longo da vida ( $\chi^2 = 14,817$ ,  $p\text{-value} = 0,005$ ). Os que consideram que, para se “ser adulto”, é importante ou muito importante “continuar a estudar” pertencem, predominantemente, ao grupo dos que frequentaram um ou dois cursos de formação por ano.



**Figura 35. Frequência de cursos de formação profissional por importância de “continuar a estudar” para se “ser adulto”**

A importância atribuída à aprendizagem ao longo da vida é usualmente alta. Detecta-se, porém, a atribuição de uma importância mais elevada entre os que têm entre 35 e 44 anos (63,3%) e os que são do sexo feminino (61,4%) (vide figura 36). Existe mesmo uma associação significativa entre esta valorização e a idade ( $\chi^2 = 28,807$ ,  $p\text{-value} = 0,000$ ) e o sexo ( $\chi^2 = 8,078$ ,  $p\text{-value} = 0,018$ ).

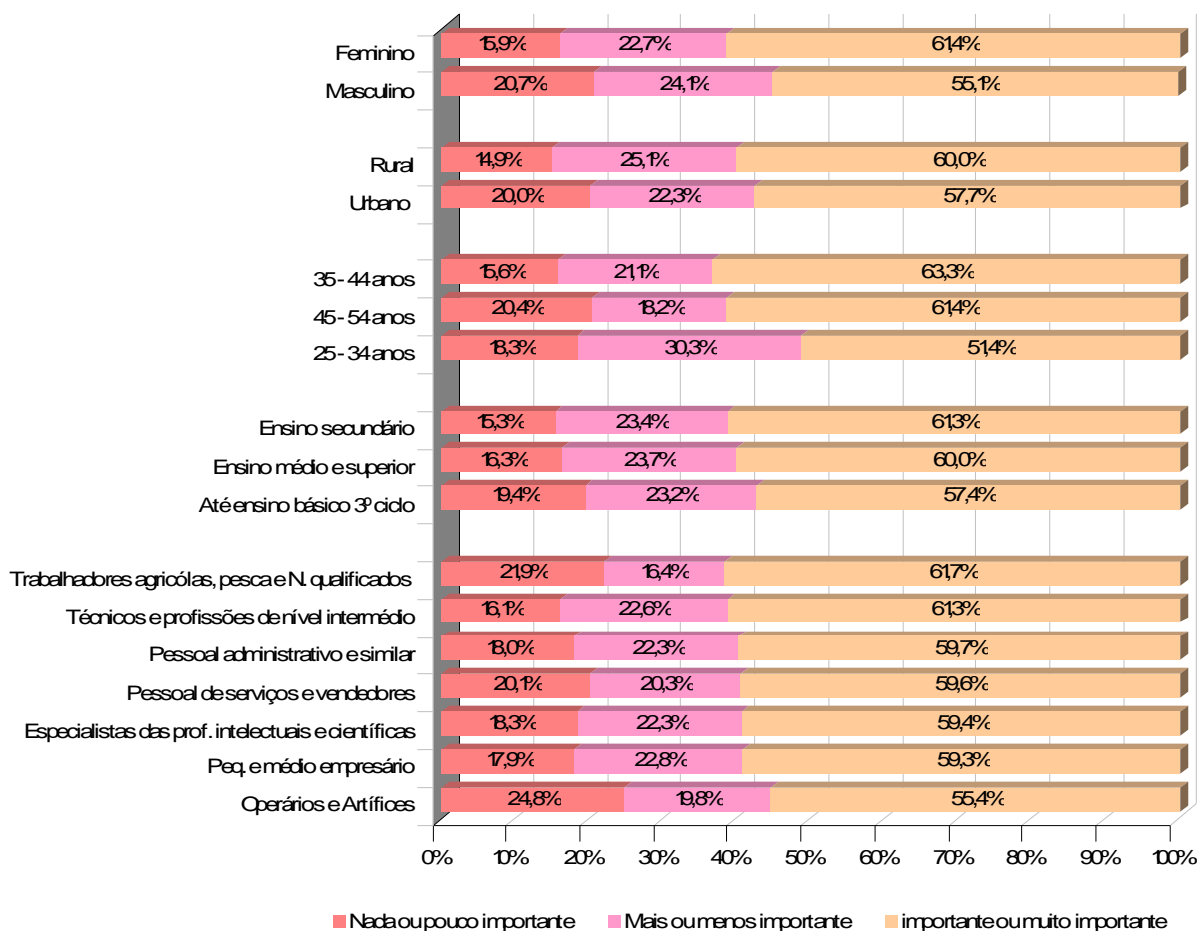
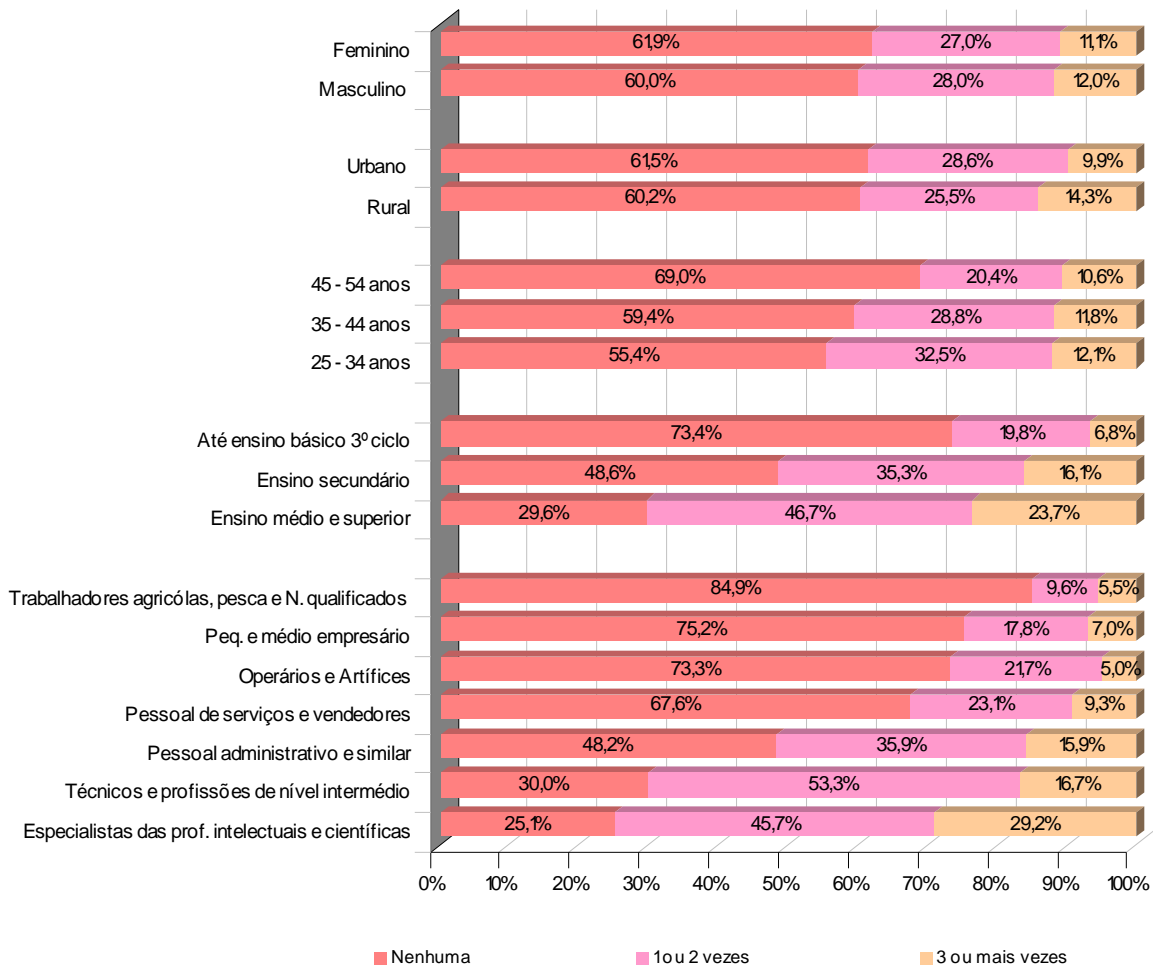


Figura 36. A importância de “continuar a estudar” para se “ser adulto” por variáveis sociodemográficas

Já os valores mais elevados de frequência de acções de formação surgem entre os indivíduos com ensino superior e os especialistas das profissões intelectuais e científicas (vide figura 37). A frequência com que, por ano, se frequenta acções de formação profissional depende particularmente da idade ( $\chi^2 = 22,783$ ,  $p\text{-value} = 0,000$ ), da escolaridade ( $\chi^2 = 194,142$ ,  $p\text{-value} = 0,000$ ), da profissão ( $\chi^2 = 183,144$ ,  $p\text{-value} = 0,000$ ) e remuneração auferida ( $\chi^2 = 64,643$ ,  $p\text{-value} = 0,000$ ). A maior frequência de acções de formação está associada aos mais novos (idades entre os 25 e 34 anos), a habilitações escolares mais elevadas, as profissões mais qualificadas e mais bem remuneradas.



**Figura 37. Frequência por ano de ações de formação por variáveis sociodemográficas**

Em resumo, os resultados revelam a discrepância entre a representação e a prática. Demonstram, sobretudo, a baixa percentagem de adultos que efectivam a aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente os que têm menores habilitações escolares e profissões menos qualificadas (considerando principalmente a aprendizagem não-formal).

#### 4.2.4. A adulez e o lazer

Mais de 80% dos inquiridos consideram que para se “ser adulto” é importante ou muito importante o “lazer e o divertimento” e cerca de 70% avaliam da mesma forma a importância de “sair com amigos” (vide figura 38).

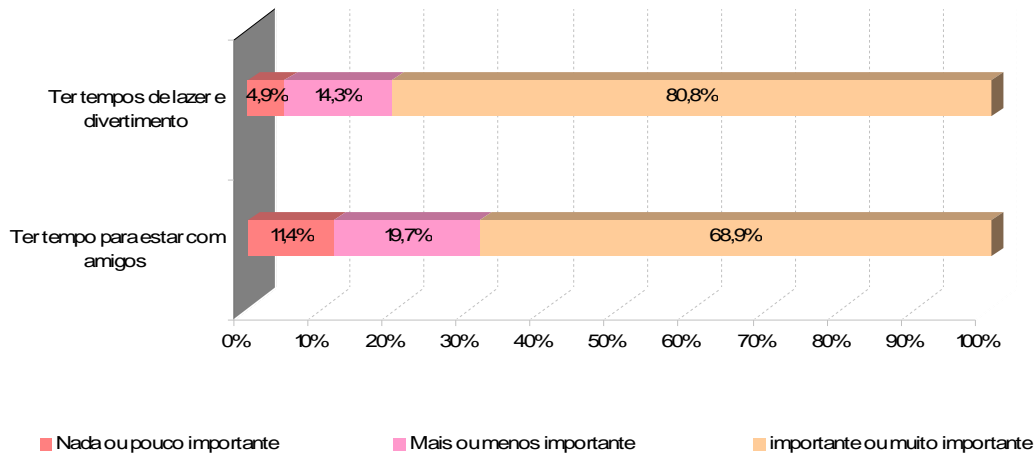


Figura 38. A importância das “actividades de lazer” e do “sair com amigos” para se “ser adulto”

Em relação a estas actividades os adultos não só as valorizam como as praticam frequentemente – 49,1% saem uma a duas vezes por semana em lazer e 43% saem três ou mais vezes, apenas 7,6% não saem para se divertir (vide figura 39).

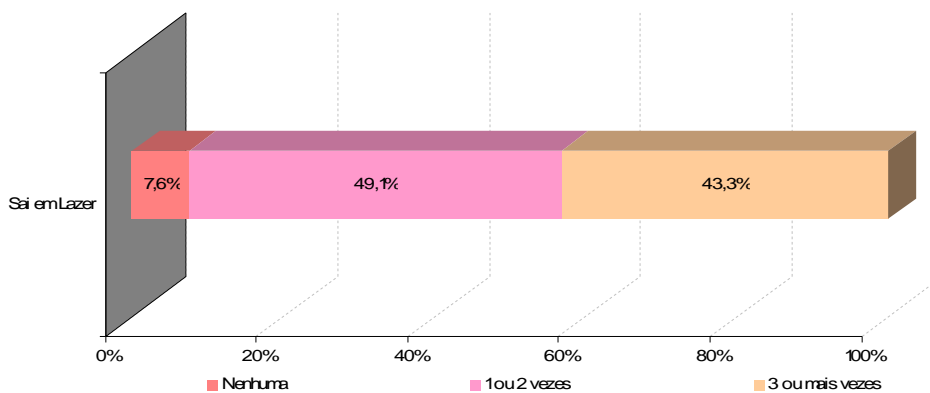


Figura 39. Média de vezes por semana que sai em actividades de lazer

Os resultados obtidos fazem repensar o modelo teórico clássico do adulto formal cuja estabilidade financeira e profissional estaria vinculada, unicamente, à estabilidade conjugal e à constituição de agregado familiar próprio. Permite falar da mudança de prioridades e da valorização de práticas anteriormente associadas apenas à juventude como o sair com amigos, ter férias, passear e divertir-se.

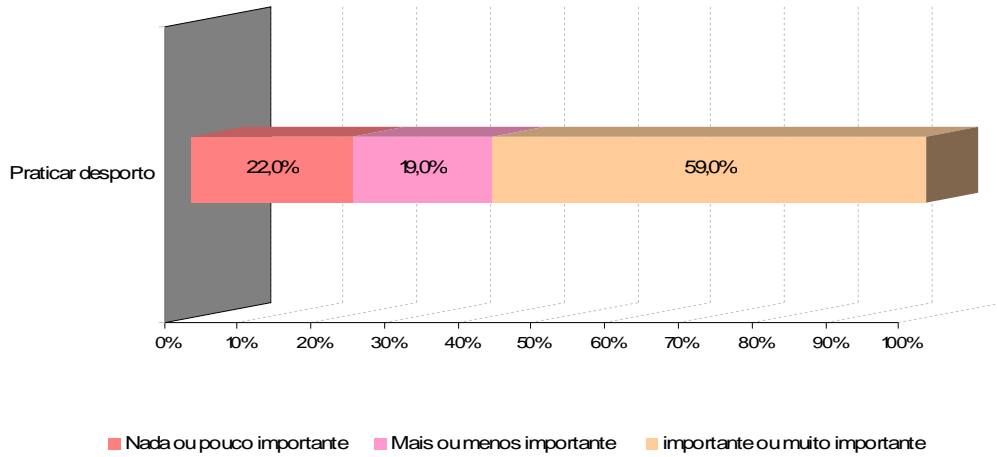
Embora a valorização do lazer seja elevada, há uma valorização diferenciada por idades ( $\chi^2 = 13,576$  e  $p\text{-value} = 0,009$ ). Em relação ao total da amostra, aqueles que mais a valorizam esta categoria (para a construção do estatuto de adulto) pertencem aos grupos etários mais novos – os que têm 25-34 anos e os que têm 35-44 anos.

Quanto à frequência das saídas em lazer, existe uma associação significativa não só em relação à idade ( $\chi^2 = 58,312$  e  $p\text{-value} = 0,000$ ), mas também à situação conjugal ( $\chi^2 = 49,350$  e  $p\text{-value} = 0,000$ ), à escolaridade (lazer:  $\chi^2 = 27,438$  e  $p\text{-value} = 0,000$ ), à actividade profissional ( $\chi^2 = 24,735$  e  $p\text{-value} = 0,016$ ) e ao sexo ( $\chi^2 = 22,840$  e  $p\text{-value} = 0,000$ ). Os inquiridos que, por semana, saem três ou mais vezes em lazer são, predominantemente, jovens adultos com idades entre os 25 e 34 anos, que não vivem em conjugalidade, pertencem a um estatuto socioeconómico médio – possuem o ensino secundário e profissões pouco ou semi-qualificadas. Estas práticas estão associadas particularmente ao sexo masculino.

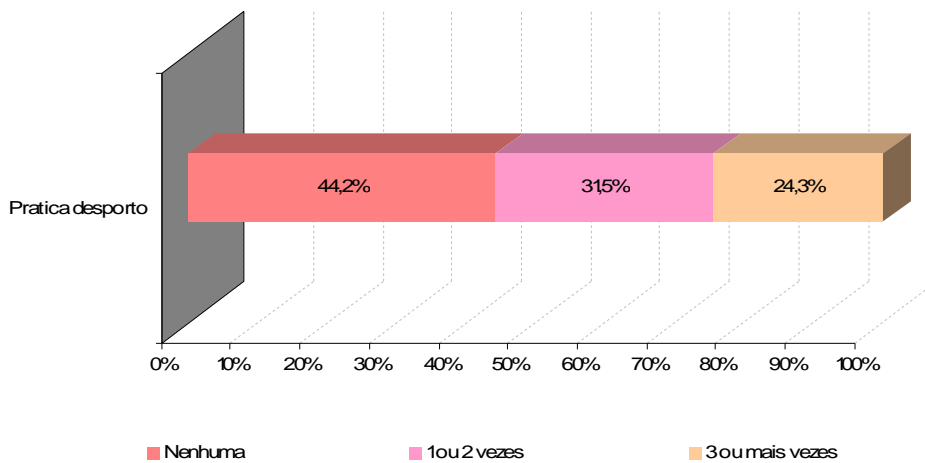
Como foi referido anteriormente (ponto 2.4.4, capítulo 2), diversos estudos referem que as actividades de sociabilidade (como sair com amigos) são frequentes e valorizadas pela generalidade das pessoas, mas as actividades de expressão artística e desportiva são exclusivas dos indivíduos com recursos económicos mais elevados (Samuel, 1994; Schmidt, 1994).

Na presente pesquisa, os resultados permitem concluir que o desajuste entre a representação e a prática é particularmente evidente no caso do desporto: a maioria dos inquiridos valoriza as actividades desportivas na construção do estatuto de adulto, mas os que realmente praticam desporto representam um número bem mais reduzido. Segundo os dados recolhidos, 78% da amostra considera muito importante, importante ou mais ou menos importante a actividade desportiva para se “ser adulto” (59% mais 19%) (vide figura 40), no entanto, 44,2% dos adultos assumem que nunca praticam desporto (vide

figura 41). Neste caso, a valorização da actividade desportiva é mais expressiva no âmbito da representação do que da prática.



**Figura 40. A importância de “praticar desporto” para se “ser adulto”**

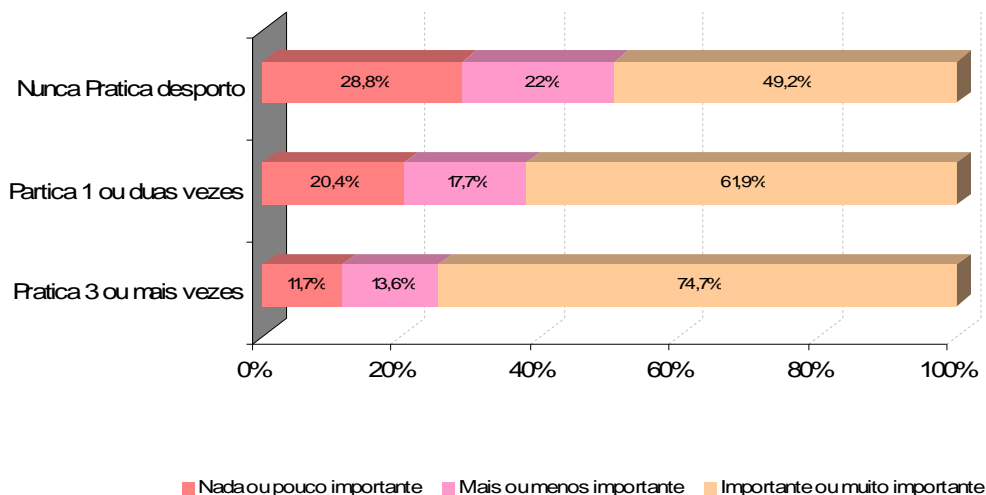


**Figura 41. N° de vezes por semana (média) em que pratica actividades de desporto**

Mesmo entre os que nunca praticam desporto, 49,2% consideram que é importante



ou muito importante praticá-lo (vide figura 42).



**Figura 42.** Frequência da prática de desporto por importância de “praticar desporto” para se “ser adulto”

Existe, contudo, uma associação significativa entre a frequência com que, por semana, se pratica desporto e a importância atribuída a essa prática ( $\chi^2 = 68,252$ ,  $p\text{-value} = 0,000$ ): os que mais frequentemente praticam desporto são aqueles que mais valorizam a importância do desporto na adultez. A efectiva prática desportiva encontra-se ainda associada ao sexo ( $\chi^2 = 73,320$  e  $p\text{-value} = 0,000$ ), à situação conjugal ( $\chi^2 = 34,768$  e  $p\text{-value} = 0,000$ ), à idade ( $\chi^2 = 34,261$  e  $p\text{-value} = 0,000$ ), à escolaridade ( $\chi^2 = 55,017$  e  $p\text{-value} = 0,000$ ) e à actividade profissional ( $\chi^2 = 48,779$  e  $p\text{-value} = 0,000$ ). Está vinculada ao sexo masculino e aos que não vivem em conjugalidade, é praticada especialmente por jovens adultos (idades entre os 25 e 34 anos), que possuem o ensino secundário ou superior e qualificações profissionais mais elevadas. Corrobora-se, deste modo, a hipótese de que as práticas desportivas estão vinculadas a indivíduos de maiores recursos económicos.

Ultrapassando a questão da correspondência entre representações e práticas e retomando a conclusão principal deste ponto: na adultez são muito valorizadas as actividades de lazer (como o sair com amigos e divertir-se). Interessa evidenciar o facto de, nesta pesquisa, mesmo não existindo um estudo longitudinal sobre as práticas de lazer, considera-se que o efeito de geração é particularmente relevante nesta análise. As

três gerações estudadas adquiriram hábitos e comportamentos juvenis plausíveis de persistirem na vida adulta:

- a) considerando os mais velhos da geração de 1952-61, estes indivíduos aos 20 e 25 anos foram, em Portugal, contemporâneos da Revolução de 1974, dos movimentos estudantis e políticos e da valorização da juventude enquanto categoria social;
- b) os mais novos da geração de 1952-61 e os indivíduos das gerações de 1962-71 e de 1972-81 fizeram parte da diversidade de culturas juvenis difundidas nos anos 80, 90 e 2000 – dos “punks”, dos “góticos”, dos “metaleiros”, dos “yuppies”, dos “freaks”, dos “betos”, dos “dreads”, entre outros.

Antes destas gerações a juventude não tinha, em Portugal, expressão significativa enquanto categoria social, passava-se directamente da adolescência para a vida adulta. A partir dos anos 80 o cenário muda e é plausível que, actualmente, os indivíduos mantenham, na adulez, práticas que iniciaram na sua juventude<sup>150</sup>.

---

<sup>150</sup> Assunto retomado no ponto 4.4 deste capítulo.

### 4.3. O Adulto – a família, a conjugalidade, a parentalidade e a sexualidade

#### 4.3.1 A adultez e a família de origem

A família representa valores culturais de solidariedade e de convivência essenciais para o adulto. Independentemente da sua forma, a família permanece a célula fundamental para o suporte afectivo, e por vezes económico, dos seus membros (sejam eles dependentes ou independentes em termos residenciais). O princípio fundador da família moderna é a qualidade da relação de intimidade entre pessoas e, mesmo depois de constituir-se agregado familiar próprio, raramente existe uma separação definitiva em relação à família de origem (Almeida et al., 2002; Cicchelli, 2000; Cunha, 1998; Guerreiro, 1998; Peixoto & Cicchelli, 2000; Singly, 2000, 2001; Torres, 2000, 2001).

Na adultez é incontestável a valorização da família: 79,4% dos indivíduos consideram importante ou muito importante “estar em família” para se ser adulto (vide figura 43).

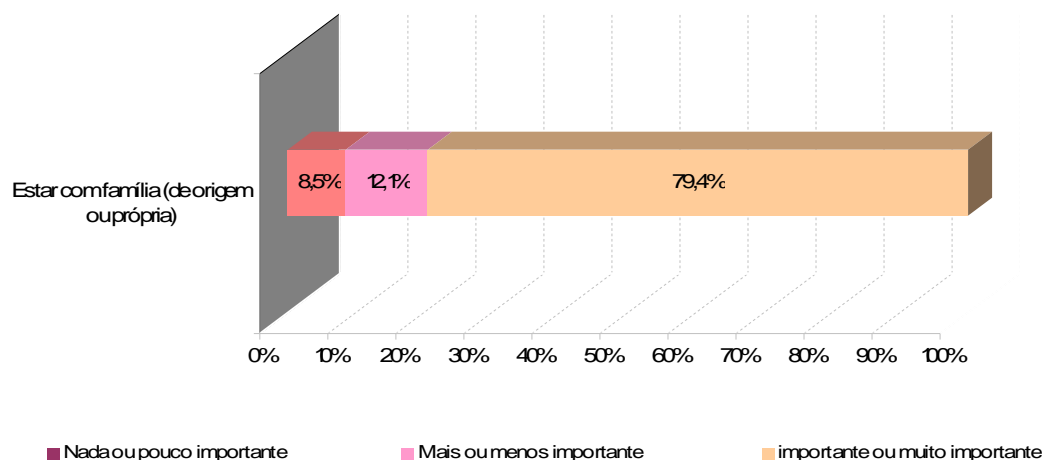


Figura 43. A importância de “estar com a família” para se “ser adulto”

Os membros da família (pais, filhos, cônjuge, parceiro(a), irmãos e avós) têm a função de consolidar a identidade do “eu”, quer das crianças quer dos adultos, e se na família contemporânea o grupo familiar reunido perde importância, aumenta o valor de cada elemento que a compõe. O processo de individualização, a “produção de indivíduos autónomos”, não implica, assim, o detrimento dos laços familiares.

“A família transforma-se num espaço privado a serviço dos indivíduos (...) [e] deve ser designada (...) pelo termo de “relacional e individualista”. E é nessa tensão entre os dois pólos que se constroem e se desfazem as famílias contemporâneas” (Singly, 2000, p.15).

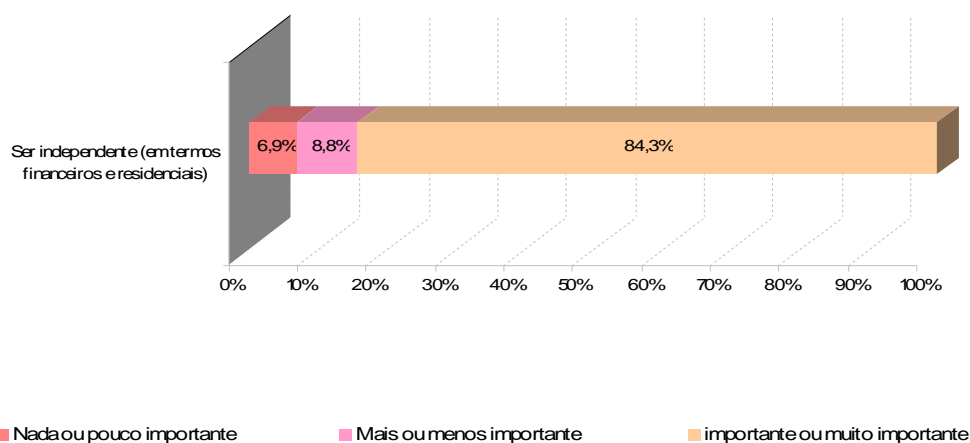
O aumento da importância das relações de intimidade, da vontade pessoal e dos sentimentos no seio familiar implica a depreciação da família enquanto instituição, a desvalorização das “amarras do parentesco” e da vertente materialista da família. A família deixa de servir para concentrar e transmitir património tornando-se num local de segurança afectiva e ontológica, valorizada pelas suas características expressivas e por compensar a inquietação, a destabilização e o risco gerado nas sociedades da nova modernidade (Almeida, 1986; Giddens, 2000; Singly, 2000, 2001; Torres, 2000, 2001; Vala et al., 2003).

Contrariam-se, assim, as antigas suposições que previam a crise ou o declínio da família. A sua importância no quotidiano e na construção e manutenção da identidade do adulto está reforçada (Vala et al., 2003), facto que se traduz em várias funções que a família de origem mantém durante a adultez dos indivíduos.

Entendidas como normas morais ou negociações, as ajudas familiares desempenham uma função protectora que interessa identificar. Estas tornaram-se um factor crucial na gestão social da adultez e na definição das relações de dependência ou autonomia.

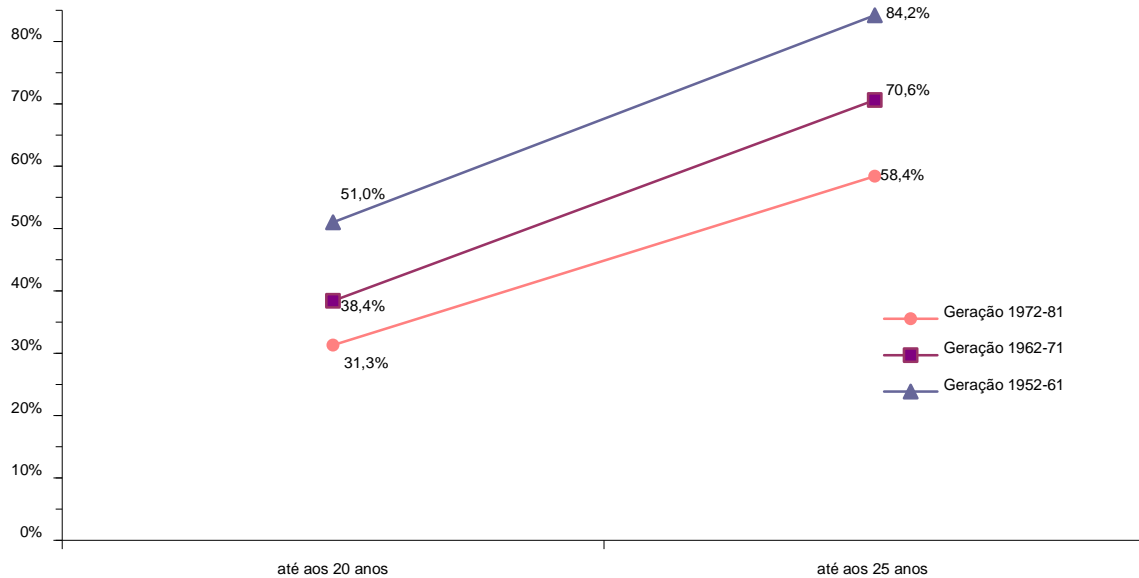
### As funções de apoio da família de origem – a dependência residencial

A independência residencial (juntamente com a independência financeira) é muito valorizada no âmbito da definição do estatuto de adulto – 84,3% dos indivíduos consideram-na importante ou muito importante (vide figura 44). Devido ao elevado preço de aluguer ou compra de casa, esta é, contudo, cada vez mais tardia e são muitos os jovens adultos que prolongam a estadia em casa da família de origem.



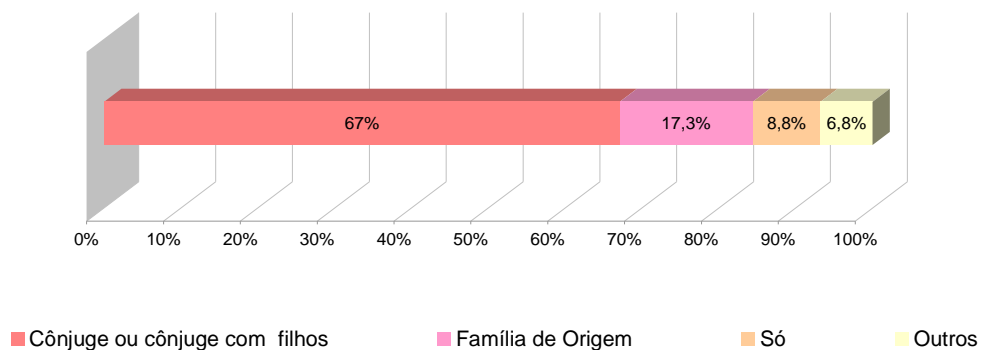
**Figura 44.** A importância da “independência residencial e financeira” para se “ser adulto”

Comparando as gerações mais afastadas, em cerca de trinta anos, a percentagem de inquiridos que deixaram de residir em casa da família de origem até aos 25 anos diminuiu cerca de 26%. Até essa idade, 84,2% dos que têm hoje mais de 44 anos (geração de 1952-61) já tinham saído de casa da família de origem. Este valor desce para 70,6% entre os indivíduos da geração de 1962-71 e para os 58,4% na geração de 1972-81 (vide figura 45).

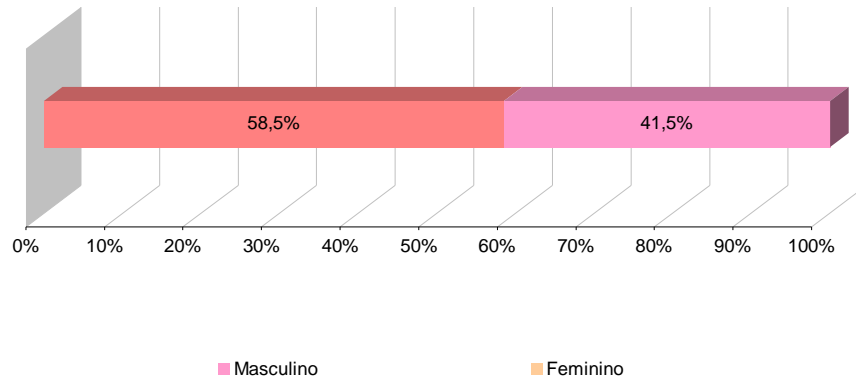


**Figura 45. Primeira vez que sai de casa da família de origem por gerações e etapas de vida (% acumulada)**

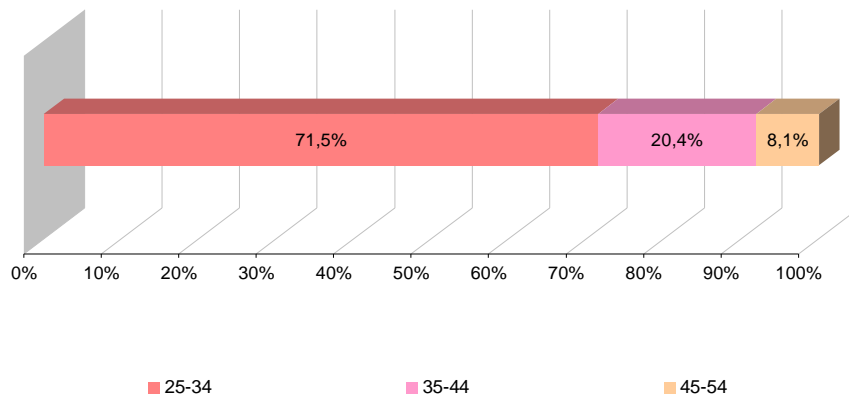
Do total da amostra analisada, 17,3% dos indivíduos vivem actualmente com a família de origem (vide figura 46). Entre estes é ligeiramente superior a percentagem do sexo masculino (58,5%), a maioria tem entre os 25 e 34 anos (71,5%) (a média ronda os 30 anos de idade) e são solteiros (70,8%) (vide figuras 47, 48 e 49). Existe mesmo uma associação estatisticamente significativa entre a situação de dependência residencial da família de origem e o sexo ( $\chi^2 = 48,820$ ,  $p\text{-value} = 0,000$ ), a idade ( $\chi^2 = 215,161$ ,  $p\text{-value} = 0,000$ ) e a situação conjugal ( $\chi^2 = 1577,011$ ,  $p\text{-value} = 0,000$ ).



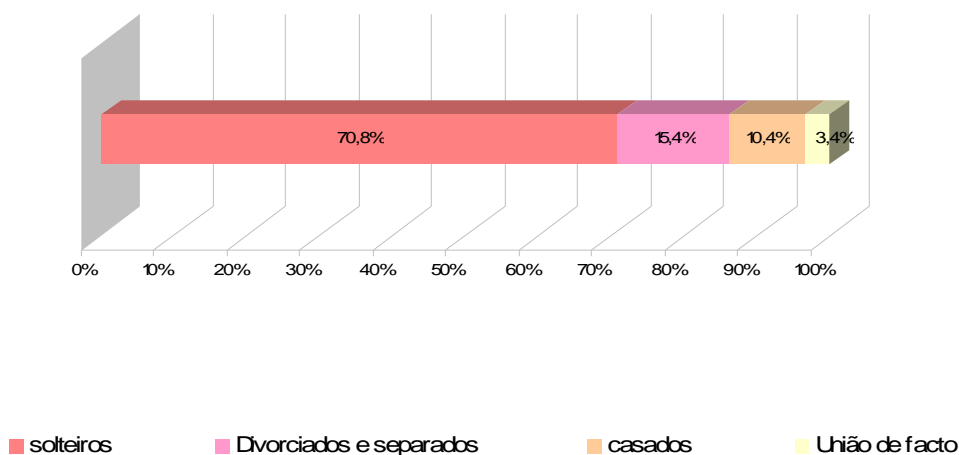
**Figura 46. Com quem reside actualmente**



**Figura 47.** Distribuição dos inquiridos que residem actualmente com a família de origem por sexo

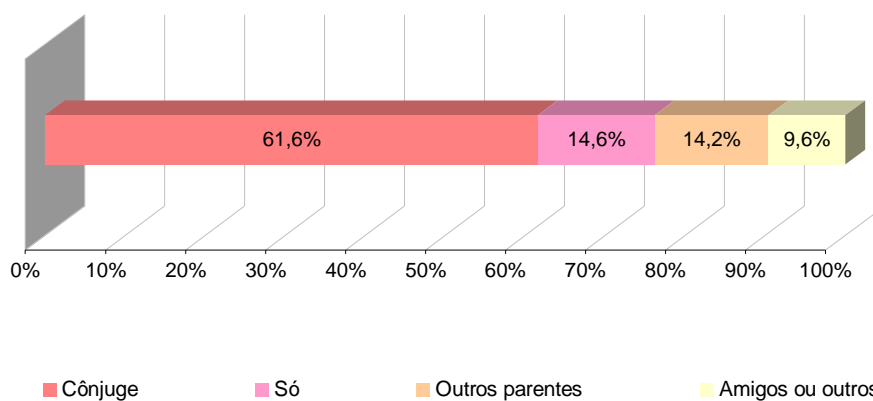


**Figura 48.** Distribuição dos inquiridos que residem actualmente com a família de origem por idades



**Figura 49. Distribuição dos inquiridos que residem actualmente com a família de origem por situação conjugal**

Quando sai da residência da família de origem a maioria dos indivíduos forma um novo agregado através da conjugalidade (61,6%) (vide figura 50).

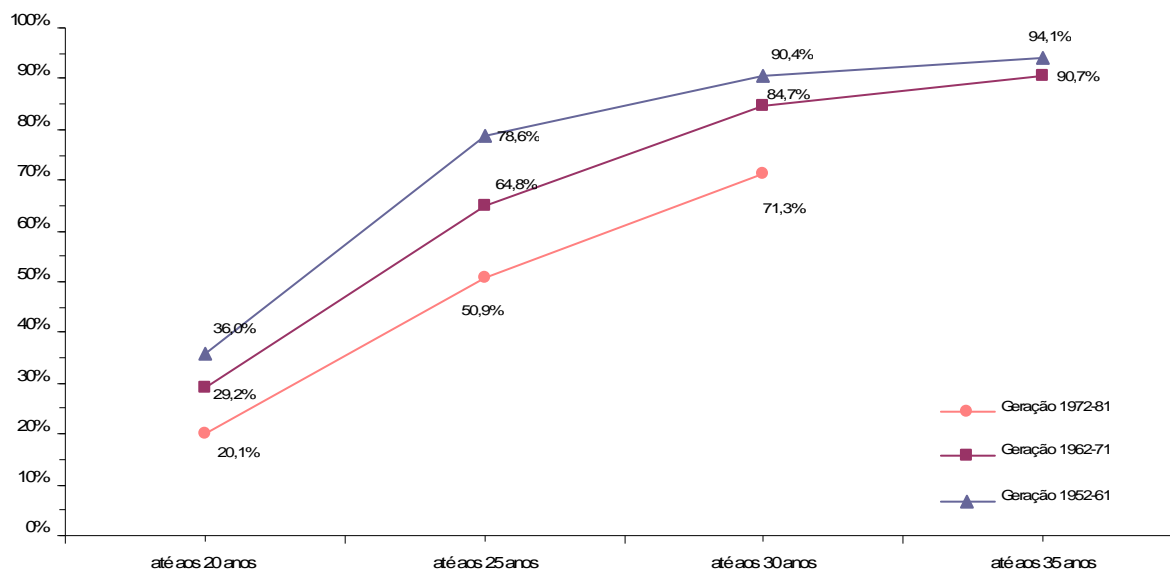


**Figura 50. Com quem foi residir quando saiu de casa da família de origem**

A diminuição da percentagem daqueles que, em trinta anos, saem da casa da família de origem até aos 25 anos coincide com a diminuição dos que, até essa idade, adquiriram residência própria – 78,6% dos adultos da geração de 1952-61 já tinham, aos 25 anos,



vivido em residência própria, valor que desce para 64,8% entre os indivíduos da geração de 1962-71 e para os 50,9% na geração de 1972-81. Comparando gerações, em cerca de trinta anos, a percentagem dos indivíduos que vivem em residência própria até aos 25 anos diminui cerca de 30% (vide figura 51).



**Figura 51. Aquisição da primeira residência própria por gerações e etapas de vida (% acumulada)**

Verifica-se, em alguns casos, um processo gradual na saída de casa da família de origem, um processo em “vários episódios”: a uma primeira partida pode suceder um retorno seguido de uma segunda partida. Na amostra analisada, 12,8% dos inquiridos voltam a viver em casa da família de origem uma segunda vez, o que aconteceu, principalmente, até aos 35 anos de idade. Os motivos da reversibilidade têm a ver com dificuldades financeiras, rupturas conjugais, perda de emprego ou o fim dos estudos.

Foi possível verificar uma associação estatisticamente significativa entre a idade em que se volta a viver em casa da família de origem e a geração a que se pertence ( $\chi^2 = 12,800$ ,  $p\text{-value}=0,012$ ), o nível de escolaridade adquirido ( $\chi^2 = 18,652$ ,  $p\text{-value}=0,001$ ), a situação conjugal ( $\chi^2 = 24,175$ ,  $p\text{-value}=0,000$ ) e actividade profissional ( $\chi^2 = 23,022$ ,  $p\text{-value}=0,003$ ). Os que voltaram a residir com a família de origem entre os 26 e 35 anos pertencem, predominantemente, à geração mais nova, têm o 12º ano ou a escolaridade média e superior, actualmente não vivem em conjugalidade e trabalham como administrativos e em profissões pouco qualificadas na área de serviços e vendas. São jovens adultos que

não encontram o trabalho adequado às suas qualificações escolares ou passaram por situações de ruptura conjugal.

### A proximidade geográfica da família de origem

Com o aumento da idade existe um aumento gradual da mobilidade geográfica. Entre os 25 anos e os 50 anos a percentagem de inquiridos que residiram em três ou mais concelhos aumenta de 27,8% para 46,3% (vide figura 52). A percentagem de inquiridos que continuam a residir no concelho onde nasceram e onde a família de origem reside baixa de 44,3% aos 25 anos para 32,2% aos 50 anos.

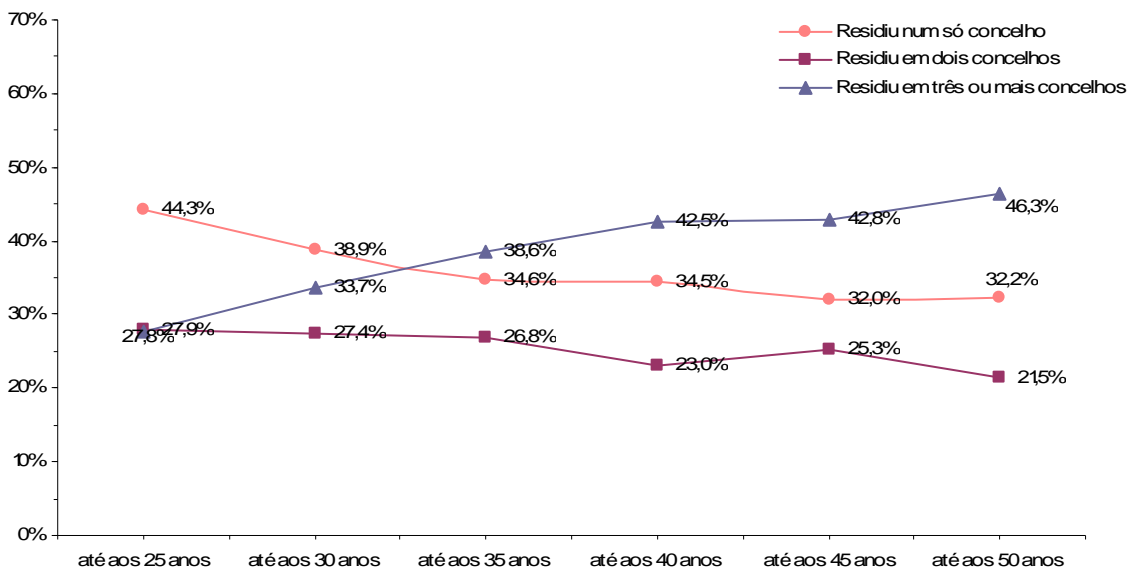


Figura 52. Número de concelhos onde residiu por etapas de vida

A mobilidade geográfica dá-se, no entanto, dentro do mesmo distrito para um concelho relativamente próximo daquele onde se residia antes, não muito longe da família de origem. A mudança acontece por se preferir morar no concelho vizinho devido às condições que oferece ou às infra-estruturas que possui.

A mobilidade geográfica registada até aos 40 anos está, ainda, associada ao número de experiências profissionais ( $\chi^2 = 34,919$ ,  $p\text{-value} = 0,000$  até aos 40 anos), conforme aumenta o

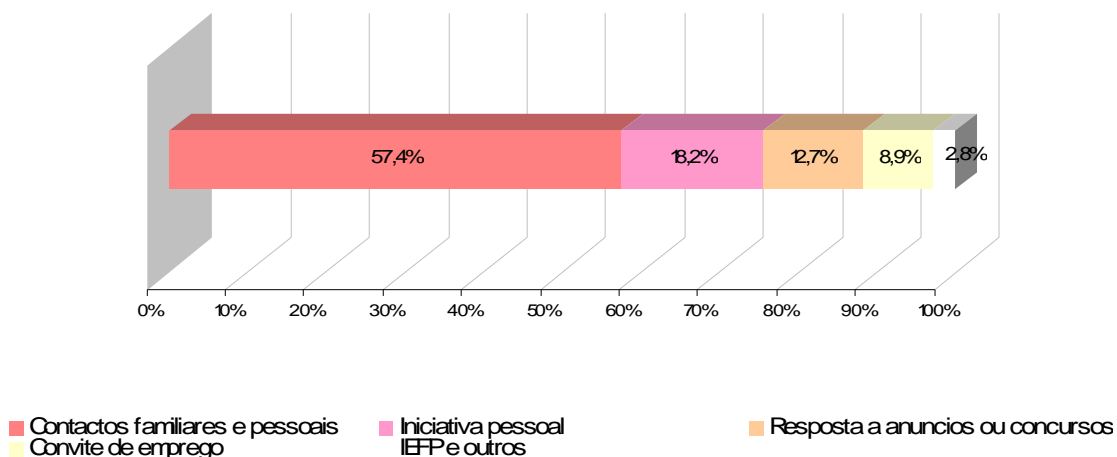
número de experiências profissional aumenta o número de concelhos onde já residiu, mas, como foi possível verificar anteriormente (ponto 4.2.2.), a partir dos 40 anos a mobilidade profissional estagna, altura em que continua a aumentar ligeiramente a mobilidade geográfica.

São os adultos residentes no Litoral Centro Sul que já viveram num maior número de concelhos. Verifica-se, em particular, um forte movimento entre os concelhos de Cascais, Oeiras e Parede e o concelho de Lisboa. Este facto deve-se ao aumento de deslocações pendulares que se registam entre estes concelhos e tem a ver com o trajecto realizado entre o local de residência e o local de trabalho.

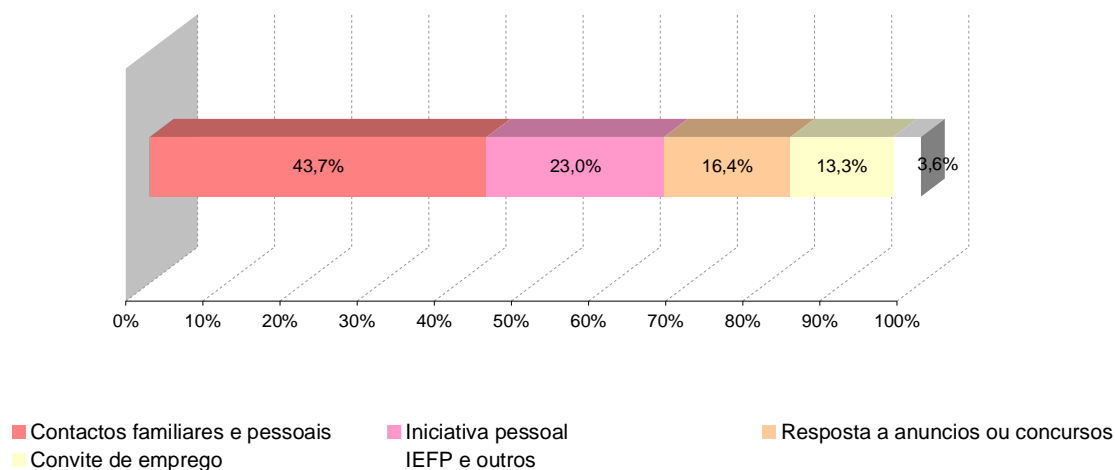
Existe uma associação estatisticamente significativa entre o local de residência dos adultos e a mobilidade geográfica ( $\chi^2= 113,320$ ,  $p\text{-value}=0,000$ ). Em relação ao total da amostra, os residentes no Litoral Sul já viveram, predominantemente, em dois concelhos diferentes. Os residentes no Interior Norte e Interior Sul ou nunca saíram do mesmo concelho ou já viveram em três ou mais concelhos. A menor mobilidade geográfica regista-se no Litoral Norte e Interior Centro do país onde a maioria dos adultos sempre morou no concelho onde nasceu e onde reside a família de origem.

#### **A família de origem e o acesso ao trabalho**

Uma outra função da família de origem prende-se com a acção directa que ela desempenha no processo de inserção profissional dos jovens adultos, ou seja, no acesso ao trabalho. Mais de metade dos inquiridos que experienciaram o primeiro emprego até aos 20 anos obtiveram esse emprego através de contactos familiares e pessoais (57,4%) (vide figura 53), valor que se mantém elevado para a obtenção do segundo emprego (43,7%) considerando, neste caso, o percurso vivido até aos 25 anos (vide figura 54).



**Figura 53. Modo como obteve 1º. emprego até aos 20 anos**



**Figura 54. Modo como obteve 2º. emprego até aos 25 anos**

Em caso de desemprego, a família de origem é muitas vezes o garante de subsistência. Solidária com a situação profissional dos filhos, a família de origem prolonga as ajudas até uma idade elevada. Entre os mais carenciados esta é, por vezes, a única forma de superar situações de exclusão, marginalidade ou pobreza.

A solidariedade familiar pode, no entanto, provocar uma certa inércia, um efeito dissuasivo sobre a intensidade com que se procura emprego. Na situação de desemprego existe um recuo forçado para dentro da esfera privada privilegiando-se as relações

familiares em detrimento dos contactos sociais. Este facto comporta dois efeitos perversos: (a) a privação dos recursos necessários para voltar a encontrar um emprego e (b) o aumento de tensões na vida pessoal e familiar (deixa de existir o contraponto da vida social e profissional que contribui para dar significado à vida privada) (Avenel, 2000; Nimal et al., 2000).

Na concepção da adulez eleva-se, assim, a importância de uma coesão familiar forte, mas recusam-se redes excessivas de dependência. A autonomia possibilita a imagem positiva de si enquanto indivíduo adulto e a vida familiar ou conjugal não é suportável caso não existam os tempos e espaços de separação (Singly, 2001). «As separações são, pois, o garante da individualização no seio da família relacional. Mesmo mal colocados, [os tempos de separação] valem sempre mais que a sua ausência, permitindo alternância entre vida pessoal e vida comum.» (p. 66).

### 4.3.2. A adulez e a conjugalidade

Se por um lado o envolvimento familiar é aludido como muito importante para a aceção da adulez, por outro lado relativiza-se a importância da dimensão conjugal: 54,7 % dos indivíduos consideram que para se “ser adulto” é nada, pouco ou mais ou menos importante “viver em conjugalidade” (nada ou pouco 30,5%; mais ou menos importante 24,2%) (vide figura 55). A desvalorização da conjugalidade para a definição da adulez é particularmente relevante no que diz respeito ao casamento: cerca de 65% dos indivíduos consideram que para se “ser adulto” é nada ou pouco importante “estar casado” (vide figura 56).

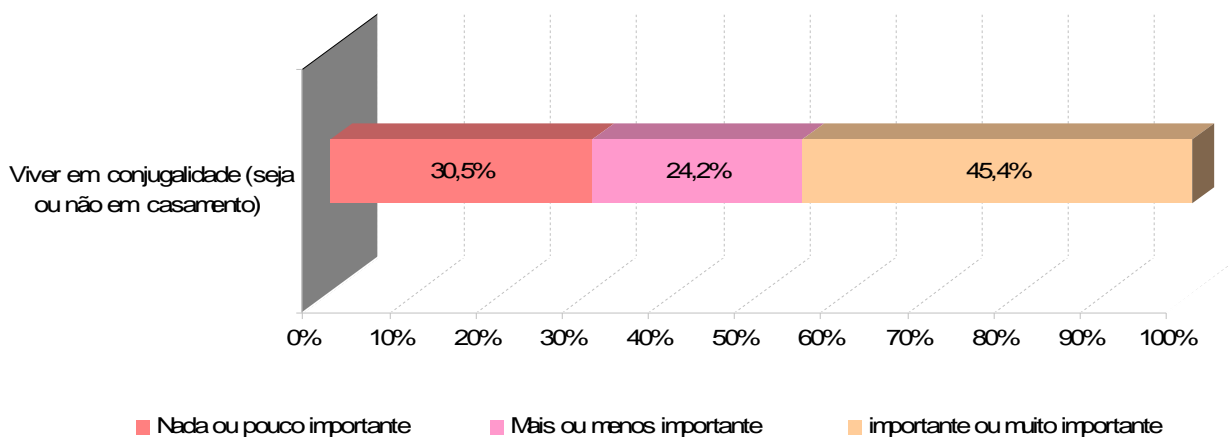


Figura 55. A importância de “viver em conjugalidade para se “ser adulto”

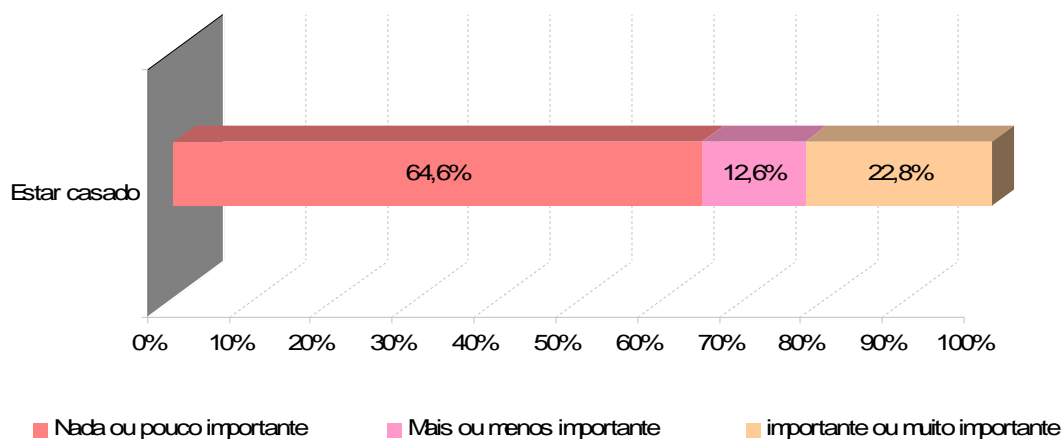
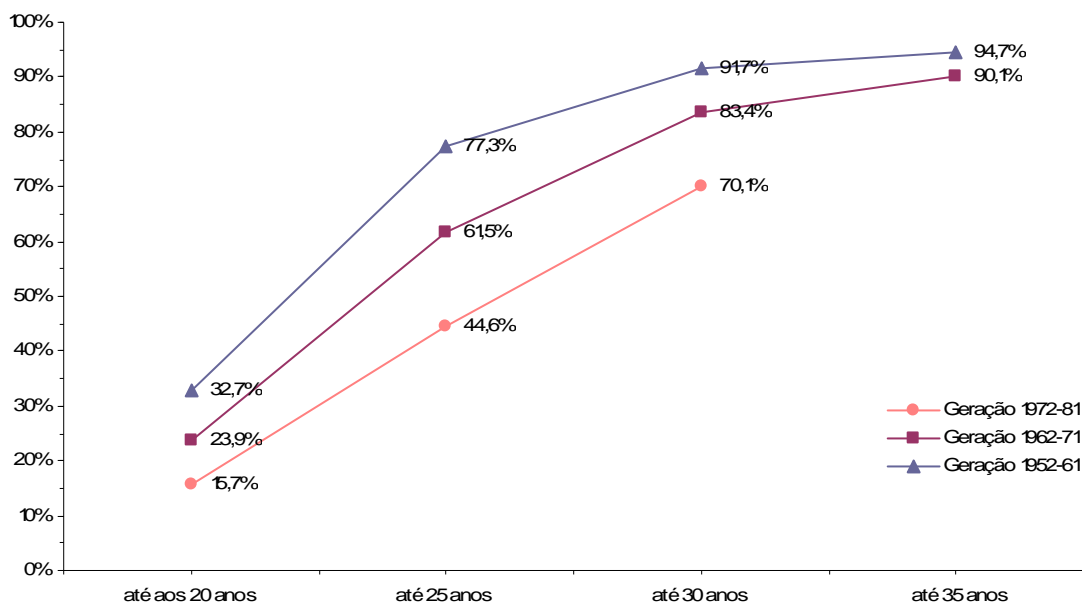


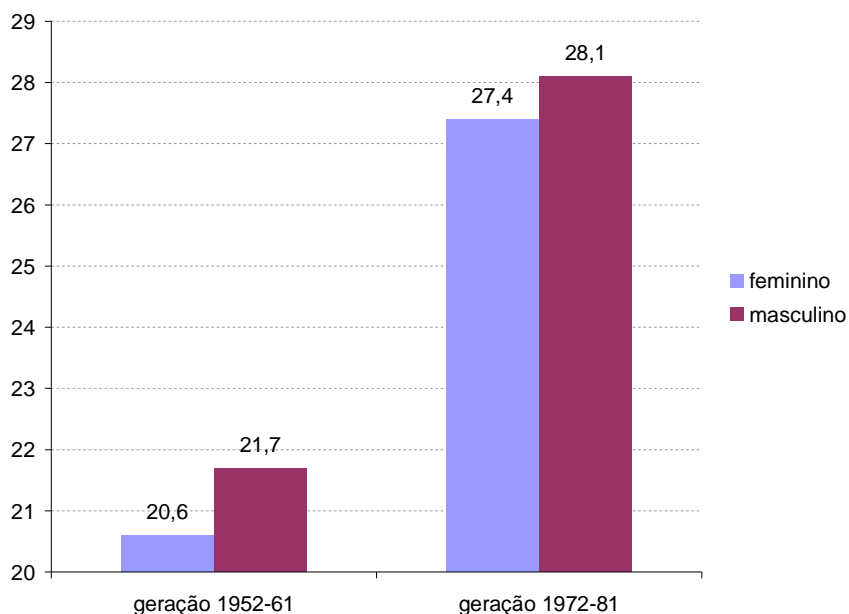
Figura 56. A importância de “estar casado” para se “ser adulto”

Atendendo a que o casamento é a instituição que enquadra a maioria das relações conjugais da amostra (vide figura 14) esta representação parece desajustar-se da realidade. Comparando, porém, as representações com os percursos biográficos, conclui-se que esta desvalorização relativamente generalizada da importância da conjugalidade corresponde às práticas da geração mais nova, os que têm entre 25 e 34 anos e adiam a idade de entrada nesta dimensão.

Considerando os valores acumulados e as gerações mais afastadas, verifica-se que a percentagem dos indivíduos que viveram a primeira relação conjugal até aos 25 anos diminuiu cerca de 33%. Enquanto que a maioria dos adultos da geração de 1952-61 (77,3%) iniciou a sua primeira relação conjugal até essa idade (em média aos 20,5 anos para o sexo feminino e em média aos 21,5 anos para o sexo masculino), parte dos que pertencem à geração de 1962-71 e à geração de 1972-81 adiaram a entrada na conjugalidade para o percurso vivido entre os 25 e os 30 anos (na geração 1972-81, em média, aos 27 anos para o sexo feminino e aos 28 anos para o sexo masculino) (vide figuras 57 e 58).



**Figura 57. Primeira relação conjugal por gerações e etapas da vida (% acumulada)**



**Figura 58. Idade (em média) da primeira relação conjugal por sexo e gerações 1952-61 e 72-81**

Comparando os percursos vividos pelas gerações mais distantes até aos 25 anos e entre os 25 e os 30 anos verifica-se que, para além de em todos os grupos geracionais predominar a opção do casamento, entre os mais novos<sup>151</sup> diminui a percentagem dos que optaram pelo mesmo para formalizar a sua primeira experiência de conjugalidade. Por exemplo, até aos 25 anos, passou-se de 87,9% (geração de 1952-61) para 60,3% (geração de 1972-81), aumentando os valores das uniões de facto de 12,1% para 39,7% (vide figura 59).

Estes resultados apontam para a crescente dissociação entre adulez, conjugalidade e casamento.

<sup>151</sup> Inquiridos que já viveram em conjugalidade.



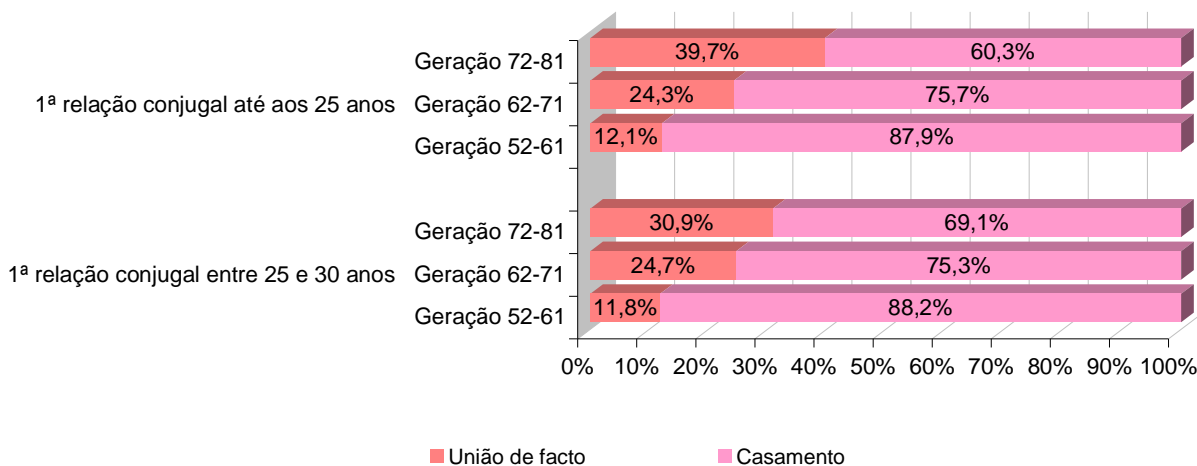


Figura 59. Tipologia da 1ª. conjugalidade até aos 25 anos e entre os 25 e os 30 anos por gerações

Conclui-se que existe associação estatisticamente significativa entre a tipologia da primeira relação de conjugal e a geração a que se pertence ( $\chi^2 = 63,308$ ,  $p\text{-value} = 0,000$  até aos 25 anos e  $\chi^2 = 37,025$ ,  $p\text{-value} = 0,000$  entre os 25 e os 30 anos).

O aumento da percentagem de situações de união de facto revela o desenvolvimento de novas condutas pré-nupciais (que Roussel [1992] denomina de *coabitação juvenil*) e de novas tendências no campo das relações conjugais e amorosas. Este dado não deve ser interpretado como mera contestação ao casamento ou a afirmação de um projecto auto-reflexivo (Ferreira & Aboim, 2002). O prolongamento do tempo de experimentação e reflexão sobre a relação conjugal pode advir da vontade de ter sucesso no casamento, do desejo de ensaiar e testar devidamente a relação antes do envolvimento num compromisso oficializado. A escolha da união de facto pode resultar, ainda, da vontade de alcançar estabilidade profissional e económica antes de se optar pelo casamento.

Existe ainda uma associação significativa entre o tipo de conjugalidade da primeira relação conjugal e a escolaridade ( $\chi^2 = 11,987$ ,  $p\text{-value} = 0,002$  até aos 25 anos e  $\chi^2 = 6,513$ ,  $p\text{-value} = 0,039$  entre os 25 e 30 anos) e a situação profissional ( $\chi^2 = 9,265$ ,  $p\text{-value} = 0,01$  até aos 25 anos e  $\chi^2 = 7,562$ ,  $p\text{-value} = 0,023$  entre os 25 e 30 anos). Em relação ao total da subamostra, aqueles que

optaram pelo casamento até aos 25 anos possuem maioritariamente o ensino básico e estão empregados. A maior parte dos jovens adultos que iniciaram a conjugalidade entre os 25 e os 30 anos através da união de facto têm predominantemente o ensino secundário e superior e encontram-se na situação de activos (empregados ou desempregados).

A passagem de um modelo conjugal mais institucional para um modelo mais relacional parece, assim, ser uma passagem geracional dos mais velhos para os mais novos e do eixo socialmente mais desfavorecido para um eixo socialmente mais favorecido, nomeadamente em termos de capital escolar (Vasconcelos, 1998).

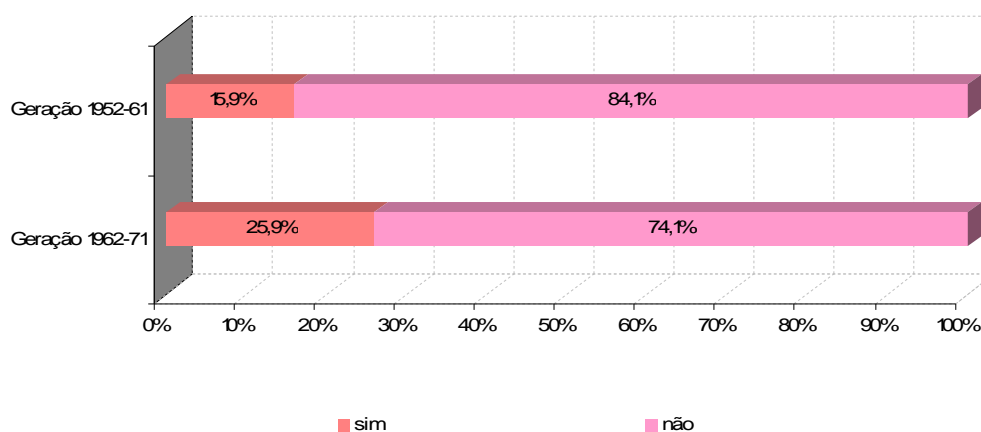
Verifica-se, ainda, o predomínio do casamento entre indivíduos que estão empregados, ou seja, o estatuto matrimonial depende de relativa autonomia profissional e económica e, neste caso, o *amor romântico* pragmatiza-se na materialidade das relações e dos seus contextos.

O casamento de um jovem adulto empregado com uma jovem adulta que nunca trabalhou ou está desempregada é uma situação marginal. Devido à quase paridade entre a taxa de actividade feminina e masculina, o casamento como estratégia feminina de mobilidade social e emancipação familiar tem vindo a perder significado. Entre as jovens adultas oriundas das classes médias desenvolvem-se estratégias de valorização pessoal e profissional que implicam um diferimento do casamento em favor de modos de vida que assegurem maior autonomia, especialmente nas estratégias profissionais.

### 4.3.3. A adultez e o divórcio

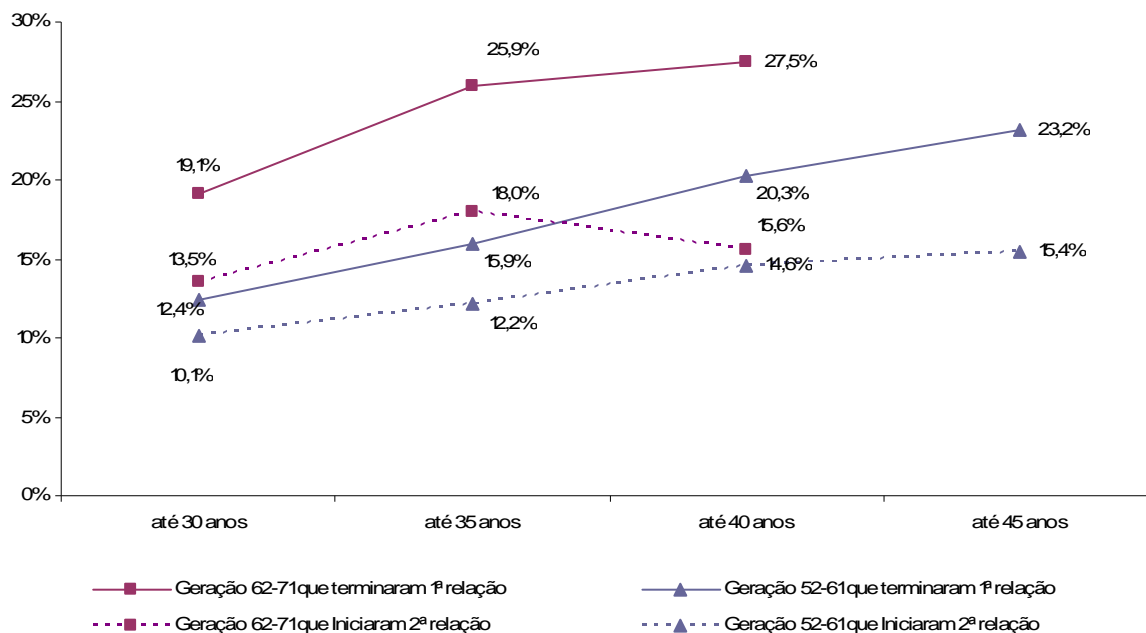
Os resultados obtidos na actual pesquisa permitem concluir que é até aos 35 anos que se registam os valores mais elevados do fim da primeira relação e início de uma nova relação (15,2%).

Comparando os valores acumulados dos percursos da geração de 1962-71 e da geração de 1952-61, regista-se um aumento de 10% dos inquiridos que viveram a primeira ruptura conjugal até aos 35 anos. Entre a geração mais velha, 15,9% terminaram a primeira relação conjugal até essa idade; entre os mais novos o valor sobe para os 25,9% (vide figura 60).



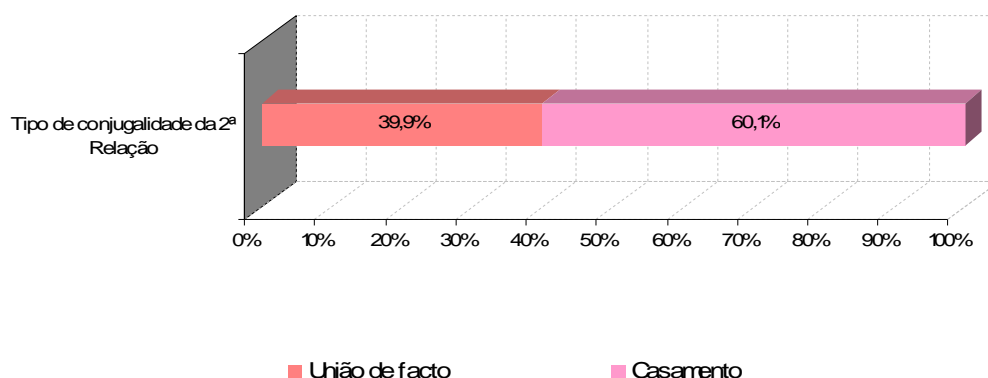
**Figura 60.** Inquiridos que terminaram a 1ª. relação conjugal até aos 35 anos por gerações

Por sua vez, a percentagem de indivíduos que terminaram a primeira relação conjugal é ligeiramente superior à percentagem daqueles que iniciaram uma nova relação, ou seja, existem indivíduos que ainda não voltaram a viver em conjugalidade. Por exemplo, até aos 35 anos, dos 25,9% dos indivíduos da geração de 1962-71 que terminaram a primeira relação, apenas 18% voltou a viver em conjugalidade (vide figura 61).



**Figura 61.** Inquiridos que terminaram a 1ª. relação conjugal e iniciaram 2ª. Relação por gerações e fases da vida (% acumulada).

Do total dos indivíduos que experimentaram uma segunda relação conjugal até aos 35 anos<sup>152</sup>, 60,1% optaram pelo recasamento e 39,9% pela união de facto (vide figura 62). A maioria possui o ensino básico (68,1%), 19,4% têm o secundário e 12,5% o ensino médio ou superior, trabalham como pequenos e médios empresários (28,5%), administrativos (26,1%) ou empregados dos serviços e vendedores (23,5%) (vide figuras 63 e 64)<sup>153</sup>.



**Figura 62.** Distribuição dos inquiridos que viveram uma 2ª relação até aos 35 anos por tipo de conjugalidade

<sup>152</sup> Como foi referido anteriormente, 15,2% do total da subamostra.

<sup>153</sup> Não se verificou, porém, associação estatisticamente significativa entre estas variáveis.

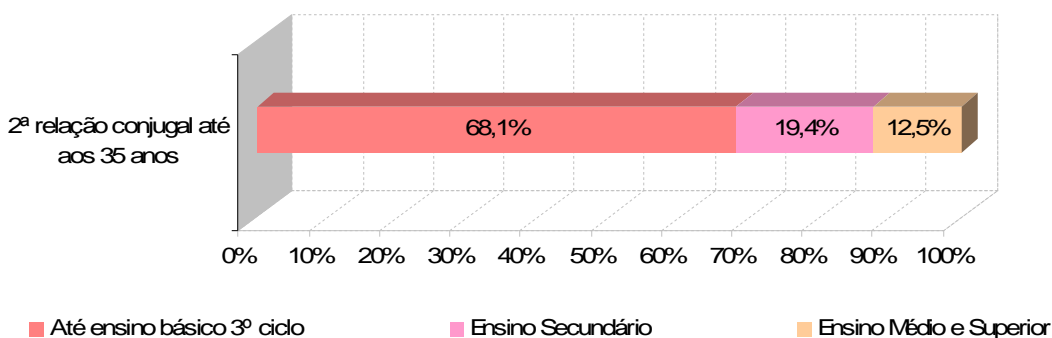


Figura 63. Distribuição dos inquiridos que viveram uma 2ª relação até aos 35 por escolaridade

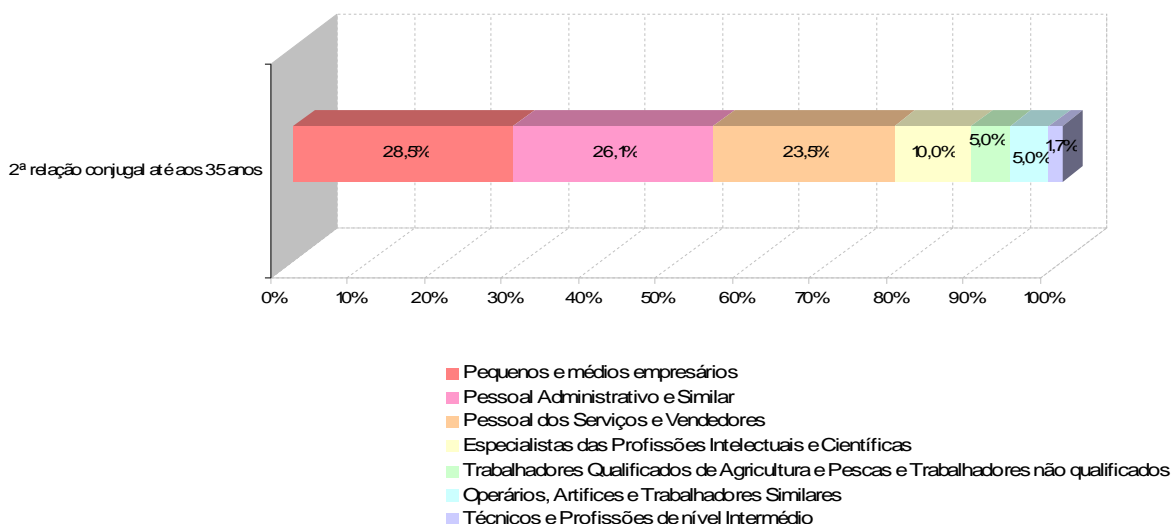
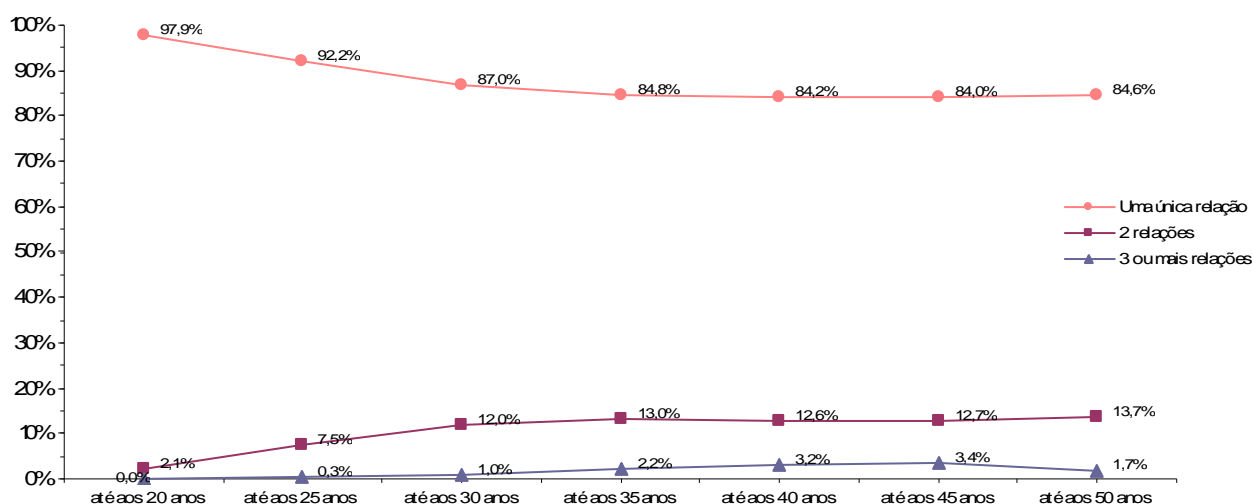


Figura 64. Distribuição dos inquiridos que viveram uma 2ª relação até aos 35 por actividade profissional

A escolha da união de facto como opção para cerca de 40% dos adultos que viveram uma segunda experiência conjugal (vide figura 62), situação que advém usualmente do fim de um anterior casamento, é um indicador da proliferação de novas formas de estruturação familiar assentes em pressupostos da modernidade avançada. Neste caso, a escolha da união de facto, para além de integrar-se num cenário de significativas mudanças nos modelos conjugais, deve ser entendida como factor de recomposição familiar.

O adulto liberta-se, aos poucos, da ideia de linearidade e de ter um único ciclo de vida familiar. É importante, no entanto, sublinhar o facto de que, ao nível da conjugalidade, as trajectórias ainda se mantêm predominantemente simples e únicas. Analisado o número de experiências vividas ao nível do eixo público e privado da vida adulta e, tal como foi referido anteriormente, independentemente do número de experiências profissionais e residenciais a maioria dos inquiridos vive uma única relação conjugal.

Considerando todos os inquiridos que já viveram em conjugalidade constata-se, por exemplo que, aos 35 anos, 84,8% dos indivíduos viveram uma única relação, apenas 13% experienciaram duas relações e 2,2% três ou mais relações (vide figura 65).



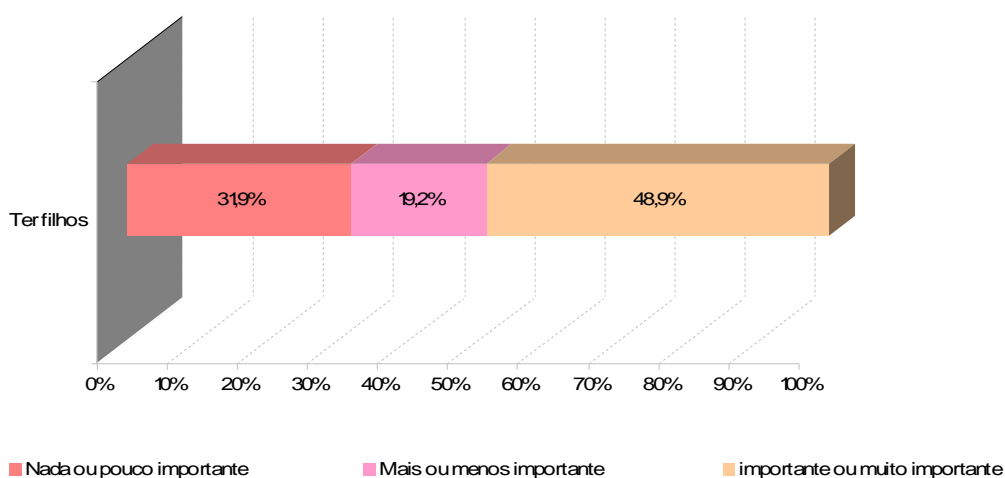
**Figura 65. Número de relações conjugais por etapas de vida (entre os que já viveram em conjugalidade)**

Conclui-se que «a relação conjugal continua a revelar todo o seu poder atractivo, reparador, regenerador, e até transcendente como promessa» (Torres, 2000, p.155). A mudança está no aumento da valorização do sentimento e da qualidade da relação para que ela persista. Não se menospreza a conjugalidade, mas passa-se a rejeitar certos valores tradicionais que não permitiam promover o bem-estar individual na relação (Vasconcelos, 1998; Torres 2000; Singly 2001; Aboim & Wall, 2002).

As mudanças ocorridas na família conjugal vão no sentido de um movimento tendencial entre a fusão (o casal) e a associação (o indivíduo). No seio da família, seja nuclear ou não, os valores materialistas e instrumentais são substituídos por valores expressivos e pós-materialistas. Como Vasconcelos (1998) refere, os processos de mudança são, contudo, lentos e graduais coexistindo diferentes disposições representacionais e diferentes práticas.

#### 4.3.4. A adultez e a parentalidade

Na sociedade actual promovem-se novos valores sobre a procriação e o lugar que a criança ocupa na família. Em relação à adultez não chegam a metade do total da amostra os indivíduos que acham importante ou muito importante “ter filhos” para se “ser adulto” (48,9%), 31,9% considera mesmo que é nada ou pouco importante (vide figura 66).



**Figura 66. A importância de “ter filhos” para se “ser adulto”**

Comparando as gerações de 1952-61 e a geração de 1972-81, regista-se que a percentagem quer dos indivíduos que tiveram o primeiro filho até aos 25 anos quer daqueles que o tiveram até aos 30 anos diminui cerca de 30%.

Até aos 25 anos, 58,2% dos indivíduos que pertencem à geração de 1952-61 já tinham tido filhos (40,6% tinham tido um filho, 16,2% dois filhos e 1,4% três ou mais filhos), valor que desce para 38,3% entre os da geração de 1962-71 (28,4% tinham tido um filho, 8% dois filhos e 1,9% três ou mais filhos) e desce ainda para 23,8% na geração de 1972-81 (19,7% tinham tido um filho, 3,7% dois e 0,4% três ou mais filhos) (vide figuras 67 e 68).



Aos 30 anos, entre a geração mais velha, 84,2% dos indivíduos já tinham tido filhos (42,4% tinham tido um filho, 33,3% dois e 8,5 três ou mais filhos). Nos inquiridos da geração intermédia o valor desce para os 64,5 % (38,2% tinham um filho, 22,6% dois e 3,7% três ou mais). Entre a geração mais nova desce para 53,3% (38,9% um filho, 11,6% dois e 2,8% três ou mais filhos) (vide figuras 67 e 69). Aos 30 anos, entre a geração mais nova, 46,8% dos jovens adultos ainda não tiveram filhos.

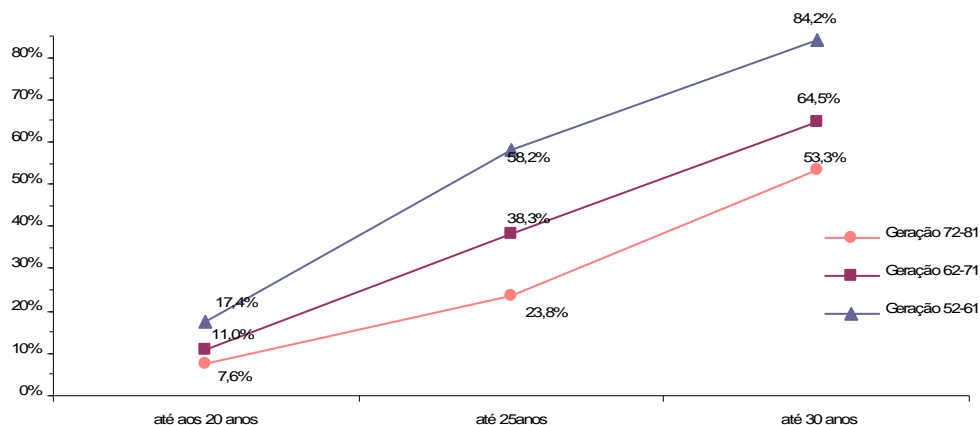


Figura 67. Nascimento do 1º. filho por gerações e etapas de vida (% acumulada)

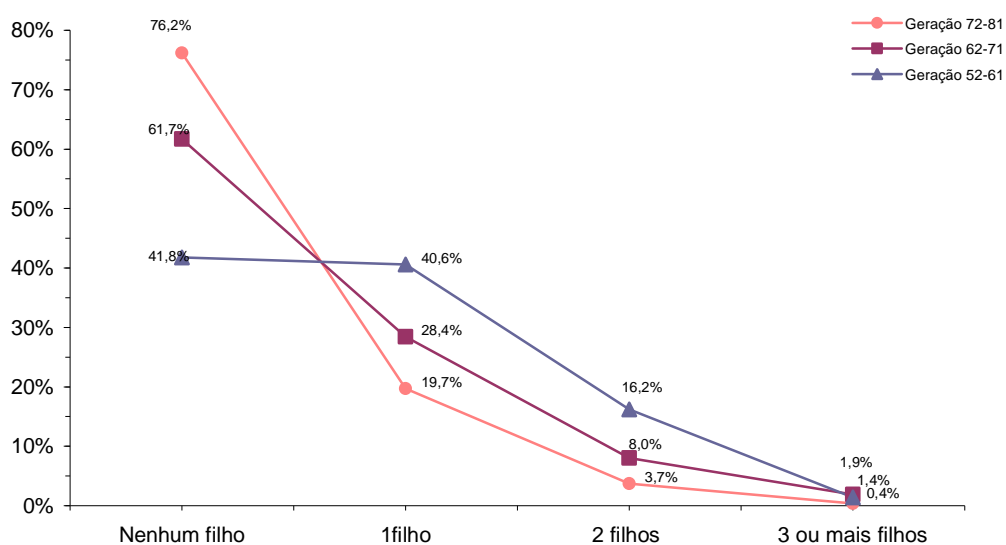
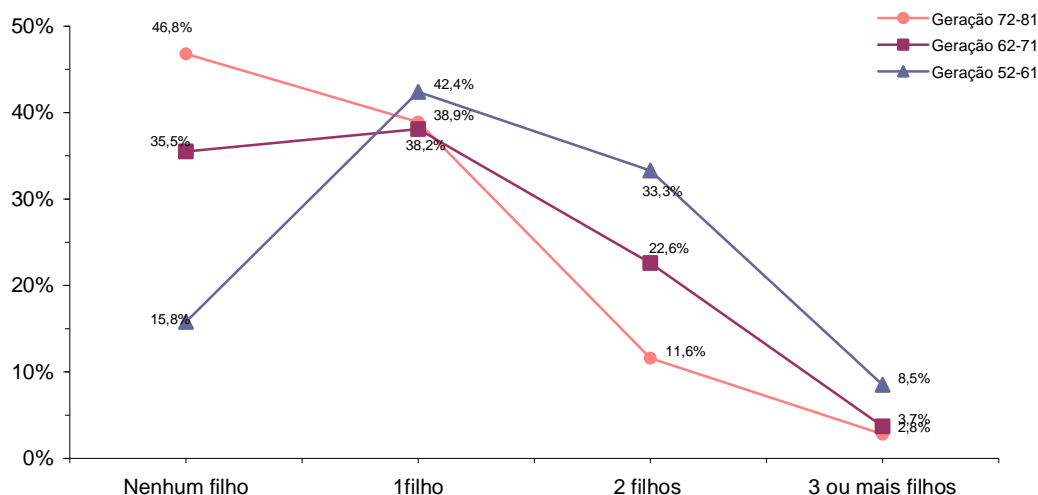


Figura 68. Número de filhos até aos 25 anos por gerações



**Figura 69.** Número de filhos até aos 30 anos por gerações

Comparando as gerações mais afastadas, por exemplo aos 30 anos, a percentagem dos inquiridos que têm dois filhos decresce 21,7%: 33,3% dos indivíduos da geração de 1952-61 já tinham dois filhos até essa idade, valor que desce para 11,6% entre a geração mais nova (vide figura 69).

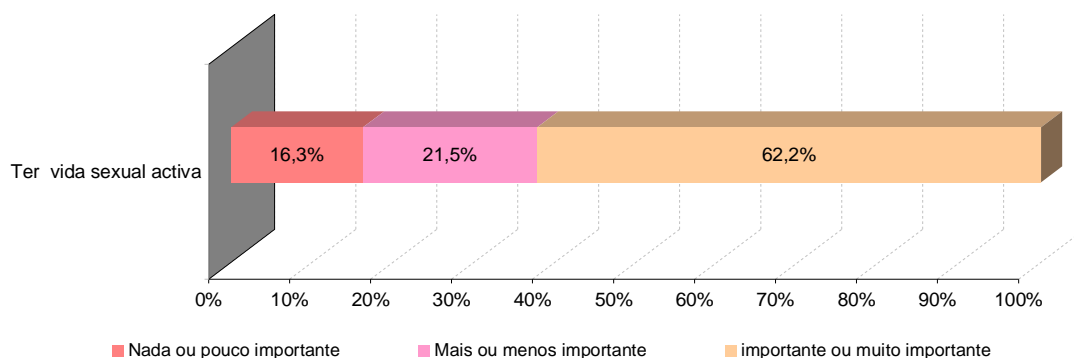
Existe uma associação estatisticamente significativa entre a geração a que se pertence e o número de filhos que se tem ( $\chi^2= 140,569$ ,  $p\text{-value}=0,000$  até aos 25 anos e  $\chi^2= 105,084$ ,  $p\text{-value}=0,000$  até aos 30 anos). Resumindo, o início da procriação tende a ser mais tardio diminuindo a probabilidade de se ter um elevado número de filhos e verificando-se, actualmente, uma maior incidência de famílias com a chamada estrutura triangular invertida de seis para um (quatro avós e dois pais para uma criança, estrutura na qual os progenitores estão em maioria).

Conforme os principais indicadores conjunturais de fecundidade em Portugal (referidos no ponto 1.3.1.2 do capítulo 1) em 2007 o número médio de crianças nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos) regista o valor mais baixo de sempre – 1,33 – e a idade média das mulheres no nascimento do primeiro filho situa-se nos 28,2 anos (INE, 2008b, 2008c).

O nascimento do primeiro filho e a procriação deixam de ser considerados aspectos fundamentais para o jovem adulto assumir a entrada na vida adulta estável. Deixam igualmente de apresentar-se como momentos de passagem biológica e socialmente pré-definidos para serem entendidos, segundo uma “nova ética de vida”, como desafios adiados para as idades dos 25 aos 30 anos ou mesmo para depois dos 30 anos. Nas idades avançadas, perante o fenómeno da fecundidade tardia e do aumento das famílias recompostas, a procriação, desvinculando-se dos eventos da transição para a vida adulta, pode mesmo assumir-se como prática de “rejuvenescimento” na adultez.

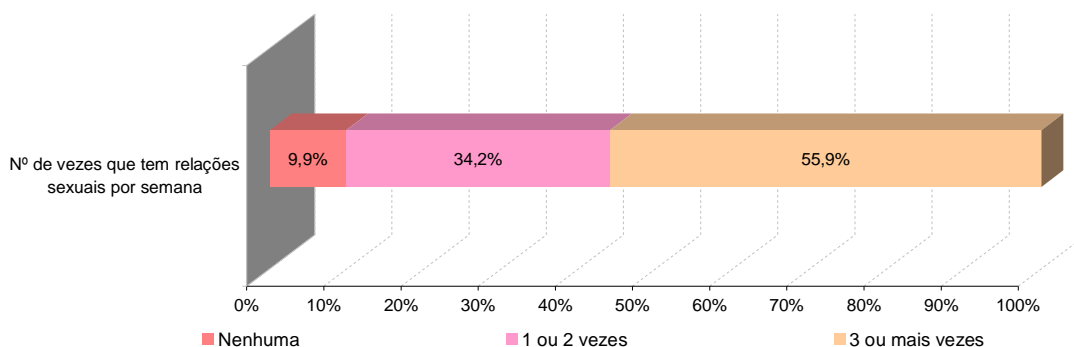
### 4.3.5. A adultez e a sexualidade

Atendendo aos resultados apurados em relação à sexualidade, 62,2% dos inquiridos consideram que para se “ser adulto” é importante ou muito importante “ter uma vida sexual activa”, 21,5% consideram mais ou menos importante e 16,3% nada ou pouco importante (vide figura 70).



**Figura 70.** A importância de “ter uma vida sexual activa” para se “ser adulto”

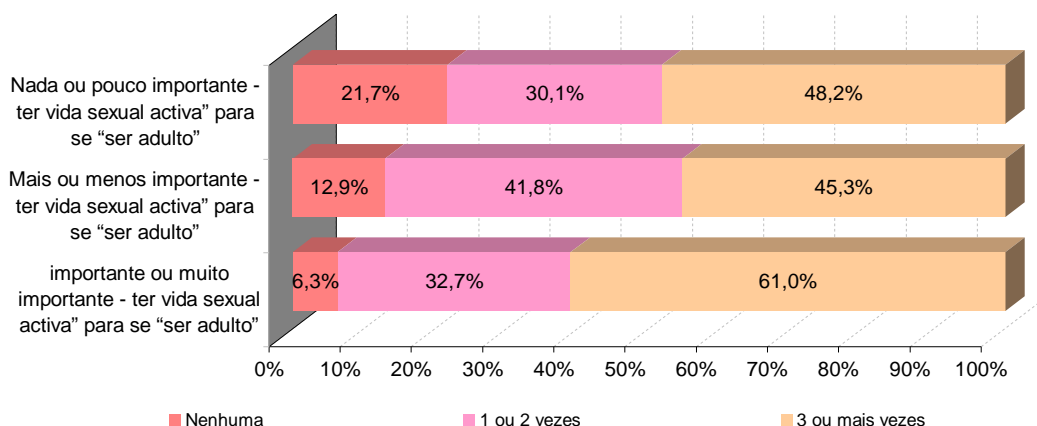
Também são elevadas as percentagens referentes à prática da actividade sexual – 55,9% dos adultos referem que, em média e por semana, têm três ou mais vezes relações sexuais, 34,2% uma a duas vezes e apenas 9,9% da amostra referem não ter relações sexuais<sup>154</sup> (vide figura 71).



**Figura 71.** Distribuição dos inquiridos segundo o número de vezes por semana que tem relações sexuais

<sup>154</sup> De referir que houve 27,6% de não-respostas a esta pergunta. Na maioria, os inquiridos que não responderam referiram que o assunto era demasiado privado (a percentagem das não-respostas às restantes perguntas do questionário ronda os 1,5%).

Entre os indivíduos que dão mais importância à sexualidade, 61% referem ter três ou mais relações sexuais por semana (vide figura 72). Existe uma associação significativa entre o grau de importância atribuído à sexualidade na concepção da adultez e a frequência com que se diz ter relações sexuais ( $\chi^2= 50,327$ ,  $p\text{-value}=0,000$ ).



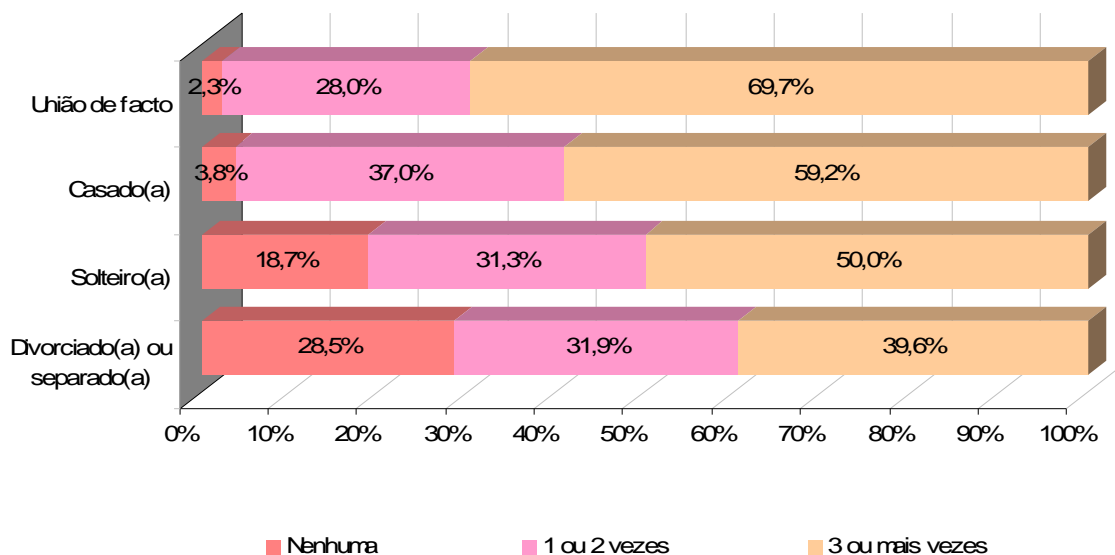
**Figura 72** Distribuição dos inquiridos segundo o número de vezes por semana que tem relações sexuais/ importância de “ter vida sexual activa” para “ser adulto”

Há ainda uma associação significativa entre a importância dada a “ter uma vida sexual activa” para se “ser adulto” e o sexo ( $\chi^2= 35,403$ ,  $p\text{-value}=0,000$ ) e a actividade profissional ( $\chi^2= 34,625$ ,  $p\text{-value}=0,001$ ). Quem dá mais importância à “vida sexual activa” pertence predominantemente ao sexo masculino, exerce actividades pouco qualificadas ou é pequeno empresário. Não existe associação significativa entre esta valorização e os recursos escolares, a situação conjugal, idade ou o local de residência<sup>155</sup>.

Já a frequência com que, por semana, os inquiridos têm relações sexuais está dependente de um maior número de variáveis. A variável que mais afecta a actividade sexual é a situação conjugal. A inexistência de vida sexual acontece em maior percentagem entre divorciados, separados ou solteiros. Viver em conjugalidade implica, assim, uma sexualidade activa e, não sendo condição obrigatória para esta prática, fomenta-a. Apenas 2,3% dos adultos que vivem em união de facto e 3,8% dos que estão

<sup>155</sup>Habilitação escolar ( $\chi^2= 8,302$ ,  $p\text{-value}=0,081$ ); situação conjugal ( $\chi^2= 11,362$ ,  $p\text{-value}=0,078$ ); idade ( $\chi^2= 8,085$ ,  $p\text{-value}=0,088$ ); território ( $\chi^2= 0,226$ ,  $p\text{-value}=0,893$ ).

casados não têm relações sexuais. A ausência de vida sexual sobe para 18,7% entre os solteiros e para 28,5% entre os divorciados e separados (vide figura 73). Verifica-se que existe uma associação significativa entre o número de relações sexuais e a situação conjugal ( $\chi^2 = 119,753$ ,  $p\text{-value} = 0,000$ ).



**Figura 73. Distribuição dos inquiridos segundo a frequência de relações sexuais por situação conjugal**

De qualquer modo, 81,3% dos solteiros e 71,5% dos divorciados e separados são sexualmente activos (têm uma, duas, três ou mais relações sexuais por semana). Neste caso, o que se destaca é o facto da conjugalidade, apesar de fomentar a actividade sexual, não se apresentar como condição única para a sua prática. Conclui-se ainda que a ausência de vida sexual não é, em geral, uma opção, tem antes a ver com a inexistência esporádica ou permanente de parceiro(a) sexual. Mesmo ao nível da conjugalidade, Bozon (2002b) considera que a inexistência de relações sexuais não é voluntária ou permanente, esta advém de circunstâncias excepcionais, transitórias e não desejadas.

Existe ainda associação significativa entre a frequência de relações sexuais e o sexo ( $\chi^2= 21,831$ ,  $p\text{-value}=0,000$ ), o local de residência ( $\chi^2= 33,487$ ,  $p\text{-value}=0,000$ ) e a idade ( $\chi^2= 47,231$ ,  $p\text{-value}=0,000$ ). Continuam a ser os inquiridos do sexo masculino que referem ter mais frequentemente relações sexuais<sup>156</sup> mas, comparando com as representações e a valorização da sexualidade na adultez, em relação às práticas os valores mais elevados predominam entre os residentes no meio rural e os mais novos (jovens adultos com idades entre os 25 e 34 anos). Também é entre os indivíduos com baixas habilitações escolares, profissões menos qualificadas ou entre os pequenos empresários que as percentagens são mais elevadas sem que se registe, contudo, uma associação significativa<sup>157</sup>.

Detectam-se, assim, diferenças de sexo acerca da valorização da sexualidade, no entanto, a importância de uma sexualidade activa resulta da reivindicação quer da mulher quer do homem do direito ao prazer nas relações íntimas (sejam esporádicas ou permanentes). Conforme afirma Bozon (2002b), em termos genéricos, pode mesmo considerar-se que a autonomia da vida sexual feminina tem tido repercussões mais avultadas nas relações íntimas contemporâneas do que as mudanças dos comportamentos sexuais masculinos.

Para a aquisição do estatuto de adulto é muito valorizada a sexualidade activa entre os que têm profissões pouco qualificadas. Este resultado pode advir do facto destes indivíduos se terem libertado, a partir dos anos 70, de constrangimentos e valores tradicionais que não permitiam conceber a sexualidade fora do casamento. Os novos comportamentos sexuais, particularmente a autonomia sexual feminina associada à possibilidade de controlo da fecundidade, dão origem a profundas transformações neste contexto social e ainda hoje estas mudanças são valorizadas.

A menor frequência da prática sexual no meio urbano em relação ao meio rural pode estar relacionada com o ritmo das cidades, com o tempo despendido em deslocações pendulares entre o trabalho, o local de residência e a escola dos filhos, com o cansaço, o

---

<sup>156</sup> Sobreavaliação que pode ser interpretada pela manipulação da resposta, isto na tentativa de corresponderem ao estereótipo de masculinidade que implica elevada actividade sexual.

<sup>157</sup> Habilitação escolar ( $\chi^2= 8,419$ ,  $p\text{-value}=0,77$ ); actividade profissional ( $\chi^2= 9,010$ ,  $p\text{-value}=0,702$ ).

*stress*, o mercado de trabalho mais competitivo e a diversidade de estilos e opções de vida.

Concluiu-se anteriormente que ao longo do percurso de vida dos inquiridos predominam as situações de uma única relação conjugal, contudo, a ruptura conjugal e a recomposição das famílias aumentou quando comparados os percursos dos inquiridos das gerações de 1952-61 e de 1962-71. Este resultado aponta para a desactualização do modelo de um único parceiro(a) sexual para toda a vida, facto que parece ganhar ainda maior significado quando consideradas as relações íntimas que não implicam conjugalidade, nomeadamente as relações esporádicas e de namoro onde se difunde cada vez mais a monogamia em série – a dita 2<sup>a</sup>. revolução sexual (Shorter, 1977).



#### 4.4. As representações: o adulto padrão, o adulto inacabado e o adulto híbrido

Os dados recolhidos nesta pesquisa permitem descrever a representação do que os indivíduos consideram importante para se “ser adulto”, apreender a representação acerca da fase da vida a que pensam pertencer e identificar o tipo de comportamentos e sentimentos (palavras) que associam à vida adulta.

Em relação à representação sobre o que é importante para se “ser adulto” na sociedade portuguesa, pressupõe-se, neste trabalho, a coexistência de três modelos:

1. O modelo da *representação tradicional* – o do adulto padrão – vinculado a uma visão tradicional, segundo a qual o adulto é associado a um percurso único e linear. Esta é a representação que se espera predominante em meios de baixos recursos socioeconómicos;
2. O modelo da *representação alternativa* – o do adulto inacabado – que, considerado no contexto dos fenómenos de diferenciação e de identidade social, será específico da classe média/média alta, escolarizada e urbana que se referencia em valores da modernidade avançada<sup>158</sup>;
3. O modelo da *representação híbrida* – o do adulto híbrido – que corresponderá a indivíduos da classe média que identificam o adulto quer com características da representação do adulto padrão quer com características da representação do adulto inacabado.

Para saber se estes modelos se verificam e qual a importância de cada um deles na amostra analisada, começou por se proceder a uma Análise de Componentes Principais (ACP). A ACP permite transformar um conjunto de variáveis originais, correlacionadas, num conjunto de variáveis não correlacionadas, as componentes principais. Estas

---

<sup>158</sup> A representação do adulto inacabado pode ainda corresponder à instabilidade verificada entre adultos de classes menos favorecidas e vulneráveis a situações de exclusão e/ou marginalidade social.

componentes são calculadas de forma a explicar a maior percentagem de variância presente nas variáveis originais, fornecendo uma visão do conjunto dos dados<sup>159</sup> (Pestana & Gageiro, 2005).

A aplicação da ACP às 22 variáveis utilizadas para medir o que os inquiridos consideram importante para “ser adulto” – “estar casado”, “ter filhos”, “ter um trabalho estável”, “ter tempos de lazer e divertimento”, entre outras (vide pergunta 2.2. do questionário, anexo 1) – revelou uma estrutura de representações da adultez dividida em seis componentes distintas (vide quadro 29).

A primeira componente mostra que a valorização da estabilidade profissional e financeira surge correlacionada com a importância das práticas de lazer, sociabilidade e divertimento. Para se “ser adulto” é importante ter boa situação financeira, ter um trabalho estável, sair em lazer, ter tempo para estar com amigos e ter uma vida sexual activa. Este resultado levou à conceptualização de uma componente *sui generis* sobre o que é considerado importante para se “ser adulto”, componente que se denominou de “hedonismo protegido”.

A componente “hedonismo protegido” traduz a ideia de que na adultez valoriza-se quer o trabalho quer o hedonismo, este último promovido e protegido pela independência financeira adquirida com a entrada e permanência na vida activa.

Os resultados mostram que as recompensas materiais adquiridas através do trabalho não servem apenas para resolver questões de sobrevivência ou necessidades básicas, estas também se destinam ao financiamento de hábitos de consumo ligados a comportamentos hedónicos, como por exemplo, viajar, passear, sair em lazer e com amigos. O valor do trabalho intercepta-se com o valor do lazer em benefício da progressiva valorização do consumo.

Para os adultos, o lazer aproxima-se assim da ideia de investimento e recompensa pela capacidade de manter a estabilidade profissional e financeira. A evasão parece advir

---

<sup>159</sup> A partir de um conjunto de variáveis, cria-se um novo conjunto, mais reduzido, de variáveis (componentes principais), de tal modo que a primeira componente seja aquela com maior variância possível dentre todas as possíveis combinações lineares das variáveis originais, e as demais componentes são ordenadas por ordem decrescente em termos de sua variabilidade (Pestana & Gageiro, 2005).

de uma estratégia de compensação. O indivíduo valoriza a vertente instrumental do trabalho; a estabilidade profissional e financeira é fundamental na adultez, mas é muito importante que parte dos rendimentos possam ser gastos em consumos diversos e actividades de lazer (Freire et al., 2000, Vala et al., 2003).

Se, por um lado, “sair e divertir-se” são práticas usualmente associadas aos jovens estudantes, por outro lado, estes nem sempre têm a capacidade financeira para gozar em pleno dessas actividades. Ter um “trabalho estável” e “boa situação financeira” permite ao adulto – de modo independente e autónomo – fomentar actividades de lazer experimentadas na adolescência e na juventude. Por exemplo, viajar para locais exóticos, por envolver gastos elevados, tornou-se uma prática associada às férias dos adultos. As próprias férias tornaram-se, para muitos adultos, um “ritual” social importante que marca (e por vezes domina) os projectos anuais.

Vinculadas uma na outra, as dimensões lazer e trabalho têm valor *per se*. O trabalho possibilita a integração social, o lazer contribui para que essa integração se consubstancie em reconhecimento individual e social. Ambas as dimensões são importantes e cruzam-se na construção do estatuto de adulto.

Também a variável “importância de ter uma vida sexual activa” está relacionada com a dimensão “hedonismo protegido”. A sexualidade deixa de se situar apenas na esfera da conjugalidade e da procriação para também se aproximar das práticas de experimentação, prazer e lazer (vide quadro 29).

As outras cinco componentes são de interpretação mais imediata. A componente “conjugalidade e parentalidade” está fortemente relacionada com a importância de estar casado(a), de ter filhos e de viver em conjugalidade; a componente “boa condição física, intelectual e emocional” relaciona-se com a importância da aprendizagem ao longo da vida, a prática desportiva e o ambiente familiar; a componente “reflexividade sobre a vida” refere-se à valorização dos tempos em que se fazem balanços em relação ao passado e se projecta o futuro e as componentes “independência e autonomia” e “rotina e salário” estão, respectivamente, fortemente relacionadas com as variáveis que denominam (vide quadro 29).

**Quadro 29. Componentes da representação sobre do que é importante para se “ser adulto”<sup>160</sup>**

| Componentes e Variáveis originais                                                   | Coefficientes (1) | Variância Explicada (%) | Alfa de Cronbach |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------------|------------------|
| <u>Hedonismo Protegido</u>                                                          |                   |                         |                  |
| • Para “ser adulto” é importante ter tempo para estar com amigos                    | 0,682             | 13,633                  | 0,73             |
| • Para “ser adulto” é importante ter boa situação financeira                        | 0,682             |                         |                  |
| • Para “ser adulto” é importante ter um trabalho estável                            | 0,596             |                         |                  |
| • Para “ser adulto” é importante ter tempo de lazer e divertimento                  | 0,579             |                         |                  |
| • Para “ser adulto” é importante ter uma vida sexual activa                         | 0,506             |                         |                  |
| <u>Coniugalidade e Parentalidade</u>                                                |                   |                         |                  |
| • Para “ser adulto” é importante ser casado(a)                                      | 0,806             | 12,379                  | 0,71             |
| • Para “ser adulto” é importante ter filhos                                         | 0,774             |                         |                  |
| • Para “ser adulto” é importante viver em coniuugalidade (seja ou não em casamento) | 0,661             |                         |                  |
| <u>Boa condição física, intelectual e emocional</u>                                 |                   |                         |                  |
| • Para “ser adulto” é importante continuar a estudar                                | 0,760             | 10,230                  | 0,65             |
| • Para “ser adulto” é importante praticar desporto                                  | 0,702             |                         |                  |
| • Para “ser adulto” é importante estar em casa com a família                        | 0,582             |                         |                  |
| <u>Reflexividade sobre a vida</u>                                                   |                   |                         |                  |
| • Para “ser adulto” é importante fazer balanços sobre o passado                     | 0,790             | 8,669                   | 0,48             |
| • Para “ser adulto” é importante ter tempo para estar só                            | 0,700             |                         |                  |
| • Para “ser adulto” é importante fazer projectos para o futuro                      | 0,477             |                         |                  |
| <u>Independência e autonomia</u>                                                    |                   |                         |                  |
| • Para “ser adulto” é importante ser independente                                   | 0,845             | 8,424                   | 0,61             |
| • Para “ser adulto” é importante ser autónomo                                       | 0,770             |                         |                  |
| <u>Rotina e salário</u>                                                             |                   |                         |                  |
| • Para “ser adulto” é importante ter rotinas                                        | 0,847             | 7,339                   | 0,38             |
| • Para “ser adulto” é importante ter um salário, seja ele qual for.                 | 0,637             |                         |                  |
| Total variância explicada                                                           |                   | 60,673                  |                  |

(1) Após rotação Varimax

<sup>160</sup> Na realização da ACP os indicadores de adequabilidade apresentaram valores favoráveis à aplicação da técnica:  $KMO=0,828$  e Teste de Bartlett com  $p\text{-value}=0,000$ .

As variáveis “ser responsável”, “ter estabilidade mesmo que não faça o que quer (profissionalmente)”, “terminar os estudos e começar a trabalhar” e “fazer o que quer mesmo que isso implique instabilidade (profissional)” foram excluídas da análise da ACP pois apresentavam valores de coeficiente inferiores ao mínimo estipulado para a análise – 0,500 (0,455; 0,491; 0,389 e 0,276, respectivamente).

Através do cálculo dos Alfa’s de Cronbach verificou-se a coerência interna das componentes: a componente 1 “hedonismo protegido” e 2 “coniugalidade e parentalidade” apresentam valores razoáveis – 0,73 e 0,71; a componente 3 “boa condição física, intelectual e emocional” e a componente 5 “Independência e autonomia” apresentam valores modestos – 0,65 e 0,61; as componentes 4 “reflexibilidade” e 6 “rotina quotidiana e do salário” apresentam valores mais fracos – 0,48 e 0,39 –, contudo, decidiu manter-se estas duas componentes por considerar-se que avaliam aspectos importantes já referidos ao nível do quadro teórico.

Encontradas as seis dimensões que traduzem o que é considerado importante para se “ser adulto”, realizou-se uma Análise de *Clusters*<sup>161</sup> que, no que diz respeito à valorização das dimensões da adultez, permitiu identificar três grupos diferenciados de indivíduos.

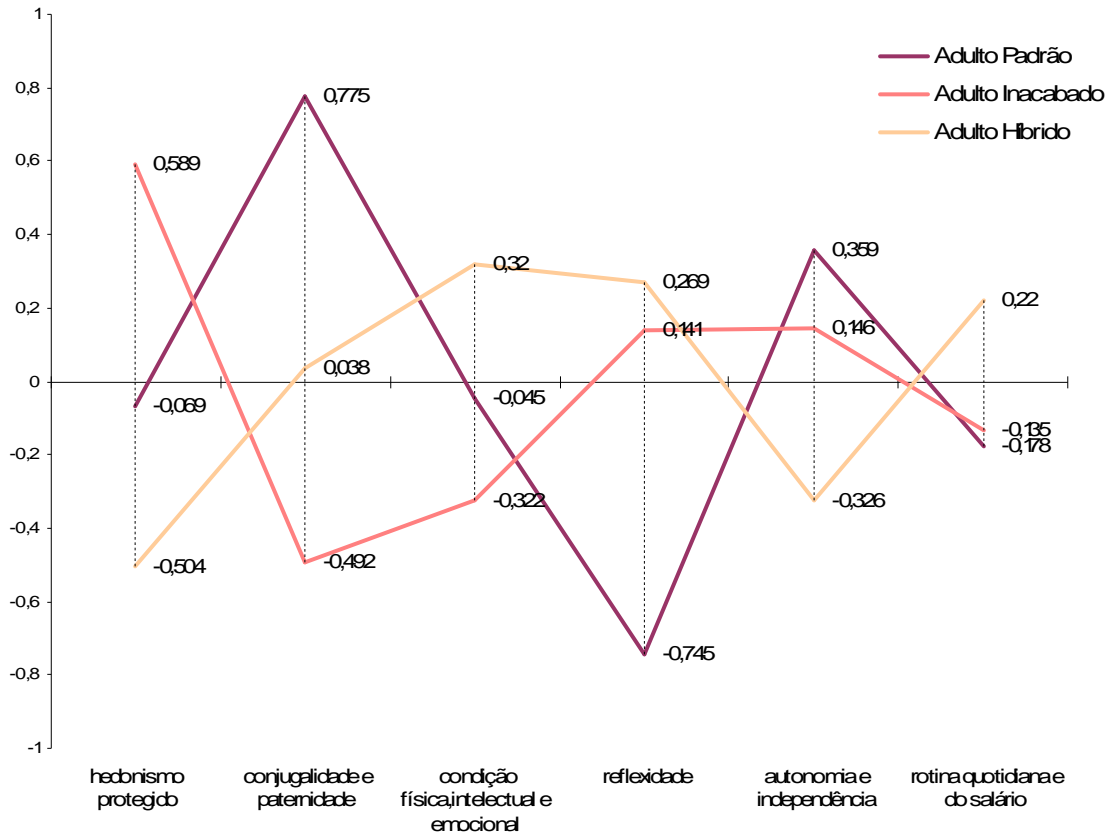
Considerando os resultados da Análise de *Clusters*, os conceitos definidos anteriormente e a importância média das dimensões por grupo (vide figura 74)<sup>162</sup> foi possível identificar:

1. O grupo que valoriza a representação do adulto padrão – aqueles que valorizam a estabilidade profissional, conjugal e familiar – em particular a componente “conjugalidade e a parentalidade” (média = 0,775) e a componente “independência e autonomia” (considerando especialmente a independência financeira e residencial) (média = 0,359) (vide figura 74);
2. O grupo que valoriza a representação do adulto inacabado – os que valorizam as componentes “hedonismo protegido” (média = 0,589), “reflexividade sobre a vida” (média = 0,141) e também a “independência e autonomia” (média = 0,146) (vide figura 74);
3. O grupo que considera importante a representação do adulto híbrido – os que valorizam quer características do adulto padrão quer características do adulto inacabado. Indivíduos que valorizam a componente “reflexividade sobre a vida” (média = 0,269), a “conjugalidade e parentalidade” (média = 0,038), as “rotinas e um salário seguro” (média = 0,220) e a “boa condição física, intelectual e emocional” (média = 0,320) (vide figura 74).

---

<sup>161</sup> Anexo 7 - Hierarchical Cluster Analysis – procedimento multivariado utilizado para detectar grupos homogêneos de casos. Os clusters foram formados através da medida de distância Squared Euclidean Distance, z Scores Standardize e o método Furthest Neighbor (vizinho mais afastado) – através do qual «a distância entre dois grupos é a distância entre os seus elementos mais afastados. Após formado o primeiro cluster, a distância entre os restantes sujeitos é a maior das distâncias de cada um dos elementos desse cluster com um dos restantes sujeitos» (Pestana & Gageiro, 2005, pp. 542).

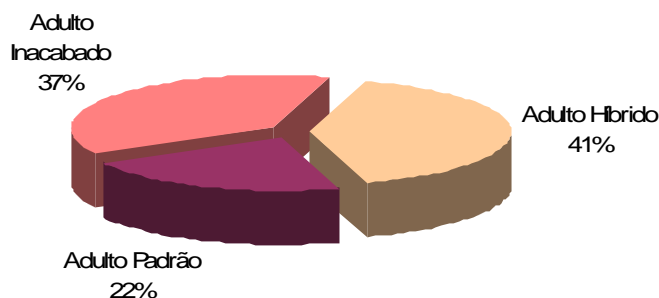
<sup>162</sup> Anexo 8.



**Figura 74. Importância média das dimensões de adultez por grupo adulto padrão, inacabado e híbrido**

A Análise de *Clusters* mostra que os indivíduos distribuem-se pelos grupos da seguinte forma: 41% valorizam a representação do adulto híbrido; 37% valorizam a representação do adulto inacabado e 22% a representação do adulto padrão (vide figura 75)<sup>163</sup>.

<sup>163</sup> Anexo 7.



**Figura 75. Distribuição dos inquiridos por grupo – adulto padrão, inacabado e híbrido**

Os resultados da *Anova* permitem concluir que existe uma associação significativa entre as valorizações médias atribuídas a cada componente e o grupo a que se pertence<sup>164</sup>.

### **Os perfis sociodemográficos dos grupos de representação da adultez**

O grupo que valoriza a representação do adulto padrão é tendencialmente constituído por indivíduos de idades mais avançadas (39,6% têm entre 45 e 54 anos e 35,6% têm entre 35 e 44 anos), casados (69,6%) e com baixa escolaridade (73,6%) (vide figuras 76 a 80).

O grupo que valoriza a representação do adulto inacabado é maioritariamente constituído por inquiridos do grupo de idades mais novas e intermédia (39,6% têm entre 25 e 34 e 33,1% têm entre 35 e 44 anos) e por residentes no meio urbano (68,7%). A percentagem de inquiridos do sexo feminino é ligeiramente superior (59,7%). Neste grupo 44,5% têm o ensino secundário, médio ou superior e 47,5% não estão casados (vide figuras 76 a 80).

<sup>164</sup>Anexo 8. “Hedonismo protegido”  $F = 223,460$ ,  $p\text{-value} = 0,000$ ); “conjugalidade e parentalidade”  $F = 208,570$ ,  $p\text{-value} = 0,000$ ; “boa condição física, intelectual e emocional”  $F = 64,481$ ,  $p\text{-value} = 0,000$ ; “reflexividade sobre a vida”  $F = 136,687$ ,  $p\text{-value} = 0,000$ ; “independência e autonomia”  $F = 63,092$ ,  $p\text{-value} = 0,000$  e à “rotina e salário”  $F = 25,399$ ,  $p\text{-value} = 0,000$

O grupo que valoriza a representação do adulto híbrido tem um perfil semelhante ao global da amostra: predominam os residentes no meio urbano (62%), casados(as) (58,9%) e com escolaridade até ao 3.º ciclo do ensino básico (63,6%) (vide figuras 76 a 80).

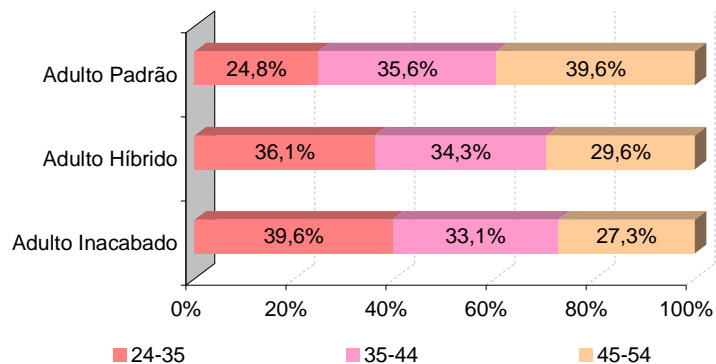


Figura 76. Distribuição dos inquiridos por idade e por grupos: adulto padrão, inacabado e híbrido

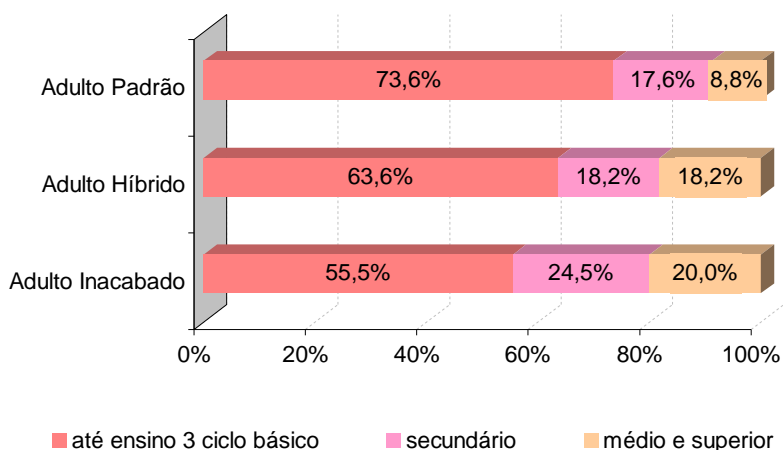


Figura 77. Distribuição dos inquiridos por escolaridade e por grupos: adulto padrão, inacabado e híbrido

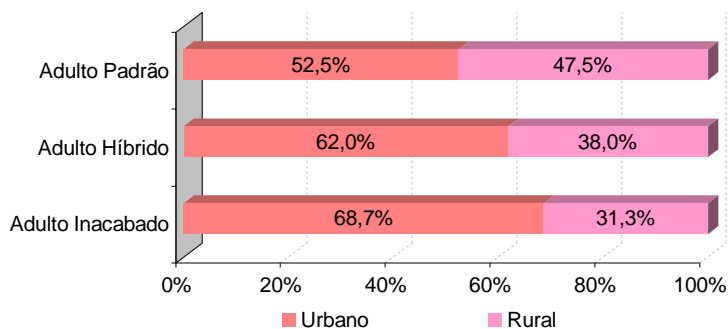
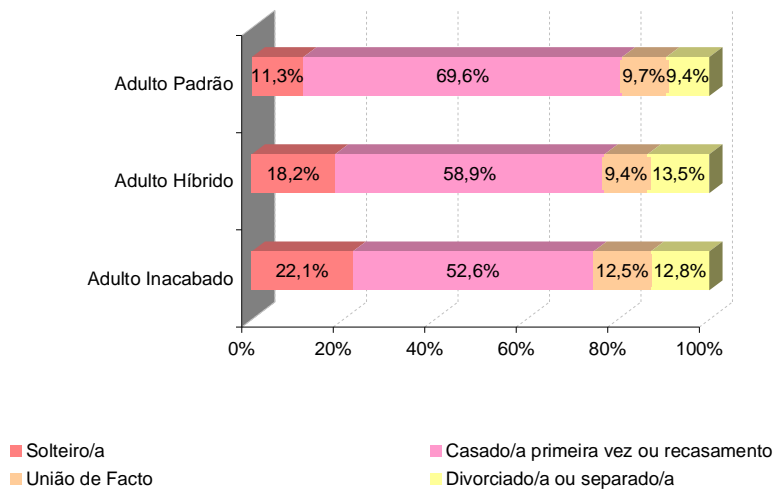
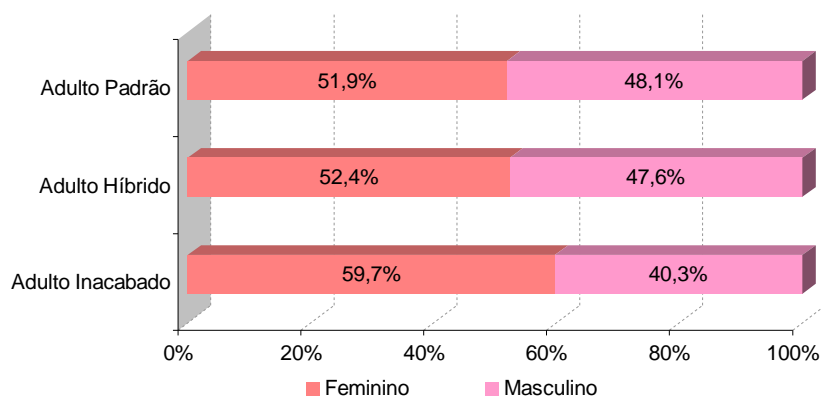


Figura 78. Distribuição dos inquiridos por território e por grupos: adulto padrão, inacabado e híbrido





**Figura 79. Distribuição dos inquiridos por situação conjugal e por grupos: adulto padrão, inacabado e híbrido**



**Figura 80. Distribuição dos inquiridos por sexo e por grupos: adulto padrão, inacabado e híbrido**

Verifica-se que existe uma associação estatisticamente significativa entre as representações da adulez – adulto padrão, adulto inacabado e híbrido – e as variáveis sociodemográficas, nomeadamente a idade ( $\chi^2 = 23,603$ ,  $p\text{-value} = 0,000$ ), a habilitação escolar ( $\chi^2 = 33,849$ ,  $p\text{-value} = 0,000$ ), a situação conjugal ( $\chi^2 = 28,464$ ,  $p\text{-value} = 0,000$ ), a profissão actual ( $\chi^2 = 34,160$ ,  $p\text{-value} = 0,001$ ), o território urbano/rural ( $\chi^2 = 22,477$ ,  $p\text{-value} = 0,000$ ) e o sexo ( $\chi^2 = 7,810$ ,  $p\text{-value} = 0,02$ ).

O grupo que valoriza a representação do adulto padrão está associado às idades avançadas, aos casados, a menores qualificações e ao estatuto socioeconómico baixo. O grupo que valoriza a representação do adulto inacabado corresponde predominantemente a idades mais novas, ao meio urbano, a qualificações escolares e profissionais mais elevadas e a um estatuto socioeconómico superior. Os que valorizam a representação do adulto híbrido correspondem predominantemente a um estatuto socioeconómico médio.

Ao nível das representações assume-se, assim, a existência de um “novo adulto” híbrido ou inacabado e verifica-se o afastamento em relação a uma representação hegemónica que valoriza essencialmente um único tipo de adulto, formal e padronizado.

O facto de se identificarem três grupos de representações acerca do que é importante para se “ser adulto” mostra que não existe apenas uma, mas várias formas de entender a adultez. Verifica-se a diversidade de modelos e, sendo a representação do adulto padrão menos valorizada que a do adulto híbrido ou inacabado, promove-se uma nova abordagem sobre a fase da vida adulta.

#### 4.5. A fase da vida a que se pensa pertencer

Depois de identificar o que se considera importante para “ser adulto”, interessa perceber se os indivíduos se vêem a si mesmos como adultos. Considerando as diferentes fases da vida, em qual delas os inquiridos se situam? Quando a passagem das crianças à adolescência e a passagem da adolescência à juventude parecem ser cada vez mais precoces, quando a juventude se prolonga por tempos de experimentação e a velhice é prorrogada, o que acontece em relação à adulez?

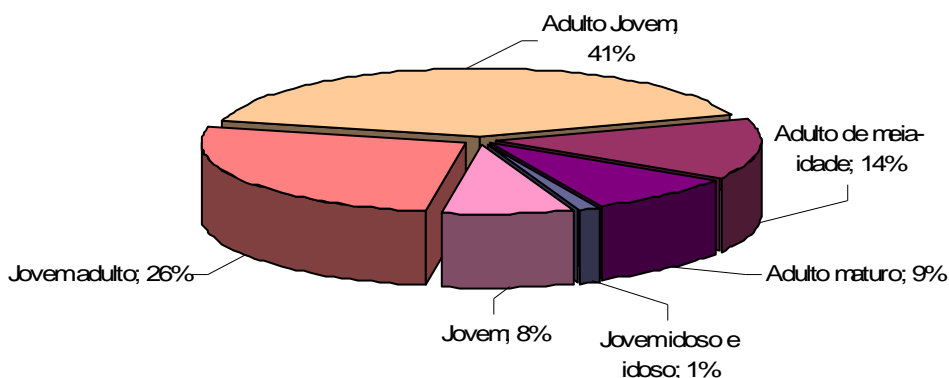
Foi referido anteriormente (ponto 1.3.1.1. do capítulo 1) que, com o aumento da esperança de vida, a adulez corresponde a uma etapa que pode prolongar-se por cerca de quarenta anos. Como exercício teórico, partiu-se da hipótese que a juventude prolonga-se e cruza-se com a adulez entre os 25 os 34 anos, altura que se identificou com o início da vida adulta e com o “jovem adulto”. Depois, enunciou-se a hipótese da adulez se prolongar pelo “adulto jovem”, fase onde o indivíduo, já entre os 35 e 44 anos, continua a referenciar-se na juventude, adopta atitudes juvenis no que diz respeito aos modos de vestir, às práticas de lazer e consumo, à linguagem, à valorização da imagem e do corpo e ao entendimento do trabalho e da família. A adulez prolongar-se-á depois pelo “adulto de meia-idade” (dos 45 aos 54 anos) e o “adulto maturo” (dos 55 aos 64 anos), terminando com a entrada na fase do “idoso jovem” aos 65 anos.

Defende-se, assim, a reformulação do conceito de adulto, ou mesmo a substituição deste estatuto, por diferentes subfases. Interessa, contudo, perceber se os inquiridos se identificam com estas subfases. Atendendo ao facto dos inquiridos terem entre 25 e 54 anos, estes considerar-se-ão predominantemente nas fases de “jovem adulto”, “adulto jovem” e “adulto de meia-idade”? Se não, identificar-se-ão com outras fases? Quais? Se sim, corresponderão as subfases escolhidas às idades propostas? Quem se identifica com a fase “jovem adulto” tem entre 25 e 34 anos? Quem se reconhece como “adulto jovem” tem entre 35 e 44 anos? Os indivíduos de 45 a 54 anos escolhem a fase do “adulto de meia-idade”?

Em termos empíricos apresentou-se aos inquiridos as quatro subfases da adultez (junto com as fases “jovem”; “jovem idoso” e “idoso”) pedindo para que, avaliando a forma como se sentiam e o seu estilo de vida, se situassem numa delas ou, caso considerassem conveniente, sugerissem outra.

Entre as sugestões alternativas que surgiram (sem significado estatístico, seis casos), ninguém sentiu necessidade de referir a fase da vida “adulta” *per si*. 99,6% dos inquiridos responderam à pergunta e não pareceu haver qualquer problema na identificação de uma das subfases da adultez como “sua”.

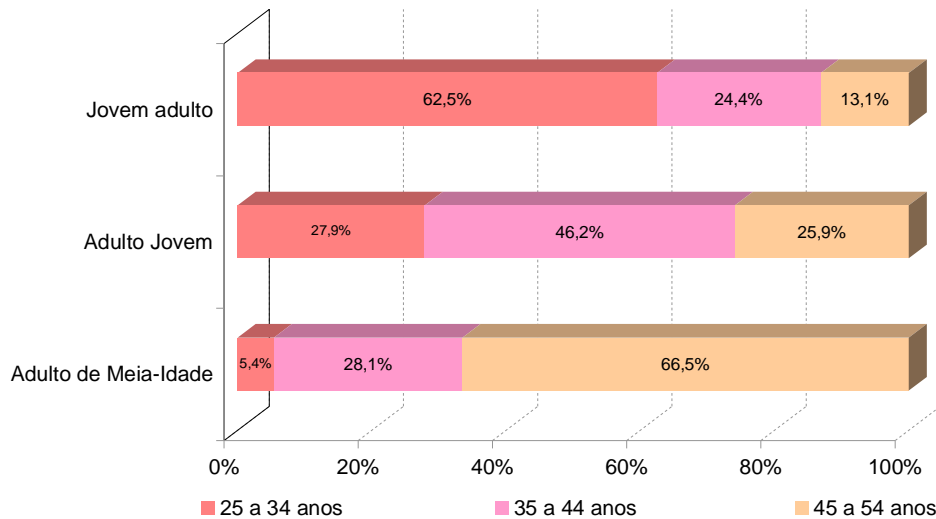
Verificou-se que apenas 8% dos indivíduos afirmaram pertencer à categoria “jovem”; 26% identificaram-se como “jovem adulto”; 41% optaram pela categoria “adulto jovem”; 14% pela categoria “adulto de meia-idade”; 9% definiram-se como “adulto maturo” e 1% como “jovem idoso e idoso” (vide figura 81).



**Figura 81.** Distribuição dos inquiridos por fases da vida

A confirmar a correspondência das subfases com idades mais ou menos precisas, os resultados permitem concluir que do total dos que se consideram “jovem adulto” 62,5% têm entre 25 e 34 anos; entre os que se identificaram com a categoria “adulto jovem” 46,2% tem idades entre os 35 e os 44 anos (dos restantes 27,9 têm entre 25 e 34 anos e

25,9% têm entre 45 e 54 anos) e 66,5% dos que se consideram “adulto de meia-idade” têm idades superiores aos 45 anos (vide figura 82).



**Figura 82.** Distribuição dos inquiridos por grupo etário segundo a fase de vida escolhida

Verifica-se uma associação significativa entre as subfases de adultez escolhidas e a idade ( $\chi^2=488,330$   $p\text{-value}=0,000$ ) sendo possível corroborar a hipótese proposta para a subdivisão da adultez pelos diferentes grupos de idades.

Esta divisão da vida adulta em subfases permite, mais uma vez, desconstruir a imagem única e hegemónica do adulto assumindo-se a adultez como objecto de estudo diverso e complexo.

#### 4.6. A associação de sentimentos e comportamentos à adulez

A associação de determinados sentimentos e comportamentos à adulez foi também abordada nesta investigação. Os indivíduos, referenciando-se na maioria dos adultos que conhecem, avaliaram de “nada” a “muitíssimo” a associação de determinadas palavras à fase da vida adulta (vide pergunta 2.3. do anexo 1).

Atendendo aos resultados obtidos é possível apurar que 74,6% os inquiridos identificam, muito ou muitíssimo, a palavra “responsabilidade” aos adultos que conhecem (vide figura 83). Mais de 60% identificam esses adultos com as palavras “independência”, “autoridade”, “maturidade” e “autonomia” e entre os 50% e 60% associam-lhes, muito ou muitíssimo, as palavras “amor”, “liberdade”, “esperança”, “felicidade” e “alegria”. Menos associadas foram as palavras “desilusão”, “instabilidade”, “prisão” ou “tristeza”.

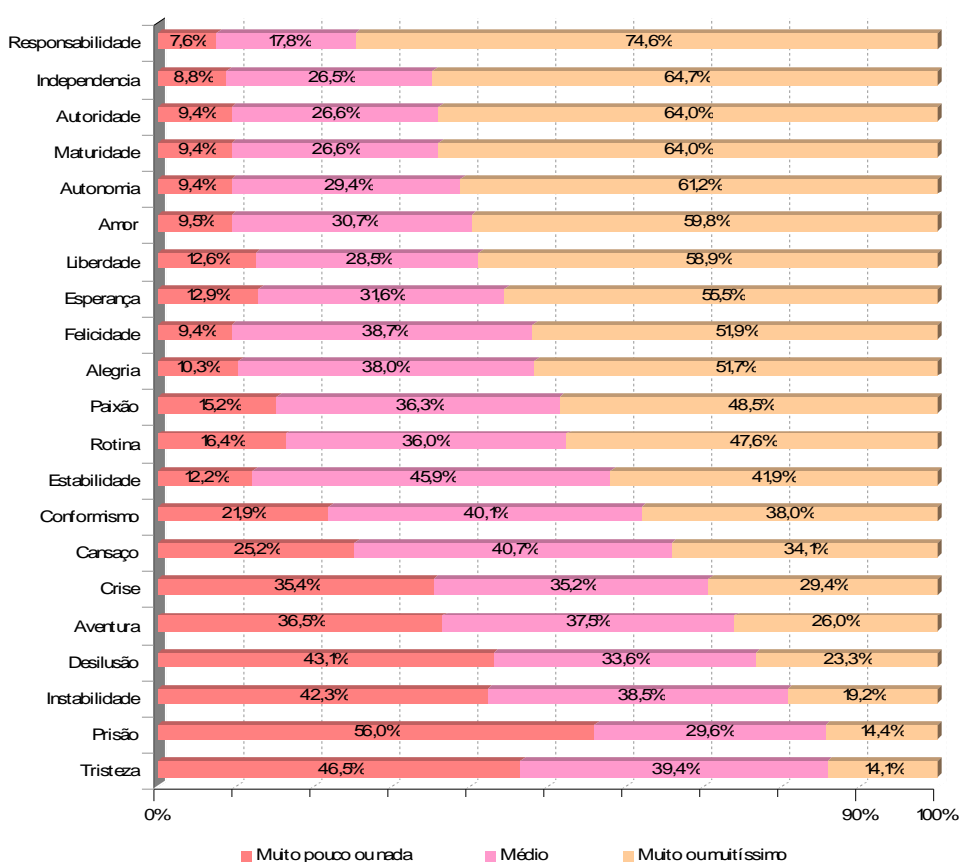


Figura 83. Palavras associadas à vida adulta (considerando os adultos que o inquirido conhece).

Já em relação aos resultados da pergunta 2.1, sobre o que é importante para “ser adulto”, mais que a valorização do eixo público ou privado da vida adulta (da dimensão social funcional ou familiar e afectiva), os indivíduos remeteram a aquisição do estatuto de adulto para uma característica da personalidade: 95,4% consideram que para se “ser adulto” é importante ou muito importante “ser responsável”.

Na compilação de Tuininga (1996) a responsabilidade é referida como uma das principais características do adulto, no entanto, a responsabilidade a que os entrevistados se referem não tem a ver com uma responsabilidade adquirida num momento particular de transição ou definição de estatuto. O “ser responsável”, ao contrário do que seria de esperar, raramente tem a ver, por exemplo, com o nascimento do primeiro filho. Na maior parte das vezes, os entrevistados de Tuininga referem que foram situações esporádicas ou episódicas, nem sempre positivas, que os fizeram sentir o peso da responsabilidade – por exemplo, um conflito, uma conversa, uma doença, a experiência da guerra ou um determinado acontecimento “brutal” e “inesperado”.

Na presente pesquisa, independentemente da importância atribuída a qualquer outra variável, os indivíduos consideram que para se “ser adulto” é sempre importante ou muito importante “ser responsável”.

A questão da responsabilidade é, contudo, complexa. É difícil associá-la a uma fase da vida específica (podem assumir-se compromissos e responsabilidades mas não se “ser responsável”) e a vinculação da responsabilidade à adulez não é linear. Quando falamos de responsabilidade estamos a falar de um conceito subjectivo e sujeito a diversas interpretações. O significado dado à responsabilidade na vida adulta é algo que interessa investigar em profundidade num estudo que cruze directamente a perspectiva sociológica com a perspectiva psicológica e que analise também a questão da autonomia e da maturidade.

Retomando a análise global dos sentimentos e comportamentos identificados com a vida adulta, a aplicação de uma Análise em Componentes Principais<sup>165</sup> às 20 variáveis (palavras) apresentadas aos inquiridos, permitiu uma abordagem conjunta dos dados e revelou a existência de uma estrutura de representações dos sentimentos e comportamentos dividida em cinco componentes distintas (vide quadro 30): (1) a representação “negativa”, (2) a representação “positiva”; (3) a representação que vincula a vida adulta a “responsabilidade”; (4) a representação que relaciona a vida adulta com “liberdade” e (5) a representação que alia vida adulta ao “conformismo”<sup>166</sup>.

**Quadro 30. Componentes dos tipos de comportamentos e sentimentos identificados com a adulez**

| Componentes e Variáveis Originais                                                            | Coefficiente(a) | Variância Explicada (%) | Alfa de Cronbach |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|-------------------------|------------------|
| <u>representação negativa</u>                                                                |                 |                         |                  |
| • Usualmente identifica a maior parte dos adultos que conhece com a palavra desilusão        | 0,827           |                         |                  |
| • Usualmente identifica a maior parte dos adultos que conhece com a palavra crise            | 0,802           |                         |                  |
| • Usualmente identifica a maior parte dos adultos que conhece com a palavra instabilidade    | 0,739           | 14,691                  | 0,80             |
| • Usualmente identifica a maior parte dos adultos que conhece com a palavra tristeza         | 0,619           |                         |                  |
| • Usualmente identifica a maior parte dos adultos que conhece com a palavra prisão           | 0,565           |                         |                  |
| <u>representação positiva</u>                                                                |                 |                         |                  |
| • Usualmente identifica a maior parte dos adultos que conhece com a palavra paixão           | 0,813           |                         |                  |
| • Usualmente identifica a maior parte dos adultos que conhece com a palavra amor             | 0,811           |                         |                  |
| • Usualmente identifica a maior parte dos adultos que conhece com a palavra felicidade       | 0,638           | 13,687                  | 0,81             |
| • Usualmente identifica a maior parte dos adultos que conhece com a palavra esperança        | 0,629           |                         |                  |
| • Usualmente identifica a maior parte dos adultos que conhece com a palavra alegria          | 0,546           |                         |                  |
| <u>Representação associa a vida adulta a responsabilidade</u>                                |                 |                         |                  |
| ▪ Usualmente identifica a maior parte dos adultos que conhece com a palavra maturidade       | 0,798           |                         |                  |
| ▪ Usualmente identifica a maior parte dos adultos que conhece com a palavra responsabilidade | 0,749           | 13,071                  | 0,75             |
| ▪ Usualmente identifica a maior parte dos adultos que conhece com a palavra autonomia        | 0,700           |                         |                  |
| ▪ Usualmente identifica a maior parte dos adultos que conhece com a palavra estabilidade     | 0,571           |                         |                  |
| <u>Representação associa a vida adulta a liberdade</u>                                       |                 |                         |                  |
| ▪ Usualmente identifica a maior parte dos adultos que conhece com a palavra liberdade        | 0,761           |                         |                  |
| ▪ Usualmente identifica a maior parte dos adultos que conhece com a palavra independência    | 0,603           | 8,921                   | 0,57             |
| ▪ Usualmente identifica a maior parte dos adultos que conhece com a palavra aventura         | 0,585           |                         |                  |
| <u>Representação associa a vida adulta a conformismo</u>                                     |                 |                         |                  |
| ▪ Usualmente identifica a maior parte dos adultos que conhece com a palavra conformismo      | 0,748           |                         |                  |
| ▪ Usualmente identifica a maior parte dos adultos que conhece com a palavra rotina           | 0,716           | 8,156                   | 0,54             |
| ▪ Usualmente identifica a maior parte dos adultos que conhece com a palavra cansaço          | 0,589           |                         |                  |
| Total variância explicada                                                                    |                 | 58,526                  |                  |

(a) Após rotação Varimax

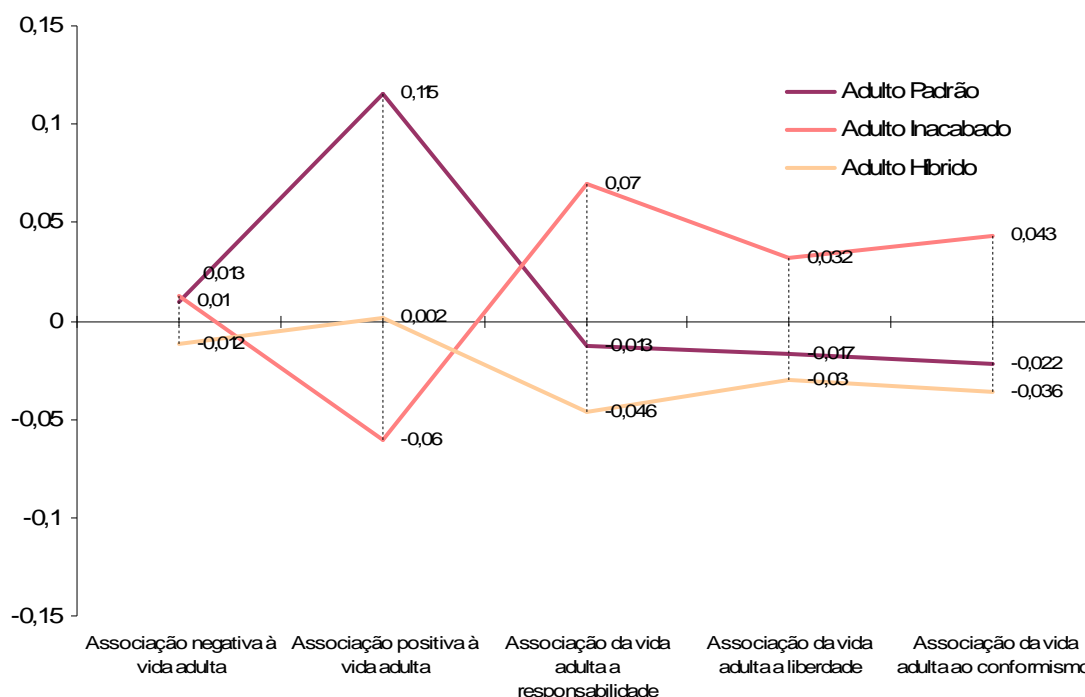
<sup>165</sup> Na realização da ACP os indicadores de adequabilidade apresentaram valores favoráveis à aplicação da técnica: KMO igual a 0,875 (bom nível de interrelações) e teste Bartlette com *p-value* = 0,000 (a matriz não é de identidade). As componentes 1, 2 e 3 com Alfas de Cronbach igual a 0,80; 0,81 e 0,75 têm boa coerência interna, as componentes 4 e 5 com Alfas de Cronbach igual a 0,57 e 0,54 têm razoável coerência interna.

<sup>166</sup> Ver objectivos e procedimentos da Análise de Componentes Principais no ponto 4.4 deste capítulo.



Comparando as médias das componentes entre os grupos que valorizam a diferentes modelos de adultez é possível verificar que a imagem positiva da adultez apresenta valores superiores para os grupos do “adulto padrão” (0,115) e do “adulto híbrido” (0,002). Apenas o grupo que valoriza a representação do “adulto inacabado” apresenta uma média negativa da representação positiva (-0,06)<sup>167</sup> (vide figura 84).

É possível verificar, ainda, que é também no grupo que valoriza a representação do “adulto inacabado” que as médias das representações que vinculam a vida adulta ao “conformismo” (0,043), à “responsabilidade” (0,07) e à “liberdade” (0,032) são maiores (vide figura 84)<sup>168</sup>.



**Figura 84. Média das Componentes de comportamentos e sentimentos identificados com a adultez por grupos de representações**

<sup>167</sup> Anexo 9.

<sup>168</sup> Uma representação menos otimista da vida adulta parece manifestar-se entre indivíduos de um estrato social mais elevado, entre elites ou, neste caso, no grupo que valoriza a representação do “adulto inacabado”. Não existe, porém, uma associação estatisticamente significativa entre os grupos da representação de adultez (padrão, inacabado e híbrido) e as componentes de sentimentos e comportamentos associados à vida adulta, anexo 9.

Ao contrário do que é defendido em termos teóricos e literários, não se registando uma representação do adulto enquanto “sublime”, a maioria dos indivíduos identifica a vida adulta com palavras e sentimentos positivos como “amor”, “felicidade”, “esperança” e “alegria” (vide figura 83).

Em síntese e a terminar a análise realizada sobre as representações dos portugueses acerca da adulez, conclui-se que existe um afastamento em relação a uma representação única e hegemónica da vida adulta. A representação do adulto padrão, protagonizada pela sociedade moderna e industrializada, convive actualmente com as representações do adulto inacabado e do adulto híbrido da modernidade avançada. Tal facto convoca um novo olhar sobre a adulez, assume-se a sua diversidade e complexidade enquanto categoria social e enquanto fase da vida (aqui dividida em subfases e verificando-se o predomínio das representações de “jovem adulto”, “adulto jovem” e “adulto de meia-idade”). Conclui-se, ainda que, ao contrário do divulgado em termos teóricos e literários, identifica-se, predominantemente, a adulez com palavras e sentimentos positivos.

## Conclusão

Um dos objectivos centrais da presente pesquisa foi apreender as formas sociais de representar e viver a adultez. Considerando as hipóteses enumeradas no início deste trabalho é possível concluir que não existe nem a representação de um “adulto-modelo” que referencia todos os indivíduos, nem um modo único de “ser adulto”. Existem diversas representações e diferentes práticas que são influenciadas por condicionantes culturais e socioeconómicas.

Em relação à forma como se vive e pensa a adultez, não há um modelo único mas sim um modelo predominante que coexiste com um modelo tradicional e outro alternativo. O que é preponderante, o que surge como característica do “adulto médio”, é a própria heterogeneidade: sobre o que se pensa que é importante para se “ser adulto”, predomina a representação do “adulto híbrido”; em relação ao modo como se entra na adultez, prevalece o “modelo da diversidade”.

Conclui-se que há representações que coincidem com determinadas práticas e outras que nem sempre se repercutem em práticas efectivas. Na definição do estatuto de adulto, as práticas e representações coincidem quando a desvalorização da importância da conjugalidade e a desvalorização da parentalidade correspondem às práticas da geração mais nova (1972-81), aqueles que têm entre 25 e 34 anos e adiam a idade de entrada nestas dimensões. Coincidem quando na concepção da adultez os indivíduos não só valorizam o trabalho como, logo que terminam os estudos, querem arranjar um trabalho estável e adquirir independência financeira. Coincidem ainda quando os adultos não só valorizam as actividades de lazer como também as praticam frequentemente.

A não coincidência entre as práticas e as representações registam-se quando a maioria dos inquiridos considera importante “continuar a estudar” para se “ser adulto”, mas 61% não frequentam, por ano, qualquer curso de formação. Verifica-se quando a maioria dos inquiridos considera importante a actividade desportiva para se “ser adulto”, mas uma percentagem significativa assume que nunca pratica desporto (44,2%).

Um dos resultados mais significativos desta pesquisa é a caracterização de três diferentes grupos de representações – a representação do adulto padrão, a do adulto inacabado e a do adulto híbrido.

O conceito normativo e tradicional do adulto padrão assenta na ideia de que é possível atingir uma maturidade e realização definitivas. Neste caso, “ser adulto” é algo predominantemente vinculado ao indivíduo que constitui agregado familiar próprio, que é casado(a), tem filhos, tem um emprego e é independente em termos financeiros e residenciais. Considerando os resultados obtidos, é possível concluir que 22% dos inquiridos valorizam esta representação (do adulto padrão), mas 37% valorizam a representação de um adulto inacabado e 41% valorizam a representação que se denominou de adulto híbrido (vide quadro 31).

A adulez adquire novos significados. Com a dita modernidade avançada substitui-se o adulto padrão – como estado terminado e estático – pelo adulto inacabado – sujeito a um contínuo processo de construção e desenvolvimento. Neste inacabamento, entende-se o adulto enquanto perspectiva (orientação optimista) ou como problema (orientação pessimista).

O grupo de inquiridos que valoriza a representação do adulto padrão – aqueles que valorizam em particular a componente “conjugalidade e a parentalidade” e a componente “independência e autonomia” (considerando a independência financeira e residencial) – é tendencialmente constituído por indivíduos de idades mais avançadas (45-54 anos), casados, residentes no meio rural, com menor nível de ensino, com profissões menos qualificadas, ou seja, é o grupo a que corresponde um estatuto socioeconómico mais baixo (vide quadro 31).

**Quadro 31. Características dos grupos adulto padrão, adulto inacabado e adulto híbrido**

|                                                                | Representação “Adulto padrão”                                                                                                        | Representação “Adulto inacabado”                                                                                                                                                   | Representação “Adulto híbrido”                                                                                                                           |
|----------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Peso na amostra</b>                                         | 22%                                                                                                                                  | 37%                                                                                                                                                                                | 41%                                                                                                                                                      |
| <b>O que é importante para se “ser adulto” (por dimensões)</b> | “Conjugalidade e parentalidade”<br>“Independência e autonomia”                                                                       | “Hedonismo protegido”.<br>“Reflexividade sobre a vida”<br>“Independência e autonomia”                                                                                              | Valorização quer de características do “adulto padrão” quer de dimensões do “adulto inacabado”                                                           |
| <b>Caracterização (em relação ao total da amostra)</b>         | Idades avançadas<br>Menor escolaridade<br>Profissões menos qualificadas<br>Casados(as)<br>Meio rural<br>Estrato socioeconómico Baixo | Idades intermédias e baixas<br>Elevada escolaridade<br>Profissões mais qualificadas<br>Em União facto ou sem viver em conjugalidade<br>Meio urbanos<br>Estrato socioeconómico Alto | Idades intermédias e baixas<br>Ensino até 3º ciclo e secundário<br>Profissões intermédias<br>Casados (as)<br>Meio urbano<br>Estrato socioeconómico Médio |

O adulto inacabado é aquele que prolonga tempos de experimentação, vive a instabilidade, o risco, a aventura e a mobilidade. O adulto inacabado é o adulto das novas profissões e dos novos modelos conjugais. O adulto que projecta a curto ou médio prazo e que valoriza a sociabilidade com amigos.

O grupo de inquiridos que valoriza a representação do adulto inacabado – os que valorizam as componentes “hedonismo protegido”, “reflexividade sobre a vida” e também a “independência e autonomia” – é maioritariamente constituído por indivíduos do grupo de idades mais baixas (25-34 anos), têm o ensino médio ou superior e profissões intelectuais ou científicas. Este grupo corresponde a um estatuto socioeconómico mais elevado (vide quadro 31).

Considerando as diversas componentes, é possível verificar que estas representações de adulto (o adulto padrão, o adulto inacabado em perspectiva ou como problema) coexistem no indivíduo que representa o “adulto médio”, o indivíduo com idades entre os 34 e os 45 anos e com recursos socioeconómicos e escolaridade idênticos à média da amostra (recursos económicos médios e ensino básico e secundário). Por este motivo

definiu-se a representação do adulto híbrido: aquele que valoriza quer aspectos da representação tradicional da vida adulta quer aspectos da representação alternativa.

Os inquiridos que valorizam a representação do adulto híbrido são aqueles que, comparando com o adulto padrão, valorizam menos a componente “conjugalidade e parentalidade” e, comparando com o adulto inacabado, não consideram tão importante a componente “hedonista”. Valorizam, no entanto, a componente “boa condição física, intelectual e emocional” à qual estão vinculadas as variáveis “estar com a família” (seja a família de origem seja a família própria), “prática de desporto” (actividade de lazer) e, em particular, “continuar a estudar” (promoção da aprendizagem ao longo da vida). São também os que valorizam quer a “reflexividade sobre a vida” quer as “rotinas e um salário seguro” (vide quadro 31).

Existe assim uma diversidade de representações sobre a adultez e a caracterização do adulto híbrido e do adulto inacabado promove um novo olhar sobre esta fase de vida.

### **A adultez, o eixo público e o eixo privado**

Em relação ao eixo privado da vida adulta (relacionamento com a família de origem e constituição de um agregado familiar próprio) conclui-se que o envolvimento familiar é entendido como algo muito importante para a aceção da adultez. Eleva-se a importância de uma coesão familiar forte e dos suportes afectivos e materiais que a família proporciona. A família representa valores culturais de solidariedade e de convivência essenciais para o adulto. Independentemente da sua forma, a família permanece a célula fundamental para o suporte afectivo, e por vezes económico, dos seus membros (sejam eles dependentes ou independentes em termos residenciais). Recusam-se, no entanto, redes excessivas de dependência. O apoio familiar não deve dificultar a percepção de autonomia ao nível quer da esfera pessoal quer da esfera profissional e social.

Ainda ao nível do eixo privado, relativiza-se a importância das dimensões da conjugalidade e da parentalidade na definição do estatuto de adulto. A este nível dominam os valores de expressividade do indivíduo e, cada vez mais, o adulto programa

projectos autónomos das etapas socialmente aceites ou predefinidas pelos ciclos de vida biológicos.

Os resultados apontam para a crescente dissociação entre a adultez e o casamento. Cerca de 65% dos inquiridos consideram que para se “ser adulto” é nada ou pouco importante “estar casado” e não chega a metade da amostra os que acham importante ou muito importante “viver em conjugalidade” (45,4%).

Considerando os dados biográficos, entre os valores acumulados dos percursos das duas gerações mais afastadas (a de 1952-61 e a de 1972-81) a percentagem de indivíduos que viveram a primeira relação conjugal até aos 25 anos diminui cerca de 33%. Parte dos inquiridos da geração de 1962-71 e dos mais novos (geração de 1972-81) adiaram a entrada na conjugalidade para o percurso vivido entre os 25 e os 30 anos.

Promovem-se, também, novos valores sobre a procriação e o lugar que a criança ocupa na família. Em relação à adultez, não chegam a metade do total da amostra os inquiridos que acham importante ou muito importante “ter filhos” para se “ser adulto” (48,9%). O nascimento do primeiro filho e a procriação deixam de ser considerados aspectos fundamentais para a entrada na vida adulta. Estes passam a ser entendidos como desafios adiados para as idades dos 25 aos 30 anos ou mesmo para depois dos 30 anos.

Entre a geração de 1952-61 e a geração de 1972-81 verifica-se que a percentagem dos inquiridos que tiveram o primeiro filho até aos 25 anos diminui na ordem dos 30%. O início da procriação tende a ser mais tardio diminuindo também a probabilidade de se ter um elevado número de filhos.

A escolha do “momento certo” para ter filhos depende de estratégias individualmente conscientes relacionadas, por exemplo, com o grau de envolvimento do casal e com as prioridades individuais. Por outro lado, o adulto remete a ideia de procriação para mais tarde devido a uma estratégia socialmente influenciada, ou seja, a desvalorização da parentalidade para se “ser adulto” pode ser consequência das pressões socioeconómicas a

que os indivíduos estão actualmente sujeitos, nomeadamente a pressão para corresponder a um perfil profissional competitivo.

Concluindo, aqueles que actualmente não tenham casado, vivido em conjugalidade ou iniciado a parentalidade, não correspondendo por isso à representação do adulto padrão, não deixam, contudo, de ser entendidos como adultos. Se estiverem inseridos ou em contacto com o mercado de trabalho, correspondem ao adulto inacabado ou híbrido. De facto, “ser adulto” é fundamentalmente “ser um indivíduo no activo e empregado”.

Independentemente de valorizarem mais a representação do adulto padrão, inacabado ou híbrido é incontestável a valorização do trabalho na construção da identidade adulta e em especial a importância atribuída à estabilidade profissional: considera-se que para se “ser adulto” é importante ou muito importante “ter um trabalho estável” (82,4%).

A estabilidade aqui valorizada implica, muitas vezes, arranjar um emprego que garanta um salário no final do mês – para se “ser adulto” é muito importante ter a oportunidade de “ganhar um salário, seja ele qual for” (71%) ou “ter estabilidade mesmo que não faça aquilo que se quer” (63,5%). É evidente a instrumentalização do trabalho. Actualmente, na adulez, o trabalho é entendido principalmente como uma fonte de receita e não como uma possibilidade de realização pessoal. Os indivíduos ajustam as suas expectativas às restrições desenvolvidas ao nível das organizações do trabalho, das carreiras profissionais e das condições contratuais.

Para se “ser adulto” importa ainda passar pela experiência do “verdadeiro” trabalho: o trabalho que deixou de ser o emprego “para o resto da vida” para ser o emprego que possibilita a estabilidade durante, pelo menos, alguns anos.

Sobre a aprendizagem na adulez, a principal motivação dos que frequentam cursos de formação ou prolongam a escolaridade é o aumento de empregabilidade. Mais uma vez, o valor instrumental do trabalho sobrepõe-se aos valores expressivos e não-materialistas. Por outro lado, como já foi referido, existe a percepção da importância da



formação ao longo da vida mas não há uma prática efectiva da mesma. A separação entre o domínio do trabalho e da educação é notório, vincula-se a aprendizagem aos adolescentes e aos jovens e espera-se que estes terminem os estudos e comecem a trabalhar para se tornarem adultos.

Na adultez, o lazer é valorizado como recompensa pela capacidade de manter a estabilidade, principalmente no trabalho. Para os adultos, o usufruto de tempos de lazer implica estabilidade profissional e independência financeira. Conclui-se que a “ética do lazer” é valorizada em diversas idades, mas tem significados diferentes conforme a fase da vida a que se pertença. Para os adultos, mais que a representação de boémia ou aventura, o lazer aproxima-se da ideia de evasão, investimento e recompensa.

De referir que as três gerações estudadas adquiriram hábitos e comportamentos juvenis plausíveis de persistirem na vida adulta. Em relação às actividades sociais e de lazer, os adultos de hoje mantêm práticas que iniciaram na sua juventude, ou seja, referenciam-se no seu próprio percurso e não apenas nos jovens e adolescentes seus contemporâneos.

### **Os percursos biográficos**

Analisando a ordem pela qual se verificam as primeiras experiências conclui-se que, até aos 25 e 30 anos, existem três modelos dominantes de entrada na vida activa, na conjugalidade e na aquisição de residência própria: o modelo tradicional, o modelo alternativo e o modelo da diversidade.

A ordem mais frequente pela qual acontecem estes eventos passa por entrar primeiro na vida activa e mais tarde, passado cerca de cinco anos, viver a primeira conjugalidade, ao mesmo tempo que se constitui agregado familiar próprio (modelo tradicional). Esta prática está, contudo, vinculada à geração de 1952-61. Nos últimos trinta anos, existe um decréscimo de 26,4% nas trajetórias em que esta sequência fica completa até aos 25 anos e de 14,5% até à idade dos 30 anos.

Aqueles que ainda não experimentaram até aos 30 anos uma ou duas das dimensões estudadas são indivíduos da geração 1972-1981 (em particular do sexo masculino) e que, na sua maioria, apenas iniciaram a vida activa (modelo alternativo).

Para uma percentagem significativa de adultos, as idades de entrada nas dimensões do eixo público e privado acontecem de modo diversificado e conforme vinte e quatro tipos de sequências possíveis (modelo da diversidade). Este facto permite concluir que, para além dos modelos mais representativos, existe ao nível das práticas e dos percursos biográficos, uma multiplicidade de formas de entrar na adultez.

Em relação ao número de experiências vividas ao nível do eixo público e privado da vida adulta (experiências que duraram, pelo menos, um ano) conclui-se que, mesmo não existindo um percurso único e linear, existe um percurso mais representativo: a maioria experiencia duas a três actividades profissionais, reside em três locais de residência diferentes e vive uma relação conjugal.

Em relação à conjugalidade, para além das trajectórias serem predominantemente simples, o adulto liberta-se, aos poucos, da ideia de ter um único ciclo de vida familiar. Os resultados obtidos permitem concluir que é na geração intermédia de 1962-1971 que se registam, para além de reduzidas, as percentagens mais significativas do fim da primeira relação e início de uma nova relação.

A escolha da união de facto como opção para cerca de 40% dos indivíduos que viveram uma segunda experiência conjugal até aos 35 anos constitui um indicador da proliferação de formas de estruturação familiar assentes em pressupostos da modernidade avançada. A escolha da união de facto integra-se num cenário de mudanças nos modelos conjugais e, neste caso, é factor de recomposição familiar.

Em relação ao número de experiências profissionais, a partir dos anos 80 encoraja-se o aumento da mobilidade profissional, principalmente como forma de manter a produtividade das empresas. Nos últimos trinta anos, a mobilidade profissional aumentou particularmente entre os estratos socioeconómicos baixo e médio. Entre estes, os indivíduos da geração 1952-61 experimentaram, em média, duas actividades

profissionais e os das gerações de 1962-71 e 1972-81 experimentaram, predominantemente, três ou mais actividades profissionais. O aumento de mobilidade profissional não correspondeu, no entanto, a alterações significativas nas remunerações, nas funções desempenhadas e no estatuto socioprofissional dos inquiridos.

Entre as gerações intermédia e avançada (de 1952-61 e de 1962-71) que possuem um estatuto socioeconómico mais elevado e maiores recursos escolares, económicos e sociais, a progressão na carreira é uma realidade. Essa progressão verifica-se, porém, no âmbito de uma única experiência profissional, facto que reforça a dissociação entre progressão profissional e mobilidade profissional.

Entre os que têm mais recursos, a precariedade e respectiva mobilidade profissional começa, contudo, a afectar os indivíduos da geração mais nova (que vêm os seus títulos escolares desvalorizados).

### **Outras representações sobre a adultez**

Atendendo aos resultados obtidos é possível concluir que os indivíduos remetem a aquisição do estatuto de adulto para uma característica específica da personalidade: 95,4% consideram que para se “ser adulto” é importante ou muito importante “ser responsável” e 74,6% identificam a maioria dos adultos que conhecem com a palavra “responsabilidade”.

A vinculação da responsabilidade à adultez é, no entanto, complexa. Devido à subjectividade do conceito sugere-se o desenvolvimento de um estudo mais profundo sobre este assunto, uma pesquisa que cruze a perspectiva sociológica com a perspectiva psicológica e que analise ainda as questões da autonomia e da maturidade.

A divisão da vida adulta em subfases consubstancia a tese da desconstrução da imagem única e hegemónica da adultez. Avançou-se com a hipótese de que esta fase de vida se inicia com a categoria de “jovem adulto” (entre os 25 e os 34 anos); prolonga-se pelo “adulto jovem” (dos 35 aos 44 anos); pelo “adulto de meia-idade” (dos 45 aos 54

anos); o “adulto maturo” (dos 55 aos 64 anos) e termina com a entrada na fase do “idoso jovem” aos 65 anos.

Apresentadas estas subfases aos inquiridos, verifica-se que aqueles que têm hoje entre 35 e 44 anos consideraram-se, predominantemente, na categoria do “adulto jovem”. Reconhece-se assim o indivíduo que, na adultez, se identifica com atitudes juvenis no que diz respeito aos modos de vestir, às práticas de lazer e consumo, à linguagem, à valorização da imagem e do corpo e a um novo entendimento do trabalho e da família.

Ao contrário do que é defendido em termos teóricos e literários, a maioria dos indivíduos identifica a vida adulta com palavras e sentimentos positivos como “amor”, “felicidade”, “esperança” e “alegria”.

### **Os desafios que se colocam à adultez: reflexões finais**

Actualmente o adulto confronta-se com diversos paradoxos, particularmente o adulto híbrido que vive entre o desejo de estar a cargo de instituições tutelares e a vontade de se lançar na vida segundo as suas próprias decisões. O adulto move-se entre as premissas de dois diferentes paradigmas – o da modernidade e o da modernidade avançada –, entre a representação do adulto padrão e a do adulto inacabado (entre a vontade de mudar e o desejo de estabilidade).

Cada vez mais, as decisões do adulto dependem da capacidade deste auscultar-se a si próprio e ao meio social que o envolve, da sua capacidade de gerir dificuldades e potenciar oportunidades. Para que tal aconteça torna-se indispensável accionar cinco acções específicas: (1) promover o uso da capacidade do adulto para ser reflexivo e autónomo; (2) desenvolver um sistema de emprego que valorize as reais capacidades dos indivíduos e combata a precariedade; (3) criar acções de apoio que ajudem o adulto a organizar e estruturar paradoxos individuais e sociais; (4) repensar o modo como as instituições socializam para a adultez e (5) ultrapassar as contingências que não permitem avançar com a despecialização das idades enquanto medida de combate à marginalização e precariedade social.

Para decidir, o adulto tem de fazer balanços, posicionar-se perante a realidade e ser reflexivo. O indivíduo ao ser reflexivo sujeita-se, porém, a um processo de questionamento das suas “antigas certezas”, um processo que para além de ser lento provoca instabilidade. Referiu-se anteriormente que, por este motivo, só um número reduzido de adultos faz juízos reflexivos. A maioria dos adultos aceita dogmas e teorias sem os questionar, procurando, em situações de incerteza e *stress*, respostas lineares e directas (Marchand, 2004). Recusando muitas vezes ser proactivo, o adulto em vez de tomar a iniciativa prefere que lhe digam o que tem de fazer.

Não sendo reflexivo o adulto terá muita dificuldade em lidar com os paradoxos inerentes à modernidade avançada. Como exemplo, considere-se três situações actuais e aparentemente contraditórias: (a) aumentam as exigências de especialização profissional mas apela-se à flexibilidade no trabalho; (b) diversificam-se os modelos de conjugalidade mas aumenta o celibato e o divórcio e (c) vive-se numa sociedade individualista mas também global.

Importa assumir estas e outras, aparentes ou reais, contrariedades, falar sobre elas e expô-las. É importante destacar os paradoxos para que os indivíduos se posicionem e os vivam como estruturantes e não como fontes de tensão (Boutinet, 2000).

Considerando ainda outro exemplo, actualmente a procura do trabalho estável não é compatível com a procura de um “emprego para a toda a vida”. Assumir esta aparente contrariedade poderá levar a uma gestão mais apropriada das oportunidades e consubstanciar uma relativa estabilidade entre várias experiências profissionais. Como este, outros exemplos existem e importa discuti-los, levá-los para as salas de aula do último ano do secundário e de cursos superiores. Expô-los publicamente para que se tornem objecto de intervenção social e política ou para que, apenas e naturalmente, façam parte do quotidiano dos indivíduos.

A discussão pública sobre o que é “ser adulto” e o debate sobre a complexidade da adulez são formas de expor alguns destes paradoxos.

No caso da Sociologia da Aduldez, sendo instituída esta disciplina, o seu programa deve incluir não só conteúdos teóricos e empíricos, mas também a construção de uma autobiografia reflexiva. A construção deste instrumento permitirá aos orientandos a identificação dos seus percursos, das suas competências e das suas aprendizagens, a realização de balanços e a elaboração de um “plano de desenvolvimento pessoal”. Nesse processo identificam-se potencialidades, dificuldades e contrariedades (individuais e sociais) de determinadas projecções da aduldez. A disciplina da Sociologia da Aduldez envolverá, deste modo, tanto metodologias e técnicas pedagógicas expositivas como técnicas participativas que estimulam a criatividade e dinâmicas de grupo (técnicas fundadas no conhecimento empírico do aluno, na sua história de vida e nos seus projectos).

O desenvolvimento da Sociologia da Aduldez permitirá, ainda, repensar as instituições que socializam para a aduldez. Perceber se as práticas dessas instituições são ajustadas à realidade; perceber em que medida a escola, a família e o trabalho socializam para um “novo adulto” que se movimenta numa sociedade de incertezas e que tem de potenciar oportunidades. Perceber se as expectativas criadas nos jovens por essas instituições se adequam à aduldez actual. Entender se, voluntariamente ou pressionado por uma sociedade neoliberal, o adulto não tem outra hipótese senão a do pragmatismo instrumental, abandonando (pelo menos ao nível do trabalho) os valores de expressividade e as ambições de realização e desenvolvimento pessoal e profissional.

É preciso, ainda, que se evolua para a despecialização das idades, para a distribuição equitativa do lazer, da educação e do trabalho pelos jovens, adultos e idosos. Só assim se reconhece o mérito dos jovens no início das suas carreiras, só desta forma assumir-se-á a importância dos tempos de formação dos adultos e conferir-se-á utilidade pública à actividade dos idosos (Guillemard, 1985).

Para já, independentemente das acções indispensáveis para que o adulto se posicione face à modernidade avançada, há um campo de investigação aberto e que carece de pesquisas complementares que questionem e permitam a expansão da Sociologia da Aduldez. O desenvolvimento, por exemplo, de investigações que, a um nível mais intensivo e numa perspectiva qualitativa, se dediquem, entre outros objectivos, a confrontar os resultados aqui expostos.

## Bibliografia

- Aboim, S., & Wall, K. (2002). Tipos de família em Portugal: interacções, valores, contextos. *Análise Social*, XXXVII, 163, 475-506.
- Abrantes, P. (2003). Identidades juvenis e dinâmicas de escolaridade. *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 41, pp. 93-115. Oeiras: Celta editora.
- Alighieri, D. (1961). *A Divina Comédia*. Lisboa: Minotauro.
- Alléon, A-M., & Morvan, O. (1990). Devenir «adulte» ? In A-M. Alléon, O. Morvan, & S. Lebovici (Orgs.), *Devenir «adulte» ?* (pp. 13-47). Paris: PUF.
- Alléon, A-M., & Morvan, O. (1995). «En attendant le dieu vaquant» Roc sociologique et maturité: un coupe indissociable. *Adolescence*, 26, 167-183.
- Almeida, A. N. (1986). Perspectivas dos jovens sobre a família e o casamento – notas críticas. *Análise Social*, XXII (90), 157-164.
- Almeida, A. N., André, I. M., & Landa, P. (2002). Novos padrões e outros cenários para a fecundidade em Portugal. *Análise Social*, XXXVII (163), 317-409.
- Alves, M. T. G. (1998). Inserção na vida activa de licenciados: a construção de identidades sociais e profissionais. *Sociologia Problemas e Práticas*, 26, 131-147.
- American Psychiatric Association. (2000). Schizophrenia and other psychotic disorders. in *Diagnostic and statistical manual of mental disorders: DSM-IV-TR* (4ª. ed., texto revisto, pp. 307-313). Washington DC: American Psychiatric Association.
- Anastasi, A. (1964). *Psicologia diferencial*. Madrid: Aguilar.
- Ariès, P. (1973). *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris: Seuil.
- Ariès, P. (1979). *Histoire des populations françaises et de leurs attitudes devant la vie depuis le XVIII<sup>ème</sup> siècle*. (1º ed. 1948) Paris: Éditions du Seuil.
- Ariès, P. (1983a) Les classes d'âge dans les sociétés modernes occidentales. *Actes du VIIe Colloque national de démographie Strasbourg*, Tome II, Travaux et Documents, cahier nº102. Paris :Presses Universitaires de France. 17-20.
- Ariès, P. (1983b). Une histoire de la vieillesse ? *Communications*, 37. 47-54.
- Ariès, P. (1986) La infância. *Revista de Educación*. Nº 281, p.5-17. Madrid.
- Arlin, P. (1984). Adolescent and adult thought: a structural interpretation. In M. Commons, F. Richards, & C. Armon (eds.), *Beyond formal operations: Late adolescent and adult cognitive development* (pp. 258-271). New York: Praeger.

- Attias-Donfut, C. (1988), *Sociologie des générations. L’empreinte du temps*, Paris: Puf.
- Attias-Donfut, C. (1996), Jeunesse et conjugaison des temps. *Sociologie et sociétés*, vol XXVII. 13-22.
- Avenel, C. (2000). A família ambígua. O caso dos moradores dos subúrbios populares de Bordeaux. In C. E. Peixoto, F. Singly, & V. Cicchelli, *Família e individualização* (pp. 33-47). Rio de Janeiro: FGV.
- Balandier, G. (1974). *Anthropo-logiques*. Paris: Puf
- Baltes, P. B., & Schaie, K.W. (1976). On the plasticity of the intelligence in adult and old age. Where Horn and Donaldson fail. *American Psychologist*, 31, 720-725.
- Baltes, P. B., Lindenberger, U., & Staudinger, U. M. (1998). Life-span theory in developmental psychology. In W. Damon, & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of children psychology* (5ª. ed., pp.1029-1143). New York: John Wiley & Sons.
- Bandeira, M. L. (1993). Demografia e Modernidade em Portugal. In Associação Portuguesa de Sociologia, *Estruturas sociais e desenvolvimento* (Vol. I., pp. 211-224). Lisboa: Fragmentos.
- Bandeira, Mário M. L. (1996a). *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Bandeira, M. L. (1996b). Teorias da população e modernidade. O caso português. *Análise Social*, XXXI, 135, 7-43.
- Bandeira, M. L. (2004). *Demografia: Objecto, teorias e métodos*. Lisboa: Escolar Editora.
- Bandeira, M.L. (2006) Demografia, actividade e emprego: contributos para uma demografia do trabalho. In *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 52, 11-39.
- Barreto, António e Preto, Clara Valadas, (1996) “Portugal 1960/1995: Indicadores Sociais”, in *Cadernos do Público*, nº8, Lisboa, ICS, Artes Gráficas, S.A
- Barreto, António, (2004) ”Sociedade, demografia e políticas de população”, *Comunicação no II Congresso de Demografia – Setembro 2004*, [em linha]. Lisboa: II Congresso Português de Demografia (2004) [citado em 14 de Dezembro de 2004 – 16:58]. Disponível em URL: <http://www.apademografia/global>
- Battagliola, F., Brown, E., & Jaspard, M. (1995). Precarité d’emploi et itinéraires de transition à l’âge adulte. *Recherches et Previsions*, 40, 45-56.
- Baudelot, C., & Establet, R. (1989). *Le niveau monte*. Paris: Seuil.



- Beaujouan, C. (2000). Tempo familiar e tempo individual entre desempregados. In C. Peixoto, F. Singly, & V. Cicchelli (Orgs), *Família e individualização* (pp. 49-62). Rio de Janeiro: FGV.
- Beck, U. (1992). *Risk Society: towards a New Modernity*. London: Sage.
- Beck, U. (2000). A reinvenção da política. In U. Beck, A. Giddens, & S. Lash, *Modernização Reflexiva: Política, tradição e estética no mundo moderno* (pp. 1-51). Oeiras: Celta Editora.
- Bee, H. L., & Bjorklund, B. R. (2004). *The Journey of adulthood* (5ª. ed.). Upper Saddle River: Prentice Hall.
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (1973). *A construção social da realidade*. (1ª ed. 1966) Petrópolis: Vozes.
- Birren, J. E. & Kenyon, G. M. (Eds.). (1996). *Aging and biography: explorations in adult development*. New York: Springer Publishing Company.
- Boulte, P. (1995). *L'individu en friches*. Paris: Desclée de Brouwer.
- Bourdieu, P. (1984). Youth is just a word. In P. Bourdieu, *Sociology in question* (pp. 143-155). London: Sage Publications Ltd.
- Bourdieu, P. (2002). *Esboço de uma teoria da prática: precedido de três estudos de etnologia*, (1ª. Ed. 1972) Oeiras: Celta Editora.
- Boutinet, J-P. (1996). *Antropologia do Projecto*. (1º ed. 1990). Lisboa: Instituto Piaget.
- Boutinet, J-P. (1995). *Psychologie de la vie adulte* (3ª. Ed.). Paris: PUF.
- Boutinet, J-P. (2000). *A imaturidade da vida adulta*. (1º ed.1998). Porto: Rés-Editora.
- Bozon, M. (2002a). Des rites de passage aux «premières fois» une expérimentation sans fins. *Agora Debats/jeunesses*, 28, 22- 32.
- Bozon, M. (2002b) *Sociologie de la sexualité*. Vuef, Nathan.
- Bozon, M., & Villeneuve-Gokalp, C. (1995). L'art et la manière de quitter ses parentes. *Population et Sociétés*, 297, 1-4.
- Braga da Cruz, M., Seruya, J.M., Reis, L. B., & Schmidt, L. (1984). A condição social da juventude portuguesa. *Análise social*, XX (81-82), 285-307.
- Brillon, M., & Renaut, A. (1986). Psychothérapie et changement de carrière. In G. R. de Grâce, & P. Joshi, *Les crises de la vie adulte* (pp. 189-215). Montréal: Décarie.
- Bromley, D. B. (1969). *The psychology of human ageing*. Middlesex: Penguin Books.

- Cabral, M. V & Pais, J. M. (1997). *Jovens Portugueses de hoje: resultados do inquérito de 1997*, Oeiras: Celta Editora.
- Carrilho, M. J., & Gonçalves, C. (2004) Dinâmicas territoriais do envelhecimento: análise exploratória dos resultados dos Censos 91 e 2001 [em linha]. Lisboa: *II Congresso Português de Demografia* (2004) [citado em 14 de Dezembro de 2004 – 16:58]. Disponível em URL: [http://www.apdemografia.pt/pdf\\_congresso/Plenarias\\_Maria\\_Goncalves.pdf](http://www.apdemografia.pt/pdf_congresso/Plenarias_Maria_Goncalves.pdf)
- Carvalho, J. (2000). Prefácio. In J. P. Boutinet. *A imaturidade da vida adulta* (5-8). Porto: Rés-Editora.
- Chamborédon, J. C., Prévost, J. (1973) Le Métier d'enfant. *Revue Française de Sociologie*, p. 295-335, XIV, 7.
- Chapell, M. S. (1996). Brief report. Changing perspectives on aging and intelligence: an empirical update. *Journal of Adult development*, 3, 233-239.
- Chardin, T. P. (1959). *L'avenir de l'homme*. Paris: Le Seuil.
- Chauchard, P. (1967). *Travail et loisirs*. Paris: Mame.
- Cheung, C-K., & Scherling, S. A. (1999). Job satisfaction, work values and sex differences in Taiwan's organisations. *Journal of Psychology*, 133, (5), 563-575.
- Cicchelli, V. (2000). Individualismo e formas de apoio: entre lógica incondicional e personalização da parceria intergeracional. In C. Peixoto, F. Singly, & V. Cicchelli (Orgs), *Família e individualização* (pp. 113-132). Rio de Janeiro: FGV.
- Cicchelli, V. (2001). *La construction de l'autonomie. Parents et jeunes adultes face aux études*. Paris: PUF.
- Coleman, J. S. & Husén, T. (1985). *Tornar-se adulto numa sociedade em mutação*. Edições Afrontamento: Porto
- Commons, M. L., Richards, F. A., & Kuhn, D. (1982). Systematic and metasystematic reasoning: A case for levels of reasoning beyond Piaget's formal operations. *Child Development*, 53, 1058-1069.
- Commons, M. L. & Richards, F. A. (1984a). A general model of stage theory. In M.L Commons, F.A Ricahards & C. Armon (Eds.), *Beyond formel operations:VoII. Late adolescent and adult cognitive development* (pp. 120-140). New York: Praeger.
- Commons, M. L.& Richards, F. A (1984b). Applying the general model of hierarchical complexity. In M.L Commons, F.A Ricahards & C. Armon (Eds.), *Beyond formel operations:VoII.Late adolescent and adult cognitive development* (pp. 141-157). New York: Praeger.

- Comte, A. (1908) *Cours de philosophie positive, leçon 51*, t.IV, (1<sup>re</sup> ed. 1880) Paris, Sckeicher.
- Corsaro, W.(1997) *The Sociology of Childhood*. California: Pine Forge Press.
- Costa, A.F. e al. (1990). Estudantes e amigos – trajetórias de classe e redes de solidariedade. *Análise Social*, vol. XXV, nº 105-106. 193-221.
- Costa, R.(2004) Filhos da idade, filhos da maturidade. Lisboa: Comunicação no *II Congresso de Demografia* [citado em 14 de Dezembro de 2004, 16:54]. Disponível em URL: [http://www.apdemografia.pt/pdf\\_congresso/2\\_Rosalina\\_Costa.pdf](http://www.apdemografia.pt/pdf_congresso/2_Rosalina_Costa.pdf)
- Cournot, A. A.(1973), Oeuvres complètes, t.iv: *Considérations sur la marche des idées et des evenements dans les temps modernes*, (1<sup>a</sup> ed 1872) Paris : Ed.Vrin.
- Courtois, J., & Rougerie, C. (1997). Une étape du passage à l’âge adulte: L’emploi qui compte. *Population*, 6, 1297-1328. Paris: INED.
- Cunha, R. (1998). Políticas para a conciliação trabalho-família. In M. D. Guerreiro (org.), *Trabalho, família e gerações: Conciliação e solidariedades* (pp. 23-26). Lisboa: CIES-ISCTE.
- Cunha, Vanessa G. (2007), *O Lugar dos filhos. Ideias, práticas e significados*.Lisboa: ICS.
- Day A.T. (1990) Caractéristiques des personnes âgées en institution. In: *La famille dans les pays développés Permanences et changements*. Actes du séminaire sur les nouvelles formes de vie familiale dans les pays développés par la commission de la démographie de la famille et du cycle familial de l'UIESP. Piroux, F.(Ed.). INED, 279-297.
- Debert, G. G. (1990) Velhice e o Curso da Vida Pós-Moderno. *Revista USP*. São Paulo, v. 42, n. 2, p. 70-83.
- Debert, G. G. (1998). A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. Em M. M. L. de Barros (Ed.), *Velhice ou Terceira Idade?* (pp 39-67). Rio de Janeiro: FGV.
- Dejardins, B & Légaré, J. (1984) le seuil de la vieillesse. *Sociologie et sociétés*, 16(2). 38-48.
- Demazière, D., & Dubar, C. (1996). Récits d’insertion et mondes socio-professionales. *Travail et Emploi*, 69, 55-69.
- Deniger, M-A. (1996). Crise de la jeunesse et transformations des politiques sociales en contexte de mutation struturelle. *Sociologie et Societes*, XXVIII, 1, 73-88.
- Dewey. J. (1916). *Democracy and education*. New York: Free Press.

- Dilthey, W. (1947) *Le monde de l'esprit, II: Histoire des sciences humaines*. (edição alemã original *Die geistige Welt. Einleitung in die Philosophie des Lebens*, Estugarda, 1924 - colectânea de textos originais do autor 1864-1911). Paris: Aubier-Montaigne.
- Dittgen, A. (2002). Après la transition démographique: l'équilibre ou les turbulences? In Association International de Démographes de Langue Française (eds.), *Vivre plus longtemps, avoir moins d'enfants: quelles implications pour les individus?* (pp.547-555). Paris: PUF.
- Drenth, P., Van der Kooj, R., & Van Luijk, F. (1983). *The meaning of working: results of a survey on a national sample and ten specific target groups in the Netherlands. A source book*. Amsterdam: Free University Press.
- Dromel, J. (1862) *La Loi dès revolutions, les générations, les nationalités, les dynasties, les religions*. Paris : Ed. Didie & Cies.
- Dubet, F. (1991) *Les Lycéens*. Paris : Le Seuil.
- Dubet, F. (1994a) *Sociologie de l'expérience*. Paris : Le Seuil.
- Dubet, F. (1994b) *Enfances et sciences sociales*. Revue de l'institut de Sociologie. Université Livre de Bruxelles.
- Dumazadier, J. (1974). *The Sociology of Leisure*. Amsterdam: Elsevier Scientific Publishing Company.
- Durkheim, E. (1972) *Educação e sociologia*. São Paulo: Melhoramentos.
- Ehrenberg, A. (1991). *Le culte de la performance*. Paris: Calmann-Lévy.
- Ehrenberg, A. (1995). *L'individu incertain*. Paris: Le Seuil.
- Eisenstadt, S. M. (1956) *From generation to generation. Age group and social structure*. New York: Free Press.
- Elder, G. H., Jr. (1998). The life course and human development. In W. Damon, & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology. Vol. 1: Theoretical Models of Human Development* (vol. editor, 5<sup>a</sup>. ed., pp. 939-991). Nova Iorque: John Wiley & sons.
- Elias, N., & Dunning, E. (1985). *A busca da excitação*. Lisboa: Difel.
- Elias, N. (1993). *A sociedade dos indivíduos*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Elias, N. (1997). *Du temps*. Paris: Arthème Fayaid.
- Erikson, E. H. (1959). Identity and the lifecycle. *Psychological issues*, 1(1), 1-171.

- Erikson, E. H. (1976). *Childhood and society*. (1ª ed 1950). New York: W.W. Norton & Company.
- Erikson, E. H. (1980). *Identity and the life cycle: a reissue*. New York: W.W. Norton.
- Esteves, A. J. (1999). Mitos, ritos e símbolos: A escola, o trabalho e a cultura nacional. *Cadernos de Ciências Sociais*, 19/20, 39-60.
- Eurostat (2008). Esperança de vida à nascença 2003-2005. [em tabela]. Luxemburgo. Gabinete de Estatísticas da União Europeia (revista em 11 de Março de 2008) [citado em 8 de Dezembro de 2005 -12:25]. Disponível em URL: [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page?\\_pageid=1996,45323734&\\_dad=portal&\\_schema=PORTAL&screen=welcomeref&open=/popul/popula/pop/demo/demo\\_mor&language=en&product=EU\\_MAIN\\_TREE&root=EU\\_MAIN\\_TREE&scrollto=114](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page?_pageid=1996,45323734&_dad=portal&_schema=PORTAL&screen=welcomeref&open=/popul/popula/pop/demo/demo_mor&language=en&product=EU_MAIN_TREE&root=EU_MAIN_TREE&scrollto=114)
- Eurostat (2009) Indicador conjuntural de nupcialidade e Indicador conjuntural de divorcialidade 1981,1991, 2000-2003. [em tabela]. Luxemburgo. Gabinete de Estatísticas da União Europeia (revista em 8 de Março de 2009) [citado em 8 de Março 2009 -12:25]. Disponível em URL: [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page?\\_pageid=1996,45323734&\\_dad=portal&\\_schema=PORTAL&screen=welcomeref&open=/data/popul/populat/pop/demo/demo\\_nup&language=en&product=EU\\_MAIN\\_TREE&root=EU\\_MAIN\\_TREE&scrollto=513](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page?_pageid=1996,45323734&_dad=portal&_schema=PORTAL&screen=welcomeref&open=/data/popul/populat/pop/demo/demo_nup&language=en&product=EU_MAIN_TREE&root=EU_MAIN_TREE&scrollto=513)
- Fennel, G. e tal (1994) *The Sociology of old age*. Filadélfia: Open University Press.
- Fernandes, A. A. (1997). *Velhice e sociedade*. Lisboa: Celta.
- Fernandes, A. A. (2001) Velhice, solidariedades familiares e política social: itinerário de pesquisa em torno do aumento da esperança de vida”, *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 36, 39-52.
- Fernandes, L. & Ribeiro, C. (2002) redução de riscos, estilos de vida junkie e controlo social. *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 39. 57-68.
- Ferreira, P. M. (2000). Controlo e identidade: a não conformidade durante a adolescência. *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 33. 55-85.
- Ferreira, P. M., & Aboim, S. (2002). Modernidade, laços conjugais e fecundidade: a evolução recente dos nascimentos fora do casamento. *Análise Social*, XXXVII, 163, 411-446.
- Fonseca, L. P. (2001). *Culturas juvenis, percursos femininos: experiências e subjectividades na educação das raparigas*. Oeiras: Celta editora.
- Forquin, J. (2003) Relações entre gerações e processos educativos: transmissões e transformações. *Actas Congresso Internacional Co-Educação de Gerações*. São Paulo: SESC.

- Fraquique, T (2003) *Fixar o movimento: representação da música RAP em Portugal*. Col. Portugal de Perto. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Freitas, J. A.G. (2002). A idade dos homens do poder: novos e velhos na burocracia de D. Afonso V (1439-1460). *Revista Antropológicas*, nº 6, Porto: UFP, 173-192.
- Freire, J., Bernardo, J., Silva, J. L. A., Melo, L., Evaristo, T., & Cavaco, V. (2000). *Atitudes face ao emprego, trabalho e tempo livre. Os Processos de motivação para o trabalho: a formação e a iniciativa*. Lisboa: O.E.F.P.
- Freixa, C. (1999) *De jóvenes, bandas e tribus : antropologia dela juventud*. Barcelona: Editorial Ariel.
- Fresel-Lozey, M. (1983) Rapport general, In *Les âges de la vie. Actes du VIIe Colloque national de démographie Strasbourg*, Tome II, Travaux et Documents, cahier nº102. Paris :Presses Universitaires de France. 55-60.
- Galland, O. (1984). Precarité et entrée dans la vie. *Revue française de Sociologie*, XXV-1, 49-66.
- Galland, O. (1985). Formes et transformations de l’entrée dans la vie adulte. *Sociologie du Travail*, 1, 32-52.
- Galland, O. (1987). Une nouvelle jeunesse ?. *Futuribles*, nº109. 25-49.
- Galland, O. (1995) *Le monde des étudiants*.Col. sociologies. Paris : Puf.
- Galland, O. (1996). L’entrée dans la vie adulte en France. Bilan et perspectives sociologiques. *Sociologie et sociétés*, XXVIII, 1, 37-46.
- Galland, O., & Roudet, B. (2001). *Les valeurs des jeunes. Tendances en France depuis 20 ans*. Paris: L’Harmattan.
- Gaulejac, V., Leonetti, I. T., Blondel, F., & Boullier, D-A. (1994). *La lutte des places. Insertion désinsertion*. Paris: Desclée de Brouwer.
- George, J., & Jones, G. (1999). *Understanding and managing organizational behaviour* (2<sup>a</sup>.ed.). Nova Iorque: Addison-Wesley.
- Gerzon, M. (1992). *Coming into our own: understanding the adult metamorphosis*. New York: Delacorte Press.
- Giddens, A. (2000a). Viver numa sociedade pós-tradicional. In U. Beck, A. Giddens, & S. Lash. *Modernização Reflexiva: Política, tradição e estética no mundo moderno* (pp. 53-104). Oeiras: Celta Editora.
- Giddens, A. (2000b). *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Editorial Presença.
- Giddens, A. (2001). *Modernidade e Identidade Pessoal* (2<sup>a</sup>. ed.). Oeiras: Celta Editora.

- Giddens, A. (2002). *As consequências da modernidade*. (4ª. ed., 2ª. reimpressão). Oeiras: Celta Editora.
- Girard, A. (1983) Les Les âges de la vie, Actes du VIIe Colloque national de démographie Strasbourg. In *Population*, vol. 38, n° 3, 465-477. Paris: INED.
- Goethe, J. W. V. (1958). *Fausto* (trad. Agostinho de Ornelas). Coimbra: Atlântida.
- Gomes, R. T. (2001). Práticas culturais dos portugueses (1): actividades de lazer. *Folha OBS* n°2. Lisboa. Observatório das Actividades Culturais.
- Grâce, G-R. de, & Joshi, P. (1986). *Les crises de la vie Adulte*. Montréal: Décarie.
- Guerreiro, M. das D. (org). (1998). *Trabalho, família e gerações: Conciliação e solidariedades*. Lisboa: CIES.
- Guillemard, A-M. (1980). *La vieillesse et L'État*, Col. Politiques. Paris :Puf.
- Guillemard, A-M. (1981). Vieillesse, retraite et position sociale dans les reports sociaux, *Gérontologie*, 39.
- Guillemard, A-M. (1984). Jalons pour une sociologie des politiques sociales. Le cas de la politique française de la vieillesse. *Sociologie et Sociétés*, vol XVI, n° 2, 119-128.
- Guillemard, A-M. (1985). Prêretraite et mutations du cycle de vie. *Futuribles*, 88, 31-38.
- Guillemard, A-M. (1986). *Le déclin du Social*. Col. Politiques. Paris :Puf.
- Habermas, Jürgen. (1989) *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Hagestad, G.O. & Neugarten, B. N. (1984). Age and life course. In E. Shanas R. Binstock. *Handbook of aging and the social science*, (2ª ed) .New York: Rinehold.
- Heidegger, M.(1993). *Ser e Tempo*. 4ª ed. Petrópolis, Vozes, 1993. Coleção: Pensamento Humano Vol. I, 325p. e II, 262p. (1ª edição alemã *Sein und Zeit*, 1927).
- Herzberg, F., Mausner, B., & Snyderman, B. B. (1959). *The motivation to work* (2ª. ed.). New York: John Wiley & Sons.
- Hibert, T. (1983) Cycle de vie et evenements demographiques, In *Les âges de la vie. Actes du VIIe Colloque national de démographie Strasbourg*, Tome II, Travaux et Documents, cahier n°102. Paris :Presses Universitaires de France. 23-28.
- Hill, J. (1978). *The psychological impact of unemployment*. *New society*, 43, 118-120.

- Horn, J. L., & Cattell, R.B. (1967). Age differences in primary mental ability factors. *Journal of Gerontology*, 21, 210-220.
- Hutchins. R. (1970). *The learning society*. (1ªed. 1968) Harmondsworth: Penguim.
- Inglehart, R. (1990). *Culture shift in Advanced Industrial Societies*. Princeton: Princeton University Press.
- Inglehart, R. (2000). Globalization and post modern values. *Washington Quarterly*, 23, 1, 215-228.
- Inhelder, B., & Piaget, J. (1955). *De la logique de l'enfant à la logique de l'adolescence*. Paris: PUF.
- Instituto Nacional de Estatística. Censos 1981. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística, & Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (1998). Tipologia de áreas urbanas. Aprovada pela 158ª. Deliberação do Conselho Superior de Estatística, Reunião Plenário de 3 de Julho de 1998.
- Instituto Nacional de Estatística. Censos 1991. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística. (1999). Inquérito à Ocupação dos Tempos Livres. Lisboa: INE/OAC.
- Instituto Nacional de Estatística. Censos 2001a. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística. (2001b) Estatísticas Demográficas 2000. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística. (2004). Estudo sobre o poder de compra concelhio: nº. 6. Coimbra: INE-DRC.
- Instituto Nacional de Estatística. (2006a). Factores de sucesso das iniciativas empresariais. Lisboa: INE/DEE. Serviço de Estatísticas das empresas.
- Instituto Nacional de Estatística (2006b). Superfície (km<sup>2</sup>) do território nacional por municípios 2006. Trimestral [em linha]. Lisboa: INE (revisto em 22 de Outubro de 2008) [citado 22 de Outubro de 2008 – 0:27]. Disponível em [http://maps.ine.pt/MapsPortal/\(S\(45lsvbnfyb0pcj45sfopxk55\)\)/default.aspx?VAR\\_CD=0001235&V\\_DIM\\_1=S7A2006&NIVEL=3&LINGUA=PT](http://maps.ine.pt/MapsPortal/(S(45lsvbnfyb0pcj45sfopxk55))/default.aspx?VAR_CD=0001235&V_DIM_1=S7A2006&NIVEL=3&LINGUA=PT)
- Instituto Nacional de Estatística (2006c). Densidade Populacional (nº/km<sup>2</sup>) por municípios 2006. Trimestral [em linha]. Lisboa: INE (revisto em 22 de Outubro de 2008) [citado 22 de Outubro de 2008 – 0:27]. Disponível em [http://maps.ine.pt/MapsPortal/\(S\(bcx05qj53dn3eimuggkgs45\)\)/default.aspx?V\\_R\\_CD=0000009&V\\_DIM\\_1=S7A2006&NIVEL=3&LINGUA=PT](http://maps.ine.pt/MapsPortal/(S(bcx05qj53dn3eimuggkgs45))/default.aspx?V_R_CD=0000009&V_DIM_1=S7A2006&NIVEL=3&LINGUA=PT)



- Instituto Nacional de Estatística (2008a) Esperança de vida à nascença. Séries cronológicas: População e Condições Sociais – Demografia 1920-2002. Lisboa: INE. Lisboa: INE (revisto em 25 de Fevereiro de 2008). [citado 22 de Outubro de 2008 – 16:51]. Disponível em [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0001227&Contexto=bd&selTab=tab2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001227&Contexto=bd&selTab=tab2)
- Instituto Nacional de Estatística. (2008b) Estatísticas Demográficas 2006. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística. (2008c) Estatísticas Demográficas 2007. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (2008d). Indicadores Demográficos: Índice sintético de fecundidade (N.º) por local de residência (NUTS – 2002) – anual; Taxa de fecundidade geral (‰) por local de residência – anual [em linha]. Lisboa: INE (revisto em 14 de Janeiro de 2008). [citado 16 de Janeiro de 2006 – 16:51]. Disponível em URL: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&userLoadSave=Load&userTableOrder=48&tipoSelecao=1&Contexto=pq&selTab=tab1&submitLoad=true](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&userLoadSave=Load&userTableOrder=48&tipoSelecao=1&Contexto=pq&selTab=tab1&submitLoad=true)
- Instituto Nacional de Estatística (2008e). Indicadores Demográficos: Casamentos dissolvidos (N.º) por local de residência e causa de dissolução – anual; Taxa bruta de divórcio (‰) por local de residência – anual [em linha]. Lisboa: INE (revisto em 14 de Janeiro de 2008) [citado em 16 de Janeiro de 2006 – 14:28]. Disponível em URL: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&userLoadSave=Load&userTableOrder=67&tipoSelecao=1&Contexto=pq&selTab=tab1&submitLoad=true](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&userLoadSave=Load&userTableOrder=67&tipoSelecao=1&Contexto=pq&selTab=tab1&submitLoad=true)
- Instituto Nacional de Estatística (2008f). Inquérito ao Emprego: Taxa de desemprego (série 1998 - %) por local de residência (NUTS - 2002) e sexo – Trimestral [em linha]. Lisboa: INE (revisto em 19 de Junho de 2008) [citado 20 de Outubro de 2008 – 0:27]. Disponível em [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0000592&Contexto=pi&selTab=tab0](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000592&Contexto=pi&selTab=tab0)
- Instituto Nacional de Estatística (2008g). Proporção da população activa (Série 1998 - %) por Local de residência (NUTS - 2002) e Nível de escolaridade mais elevado completo [em linha]. Lisboa: INE (revisto em 19 de Junho de 2008) [citado 20 de Outubro de 2008 – 0:27]. Disponível em [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0001762&Contexto=bd&selTab=tab2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001762&Contexto=bd&selTab=tab2)
- Instituto Nacional de Estatística (2008h). Inquérito ao Emprego: Proporção da população residente com idade entre 25 e 64 anos que participa em actividades de educação e formação (Série 1998 - %) por Local de residência (NUTS - 2001) – Anual [em linha]. Lisboa: INE (revisto em 19 de Junho de 2008) [citado 20 de Outubro de 2008 – 0:27]. Disponível em [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0001779&Contexto=bd&selTab=tab2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001779&Contexto=bd&selTab=tab2)

- Instituto Nacional de Estatística (2008i). Inquérito ao Emprego: Taxa de desemprego (série 1998 - %) por Sexo, Grupo etário e Nível de escolaridade mais elevado completo – Trimestral [em linha]. Lisboa: INE (revisto em 19 de Junho de 2008) [citado 20 de Outubro de 2008 – 0:27]. Disponível em [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0000593&Contexto=bd&selTab=tab2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000593&Contexto=bd&selTab=tab2)
  
- Instituto Nacional de Estatística (2008j). Inquérito à aprendizagem ao longo da vida: Proporção da população residente com 15 e mais anos de idade que nos últimos 12 meses participou em actividades de aprendizagem não-formal (%) por Nível de escolaridade mais elevado completo – Não Periódica [em linha]. Lisboa: INE (revisto em 19 de Junho de 2008) [citado 20 de Outubro de 2008 – 0:27]. Disponível em [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0001502&Contexto=bd&selTab=tab2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001502&Contexto=bd&selTab=tab2)
  
- INED. (1982 e 1983) *Les âges de la Vie. Actes du VII Coloque National de Démographie*, (Tome I et II). Paris ; Puf.
  
- Jacques, E. (1965). Death and the mid-life crisis. *International Journal of Psychoanalysis*, XLVI, 502-514.
  
- Jansen, N. (1977) *La teoria de las generaciones y el cambio social*. Madrid: Espasa-Calpe.
  
- Jarvis, P. (2001). O futuro da educação de adultos na sociedade de aprendizagem. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XXXV, 1, 13-30.
  
- Javeau. C. (1994) *Dix propositions sur l'enfance, objet des sciences sociales : enfances et sciences sociales*. Revue de l'institut de Sociologie. Université Livre de Bruxelles.
  
- Kaufman, H. G. (1982). *Professionals in search of work: Coping with the stress of job loss and unemployment*. New York: John Wiley & Sons Inc.
  
- Kitchener, K. S., & King, P. M. (1981). Reflective Judgement: Concepts of justification and their relationship to age and education. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 2, 89-116.
  
- Kitchener, K.S., King, P. M., Wood, P.K., & Davison, M.L. (1989). Sequentiality and consistency in the development of reflective judgment: a six-year longitudinal study. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 10, 73-95.
  
- Kitchener, K. S., & King, P. M. (1990a). The Reflective judgement model: Transforming assumptions about knowing. In J. Mezirow (Ed.), *Fostering critical reflection in adulthood: A guide to transformative and emancipatory learning* (pp.159-176). San Francisco: Jossey Bass.

- Kitchener, K. S., & King, P. M. (1990b). The reflective judgement model: Ten years of research. In M. L Commons, C. Armon, L. Kohlberg, F.A. Richards, T.A. Grozer, & J.D. Sinnott (Eds.), *Adult Development: Vol. 2. Models and methods in the study of adolescent and adult thought* (pp. 63-78). New York: Praeger.
- Kitchener, K. S., Lynch, C. L., Fischer, K., & Wood, P. K. (1993). Developmental range of reflective judgment: the effect of contextual support and practice on developmental stage, *Developmental Psychology*, 29, 893-906.
- Kitchener, K. S., & King, P. M. (1996). *Reflective judgment scoring manual with examples*. (1ª Ed. 1985) Available from K. S. Kitchener, School of Education, University of Denver.
- Kramer, D. A. (1983). Post-formal operations? A need for further conceptualization. *Human Development*, 26, 91-105.
- Kramer, D., & Woodruff, D. (1986). Relativistic and dialectical thought in three adult age group. *Human Development*, 29, 280-290.
- Kramer, D. A. (1989). Development of an awareness of contradiction across the life span and the question of postformal operations. In M. L Commons, J.D. Sinnott, F. Richards, & C. Armon (Eds.), *Adult development: Vol. I: Comparisons and applications of adolescent and adult development models* (pp. 133-159). Westport: Praeger.
- Kramer, D. A. (1990). *A scoring manual for assessing absolute, relativistic and dialectical thinking*. New Brinswick: Rutgers.
- Kugelberg, C. (1998). Imagens culturais dos jovens no início da idade adulta. In M. D. Guerreiro (coord.), *Trabalho, família e gerações: Conciliação e solidariedades* (pp. 160-164). Lisboa: CIES/ISCTE.
- Labouvie-Vief, G. (1980). Beyond formal operations: Uses and limits of pure logic in life-span development. *Human Development*, 23, 114-146.
- Labouvie-Vief, G. (1992). A neo-piagetian perspective on adult cognitive development. In R. J. Sternberg, & C. Berg (Eds.), *Intellectual Development* (pp. 197-229). Cambridge: University Press.
- Lapassade, G. (1963). *L'entrée dans la vie, essai sur l' inachèvement humain*. Paris: Éd. De Minuit.
- Lash, (2000). A reflexividade e os seus duplos. In U. Beck, A. Giddens, & S. Lash, *Modernização Reflexiva: Política, tradição e estética no mundo moderno* (pp.105--164). Oeiras: Celta Editora.
- Laurent A. (1993). *Histoire de l'individualisme*. Paris: PUF.

- Lehman, H.C. (1953). *Age and achievement*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Lelièvre, E., (1996), *l'Apport des enquetes longitudinales biographiques dans l'étude des phénomènes socio-démographiques*, paris, INED.
- Lelièvre, E., (1998),(org) *Manuel pratique pour l'analyse statistique des biographies*, Paris, INED.
- Lelièvre, E., & Vivier, G. (2001). Evaluation d'une collecte à la croisée du quantitatif et du qualitatif: L'enquête «Biographies et entourage». *Population*, 56(6), 1043-1074, Paris: INED
- Lemel, Y. (1991). *Stratification et mobilité sociale*. Paris : Armand Colin.
- Lemme, B. H. (1995). *Development in adulthood*. Boston: Allyn & Bacon ed.
- Lenoir, Rémi. (1979). L'invention du « troiseime âge ; constitution du champ des agents de gestion de la vieillesse, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 26-27, p.57-81.
- Lenoir, Rémi. (1995). L'invention de la démographie et la formation de l'État. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 108.
- Lenoir, Remi (1996) “Objet sociologique et probleme social” in Patick Champanhe, Remi Lenoir, Dominique Merllié, Louis Pinto *Initiation à la Pratique Sociologique*. Paris: Dunod, pp. 51-100
- Leridon, H. (1995). *Les enfants du désir*. Paris: Éditions Julliard.
- Levinson, D. J., Darrow, D., Klein, C., Levinson, M., & McKee, B. (1978). *The seasons of a man's life*. New York : A.A. Knopf.
- Levinson, D. J. (1990). A theory of life structure development in adulthood. In C. N. Alexander, & E. J. Langer (Eds.), *Higher stages of human development: perspectives on adult growth* (pp. 35-54). New York: Oxford University Press.
- Levy-Leboyer, C. (1986). Conséquences psychologiques du chômage des jeunes . In G. R. Grâce, & P. Joshi, *Les crises de la vie adulte* (pp. 169-175). Montréal: Décarie.
- Lima, M., Pinheiro, Vieira, M.R.M.M, Matos, C.M.C, & Oliveira, A. L. (2001). O bem-estar subjectivo na meia-idade: Do mito à realidade. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XXXV, 1, 149-170.
- Lipovetsky, G. (1989). *A era do vazío: ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa: Ed. Relógio d'Água.
- Lobo, C. (2005), “Famílias recompostas: revisitar a produção americana (1930-2000)”. *Sociologia, Problemas Praticas*, 48:91-114.

- Loevinger, J., & Blasi, A. (1976). *Ego development: conceptions and the theories*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers.
- Loevinger, J. (1985). Revision of the sentence completion test for ego development. *Journal of Personality and Social Psychology*, 48, 420-427.
- Loevinger, J. (1997). Stages of personality development. In R. Hogan, J. Johnson, & S. Briggs (Eds). *Handbook of personality psychology* (pp. 199-208). San Diego. CA: Academic Press.
- Lopes, J. M. S. (1993). Educação e Emprego: O início da vida profissional. *Revista Pessoal*, 61 (3ª. série), 16-21.
- Loscocco, K. (1989). The instrumentally oriented factory worker, myth or reality? *Work and Occupations*, 16, 1, 3-25.
- Lowie, R. (1920). *Primitive Society*. New York: Liveright.
- Machado, F. L, & Costa, A. F. (1998). Processos de uma modernidade inacabada. Mudanças estruturais e mobilidade social. In J. M. L. Viegas, & A. F. da Costa (orgs.), *Portugal, que modernidade?* (2ª. edição, pp. 17-44). Oeiras: Celta Editora.
- Malthus, T. R. (1798). *Na Essay on the principle of population as it affects the future improvement of society with remarks on the speculations of Mr. Godwin, M. Condorcet and other writers*. London. Tradução francesa Eric Vilquin, 1980, Paris:INED).
- Mannheim, K. (1986), O problema das gerações. In Mannheim, K. *Sociologia do Conhecimento* (pp. 115-171), (edição original alemã in 1929, *Ideologie und Utopie*, Bona), Porto: Editora Rés.
- Marchand, H. (2004). O desenvolvimento da reflexividade na vida adulta: teoria, dados e implicações na formação. *Revista de Educação*, XII, 1, 91-101.
- Marchand, H. (2005). *Psicologia do adulto e do idoso* (2ª. ed.). Coimbra: Quarteto.
- Martins, A. M. (1997). Sistema de emprego e novos perfis profissionais. *Sociologia Problemas e Práticas*, 24, 115-141.
- Maslow, A.H. (1954). *Motivation and Personality* (2ª. ed.) New York: Harper & Row.
- Mauritti, Rosário. (2002). "Padrões de vida dos estudantes universitários nos processos de transição para a vida adulta". In *Sociologia Problemas e Práticas*, nº39 Lisboa: Celta Editora .85-116
- Mead, M. (1928). *Coming of age in Somoa*, New York: Morrow
- Mead, M. (1971). *Le fosse des générations*. Paris: Denöel-Conthier.
- Mentré, F. (1920), *Les générations sociales*, Paris, Ed. Bossard.

- Merton, R. K. (1967). Sociologia do Conhecimento. In Karl Mannheim, Robert K. Merton, & C. Wright Mills, *Sociologia do Conhecimento* (pp. 81-125). (1ª ed. 1947) Rio de Janeiro: Ed. Zahar.
- Mezirow, J., & Associates. (1990). *Fostering critical reflection in adulthood. A guide to transformative and emancipatory learning*. San Francisco: Jossey-Bass Inc. Publishers.
- Millet-Bartoli, F. (2002). *La crise du milieu de la vie. Une deuxième chance*. Paris: Odile Jacob.
- Miranda, H. (2003). *Trabalho e lazer: reformulação ou dissolução da relação de oposição?* Tese de Mestrado. Lisboa: ISCTE.
- Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse, son image et son public*. (1º ed. 1961) Paris: Puf.
- Moscovici, S. (1979). *La psychologie des minorités actives*. Paris: Puf.
- Moscovici, S. (1981). On social representations. In J. Forgas (Ed.), *Social cognition. Perspectives on everyday understanding* (pp.181-209). London: Academic Press.
- Motta, A.B. (2004) Género, idades e gerações. *Caderno CHR*, Salvador, Vol. 17, nº 42, 349-355
- Nacional Research Council. (1993). *Losing Generations: Adolescents in High-Risk Settings*. Commission on Behavioral and Social Sciences and Education. Washington:National Academy Press.
- Neves, J. S. (2001). Práticas culturais dos portugueses (2): espectáculos ao vivo. *Folha OBS* nº3. Lisboa. Observatório das Actividades Culturais.
- Newman, B. M., & Newman P. R. (1983). *Understanding adulthood*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Nilsen, A. (1998). Representações dos jovens acerca da idade adulta. In M. D. Guerreiro (coord.), *Trabalho, família e gerações: Conciliação e solidariedades* (pp.139-144). Lisboa: CIES/ISCTE.
- Nilsen, O. A., Risa, E., & Torstensen, A. (2003). Transitions from employment among young Norwegian workers. In K. F. Zimmermann, & M. Vlager (eds.), *Family, household and work* (1º ed. 2000) (pp. 295-308). Berlin: Springer-Verlag
- Nimal, P., Lahaye, W.& Pourtois, J-P. (2000). *Logiques familiales d’insertion sociale: étude longitudinale des trajectoires de jeunes adultes*. Bruxelles: De Boeck Université.
- Notestein, F. W. (1945) Population, the long view, in E. Schulz (ed), *Food for the world*, University of Chicago Press,. 36-56.

- Notestein, F. W. (1953) Economic problems of population change. In *8th International Conference of agricultural Economists*. London: Oxford University Press. 15-18
- Ortega y Gasset, J. (1959) *En torno a Galileo. Esquema de las Crisis* (2ª ed., edição original 1933), Madrid: Ed. Revista de Occidente.
- Ortega y Gasset, J. (1981) *El tema de nuestro tiempo* (1ª ed. 1923), Madrid: Ed. Revista de Occidente.
- Paillat, P. (1982). L'âge de la retraite. In *Les âges de la Vie. Actes du VIIe Colloque national de démographie Strasbourg*, Tome II, Travaux et Documents, cahier n°102. Paris :Presses Universitaires de France. 101-109.
- Pais, J. M. (1990). A construção sociológica da juventude – alguns contributos. *Análise Social*, XXV (105-106), 139-165.
- Pais, J. M. (1991a). *Formas sociais de transição para a vida adulta: Os jovens através dos seus quotidianos*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia. Lisboa: Iscte.
- Pais, J. M. (1991b). Emprego juvenil e mudança social: velhas teses, novos modos de vida. *Análise Social*, XXVI,114, 945-987.
- Pais, J. M. (1993). *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Pais, J. M. (1994). A vida como aventura; uma nova ética do lazer. In ICS (org.) *New routes for leisure: Actas do Congresso Mundial do Lazer* (pp.99-110). Lisboa: ICS
- Pais, J. M. (1998a). Introdução. In J. M. Pais (coord.), *Gerações e valores na sociedade portuguesa contemporânea* (pp. 17-52). Lisboa: SEJ/ICS.
- Pais, J. M. (1998b). Vida amorosa e sexual. In J. M. Pais (coord.), *Gerações e valores na sociedade portuguesa contemporânea* (pp.407-468). Lisboa: SEJ/ICS.
- Pais, J. M. (1999). *Consciência histórica e identidade: os jovens portugueses num contexto europeu*. Oeiras: Celta editora.
- Pais, J. M. (2001). *Ganchos, tachos e biscates. Jovens, trabalho e futuro*. Porto: Âmbar.
- Parsons, T. (1949) “Age and sex in the social structure” in Parsons, T. *Essays in Sociological Theory, Pure and applied*. Glencoe(III): Fress Press.
- Paulme, D. (1971). *Classes et Associations d'âge en afrique de l'ouest*. Plon.
- Peiró, J. M., Prieto, F., & Roe, R.A. (1996). El trabajo como fenómeno psicosocial. In J. M. Peiró & F. Prieto (orgs.), *Tratado de psicología del trabajo: aspectos psicosociales del trabajo* (pp.17-33). Madrid: Síntesis.

- Peixoto, C. E., & Cicchelli, V. (2000). Introdução. Sociologia e antropologia da vida privada na Europa e no Brasil. Os paradoxos da mudança. In C. E. Peixoto, F. de Singly, & V. Cicchelli (eds.), *Família e Individualização* (pp.7-12). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Pestana, H., & Gageiro, J. (2004). Turismo e envelhecimento demográfico [em linha]. Lisboa: *II Congresso Português de Demografia* [citado em 14 de Dezembro de 2004 – 17:00]. Disponível em URL: [http://www.apdemografia.pt/pdf\\_congresso/5\\_Helena\\_Pesatana\\_e\\_Joao\\_Gageiro.pdf](http://www.apdemografia.pt/pdf_congresso/5_Helena_Pesatana_e_Joao_Gageiro.pdf)
- Pestana, H., & Gageiro, J. (2005) *Análise de dados para ciências sociais*. (4ª edição) Lisboa. Edições Sílabo.
- Piaget, J. (1964). *Six études de psychologie*. Paris: Denoël-Conthier.
- Piaget, J. & Inhelder, B. (1971). *La psychologie de l'enfant*. (1ª Ed. 1966) Paris: PUF.
- Piaget, J. (1972). Intellectual evolution from adolescence to adulthood. *Human Development*, 15, 1-12.
- Pina, H.M.F. (2001) *Jovens, consumos, marcas e revistas*. ISCTE. Tese de mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação.
- Pinder, W. (1946). *El problema de las generaciones en la historia del arte de Europa*. Trad. D. J. Vogelmann. Buenos Aires, Losada. 1946 (original de 1926, *Generation in der Kunstgeschichte Europas*, Berlin).
- Pinto, J. M. (1991). Considerações sobre a produção social de identidade, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 32, 217-231.
- Pires, M. L., & Borges, G. (1998). Escola, trabalho e emprego. In J. M. Pais (coord.), *Geração e valores na sociedade portuguesa contemporânea* (pp. 247-321). Lisboa: Secretaria do Estado da Juventude.
- Pissart, F., Poncelet, M., & Voisin, M. (1990). Vivre en chômage: L'installation des jeunes sans emploi dans la vie adulte, *Revue Française de Sociologie*, XXXI, 4, 573-590.
- Pitrou, A. (1982) Pluralité des calendriers, unité du cycle de vie. In *Les âges de la vie, Actes du VIIe Colloque national de démographie Strasbourg*, Tome I, Travaux et Documents, cahier n°96. Paris :Presses Universitaires de France. 65-71.
- Powell, D. H., & Driscoll, P. F. (1973). *Middle-class professionals face unemployment*. *Society*, 10, 2, 18-26.
- Pressat, R. (1972) *Démographie statistique*. Paris. Press Universitaires de France, col. « Le Sociologie ».
- Pronovost, G. (1996). *Sociologie du temps*. Bruxelles: De Boek Université.



- Quivy, R. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. (2º ed. original em francês de 1995). Lisboa. Gradiva.
- Radcliffe-Brown, A. R. (1929). *Age organisation terminology*, Man 29, 21.
- Ramos, E. (2002) *Rester enfant, devenir adulte – La cohabitation des étudiants chez leurs parents*. Paris: L’Harmattan.
- Rebelo, G. (2001). A flexibilidade no trabalho: as questões da redução do tempo de trabalho e do trabalho a tempo parcial. *Organizações e Trabalho*, 26, 31-40.
- Rebelo, J., & Penalva, H. (2004). Evolução da população idosa em Portugal nos próximos 20 anos e o seu impacto na sociedade [em linha]. II Congresso de Demografia [citado em 14 de Dezembro de 2004, 16:49]. Disponível em [URL:http://www.apdemografia.pt/pdf\\_congresso/5 Jose Rebelo Helena Penalva.pdf](http://www.apdemografia.pt/pdf_congresso/5_Jose_Rebelo_Helena_Penalva.pdf)
- Riegel, K. (1973). Dialectic operations. The final period of cognitive development. *Human Development*, 16, 346-370.
- Riegel, K. (1976). The dialectics of human development. *American Psychologist*, 31, 689-700.
- Riley, M.W, Johnson, M. & Foner, A. (1972) *A sociology of age stratification*. New York: Russel sage Foundation.
- Roberts, K., & Parsell, G. (1990). Culturas da juventude, transformação social e a transição para a vida adulta na Grã-Bertanha. *Análise Social*, XX, 105-106, 167-191.
- Rogers, C. R. (1961). *On becoming a person: a therapist's view of psychotherapy*. Boston: Houghton Mifflin.
- Rokeach, M. (1973). *The nature of human values*. New York: The Free Press.
- Rosa, M. J. V. (1996). O envelhecimento da População Portuguesa. In A. Barreto (org.). *Cadernos do Público*, 3, Lisboa: Público.
- Rosa, M. J. V. (2002). «Notas sobre a população — os homens e as mulheres perante o casamento». in *Análise Social*. Vol. XXXV (163). pp. 667-672.
- Rousseau, J-J. (1966). *Émile ou de l’éducation*. (1ª ed. 1762) Paris: Garnier-Flammarion.
- Roussel, L. & Girard, A. (1982) Regimes demographiques et ages de la vie. In *Les âges de la vie, Actes du VIIe Colloque national de démographie Strasbourg*, Tome I, Travaux et Documents, cahier n°96. Paris :Presses Universitaires de France. 15-23.
- Roussel, L. (1983) Regimes demographiques et ages de la vie. In *Les âges de la vie, Actes du VIIe Colloque national de démographie Strasbourg*, Tome II, Travaux et Documents, cahier n°102. Paris :Presses Universitaires de France. 21.

- Roussel, L. (1987) « Deux décennies de mutations démographiques (1965-1985) dans les pays industrialisés », in *Population*, 6, 1025-1039, Paris: INED
- Roussel, L. (1992). O futuro da família. *Sociologia Problemas e Práticas*, 11, 165-179.
- Roussel, L. (2001). *L'enfance oubliée*. Paris: Editions Odile Jacob.
- Samuel, N. (1994). The future of leisure time. In ICS (org.) *New routes for leisure: Actas do Congresso Mundial do Lazer* (pp.45-57). Lisboa: ICS
- Santos, H. (1994). Trabalhar para inventar o não-trabalho. In ICS (org.), *New routes for leisure: Actas do Congresso Mundial do Lazer* (pp. 283-326). Lisboa: ICS
- Santos, A. M. (1979). Inexistência da adultez. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, (nova série/ano XIII), 139-150.
- Sarmiento, M.J. (2005) Gerações e alteridade: Interrogações a partir da Sociologia da Infância. *Educação Soc. Campinas*, vol. 26, nº 91,p. 361-378.
- Schaie, K. W., & Strother, C. R. (1968). A cross-sequential study of age changes in cognitive behavior. *Psychological Bulletin*, 70, 671-689.
- Schaie, K. W., & Willis, S. (2002). *Adult Development and aging* (5ª. Ed) (1º ed 1996.). New Jersey: Prentice Hall.
- Schmidt, L. (1994). Jovens portugueses em «overdose» mediática. In ICS (org.) *New routes for leisure: Actas do Congresso Mundial do Lazer* (pp. 245-252). Lisboa: ICS
- Schlossberg, N. K., & Leibowitz, Z. (1980). Organizational support systems as buffers to job loss. *Journal of Vocational Behavior*, 17, 204-217.
- Segalen, M. (1981). *Sociologie de la famille* (2ª. ed. rev. aum.). Paris: Armand Colin.
- Seixas, V. (2007). O capital humano no 3º milénio [em linha]. Funchal: NESI [citado em 5 de Janeiro de 2008, 19:40]. Disponível em URL: <http://www.nesi.com.pt/ficheiros/capitalhumano.pdf>
- Shorter, E. (1977). *Naissance de la famille moderne: XVIIIe-XXe siècle*. Paris: Seuil.
- Silva, A. M.C. (2003). *Formação, percursos e identidades*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Silva, P.R. P (2006) *Quando eu for grande...*Tese de Mestrado, Universidade do Minho. Estudos da Criança. Braga: UM.
- Simões, A. (1979). O adulto em perspectiva – diferenças de comportamento associadas à idade. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 13, (2ª série/ano XIII), 3-66.

- Simões, A., Ferreira, J. A., Lima, M., Pinheiro, M.R., Vieira, C., Matos, A., & Oliveira, A. (2003). O bem-estar subjectivo dos adultos: um estudo transversal. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 37,1, 5-30.
- Singly, F. (2000). O nascimento do indivíduo individualizado e os seus efeitos na vida conjugal e familiar. In C. E. Peixoto, F. de Singly, & V. Cicchelli (eds.), *Família e Individualização* (pp.13-22). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Singly, F. (2001). *Livres juntos: o individualismo na vida comum*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Singly, F. (2002). Préface: Entre anarchie domestique et struturation personnelle. In E. Ramos, *Rester enfant, devenir adulte* (pp.9-14). Paris: L’Harmattan.
- Singly, F. (2004). La spécificité de la jeunesse dans les sociétés individualistes. In F. Dubet, O. Galland, & Deschavanne, E (eds.), *Comprendre la jeunesse* (pp. 259-273). Paris: Presses Universitaires de France.
- Sinnott, J. (1984). Postformal reasoning: the relativistic stage. In M. Commons, F. Richards, & C. Armon (Eds.), *Beyond formal operations II* (pp. 298-325). New York: Praeger.
- Sirota, R. (1993) Le Métier d’élève. *Revue Française de Pédagogie*. Pp.85-108. N° 104.
- Sirota, R. (1994) L’enfant das la Sociologie de l’education, un fantôme ressuscité ? in *Enfances et sciences sociales. Revue de l’institut de Sociologie*. Université Livre de Bruxeles.pp. p.147-163. 1994/1-2.
- Sirota, R. (2001). Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objecto e do olhar”, in *Cadernos de pesquisa*, nº 112. São Paulo: Fundação Carlos Chagas e Editora Autores Associados, Março de 2001, p. 7-31.
- Stevens-Long, J. (1979). *Adult life: developmental processes*. Palo Alto, CA: Mayfield Publishing Co.
- Sudman, S. (1983). Applied sampling. In P. H. Rossi, J. D. Wright, & A. B. Anderson (Eds.), *Handbook of survey research* (pp.145-194). Orlando, FL: Academic Press, Inc.
- Sugarman, L. (1993). *Life-span development: concepts, theories and interventions*. London and New York: Routledge.
- Swinburne, P., (1981). The psychological impact of unemployment on managers and professional staff, *Journal of Occupational Psychology*, 54, 1, 47-64.
- Teixeira, E. G. (2001). Solidão, a busca do outro na era do eu: estudo sobre sociabilidade na Modernidade tardia. *Sociologia Problemas e Práticas*, 35, 31-47.

- Telford, C. W. & Sawrey, J.M. (1974). *O indivíduo excepcional* (trad. Álvaro Cabral). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Thierry, X. (2002). Vivre plus longtemps, avoir moins d'enfants: quelles implications pour les individus? In AIDELF (Eds.), *Vivre plus longtemps, avoir moins d'enfants: quelles implications pour les individus?*(pp. 127-131). Paris: Presses Universitaires.
- Tichit, C & Lelièvre, E. (2006). Analyse du passage à l'âge adulte à l'épreuve de l'approche biographique :seuil, transition ou observation incertaine ?.In Gourgeau, Daniel & Lelièvre, E. *États Flous et Trajectiures Complexes*. Paris :INED.
- Torres, A. C., & Monteiro, A. (1996). *Divórcio em Portugal, ditos e interditos: uma análise sociológica*. Oeiras: Celta Editora.
- Torres, A. (2000). A individualização do feminino, o casamento e o amor (pp.135-156). In C. E. Peixoto, F. de Singly, & V. Cicchelli (eds.), *Família e Individualização* (pp.135-156). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Torres, A. C. (2001). *Sociologia do casamento: a família e a questão feminina*. Oeiras: Celta Editora.
- Torres, A.C. (2004a). *Vida Conjugal e Trabalho*. Oeiras: Celta.
- Torres, A. C. (coord). (2004b). *Homens e mulheres entre família e trabalho*. Ministério da segurança Social e do Trabalho. Lisboa:CITE.
- Touraine, A. (1992). *Critique de la Modernité*. Paris: Fayard.
- Touraine, A. (2005). *Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Treas, J. & Passuth, P. (1988) “Age, Aging and the aged – the three sociologies”, in Edgar Borgatta & Karen Cook (edit.) *The Future of Sociology*. London: sage Publications.
- Tuininga, M. (1996). *Être adulte 100 personnalités témoignent de leur expérience*. Paris: Albin Michel.
- Vaillant, G. E. (1977). *Adaptation to life: How the best and the brightest came of age*. Boston, M.A.: Little, Brown.
- Vaillant, G. E. (1993). *The wisdom of the ego*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Vaillant, G.E. (2000). Adaptive mental mechanisms: their role in a positive psychology. *American Psychologist*, 55 (1), 89-98.
- Vala, J. (2000). Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano. In J. Vala, & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia Social* (4.<sup>a</sup> ed., pp. 457-502). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Vala, J., Cabral, M.V., Ramos, A. (orgs). (2003). *Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa (Atitudes sociais dos portugueses 5)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Vasconcelos, P. (1998). Vida familiar. In J. M. Pais, *Gerações e valores na sociedade portuguesa contemporânea* (321-406). Lisboa: Secretaria de Estado da Juventude.
- Veloso, E.M.C. (2004). *Políticas e contextos educativos para idosos: um estudo sociológico numa Universidade da terceira Idade em Portugal*. Braga: Universidade do Minho.
- Véron. J. (2006) Espérance de vie, âges et générations. In *Informations sociales. De génération à génération*. n° 134. 16-26.
- Vicente, P. A. B. C; Reis, E. & Ferrão, F. (1996). *Sondagens. A amostragem como factor decisivo de qualidade*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Vicente, P. A. B. C. (2004). *Processo de amostragem por quotas: Avaliação do seu efeito nos resultados dos estudos de Mercado*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Escola de Gestão/ ISCTE.
- Villeneuve-Gokalp, C. (1981). *Quand vient l'âge des choix. Enquête auprès des jeunes de 18 à 25 ans: emploi, résidence, mariage*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Vulbeau, A. (1998) *L'enfance qui parle : informations sociales*. La parole de l'enfant.
- Walker, A. (1996) *The new Generational Contract*. Londres:UCL Press.
- Wechsler, D. (1958). *The measurement and appraisal of adult intelligence* (4<sup>a</sup>. ed.). Baltimore: Williams and Wilkins.
- Winnicott, D. (1969) *De la pédiatrie à la Psychanalyse*. Paris : Ed.Payot.
- Yonnet, P.(1983) Rock, pop, punk. Masques et vertiges du peuple adolescent. In *Le Débat*, m° 25.p 116-125.
- Zarifian, P. (1992). Acquisition et reconnaissance des compétences dans une organisation qualifiante. *Education Permanente*, 112,15-22.

## ANEXOS

## ÍNDICE DE ANEXOS

|                                                                                                                        |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Anexo 1. Questionário e matriz biográfica .....                                                                        | 324 |
| Anexo 2. Modelos na ordem entrada na vida activa, conjugalidade e residência própria .....                             | 326 |
| Anexo 3. Resumo $\chi^2$ Modelos de entrada: tradicional, alternativo e diversidade / variáveis sociodemográficas..... | 327 |
| Anexo 4. $\chi^2$ Modelo da diversidade – sequências de entrada/ sexo e gerações até 25 e 30 anos .....                | 328 |
| Anexo 5. $\chi^2$ Resumo - caracterização da mobilidade profissional/ variáveis sociodemográficas .....                | 329 |
| Anexo 6. $\chi^2$ nº experiências profissionais por activos empregados e desempregados .....                           | 330 |
| Anexo 7. Cluster grupos de representações da adultez .....                                                             | 332 |
| Anexo 8. Oneway e Post-Hoc Tests grupos representação da adultez e componentes acp .....                               | 333 |
| Anexo 9. Oneway e Post-Hoc tests grupos representação da adultez e componentes ACP2 P2.3 .....                         | 337 |

## Anexo 1. Questionário e matriz biográfica



## Anexo 2. Modelos na ordem entrada na vida activa, conjugalidade e residência própria

**Sequências de entrada quer no eixo público quer no eixo privado da adultez**

### **Sequência completa 1 – Modelo Tradicional**

1. Idade 1º. emprego < Idade 1ª. conjugalidade = Idade 1ª. residência própria.

### **Outras sequências Completas - Modelo da Diversidade**

1. Idade 1º. emprego = Idade 1ª. conjugalidade = Idade 1ª. residência própria.
2. Idade 1ª. conjugalidade = Idade 1ª. residência própria < idade 1º. Emprego
3. Idade 1ª. residência própria = idade 1º. Emprego < Idade 1ª. conjugalidade.
4. Idade 1º. emprego = Idade 1ª. conjugalidade < Idade 1ª. residência própria.
5. Idade 1ª. conjugalidade < idade 1º. emprego = Idade 1ª. residência própria.
6. Idade 1ª. residência própria < Idade 1º. emprego = Idade 1ª. conjugalidade.
7. Idade 1ª. residência própria < Idade 1ª. conjugalidade < Idade 1º. emprego.
8. Idade 1ª. residência própria < Idade 1º. emprego < Idade 1ª. conjugalidade.
9. Idade 1º. emprego < Idade 1ª. residência própria < Idade 1ª. conjugalidade.
10. Idade 1º. emprego < Idade 1ª. conjugalidade < Idade 1ª. residência própria.
11. Idade 1ª. conjugalidade < idade 1º. emprego < Idade 1ª. residência própria.
12. Idade 1ª. conjugalidade < Idade 1ª. residência própria < idade 1º. emprego.

### **Sequência incompleta 1 – Modelo Alternativo**

1. Tem 1º. emprego mas sem 1ª. conjugalidade nem 1ª. residência própria.

### **Outras sequências incompletas – Modelo da Diversidade**

1. Idade 1º. emprego = Idade 1ª. conjugalidade e sem 1ª. residência própria.
2. Idade 1ª. conjugalidade = Idade 1ª. residência própria e sem 1º. Emprego.
3. Idade 1ª. residência própria = Idade 1º. emprego e sem 1ª. conjugalidade.
4. Idade 1º. emprego < Idade 1ª. residência própria e sem 1ª. conjugalidade.
5. Idade 1º. emprego < idade 1ª. conjugalidade e sem 1º. residência própria.
6. Idade 1ª. residência própria < Idade 1º. emprego e sem 1ª. conjugalidade.
7. Idade 1ª. residência própria < Idade 1ª. conjugalidade e sem 1º. emprego.
8. Idade 1ª. conjugalidade < idade 1º. emprego e sem 1ª. residência própria.
9. Idade 1ª. conjugalidade < idade 1ª. residência e sem 1º. emprego.
10. Com 1ª. conjugalidade mas sem 1º. emprego nem 1ª. residência própria.
11. Com 1ª. residência mas sem 1º. emprego nem 1ª. conjugalidade.
12. Sem 1º. emprego, sem 1ª. conjugalidade e sem 1ª. residência própria.

## Anexo 3. Resumo $\chi^2$ Modelos de entrada: tradicional, alternativo e diversidade / variáveis sociodemográficas

### CRUZAMENTOS, TESTE DE INDEPENDÊNCIA DO QUI-QUADRADO

Modelos de entrada – o modelo tradicional, o modelo alternativo e o modelo da diversidade (sequências completas e incompletas) até aos 25 e 30 anos

Por

sexo; Idade(geração); Habilitação escolar; Território; Distrito onde nasceu; Concelho de Residência Actual; Profissão actual; Remuneração actual; CAE da Actual Profissão; Com quem reside Actualmente, Situação Conjugal; Com quem reside na primeira residência Própria; Tipo de Relação (1ª relação conjugal); Origem social – escolaridade da mãe; escolaridade do pai; CAE da Prof. da mãe; CAE da Prof. Do pai; Prof. Da mãe; Prof. do pai; Como obteve Primeiro Emprego; Profissão do Primeiro Emprego; CAE do Primeiro Emprego; Remuneração do Primeiro Emprego; Motivo porque deixa Primeiro Emprego:

#### Resumo dos dados: Percurso até 25 e 30 anos

| Modelos de entrada | 1<br>Geração/idade |         | 2<br>sexo |         | 3<br>Distrito do Concelho onde Nasceu |         | 4<br>Concelho da Actual residência |         | 5<br>Território |         |
|--------------------|--------------------|---------|-----------|---------|---------------------------------------|---------|------------------------------------|---------|-----------------|---------|
|                    | $\chi^2$           | P-Value | $\chi^2$  | P-Value | $\chi^2$                              | P-Value | $\chi^2$                           | P-Value | $\chi^2$        | P-Value |
| até 25 anos        | 93,240             | 0,000   | 52,936    | 0,000   | 82,091                                | 0,000   | 75,394                             | 0,000   | 32,984          | 0,000   |
| até 30 anos        | 34,398             | 0,000   | 18,356    | 0,000   | 82,401                                | 0,000   | 78,621                             | 0,000   | 37,172          | 0,000   |

| Modelos de entrada | 6<br>Habilitação Escolar |         | 7<br>Profissão Actual |         | 8<br>Habilitação Escolar Mãe |          | 9<br>Habilitação Escolar Pai |         | 10<br>Prof Mãe |         |
|--------------------|--------------------------|---------|-----------------------|---------|------------------------------|----------|------------------------------|---------|----------------|---------|
|                    | $\chi^2$                 | P-Value | $\chi^2$              | P-Value | $\chi^2$                     | $\chi^2$ | $\chi^2$                     | P-Value | $\chi^2$       | P-Value |
| até 25 anos        | 94,025                   | 0,000   | 71,389                | 0,000   | 47,353                       | 0,000    | 55,745                       | 0,000   | 59,283         | 0,000   |
| até 30 anos        | 51,069                   | 0,000   | 49,829                | 0,000   | 16,776                       | 0,010    | 27,657                       | 0,000   | 36,850         | 0,018   |

| Modelos de entrada | 11<br>Prof Pai |          | 12<br>Como Obteve Primeiro Emprego |          | 13<br>Cae Primeiro Emprego |         | 14<br>Prof. Primeiro Emprego |         | 15<br>Remuneração Primeiro Emprego |         |
|--------------------|----------------|----------|------------------------------------|----------|----------------------------|---------|------------------------------|---------|------------------------------------|---------|
|                    | $\chi^2$       | $\chi^2$ | $\chi^2$                           | $\chi^2$ | $\chi^2$                   | P-Value | $\chi^2$                     | P-Value | $\chi^2$                           | P-Value |
| até 25 anos        | 57,434         | 0,000    | 38,675                             | 0,000    | 79,253                     | 0,000   | 88,240                       | 0,000   | 44,144                             | 0,000   |
| até 30 anos        | 32,898         | 0,017    | 49,447                             | 0,000    | 53,390                     | 0,000   | 80,102                       | 0,000   | 37,248                             | 0,000   |

| Modelos de entrada | 16<br>Motivo fim Primeiro Emprego |         | 17<br>Cae Actual |         | 18<br>Remuneração Actual |         | 19<br>Sai de casa Família de Origem vai viver com |         | 20<br>Tipo Conj-Primeira Relação Conjugal |         |
|--------------------|-----------------------------------|---------|------------------|---------|--------------------------|---------|---------------------------------------------------|---------|-------------------------------------------|---------|
|                    | $\chi^2$                          | P-Value | $\chi^2$         | P-Value | $\chi^2$                 | P-Value | $\chi^2$                                          | P-Value | $\chi^2$                                  | P-Value |
| até 25 anos        | 37,254                            | 0,000   | 36,090           | 0,021   | 25,588                   | 0,000   | 704,586                                           | 0,000   | 17,844                                    | 0,000   |
| até 30 anos        | Sem significado                   |         | 42,793           | 0,000   | 29,285                   | 0,001   | 166,024                                           | 0,000   | 26,820                                    | 0,000   |

| Modelos de entrada | 21<br>Situação Conjugal |         | 22<br>Com quem reside Actualmente |         | 23<br>Fim Primeiro Emprego até 30 anos |         | 24<br>Fim Primeira Relação Conjugal até 30 anos |         |
|--------------------|-------------------------|---------|-----------------------------------|---------|----------------------------------------|---------|-------------------------------------------------|---------|
|                    | $\chi^2$                | P-Value | $\chi^2$                          | P-Value | $\chi^2$                               | P-Value | $\chi^2$                                        | P-Value |
| até 25 anos        | 392,973                 | 0,000   | 819,505                           | 0,000   | Não se aplica                          |         | Não se aplica                                   |         |
| até 30 anos        | 514,189                 | 0,000   | 358,450                           | 0,000   | 44,118                                 | 0,000   | 50,088                                          | 0,000   |

Anexo 4.  $\chi^2$  Modelo da diversidade – sequências de entrada/ sexo e gerações até 25 e 30 anos

| Modelos da Diversidade | Sexo     |         | gerações |         |
|------------------------|----------|---------|----------|---------|
|                        | $\chi^2$ | P-Value | $\chi^2$ | P-Value |
| até 25 anos            | 131,08   | 0,000   | 111,887  | 0,000   |
| até 30 anos            | 115,503  | 0,000   | 59,537   | 0,000   |

## Anexo 5. $\chi^2$ Resumo - caracterização da mobilidade profissional/ variáveis sociodemográficas

### CRUZAMENTOS, TESTE DE INDEPENDÊNCIA DO QUI-QUADRADO

Número de experiências profissionais vividas Por  
Sexo; Território; Situação Conjugal; Distrito onde nasceu; Idade;  
Habilitação escolar; Profissão actual; CAE da Actual Profissão;  
Remuneração actual; Profissão do Primeiro Emprego; CAE do Primeiro  
Emprego; Remuneração do Primeiro Emprego; Profissão do segundo Emprego;  
CAE do segundo Emprego; Remuneração do segundo Emprego

### Resumo dos dados: Percurso até 25; 30; 35 e 40 anos

| Nº de Exp.Prof. | 1<br>Geração Anexo 20 |                 | 2<br>Habilitação Escolar |         | 3<br>Prof. Actual |         | 4<br>Profissão 1º emprego |         | 5<br>Profissão 2º emprego |         |
|-----------------|-----------------------|-----------------|--------------------------|---------|-------------------|---------|---------------------------|---------|---------------------------|---------|
|                 | $\chi^2$              | P-Value         | $\chi^2$                 | P-Value | $\chi^2$          | P-Value | $\chi^2$                  | P-Value | $\chi^2$                  | P-Value |
| Até 25 anos     | sem significado       | sem significado | 51,959                   | 0,000   | 53,059            | 0,000   | 180,629                   | 0,000   | 58,986                    | 0,000   |
| Até 30 anos     | 23,048                | 0,000           | 31,091                   | 0,000   | 39,793            | 0,000   | 172,050                   | 0,000   | 60,334                    | 0,000   |
| Até 35 anos     | 20,372                | 0,000           | 24,409                   | 0,000   | 48,115            | 0,000   | 140,046                   | 0,000   | 76,987                    | 0,000   |
| Até 40 anos     | 9,956                 | 0,007           | 16,175                   | 0,003   | 46,382            | 0,000   | 110,797                   | 0,000   | 54,278                    | 0,000   |

| Nº de Exp.Prof. | 6<br>Profissão 3º emprego |               | 7<br>CAE Actual |         | 8<br>CAE 1º emprego |         | 9<br>CAE 2º emprego |         |
|-----------------|---------------------------|---------------|-----------------|---------|---------------------|---------|---------------------|---------|
|                 | $\chi^2$                  | P-Value       | $\chi^2$        | P-Value | $\chi^2$            | P-Value | $\chi^2$            | P-Value |
| Até 25 anos     | Não se aplica             | Não se aplica | 38,198          | 0,000   | 89,565              | 0,000   | 19,707              | 0,000   |
| Até 30 anos     | Não se aplica             | Não se aplica | 39,474          | 0,000   | 91,447              | 0,000   | 28,769              | 0,000   |
| Até 35 anos     | Não se aplica             | Não se aplica | 37,525          | 0,001   | 68,638              | 0,000   | 19,890              | 0,000   |
| Até 40 anos     | Não se aplica             | Não se aplica | 29,868          | 0,008   | 82,843              | 0,000   | 24,764              | 0,000   |

| Nº de Exp.Prof. | 10<br>CAE 3º emprego |               | 11<br>Território |         | 12<br>sexo |         | 13<br>Como Obteve 1º emprego |         |
|-----------------|----------------------|---------------|------------------|---------|------------|---------|------------------------------|---------|
|                 | $\chi^2$             | P-Value       | $\chi^2$         | P-Value | $\chi^2$   | P-Value | $\chi^2$                     | P-Value |
| Até 25 anos     | Não se aplica        | Não se aplica | 18,903           | 0,000   | 13,992     | 0,001   | 92,379                       | 0,000   |
| Até 30 anos     | Não se aplica        | Não se aplica | 21,030           | 0,000   | 15,385     | 0,000   | 106,884                      | 0,000   |
| Até 35 anos     | Não se aplica        | Não se aplica | 18,603           | 0,000   | 19,803     | 0,000   | 96,521                       | 0,000   |
| Até 40 anos     | Não se aplica        | Não se aplica | 18,003           | 0,000   | 23,316     | 0,000   | 70,327                       | 0,000   |

| Nº de Exp.Prof. | 14<br>Como Obteve 2º emprego |         | 15<br>Como Obteve 3º emprego |               | 16<br>Remuneração actual |                 | 17<br>Remuneração 1º emprego |         |
|-----------------|------------------------------|---------|------------------------------|---------------|--------------------------|-----------------|------------------------------|---------|
|                 | $\chi^2$                     | P-Value | $\chi^2$                     | P-Value       | $\chi^2$                 | P-Value         | $\chi^2$                     | P-Value |
| Até 25 anos     | 23,562                       | 0,000   | Não se aplica                | Não se aplica | 22,119                   | 0,001           | 252,424                      | 0,000   |
| Até 30 anos     | 28,578                       | 0,000   | Não se aplica                | Não se aplica | sem significado          | sem significado | 267,169                      | 0,000   |
| Até 35 anos     | 27,484                       | 0,000   | Não se aplica                | Não se aplica | 19,418                   | 0,004           | 260,425                      | 0,000   |
| Até 40 anos     | 31,130                       | 0,000   | Não se aplica                | Não se aplica | 14,435                   | 0,006           | 183,981                      | 0,000   |

| Nº de Exp.Prof. | 18<br>Remuneração 2º emprego |                 | 19<br>Remuneração 3º emprego |               |
|-----------------|------------------------------|-----------------|------------------------------|---------------|
|                 | $\chi^2$                     | Nº de Exp.Prof. | $\chi^2$                     | P-Value       |
| Até 25 anos     | 83,667                       | Até 25 anos     | Não se aplica                | Não se aplica |
| Até 30 anos     | 68,604                       | Até 30 anos     | Não se aplica                | Não se aplica |
| Até 35 anos     | 67,711                       | Até 35 anos     | Não se aplica                | Não se aplica |

|             |        |             |               |               |
|-------------|--------|-------------|---------------|---------------|
| Até 40 anos | 63,095 | Até 40 anos | Não se aplica | Não se aplica |
|-------------|--------|-------------|---------------|---------------|

## Anexo 6. $\chi^2$ nº experiências profissionais por activos empregados e desempregados (até 35 anos)

### CRUZAMENTOS, TESTE DE INDEPENDÊNCIA DO QUI-QUADRADO

#### Número de experiências profissionais vividas Por Activos empregados e desempregados Percurso até aos 35 anos

ProfActualRecActivos \* NºExp Profissioanis 35 rec Crosstabulation

|                      |                                     |                                     | NºExp Profissioanis 35 rec |                |                        | Total  |
|----------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|----------------------------|----------------|------------------------|--------|
|                      |                                     |                                     | 1 experiência              | 2 experiências | 3 ou mais experiências |        |
| ProfActualRecActivos | Activo empregado                    | Count                               | 252                        | 281            | 310                    | 843    |
|                      |                                     | % within ProfActualRecActivos       | 29,9%                      | 33,3%          | 36,8%                  | 100,0% |
|                      |                                     | % within NºExp Profissioanis 35 rec | 93,3%                      | 94,3%          | 87,3%                  | 91,3%  |
|                      |                                     | % of Total                          | 27,3%                      | 30,4%          | 33,6%                  | 91,3%  |
|                      |                                     |                                     |                            |                |                        |        |
|                      | Activo desempregado                 | Count                               | 18                         | 17             | 45                     | 80     |
|                      |                                     | % within ProfActualRecActivos       | 22,5%                      | 21,3%          | 56,3%                  | 100,0% |
|                      |                                     | % within NºExp Profissioanis 35 rec | 6,7%                       | 5,7%           | 12,7%                  | 8,7%   |
|                      |                                     | % of Total                          | 2,0%                       | 1,8%           | 4,9%                   | 8,7%   |
|                      |                                     |                                     |                            |                |                        |        |
| Total                | Count                               | 270                                 | 298                        | 355            | 923                    |        |
|                      | % within ProfActualRecActivos       | 29,3%                               | 32,3%                      | 38,5%          | 100,0%                 |        |
|                      | % within NºExp Profissioanis 35 rec | 100,0%                              | 100,0%                     | 100,0%         | 100,0%                 |        |
|                      | % of Total                          | 29,3%                               | 32,3%                      | 38,5%          | 100,0%                 |        |
|                      |                                     |                                     |                            |                |                        |        |

#### Chi-Square Tests

|                              | Value               | df | Asymp. Sig. (2-sided) |
|------------------------------|---------------------|----|-----------------------|
| Pearson Chi-Square           | 11,876 <sup>a</sup> | 2  | ,003                  |
| Likelihood Ratio             | 11,578              | 2  | ,003                  |
| Linear-by-Linear Association | 7,881               | 1  | ,005                  |
| N of Valid Cases             | 923                 |    |                       |

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 23,40.

**ProfActualRecActivos \* Território Urbano e Rural**

**Crosstab**

|                                    |                    |                                    | Território Urbano e Rural |        | Total  |
|------------------------------------|--------------------|------------------------------------|---------------------------|--------|--------|
|                                    |                    |                                    | Urbano                    | Rural  |        |
| ProfActualRecActivos               | Activo empregado   | Count                              | 507                       | 343    | 850    |
|                                    |                    | % within ProfActualRecActivos      | 59,6%                     | 40,4%  | 100,0% |
|                                    |                    | % within Território Urbano e Rural | 88,8%                     | 94,8%  | 91,1%  |
|                                    |                    | % of Total                         | 54,3%                     | 36,8%  | 91,1%  |
|                                    | Activo desempleado | Count                              | 64                        | 19     | 83     |
|                                    |                    | % within ProfActualRecActivos      | 77,1%                     | 22,9%  | 100,0% |
|                                    |                    | % within Território Urbano e Rural | 11,2%                     | 5,2%   | 8,9%   |
|                                    |                    | % of Total                         | 6,9%                      | 2,0%   | 8,9%   |
|                                    | Total              | Count                              | 571                       | 362    | 933    |
|                                    |                    | % within ProfActualRecActivos      | 61,2%                     | 38,8%  | 100,0% |
| % within Território Urbano e Rural |                    | 100,0%                             | 100,0%                    | 100,0% |        |
| % of Total                         |                    | 61,2%                              | 38,8%                     | 100,0% |        |

**Chi-Square Tests**

|                                    | Value              | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Exact Sig. (2-sided) | Exact Sig. (1-sided) |
|------------------------------------|--------------------|----|-----------------------|----------------------|----------------------|
| Pearson Chi-Square                 | 9,709 <sup>a</sup> | 1  | ,002                  |                      |                      |
| Continuity Correction <sup>b</sup> | 8,988              | 1  | ,003                  |                      |                      |
| Likelihood Ratio                   | 10,385             | 1  | ,001                  |                      |                      |
| Fisher's Exact Test                |                    |    |                       | ,002                 | ,001                 |
| Linear-by-Linear Association       | 9,699              | 1  | ,002                  |                      |                      |
| N of Valid Cases                   | 933                |    |                       |                      |                      |

a. Computed only for a 2x2 table

b. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 32,20.

## Anexo 7. Cluster grupos de representações da adulez

Análise de Clusters - Hierarchical Cluster Analyses - ~  
 Medida Squared Euclidean Distance, z Scores Standardize e método  
 Furthest Neighbor.

```

PROXIMITIES ImportHedProt ImportConjugali
ImportCFisicaIntelectuAfectiva
ImportReflexibilidade ImportAutonomiaIndepend ImportRotinaSalário
/MATRIX OUT
/VIEW= CASE
/MEASURE= SEUCLID
/PRINT NONE
/STANDARDIZE= CASE Z .
    
```

[DataSet1] E:\Tese\Doutoramento\seradulto.sav

Case Processing Summary<sup>a</sup>

| Cases |         |         |         |       |         |
|-------|---------|---------|---------|-------|---------|
| Valid |         | Missing |         | Total |         |
| N     | Percent | N       | Percent | N     | Percent |
| 1458  | 92,8%   | 113     | 7,2%    | 1571  | 100,0%  |

a. Squared Euclidean Distance used

```

CLUSTER
/MATRIX IN
/METHOD COMPLETE
/PRINT SCHEDULE CLUSTER(3)
/PLOT DENDROGRAM VICICLE
/SAVE CLUSTER(3) .
    
```

```

FREQUENCIES
VARIABLES=CLU3_1
/ORDER= ANALYSIS .
    
```

Grupos segundo Modelos de Representação de Adulez Cluster Hierarchical

|         |                  | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid   | Adulto Padrão    | 318       | 20,2    | 21,8          | 21,8               |
|         | Adulto inacabado | 546       | 34,8    | 37,4          | 59,3               |
|         | Adulto híbrido   | 594       | 37,8    | 40,7          | 100,0              |
|         | Total            | 1458      | 92,8    | 100,0         |                    |
| Missing | Não se aplica    | 113       | 7,2     |               |                    |
|         | Total            | 1571      | 100,0   |               |                    |

## Anexo 8. Oneway e Post-Hoc Tests grupos representação da adulterez e componentes acp

ONEWAY-ANOVA – Análise da Variância entre as componentes “o que é importante para ser adulto” e os grupos de representações – “adulto padrão”, “adulto inacabado” e “adulto híbrido”

```

ONEWAY
  ImportHedProt ImportConjugali ImportCFisicaIntelectuAfectiva
  ImportReflexibilidade ImportAutonomiaIndepend ImportRotinaSalário BY
  ModeloRepresentaçõesImportanciaHierarchical
  /STATISTICS DESCRIPTIVES
  /PLOT MEANS
  /MISSING ANALYSIS .
    
```

[DataSet1] E:\Tese\Doutoramento\seradulto.sav

### ANOVA

|                                                             |                | Sum of Squares | df   | Mean Square | F       | Sig. |
|-------------------------------------------------------------|----------------|----------------|------|-------------|---------|------|
| Importância do hedonismo protegido                          | Between Groups | 342,371        | 2    | 171,186     | 223,460 | ,000 |
|                                                             | Within Groups  | 1114,629       | 1455 | ,766        |         |      |
|                                                             | Total          | 1457,000       | 1457 |             |         |      |
| Importância da conjugalidade e paternidade                  | Between Groups | 324,640        | 2    | 162,320     | 208,570 | ,000 |
|                                                             | Within Groups  | 1132,360       | 1455 | ,778        |         |      |
|                                                             | Total          | 1457,000       | 1457 |             |         |      |
| Importância da boa condição física, intelectual e emocional | Between Groups | 118,626        | 2    | 59,313      | 64,481  | ,000 |
|                                                             | Within Groups  | 1338,374       | 1455 | ,920        |         |      |
|                                                             | Total          | 1457,000       | 1457 |             |         |      |
| Importância da reflexibilidade                              | Between Groups | 230,451        | 2    | 115,225     | 136,687 | ,000 |
|                                                             | Within Groups  | 1226,549       | 1455 | ,843        |         |      |
|                                                             | Total          | 1457,000       | 1457 |             |         |      |
| Importância da autonomia e independência na vida adulta     | Between Groups | 116,274        | 2    | 58,137      | 63,092  | ,000 |
|                                                             | Within Groups  | 1340,726       | 1455 | ,921        |         |      |
|                                                             | Total          | 1457,000       | 1457 |             |         |      |
| Importância da rotina quotidiana e do salário               | Between Groups | 49,152         | 2    | 24,576      | 25,399  | ,000 |
|                                                             | Within Groups  | 1407,848       | 1455 | ,968        |         |      |
|                                                             | Total          | 1457,000       | 1457 |             |         |      |



O QUE É “SER ADULTO”? – PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

ONEWAY  
 ImportHedProt ImportConjugali ImportCFisicaIntelectuAfectiva  
 ImportReflexibilidade ImportAutonomiaIndepend ImportRotinaSalário BY  
 ModeloRepresentaçõesImportanciaHierarchical  
 /STATISTICS DESCRIPTIVES  
 /PLOT MEANS  
 /POS-Hoc Test Takey  
 /MISSING ANALYSIS .  
 [DataSet1] E:\Tese\Doutoramento\seradulto.sav

Descriptives

|                                                             |                  | N    | Mean      | Std. Deviation | Std. Error | 95% Confidence Interval for Mean |             | Minimum   | Maximum  |
|-------------------------------------------------------------|------------------|------|-----------|----------------|------------|----------------------------------|-------------|-----------|----------|
|                                                             |                  |      |           |                |            | Lower Bound                      | Upper Bound |           |          |
| Importância do hedonismo protegido                          | Adulto Padrão    | 318  | -,0696763 | ,83861662      | ,04702728  | -,1622013                        | ,0228487    | -4,23048  | 1,84289  |
|                                                             | Adulto inacabado | 546  | ,5893868  | ,84934597      | ,03634865  | ,5179862                         | ,6607874    | -2,55088  | 2,76531  |
|                                                             | Adulto híbrido   | 594  | -,5044581 | ,91689472      | ,03762065  | -,5783440                        | -,4305722   | -3,67339  | 1,62020  |
|                                                             | Total            | 1458 | ,0000000  | 1,00000000     | ,02618914  | -,0513724                        | ,0513724    | -4,23048  | 2,76531  |
| Importância da conjugalidade e paternidade                  | Adulto Padrão    | 318  | ,7752306  | ,79719766      | ,04470463  | ,6872753                         | ,8631858    | -1,61635  | 3,14819  |
|                                                             | Adulto inacabado | 546  | -,4929297 | ,78540105      | ,03361206  | -,5589547                        | -,4269046   | -2,28049  | 1,68971  |
|                                                             | Adulto híbrido   | 594  | ,0380745  | 1,00144294     | ,04108970  | -,0426245                        | ,1187736    | -2,43071  | 2,65869  |
|                                                             | Total            | 1458 | ,0000000  | 1,00000000     | ,02618914  | -,0513724                        | ,0513724    | -2,43071  | 3,14819  |
| Importância da boa condição física, intelectual e emocional | Adulto Padrão    | 318  | -,0453305 | 1,04187048     | ,05842520  | -,1602807                        | ,0696196    | -3,41833  | 2,97075  |
|                                                             | Adulto inacabado | 546  | -,3226279 | ,95121083      | ,04070807  | -,4025919                        | -,2426640   | -3,11752  | 2,41792  |
|                                                             | Adulto híbrido   | 594  | ,3208249  | ,91930371      | ,03771949  | ,2467448                         | ,3949049    | -3,22212  | 3,31433  |
|                                                             | Total            | 1458 | ,0000000  | 1,00000000     | ,02618914  | -,0513724                        | ,0513724    | -3,41833  | 3,31433  |
| Importância da reflexibilidade                              | Adulto Padrão    | 318  | -,7450660 | ,94915326      | ,05322587  | -,8497866                        | -,6403454   | -3,83563  | 1,61500  |
|                                                             | Adulto inacabado | 546  | ,1410100  | 1,01586900     | ,04347518  | ,0556105                         | ,2264094    | -3,05626  | 2,69856  |
|                                                             | Adulto híbrido   | 594  | ,2692585  | ,79895797      | ,03278164  | ,2048762                         | ,3336407    | -3,29772  | 2,35663  |
|                                                             | Total            | 1458 | ,0000000  | 1,00000000     | ,02618914  | -,0513724                        | ,0513724    | -3,83563  | 2,69856  |
| Importância da autonomia e independência na vida adulta     | Adulto Padrão    | 318  | ,3596880  | ,67563296      | ,03788761  | ,2851450                         | ,4342309    | -2,24786  | 2,02449  |
|                                                             | Adulto inacabado | 546  | ,1461368  | ,81743421      | ,03498295  | ,0774188                         | ,2148547    | -2,76476  | 1,97190  |
|                                                             | Adulto híbrido   | 594  | -,3268880 | 1,18439370     | ,04859626  | -,4223297                        | -,2314462   | -4,04883  | 1,97802  |
|                                                             | Total            | 1458 | ,0000000  | 1,00000000     | ,02618914  | -,0513724                        | ,0513724    | -4,04883  | 2,02449  |
| Importância da rotina quotidiana e do salário               | Adulto Padrão    | 318  | -,178976  | ,991698686     | *****      | -,28839091                       | -,06956157  | -2,992132 | 2,472263 |
|                                                             | Adulto inacabado | 546  | -,135746  | 1,099499740    | *****      | -,22817590                       | -,04331612  | -4,398308 | 2,070269 |
|                                                             | Adulto híbrido   | 594  | ,22059220 | ,858681304     | *****      | ,15139728                        | ,28978711   | -3,427731 | 2,229532 |
|                                                             | Total            | 1458 | ,00000000 | 1,000000000    | *****      | -,05137245                       | ,05137245   | -4,398308 | 2,472263 |

Post Hoc Tests

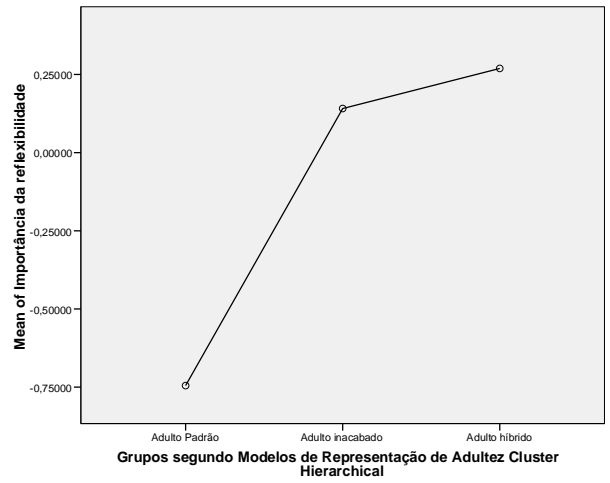
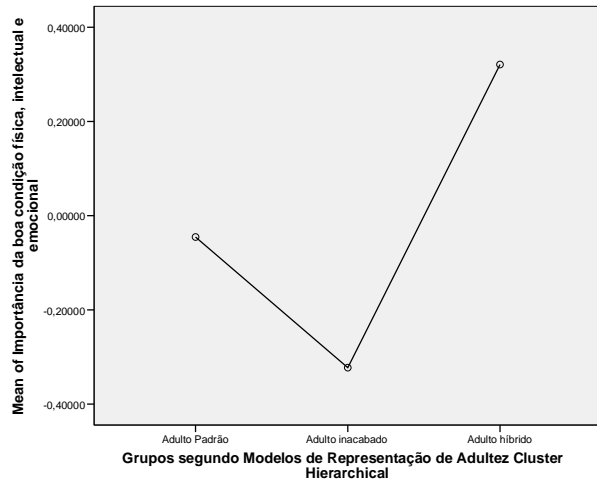
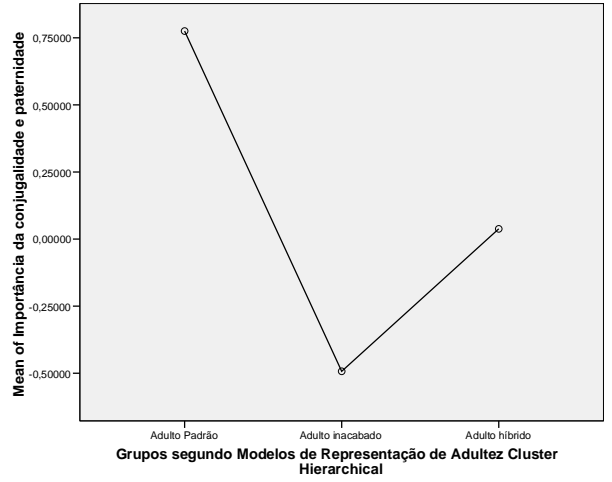
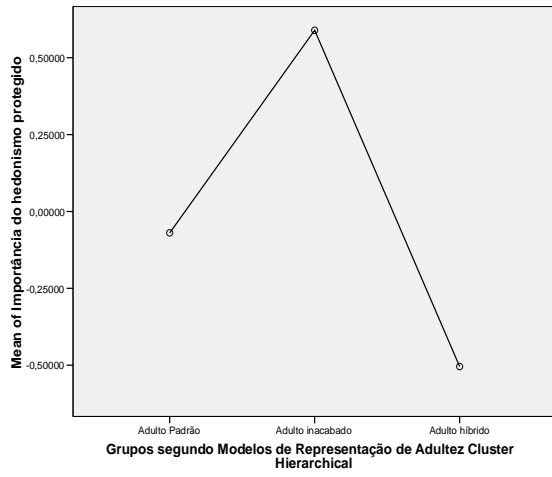
Multiple Comparisons

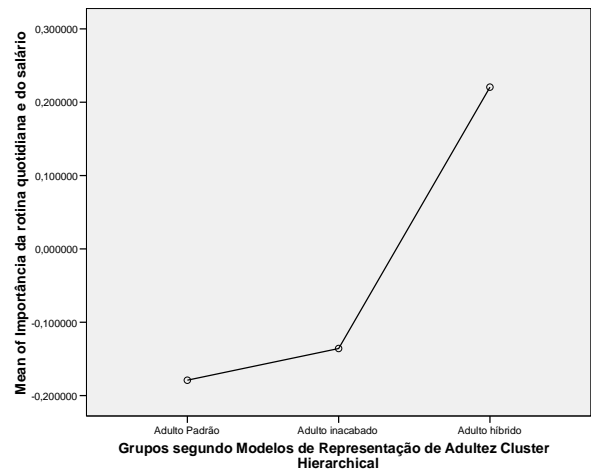
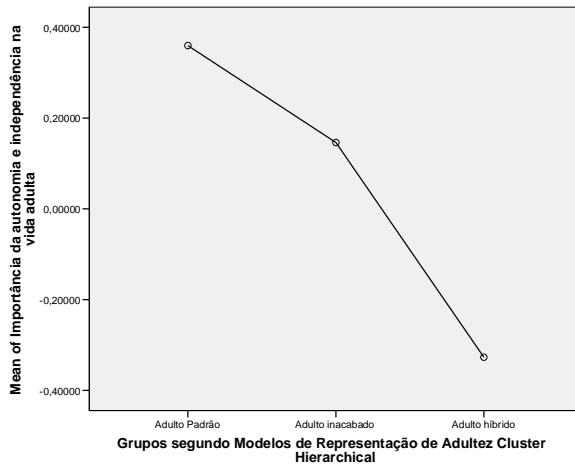
Tukey HSD

| Dependent Variable                                          | (I) Grupos segundo Modelos de Representação de Adulter Cluster | (J) Grupos segundo Modelos de Representação de Adulter Cluster | Mean Difference (I-J) | Std. Error | Sig. | 95% Confidence Interval |             |
|-------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|-----------------------|------------|------|-------------------------|-------------|
|                                                             |                                                                |                                                                |                       |            |      | Lower Bound             | Upper Bound |
| Importância do hedonismo protegido                          | Adulto Padrão                                                  | Adulto inacabado                                               | -,65906307*           | ,06174198  | ,000 | -,8039163               | -,5142098   |
|                                                             |                                                                | Adulto híbrido                                                 | ,43478182*            | ,06081689  | ,000 | ,2920989                | ,5774647    |
|                                                             | Adulto inacabado                                               | Adulto Padrão                                                  | ,65906307*            | ,06174198  | ,000 | ,5142098                | ,8039163    |
|                                                             |                                                                | Adulto híbrido                                                 | 1,09384489*           | ,05189153  | ,000 | ,9721019                | 1,2155879   |
|                                                             | Adulto híbrido                                                 | Adulto Padrão                                                  | -,43478182*           | ,06081689  | ,000 | -,5774647               | -,2920989   |
|                                                             |                                                                | Adulto inacabado                                               | -,10938449*           | ,05189153  | ,000 | -1,2155879              | -,9721019   |
| Importância da conjugalidade e paternidade                  | Adulto Padrão                                                  | Adulto inacabado                                               | 1,26816025*           | ,06223113  | ,000 | 1,1221594               | 1,4141611   |
|                                                             |                                                                | Adulto híbrido                                                 | ,73715602*            | ,06129871  | ,000 | ,5933428                | ,8809693    |
|                                                             | Adulto inacabado                                               | Adulto Padrão                                                  | -,12681603*           | ,06223113  | ,000 | -1,4141611              | -1,1221594  |
|                                                             |                                                                | Adulto híbrido                                                 | -,53100423*           | ,05230263  | ,000 | -,6537118               | -,4082967   |
|                                                             | Adulto híbrido                                                 | Adulto Padrão                                                  | -,73715602*           | ,06129871  | ,000 | -,8809693               | -,5933428   |
|                                                             |                                                                | Adulto inacabado                                               | ,53100423*            | ,05230263  | ,000 | ,4082967                | ,6537118    |
| Importância da boa condição física, intelectual e emocional | Adulto Padrão                                                  | Adulto inacabado                                               | ,27729741*            | ,06765569  | ,000 | ,1185700                | ,4360248    |
|                                                             |                                                                | Adulto híbrido                                                 | -,36615540*           | ,06664199  | ,000 | -,5225046               | -,2098062   |
|                                                             | Adulto inacabado                                               | Adulto Padrão                                                  | -,27729741*           | ,06765569  | ,000 | -,4360248               | -,1185700   |
|                                                             |                                                                | Adulto híbrido                                                 | -,64345282*           | ,05686175  | ,000 | -,7768565               | -,5100491   |
|                                                             | Adulto híbrido                                                 | Adulto Padrão                                                  | ,36615540*            | ,06664199  | ,000 | ,2098062                | ,5225046    |
|                                                             |                                                                | Adulto inacabado                                               | ,64345282*            | ,05686175  | ,000 | ,5100491                | ,7768565    |
| Importância da reflexibilidade                              | Adulto Padrão                                                  | Adulto inacabado                                               | -,88607597*           | ,06476762  | ,000 | -1,0380277              | -,7341242   |
|                                                             |                                                                | Adulto híbrido                                                 | -1,0143245*           | ,06379720  | ,000 | -1,1639995              | -,8646495   |
|                                                             | Adulto inacabado                                               | Adulto Padrão                                                  | ,88607597*            | ,06476762  | ,000 | ,7341242                | 1,0380277   |
|                                                             |                                                                | Adulto híbrido                                                 | -,12824850*           | ,05443445  | ,049 | -,2559575               | -,0005395   |
|                                                             | Adulto híbrido                                                 | Adulto Padrão                                                  | 1,01432446*           | ,06379720  | ,000 | ,8646495                | 1,1639995   |
|                                                             |                                                                | Adulto inacabado                                               | ,12824850*            | ,05443445  | ,049 | ,0005395                | ,2559575    |
| Importância da autonomia e independência na vida adulta     | Adulto Padrão                                                  | Adulto inacabado                                               | ,21355118*            | ,06771510  | ,005 | ,0546844                | ,3724180    |
|                                                             |                                                                | Adulto híbrido                                                 | ,68657592*            | ,06670051  | ,000 | ,5300894                | ,8430624    |
|                                                             | Adulto inacabado                                               | Adulto Padrão                                                  | -,21355118*           | ,06771510  | ,005 | -,3724180               | -,0546844   |
|                                                             |                                                                | Adulto híbrido                                                 | ,47302474*            | ,05691168  | ,000 | ,3395039                | ,6065456    |
|                                                             | Adulto híbrido                                                 | Adulto Padrão                                                  | -,68657592*           | ,06670051  | ,000 | -,8430624               | -,5300894   |
|                                                             |                                                                | Adulto inacabado                                               | -,47302474*           | ,05691168  | ,000 | -,6065456               | -,3395039   |
| Importância da rotina quotidiana e do salário               | Adulto Padrão                                                  | Adulto inacabado                                               | -,04323023            | *****      | ,808 | -,20602521              | ,11956475   |
|                                                             |                                                                | Adulto híbrido                                                 | -,39956844*           | *****      | ,000 | -,55992424              | -,23921264  |
|                                                             | Adulto inacabado                                               | Adulto Padrão                                                  | ,043230230            | *****      | ,808 | -,11956475              | ,20602521   |
|                                                             |                                                                | Adulto híbrido                                                 | -,35633821*           | *****      | ,000 | -,49316052              | -,21951590  |
|                                                             | Adulto híbrido                                                 | Adulto Padrão                                                  | ,399568439*           | *****      | ,000 | ,23921264               | ,55992424   |
|                                                             |                                                                | Adulto inacabado                                               | ,356338210*           | *****      | ,000 | ,21951590               | ,49316052   |

\*. The mean difference is significant at the .05 level.

# O QUE É “SER ADULTO”? – PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS





## Anexo 9. Oneway e Post-Hoc tests grupos representação da adulez e componentes ACP2 P2.3

ONEWAY-ANOVA – Análise da Variância entre as componentes “palavras associadas à vida adulta” e os grupos de representações – “adulto padrão”, “adulto inacabado” e “adulto híbrido”

```

ONEWAY
AssNegativa AssPositiva AssociaçãoResponsabilidade AssLiberdade
AssConformismo BY ModeloRepresentaçõesImportanciaHierarchical
/STATISTICS DESCRIPTIVES
/PLOT MEANS
    
```

[DataSet1] E:\Tese\Doutoramento\seradulto.sav

O QUE É “SER ADULTO”? – PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Descriptives

|                                              | N                | Mean | Std. Deviation | Std. Error | 95% Confidence Interval for Mean |             | Minimum  | Maximum  |         |
|----------------------------------------------|------------------|------|----------------|------------|----------------------------------|-------------|----------|----------|---------|
|                                              |                  |      |                |            | Lower Bound                      | Upper Bound |          |          |         |
| Associação Negativa à vida adulta            | Adulto Padrão    | 298  | ,0101208       | ,99527157  | ,05765453                        | -,1033424   | ,1235840 | -2,49153 | 2,54871 |
|                                              | Adulto inacabado | 524  | ,0135402       | ,98614615  | ,04307999                        | -,0710909   | ,0981713 | -2,58151 | 2,69107 |
|                                              | Adulto híbrido   | 556  | -,0126110      | 1,01043017 | ,04285178                        | -,0967825   | ,0715605 | -2,57290 | 3,03099 |
|                                              | Total            | 1378 | ,0022492       | ,99732872  | ,02686666                        | -,0504549   | ,0549532 | -2,58151 | 3,03099 |
| Associação Positiva à vida adulta            | Adulto Padrão    | 298  | ,1158995       | ,94955795  | ,05500642                        | ,0076477    | ,2241512 | -3,93280 | 2,29271 |
|                                              | Adulto inacabado | 524  | -,0601821      | 1,02017022 | ,04456634                        | -,1477331   | ,0273689 | -4,97194 | 2,77577 |
|                                              | Adulto híbrido   | 556  | ,0026307       | 1,00145102 | ,04247098                        | -,0807928   | ,0860542 | -3,49429 | 2,47782 |
|                                              | Total            | 1378 | ,0032404       | ,99913031  | ,02691519                        | -,0495588   | ,0560396 | -4,97194 | 2,77577 |
| Associação da vida adulta a Responsabilidade | Adulto Padrão    | 298  | -,0133328      | 1,09103297 | ,06320184                        | -,1377130   | ,1110474 | -4,14778 | 3,23705 |
|                                              | Adulto inacabado | 524  | ,0709951       | ,99112320  | ,04329742                        | -,0140631   | ,1560533 | -3,52723 | 2,22935 |
|                                              | Adulto híbrido   | 556  | -,0469794      | ,94953694  | ,04026934                        | -,1260784   | ,0321195 | -3,11279 | 2,60044 |
|                                              | Total            | 1378 | ,0051580       | ,99802811  | ,02688550                        | -,0475830   | ,0578990 | -4,14778 | 3,23705 |
| Associação da vida adulta a Liberdade        | Adulto Padrão    | 298  | -,0176899      | 1,00374055 | ,05814513                        | -,1321186   | ,0967387 | -3,57852 | 3,38728 |
|                                              | Adulto inacabado | 524  | ,0321206       | 1,01013455 | ,04412793                        | -,0545692   | ,1188103 | -3,21697 | 3,46487 |
|                                              | Adulto híbrido   | 556  | -,0308400      | ,99352474  | ,04213483                        | -,1136032   | ,0519233 | -3,54368 | 2,96217 |
|                                              | Total            | 1378 | -,0040547      | 1,00176180 | ,02698608                        | -,0569930   | ,0488835 | -3,57852 | 3,46487 |
| Associação da vida adulta a conformismo      | Adulto Padrão    | 298  | -,0227450      | ,98391751  | ,05699681                        | -,1349137   | ,0894238 | -2,88472 | 3,21966 |
|                                              | Adulto inacabado | 524  | ,0437545       | 1,03024139 | ,04500630                        | -,0446608   | ,1321699 | -3,49458 | 2,52086 |
|                                              | Adulto híbrido   | 556  | -,0369228      | ,98020519  | ,04156996                        | -,1185765   | ,0447309 | -3,86762 | 2,50258 |
|                                              | Total            | 1378 | -,0031783      | 1,00028364 | ,02694626                        | -,0560385   | ,0496819 | -3,86762 | 3,21966 |

ANOVA

|                                              |                | Sum of Squares | df   | Mean Square | F     | Sig. |
|----------------------------------------------|----------------|----------------|------|-------------|-------|------|
| Associação Negativa à vida adulta            | Between Groups | ,208           | 2    | ,104        | ,104  | ,901 |
|                                              | Within Groups  | 1369,445       | 1375 | ,996        |       |      |
|                                              | Total          | 1369,653       | 1377 |             |       |      |
| Associação Positiva à vida adulta            | Between Groups | 5,890          | 2    | 2,945       | 2,959 | ,052 |
|                                              | Within Groups  | 1368,716       | 1375 | ,995        |       |      |
|                                              | Total          | 1374,606       | 1377 |             |       |      |
| Associação da vida adulta a Responsabilidade | Between Groups | 3,885          | 2    | 1,942       | 1,953 | ,142 |
|                                              | Within Groups  | 1367,690       | 1375 | ,995        |       |      |
|                                              | Total          | 1371,575       | 1377 |             |       |      |
| Associação da vida adulta a Liberdade        | Between Groups | 1,140          | 2    | ,570        | ,568  | ,567 |
|                                              | Within Groups  | 1380,716       | 1375 | 1,004       |       |      |
|                                              | Total          | 1381,856       | 1377 |             |       |      |
| Associação da vida adulta a conformismo      | Between Groups | 1,901          | 2    | ,951        | ,950  | ,387 |
|                                              | Within Groups  | 1375,880       | 1375 | 1,001       |       |      |
|                                              | Total          | 1377,781       | 1377 |             |       |      |

Post Hoc Tests

O QUE É “SER ADULTO”? – PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Multiple Comparisons

| Dependent Variable                           |                  | (I) Grupos segundo Modelos de Representação de Adulter Cluster | (J) Grupos segundo Modelos de Representação de Adulter Cluster | Mean Difference (I-J) | Std. Error | Sig.      | 95% Confidence Interval |             |
|----------------------------------------------|------------------|----------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|-----------------------|------------|-----------|-------------------------|-------------|
|                                              |                  |                                                                |                                                                |                       |            |           | Lower Bound             | Upper Bound |
| Associação Negativa à vida adulta            | Tukey HSD        | Adulto Padrão                                                  | Adulto inacabado                                               | -,00341944            | ,07240742  | ,999      | -,1733051               | ,1664662    |
|                                              |                  |                                                                | Adulto híbrido                                                 | ,02273184             | ,07164805  | ,946      | -,1453721               | ,1908358    |
|                                              |                  | Adulto inacabado                                               | Adulto Padrão                                                  | ,00341944             | ,07240742  | ,999      | -,1664662               | ,1733051    |
|                                              | Adulto híbrido   | Adulto híbrido                                                 | ,02615127                                                      | ,06076168             | ,903       | -,1164106 | ,1687131                |             |
|                                              | Adulto híbrido   | Adulto Padrão                                                  | -,02273184                                                     | ,07164805             | ,946       | -,1908358 | ,1453721                |             |
|                                              | Adulto inacabado | Adulto inacabado                                               | -,02615127                                                     | ,06076168             | ,903       | -,1687131 | ,1164106                |             |
| Associação Positiva à vida adulta            | Tukey HSD        | Adulto Padrão                                                  | Adulto inacabado                                               | ,17608157*            | ,07238814  | ,040      | ,0062412                | ,3459220    |
|                                              |                  |                                                                | Adulto híbrido                                                 | ,11326877             | ,07162897  | ,254      | -,0547904               | ,2813280    |
|                                              |                  | Adulto inacabado                                               | Adulto Padrão                                                  | -,17608157*           | ,07238814  | ,040      | -,3459220               | -,0062412   |
|                                              | Adulto híbrido   | Adulto híbrido                                                 | -,06281280                                                     | ,06074550             | ,555       | -,2053367 | ,0797111                |             |
|                                              | Adulto híbrido   | Adulto Padrão                                                  | -,11326877                                                     | ,07162897             | ,254       | -,2813280 | ,0547904                |             |
|                                              | Adulto inacabado | Adulto inacabado                                               | ,06281280                                                      | ,06074550             | ,555       | -,0797111 | ,2053367                |             |
| Associação da vida adulta a Responsabilidade | Tukey HSD        | Adulto Padrão                                                  | Adulto inacabado                                               | -,08432789            | ,07236102  | ,474      | -,2541046               | ,0854489    |
|                                              |                  |                                                                | Adulto híbrido                                                 | ,03364666             | ,07160213  | ,885      | -,1343496               | ,2016429    |
|                                              |                  | Adulto inacabado                                               | Adulto Padrão                                                  | ,08432789             | ,07236102  | ,474      | -,0854489               | ,2541046    |
|                                              | Adulto híbrido   | Adulto híbrido                                                 | ,11797455                                                      | ,06072274             | ,127       | -,0244960 | ,2604450                |             |
|                                              | Adulto híbrido   | Adulto Padrão                                                  | -,03364666                                                     | ,07160213             | ,885       | -,2016429 | ,1343496                |             |
|                                              | Adulto inacabado | Adulto inacabado                                               | -,11797455                                                     | ,06072274             | ,127       | -,2604450 | ,0244960                |             |
| Associação da vida adulta a Liberdade        | Tukey HSD        | Adulto Padrão                                                  | Adulto inacabado                                               | -,04981048            | ,07270479  | ,772      | -,2203938               | ,1207728    |
|                                              |                  |                                                                | Adulto híbrido                                                 | ,01315004             | ,07194229  | ,982      | -,1556443               | ,1819444    |
|                                              |                  | Adulto inacabado                                               | Adulto Padrão                                                  | ,04981048             | ,07270479  | ,772      | -,1207728               | ,2203938    |
|                                              | Adulto híbrido   | Adulto híbrido                                                 | ,06296052                                                      | ,06101122             | ,557       | -,0801868 | ,2061079                |             |
|                                              | Adulto híbrido   | Adulto Padrão                                                  | -,01315004                                                     | ,07194229             | ,982       | -,1819444 | ,1556443                |             |
|                                              | Adulto inacabado | Adulto inacabado                                               | -,06296052                                                     | ,06101122             | ,557       | -,2061079 | ,0801868                |             |
| Associação da vida adulta a conformismo      | Tukey HSD        | Adulto Padrão                                                  | Adulto inacabado                                               | -,06649947            | ,07257734  | ,630      | -,2367838               | ,1037848    |
|                                              |                  |                                                                | Adulto híbrido                                                 | ,01417781             | ,07181618  | ,979      | -,1543206               | ,1826763    |
|                                              |                  | Adulto inacabado                                               | Adulto Padrão                                                  | ,06649947             | ,07257734  | ,630      | -,1037848               | ,2367838    |
|                                              | Adulto híbrido   | Adulto híbrido                                                 | ,08067728                                                      | ,06090427             | ,382       | -,0622191 | ,2235737                |             |
|                                              | Adulto híbrido   | Adulto Padrão                                                  | -,01417781                                                     | ,07181618             | ,979       | -,1826763 | ,1543206                |             |
|                                              | Adulto inacabado | Adulto inacabado                                               | -,08067728                                                     | ,06090427             | ,382       | -,2235737 | ,0622191                |             |

\*. The mean difference is significant at the .05 level.

# O QUE É “SER ADULTO”? – PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

